UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARCELO AUGUSTO MONTEIRO DE CARVALHO

A CRIAÇÃO DO SENAI NO CONTEXTO DA ERA VARGAS

SÃO PAULO

2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

MARCELO AUGUSTO MONTEIRO DE CARVALHO

A CRIAÇÃO DO SENAI NO CONTEXTO DA ERA VARGAS

**Dissertação apresentada ao programa
de pós-graduação no departamento de
História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo como parte
dos requisitos para a obtenção do grau
de Mestre em História Econômica**

Orientador:
Prof. Dr. Benedicto Heloiz Nascimento

SÃO PAULO

2011

DEDICATÓRIA

Para a minha pequena e preciosa família, Claudia e Ingrid.

Ao meu querido irmãozinho, que nos poucos anos da sua vida tanto lutou por um Brasil mais justo e tamanha saudade nos deixou: Marcio Antônio Monteiro de Carvalho (*in memoriam* *1966 + 1991)

Ao meu pai (*in memoriam*), de quem herdei a “mineiridade”.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Benedicto Heloiz Nascimento, exemplo de perseverança e dedicação ao nosso país, mesmo quando este não corresponde as suas expectativas.

À Silvana, Alceu, Atílio, e Ana, amigos que fiz na Biblioteca Central do SENAI de São Paulo, pela inestimável ajuda durante a minha pesquisa.

Querida mãe Gôrgor, mana e familiares, pela torcida.

EPIÍGRAFE

O Brasil é já a maior das nações neolatinas, pela magnitude populacional, e começa a sê-lo também por sua criatividade artística e cultural. Precisa sê-lo no domínio da tecnologia da futura civilização, para se fazer uma potência econômica, de progresso auto-sustentado. Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades.

DARCY RIBEIRO

A CRIAÇÃO DO SENAI NO CONTEXTO DA ERA VARGAS

Marcelo Augusto Monteiro de Carvalho

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo contribuir para o entendimento do significado político e econômico da criação da instituição de aprendizagem industrial, o SENAI, nascido em 1942, partindo da investigação de algumas das principais experiências regionais com o ensino industrial e das forças políticas e ideológicas que as sustentavam e de como estes conhecimentos acumulados na educação profissional em alguns dos principais Estados da União, entre eles São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, acabaram por pautar boa parte do debate sobre o tema do ensino profissional, influenciando as tentativas federais para a institucionalização da aprendizagem industrial no âmbito do mundo do trabalho operário, assim como também justificar as resistências do empresariado industrial a esta intervenção principalmente na segunda metade da década de 1930 e início dos anos 1940. Também discutimos a importância da aliança política entre o núcleo do Governo Vargas e o grupo industrialista sediado nas principais representações de classe da burguesia industrial daquele período, entre as quais o CIESP/ FIESP e a CNI, que objetivando o controle e direcionamento do mercado de trabalho dentro do consenso autoritário e nacionalista estadonovista puderam construir, no contexto econômico adverso da Segunda Grande Guerra e dos anos seguintes, um sistema escolar paraestatal de aprendizagem industrial de notável longevidade e adaptabilidade frente as diferentes conjunturas e demandas da indústria nacional por mão-de-obra qualificada, sistema de aprendizagem este que foi visto no seu formato e proposta pedagógica iniciais.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Novo. SENAI. Aprendizagem Industrial. Ensino Profissional. Mercado de Trabalho. IAPI. Aprendizagem Metódica. Empresariado industrialista. Getúlio Vargas. Segunda Guerra.

THE CREATION OF SENAI IN THE CONTEXT OF VARGAS AGE

Marcelo Augusto Monteiro de Carvalho

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the understanding of political and economic significance of the creation of industrial learning institution, SENAI, born in 1942, based on the investigation of some of the main regional experiences with the industrial education and political and ideological forces that maintained and how these knowledge accumulated in professional education in some main states of the Union, including Sao Paulo, Minas Gerais and Rio Grande do Sul, eventually guided much of the debate on the topic of vocational education, federal attempts to influence the institutionalization of learning within the industrial world of work laborer, as well as justify the resistance of the industrial business to this intervention especially in the second half of the 1930s and early 1940s. We will also discuss the importance of the political alliance between the core of Vargas government and industrial group based in the main class of representations of the industrial bourgeoisie of that period, including CIESP / FIESP and CNI, which aimed at controlling and directing of the labor market within the New State authoritarian and nationalist consensus could build, in the adverse economic context of the Second World War and subsequent years, a school system learning parastatal industrial of remarkable longevity and adaptability to face different circumstances and demands of the domestic industry for skilled labor, learning system that was be seen in its original format and pedagogical proposal.

KEYWORDS: New State. SENAI. Industrial Education. Vocational Education. Job Market. IAPI. Methodical Learning. Business owner. Getulio Vargas. Second War

SUMÁRIO

	Página
SUMÁRIO	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Breve contexto histórico e econômico do ensino profissional nas décadas de 1920 e 1930.	14
1.2 A influência da experiência gaúcha e região próxima no futuro ensino industrial pós 1930.	21
1.3 A influência mineira para o futuro ensino industrial.	27
1.4 O projeto de lei do deputado médico e sanitarista Azevedo Sodré e o projeto do deputado mineiro e simpatizante do positivismo Fidelis Reis: prenúncios do que viria a ser a aprendizagem industrial nacional?	33
2 Forças político-ideológicas inseridas no debate e na efetivação do ensino industrial nos anos que antecederam A criação do SENAI.	39
2.1 Católicos.....	40
2.2 Ideólogos e pragmáticos do regime varguista.	44
2.3 O empresariado industrialista de São Paulo e seus aliados	56
2.4 Ainda o empresariado industrialista: da resistência ativa e relutância desconfiada à cooperação crítica com o Regime do Estado Novo.	64
3 O complexo contexto político do nascimento do SENAI	76
3.1 Debates e choques de interesses que marcaram a criação do SENAI até o início de 1942.	83
3.2 Sobre o pragmatismo de Roberto Mange para iniciarmos a caracterização do SENAI nos anos 1940.	115
3.3 Uma aprendizagem metódica e racional voltada para o operário nacional do SENAI.	118
4 A consolidação da instituição em tempos de Guerra (1942-1945): enfrentando as resistências e correndo contra o tempo.	123
4.1 O primeiro formato e alguns resultados do SENAI em tempos de Segunda Grande Guerra (1942 - 1945).....	135

4.2	A presença do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) nos primeiros passos do SENAI.	145
4.3	A educação integral do menor no SENAI.	154
5	CONCLUSÃO	160
	Anexo A - Quadro comparativo do Anteprojeto de Lei da Comissão Interministerial (07/11/1939) e o Decreto-lei n.6.029 (26/07/1940)	169
	Anexo B - Cursos de Aperfeiçoamento para as Indústrias (IDORT-SP)	172
	Anexo C - Parecer n.40-20 de 21/03/1944 da Divisão Jurídica do IAPI	173
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

LISTA DE TABELAS

		Página(s)
Tabela 1	Classes Profissionais, segundo Roberto Mange	98
Tabela 2	Crescimento do Produto Industrial Brasileiro entre 1929 e 1940 a 1949	130
Tabela 3	Movimento dos Cursos Extraordinários do SENAI-SP (18/01 a 15/12/1943)	137
Tabela 4	Registro Estatístico de 1945 - Seção de Cadastro Industrial (SENAI-SP)	148

LISTA DE FIGURAS		Página
Figura 1	Esquema para o Ensino Profissional Nacional proposto pela Superintendência do Ensino Profissional de SP (1940)	87
Figura 2	Modelo para preenchimento de relação de empregados menores de idade	101
Figura 3	Quadro de Escolas Profissionais em SP (1940) por tipo de ensino e regime de manutenção	117
Figura 4	Um quadro mural da coleção “Técnica de Trabalho” pelo CFESP	121
Figura 5	Gráfico do Crescimento do Produto Industrial Brasileiro entre 1929 e 1940 a 1949	130
Figura 6	População do Brasil e Estado de São Paulo segundo o grau de instrução e a faixa etária – adaptado do Recenseamento de 1920	134
Figura 7	Cursos de Emergência do SENAI-SP (1943)	136
Figura 8	Dois desenhos das Séries Metódicas do SENAI	142
Figura 9	Gráfico Funcional do SENAI	149
Figura 10	Diagrama do Campo de Ação das Escolas Profissionais	152
Figura 11	Gráfico da articulação dos Cursos Vocacionais com o processo subsequente de formação profissional e o trabalho industrial	157
Figura 12	Gráfico da Taxa de Matrícula Geral no Ensino Primário em relação à população brasileira total	163
Figura 13	Gráfico da Taxa de Matrícula Geral no Ensino Industrial em relação à população brasileira total	164

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
AEL - Arquivos Edgard Leunroth
AIB - Ação Integralista Brasileira
ANL - Aliança Nacional Libertadora
CA - Cursos de Aperfeiçoamento
CAI - Curso de Aspirantes à Indústria
CAO - Curso de Aprendizes de Ofício
CAPs - Caixa de Aposentadoria e Pensões
CBAI - Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CFESP - Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CME - Coordenação de Mobilização Econômica
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CRA - Cursos Rápidos de Aperfeiçoamento
CRF - Cursos Rápidos de Formação
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
CTM - Curso para Trabalhadores Menores
CV - Cursos Vocacionais
DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
DF - Distrito Federal
EPJM - Escola Profissional “Dr. Júlio de Mesquita”
ETGV - Escola Técnica “Getúlio Vargas”
EUA - Estados Unidos da América
FEB - Força Expedicionária Brasileira
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FNM - Fábrica Nacional de Motores
FUP - Frente Única Paulista

GV - Getúlio Vargas

IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDB - Instituto “Dom Bosco”

IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

MEC - Ministério da Educação e Cultura

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PCB - Partido Comunista do Brasil

PRM - Partido Republicano Mineiro

PRP - Partido Republicano Paulista

PRR - Partido Republicano Rio-Grandense

SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAFI - Serviço Nacional de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação dos Industriários

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI - Serviço Social da Indústria

UNICAMP - Universidade de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

1 INTRODUÇÃO

1.1 Breve contexto histórico e econômico do ensino profissional nas décadas de 1920 e 1930.

O Brasil da década de 1920 vivenciava os reflexos econômicos e sociais que a Grande Guerra de 1914 a 1918 na Europa trouxe para economias dependentes como a nossa. Em destaque podemos citar a queda brusca de imigrantes europeus em função da guerra, o que nos fez sentir um primeiro abalo econômico por ser o fluxo imigratório uma fonte de mão-de-obra muitas vezes qualificada a que empresários locais (alguns ex-imigrantes ou descendentes destes) davam preferência ao contratar para as vagas que surgiam na indústria local que crescia ao longo dos anos vinte.

No mesmo período nosso sistema econômico sofria com as conseqüências típicas de uma economia agro-exportadora no qual um único produto, o café, era responsável por aproximadamente 80% do valor total das exportações. O peso político e social dos cafeicultores e demais grupos ligados a essa atividade econômica no principal complexo econômico brasileiro da época, o Estado de São Paulo, era inegável. Além da agricultura de exportação o leque de atividades e alternativas de investimento dos excedentes de capitais aos poucos foram surgindo para as camadas privilegiadas daquela pequena parcela da população,

Mesmo com a política econômica de valorização do café inicialmente sendo apoiada pelos empréstimos do governo federal¹, e posteriormente² com o próprio Estado de São Paulo assumindo o financiamento da valorização do café, o fato é que nos dois governos seguintes³ a busca do equilíbrio das contas nacionais, os problemas dos empréstimos externos e o serviço da dívida fizeram estes presidentes entrarem em rota de colisão com as oligarquias regionais que dependiam do apoio da política de valorização do café, além de agravar os antigos problemas sócio-econômicos na população trabalhadora

¹ Governo de compromisso dos estados de MG, SP e RS com Epiácio Pessoa (07/1919 a 11/1922) que permitirá empréstimos do governo federal para a cafeicultura paulista.

² O Banespa surgiu para financiar a cultura cafeeira paulista no início do século. Batizado inicialmente de Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, o banco estatal paulista foi fundado em 14 de junho de 1909. O título Banco do Estado de São Paulo só foi adotado em 1926. O Banespa já teve inclusive capital estrangeiro, de origem francesa e foi estatizado apenas em 1919 quando o Tesouro Estadual comprou as ações francesas com ajuda financeira do Instituto do Café. (resumo do autor) Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/banespa2000-historia.shtml>> Acesso em: 18 julho 2011.

³ 11/1922 a 10/1930: Arthur Bernardes do PRM e depois Washington Luis pelo PRP

urbana que sofria com a carestia e inflação, e a classe média que via seu poder de compra diminuído e com o impedimento de maior participação política.

A transformação de edifício social e das relações de classe do capitalismo periférico brasileiro gerava novas aspirações e reivindicações de uma coletividade marcada pela dificultosa assimilação do estrangeiro imigrado e da excluída massa de trabalhadores nacionais que passam a migrar para as áreas de incipiente industrialização no sudeste brasileiro.

Nossa expansão urbana e crescimento industrial, tributários inicialmente da expansão da economia do complexo agro-exportador paulista⁴, gerava simultaneamente novas aspirações de ascensão social da nova coletividade urbana e das forças políticas que se firmavam. As cobranças sobre a máquina pública estatal eram crescentes e os velhos e os novos aspirantes ao poder precisariam assumir crescentes responsabilidades para garantir que as camadas urbanas aderissem menos conflituosamente ao mundo do trabalho capitalista-industrial.

Neste sentido, a tradicional educação vigente sob o domínio das velhas oligarquias republicanas era pressionada tanto política como socialmente por radicais mudanças que abrissem espaço numa economia que aos poucos deixava de ser prioritariamente primário-exportadora.

Como bem observou o professor Celso de Rui Beisiegel⁵, algumas grandes questões se impõe antes do surgimento da sistematização em escala nacional da educação básica e profissional com as leis orgânicas de 1942. Isso se quisermos compreender a transformação da velha estrutura educacional brasileira e a criação de novas modalidades como a do ensino profissional.

Quais eram as poucas e diluídas demandas populares por educação? A população pobre brasileira enxergava realmente na educação uma possibilidade de

⁴ “O café, como atividade nuclear do complexo cafeeiro, possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior à crise de 1930. Isto se deveu, não só ao alto nível da renda por ele gerado, mas, principalmente, por ser o elemento diretor e indutor da dinâmica da acumulação do complexo, determinando inclusive grande parte da capacidade para importar da economia brasileira no período. [...] o café resolvia seu problema fundamental que era o da subsistência de sua mão-de-obra, atendia às exigências do consumo de seus capitalistas, às necessidades de insumos e de bens de capital para a expansão da economia...”. Wilson Cano. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. p.136.

⁵ BEISIEGEL, Celso de Rui. *A qualidade do ensino na escola pública*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

ascensão social entre as décadas de vinte a quarenta no Brasil? E, se enxergava, que tipo de demanda realmente exercia sobre o um sistema educacional que a princípio lhe oferecia um ensino primário de quatro séries e poucas vagas de cursos profissionalizantes em algumas regiões do país?

Além disso, há uma grande distância entre o que uma dada sociedade pode produzir em termos de bens materiais e serviços, nos quais podemos incluir a educação, que possibilite de fato o acesso da maioria a estas riquezas produzidas socialmente e que são limitadas. No caso brasileiro, esta contradição se agravava no período histórico focado neste estudo em função das graves limitações dos meios de ação disponíveis pelos governantes do período.

Desde o fim da Primeira Grande Guerra setores das nossas classes dirigentes mais preocupados com um desenvolvimento econômico baseado numa produção mais diversificada e robusta, inspiravam-se principalmente nas bases da grande riqueza material que marcavam os Estados Unidos da América: a siderurgia, a indústria petroquímica e a grande produção de bens de consumo duráveis.

Até 1930, no plano da nossa industrialização, segundo Nícia Vilela Luz, nos debatíamos entre os interesses antagônicos dos industriais, do fisco e dos consumidores. O que na realidade teria protegido a indústria brasileira durante os anos 20, mais do que qualquer tarifa alfandegária pensada e planejada, teria sido a desvalorização cambial daqueles anos⁶.

Foi nesse ambiente econômico marcado pela mentalidade liberal das classes dirigentes brasileiras, na prática intervencionista do Estado para garantir os preços do café e no domínio político oligárquico regionalista, que se dava a expansão industrial de forma desigual e com baixa qualificação da maior parte da sua mão-de-obra. Porém, continuava o crescimento urbano cada vez mais pressionando a sociedade brasileira no sentido de permitir a ascensão econômica e política de novos atores sociais naquelas primeiras décadas do século XX.

⁶ “As medidas adotadas continuaram ser feitas a retalho, ao sabor das circunstâncias. Esses resultados coincidiam com a própria orientação do pensamento protecionista brasileiro,[...] , era essencialmente oportunista, avesso a todo e qualquer sistema.” LUZ, Nícia V. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. (p.201/202)

Inéditos e graves problemas sociais e econômicos impunham-se aos detentores do poder político e dos meios econômicos, principalmente nos grandes centros urbanos brasileiros onde aos poucos surgia uma forte reação popular ao agravamento do custo de vida, das péssimas condições de trabalho nas fábricas e oficinas que surgiam no cenário urbano paulista e da brutalidade ou descaso das autoridades governamentais em relação a estes problemas.

Iniciativas limitadas ou regionais foram tentadas já no início do século XX quando divulgadores do positivismo defendiam a incorporação do proletariado urbano à sociedade republicana brasileira no sentido de que os pobres pudessem prestar serviços à “Pátria e a Humanidade”.

Porém efetivamente, segundo nos relata em sua pesquisa Luiz A. Cunha, foram outras duas correntes no início do século passado que mais influenciaram o governo federal representado por Nilo Peçanha a propor o ensino profissional como instrumento para a solução da questão social – e também aumentar a presença federal nos estados dominados pela oligarquia. A corrente “industrialista” que preconizava o progresso econômico e a emancipação política da nação, e a atuação de destacados maçons como ele próprio que tinham para si a defesa da educação popular e do estímulo à solidariedade revolucionária de origem francesa contra a mesquinhez dos maus patrões⁷.

Cabe nesta introdução lembrarmos mais uma vez a importância da corrente positivista do início do regime republicano e, em especial a ótica interpretativa de pensadores autoritários do Governo Vargas para melhor compreendermos as raízes que possibilitaram a efetivação do modelo de ensino profissional que queremos destacar nesta dissertação.

Com a chegada do regime republicano e do seu componente ideológico baseado no ensino de Auguste Comte, muitos positivistas convictos pressionaram os legisladores da Primeira República a difundirem o ensino profissional como uma forma de integrar a população marginalizada dos centros urbanos à ordem social vigente para desta

⁷ “Ao criar quatro escolas profissionais no Estado do Rio de Janeiro, em 1906, e as escolas de aprendizes artífices em dezenove estados brasileiro, Nilo Peçanha procurou responder aos problemas do seu tempo conforme os definiam essas duas vertentes ideológicas.” CUNHA, Luiz A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília: FLACSO, 2005 (p.18)

forma eliminar os conflitos sociais. Na sua proposta, para Luiz A. Cunha,⁸ os positivistas defendiam a “moralização” e a “instrução” do proletariado. Propuseram a aprendizagem de ofícios em oficinas do Estado apenas para aprendizes maiores de 14 anos, com uma ajuda de custo e tempo livre para os jovens, a fim destes serem moralizados e sadios. Tais propostas não foram aceitas pela liderança republicana do país, mas influenciaram algumas das decisões do governo federal como a proibição do trabalho de menores de 12 anos no Distrito Federal.

Em artigo escrito por Azevedo Amaral na revista *Cultura Política*⁹, este pensador estadonovista analisa a evolução da política durante a Primeira República e destaca o núcleo de republicanos positivistas que contrastava com o bacharelismo reinante da antiga classe dirigente do império. Para este autor o “sólido preparo científico” e a autoridade moral dos positivistas do Exército brasileiro bem como as “idéias sadias de um autoritarismo [...] fator decisivo da consolidação do regime” teriam sido fundamentais para a consolidação do Estado nacional brasileiro no início da República.

O fato é que o positivismo adotado por algumas lideranças políticas, em especial no sul do país¹⁰, dava o tom de uma experiência de governo regional que preconizava a incorporação do proletariado¹¹ e das diversas forças econômicas numa sociedade regida por leis que pretendiam regular a vida humana, particular ou pública que se encontra numa espécie de anarquia universal. Este positivismo adaptado pelo castilhismo no RS acreditava que a questão social seria solucionada pela via moral e educativa, pois para A. Comte o trabalhador naturalmente exerce uma liderança moral e não política sobre toda a sociedade.

Mais a frente discorreremos sobre a importância da corrente positivista no processo de sistematização e nacionalização da aprendizagem industrial. Porém, no contexto da Primeira República, aos poucos as intervenções federais concorriam com as iniciativas regionais públicas e privadas no campo do ensino profissional, sendo este ainda marcado por um forte viés moralizador e filantrópico.

⁸ CUNHA, Luiz A. “O Ensino Industrial-Manufatureiro no Brasil” in *Revista Brasileira de Educação*, Maio-Agosto, nº.14, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, pp. 89-107.

⁹ *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Ano I, nº 3, maio de 1941, p.164.

¹⁰ Júlio de Castilhos dotou o Rio Grande do Sul de uma constituição estadual segundo os preceitos de A. Comte enfrentando forte oposição da oligarquia liberal e restauradora liderada por Silveira Martins.

¹¹ Artigo 174 da 1ª constituição estadual do RS: incorporação do proletariado à sociedade moderna.

As intensas transformações sociais e econômicas ao longo dos anos 20 refletiram-se no meio urbano brasileiro numa série de medidas governamentais efetivas, embora limitadas, de tentar-se melhorar as condições de vida da classe operária nacional. Aos poucos algumas leis sociais passam a ser efetivadas ou trazidas ao debate nacional transformando as condições sociais da nossa industrialização¹² já que os governantes do período também tinham em mira a contenção do movimento político operário. Ao mesmo tempo a Educação popular oferecida pelo deficiente Estado nacional brasileiro da Velha República estava muito longe de enfrentar os desafios de uma economia em processo de industrialização e modernização que demandava por maiores contingentes de administradores, professores e especialistas técnicos.

O Estado de São Paulo que despontava como o centro dinâmico do capitalismo brasileiro, iniciará uma tentativa de expansão das oportunidades de ensino para sua população urbana através da reforma do ensino público primário de 1920 de Sampaio Dória¹³. A educação adquire aos olhos de muitos formadores de opinião uma importância que vai além do controle social e político, desenvolvendo a capacidade de inserir a sociedade brasileira no mundo moderno, tendo como exemplos maiores a Europa e os EUA. Para tanto a seria fundamental a ação de “elites esclarecidas” e dos técnicos-educadores que pretendiam uma verdadeira obra de saneamento sobre a massa da população.

Campanhas lideradas pela ABE (Associação Brasileira de Educação)¹⁴ puderam reunir sob o mesmo movimento alguns representantes de ideologias conflitantes da época como positivistas, católicos e liberais. Havia uma percepção do progresso urbano como fator de desagregação dos valores tradicionais e a ameaça de dissolução da ordem social caso não houvesse o preparo das elites políticas e econômicas. Estas assumiriam o seu papel condutor no sentido de atenuar os conflitos de classe, lidando com as questões de ordem moral, saúde e adequação do operário às exigências do capitalismo industrial.

¹² A fundação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, é um marco neste período. No Brasil criaram-se o Código Sanitário Estadual de 1917, o Conselho Nacional do Trabalho (1923), a Lei de Férias e o Código de Menores (1926). Boa parte dos empresários reagiu negativamente, especialmente contra estas duas últimas leis sociais.

¹³ “*Nas discussões ocorridas no campo educacional paulista, evidencia-se que os chamados “renovadores” valorizavam a qualidade do ensino, enquanto os denominados “conservadores” lutavam pelo “ensino para todos”. A Reforma de 1920 pretendeu contemplar as duas vertentes ao postular o ensino primário de dois anos que teve vigência ínfima, causando muita polêmica, evidenciada nos jornais de grande circulação*”. BORTOLETO, Ana Clara. *A sociedade de Educação de São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009 (p.234).

¹⁴ Fundada em 10/1924 por Heitor Lyra da Silva.

Segundo Marta M.C. de Carvalho o discurso cívico da ABE revelava um projeto político-cultural que, apesar dos conflitos e diferenças ideológicas internas, unificava algumas das principais idéias e tomada de decisões do movimento¹⁵ no sentido em que foi exposto acima.

Ainda neste ambiente de “otimismo pedagógico” não raro reformas e reformadores surgem com a crença na eficácia de certas concepções pedagógicas, em destaque a “Escola Nova” que buscava o enquadramento da sociedade brasileira na ordem liberal reinante até a crise de 1929. Iniciativas educacionais nos estados foram então empreendidas por Sampaio Dória em São Paulo (1920), Lourenço Filho no Ceará (1923), Anísio Teixeira na Bahia (1925), Fernando Azevedo e o comentado “Inquérito sobre o Ensino”, novamente em São Paulo (1926), Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais (1927), Fernando Azevedo no Distrito Federal (1928), entre outros.

Às vésperas da crise de 1929, a maturação de dois processos da realidade brasileira vão marcar definitivamente os caminhos que a educação brasileira como um todo, e o ensino industrial, tomarão a partir deles.

No primeiro os trabalhadores urbanos tornaram-se uma importante força política no conturbado cenário político nacional, fato que desafiava os tradicionais dirigentes políticos nos estados mais desenvolvidos economicamente. Projetos de lei estaduais e poucos decretos federais no começo do século XX tentavam timidamente responder ao novo desafio político-social¹⁶ para neutralizar o potencial revolucionário do proletariado brasileiro cujas reivindicações iam sendo lentamente politizadas pelos sindicatos mais atuantes. Neste sentido, uma nova organização estatal de nível nacional e um rearranjo das forças político-sociais fazia-se necessário para os novos tempos¹⁷.

¹⁵ “o discurso cívico da ABE produz “civismos”: “civismo” de “elites” idealistas e devotadas às causas nacionais; “civismo” do “povo” laborioso e ordeiro, dedicado à produção de riquezas civismos de que se espera a abertura ao país dos caminhos que conduzam ao que é entrevisto como progresso”. CARVALHO, Marta M. C. de. *Molde Nacional e fôrma cívica*. 1ª ed. Bragança Paulista: EDUSF, 1998 (p.140).

¹⁶; 1ª Lei sobre acidentes de trabalho (15/01/1919); Anteprojeto do Ministério da Agricultura e Comércio, criando o Departamento Nacional do Trabalho (09/08/1921); Decreto 16027, germe da justiça especial do trabalho, que criou o Conselho Nacional do Trabalho (30/04/1923); Código de Menores de 1925, de Melo Mattos; Lei 4892, que inaugura o direito às férias remuneradas, para empregados de estabelecimentos comerciais, bancários e industriais (24/12/1925); Anteprojeto nº 625 do “Código do Trabalho Brasileiro”, elaborado pela Comissão de Legislação Social, que inspirará a criação do futuro Ministério do Trabalho. PIMPÃO, Hirosê, *Getúlio Vargas e o Direito Social Trabalhista*, Rio de Janeiro, Gráfica Guarany Ltda. 1942, pp. 38-47.

¹⁷ NASCIMENTO, Benedicto H.. *A ordem nacionalista brasileira*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: IEB/USP, 2002 (p.26)

A segunda grande transformação vinha se processando desde o início do regime republicano e se deu quando a estrutura produtiva do parque industrial paulista deixa de ser composta exclusivamente por indústrias de baixa complexidade tecnológica que não demandavam uma mão-de-obra mais qualificada e em grande quantidade. Ao findar a década de vinte, quando a expansão industrial de São Paulo não mais estava completamente atrelada aos humores do complexo cafeeiro paulista e caminhava autonomamente, este quadro no mercado de trabalho urbano se transformou completamente, exigindo do sistema educacional e do seu ramo de ensino profissional uma resposta de maior escala e mais adequada aos interesses da grande indústria¹⁸ que se firmava no cenário econômico nacional.

Mas antes de avançarmos pelos anos de 1930 torna-se relevante uma breve análise histórica do que até então se entendia e se praticava como sendo ensino profissional-industrial em alguns dos estados mais importantes da Primeira República e que foram protagonistas da cena política no regime varguista iniciado em 1930.

O que se entendia e se praticava como ensino industrial no Rio Grande do Sul e Minas Gerais antes da Revolução de 1930 contribuiu de alguma forma para o formato em escala nacional que o ensino industrial, em especial o ramo da aprendizagem industrial, adquiriu quase no final do Estado Novo? É o que tentaremos investigar a seguir.

A evolução e o debate da aprendizagem industrial no Estado de São Paulo serão tratados no próximo capítulo, em razão do grande peso deste Estado nos rumos do ensino profissional brasileiro como um todo.

1.2 A influência da experiência gaúcha e região próxima no futuro ensino industrial pós 1930.

Anteriormente já nos referimos à influência dos valores positivistas presentes durante a Primeira República ao notarmos que alguns dos projetos de lei referentes ao ensino profissionalizante possuíam clara inspiração positivista na sua motivação e seu conteúdo. Buscavam integrar socialmente a população trabalhadora pobre por meio da disciplina gerada no processo de aprendizagem das profissões, especialmente nos mais jovens.

¹⁸ CANO, Wilson., op. cit., cap.2

No decorrer da República Velha o positivismo começou a declinar como uma das principais fontes inspiradoras e diretriz político-ideológica do sistema republicano brasileiro. Porém, no Rio Grande do Sul, o positivismo na sua versão castilhistas e, mais tarde, na versão mais pragmática e menos ortodoxa da “geração de 1907”, a qual pertenceu Getúlio Vargas no PRR gaúcho, influenciou muitas políticas públicas na região e, na segunda metade da década de 20, marcou o governo estadual de Getúlio Vargas no Rio Grande e, pouco depois, influenciou o núcleo gaúcho que participou da Aliança Liberal de 1930.

Ainda no final do século XIX, ao adaptarem alguns dos princípios filosóficos do positivismo na Constituição do Rio Grande do Sul, os dirigentes do PRR e seu líder, Júlio de Castilhos, haviam inserido normas de defesa do trabalhador assalariado explicitadas no artigo 74 daquela constituição estadual.

O “castilhismo” rio-grandense, uma espécie de orientação político-ideológica de fundo filosófico positivista e adaptado ao coronelismo preexistente, se firmou definitivamente no estado após a Revolução Federalista (1893-1895)¹⁹.

Esta prática política no Rio Grande do Sul foi marcada por décadas de constante polarização política e centralismo político exercido pelo PRR, bem como um intervencionismo estatal que negava a ideia de equilíbrio liberal dos diversos interesses em disputa. O Estado castilhista deveria combater os velhos privilégios aristocráticos e da Igreja e promover a moralização dos indivíduos sob a tutela o Estado, garantidor do equilíbrio social e facilitador do progresso econômico e científico.

Obviamente as políticas educacionais praticadas pelo PRR castilhista ao longo da Primeira República seriam marcadas por aquela orientação política tanto para a educação básica como para o ensino profissional.

Segundo Sandra Pesavento um “governo autoritário, progressista conservador, era aquele que assegurava as plenas condições de realização do capital, controlava os conflitos e mantinha a estabilidade social e política.”²⁰

¹⁹BOEIRA, Nelson. O Rio Grande do Sul de Augusto Comte. In: Dacanal, J.H. (org.) *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980 (p.37 e 41).

²⁰PESAVENTO, Sandra J. *A burguesia gaúcha: Dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1988 (p.133).

Sendo assim “a questão social” implicava incorporar o proletariado à sociedade via educação regular, já que, para os positivistas, havia uma complementaridade entre trabalho e capital.

O fato é que a singularidade do Rio Grande do Sul saltava aos olhos de qualquer observador ao longo da República Velha. Neste período o estado possuía os melhores índices sociais e a maior taxa de alfabetização do país. Um sistema político-administrativo centralizado e intervencionista na condução dos negócios estaduais, inclusive na educação elementar universal e no apoio de instituições que fomentassem a harmonização do desenvolvimento econômico dos diversos setores produtivos do estado²¹.

O Rio Grande do Sul já na década de 1920 dava largos passos para superar sua tradicional economia agropastoril para uma condição mais urbano-industrial, obtendo uma economia mais dinâmica e diversificada. Neste contexto o governo buscava difundir o ensino técnico para os trabalhadores assalariados com o intuito de prepará-los para os novos tempos da fábrica e da maquinofatura.

O Instituto Parobé, assim nomeado em 1918, é expandido pelo governo do estado sob a direção do engenheiro João Luderitz com a inauguração de curso gratuito para meninos pobres e para o aperfeiçoamento de operários em 1919. Desta forma o governo gaúcho tentava solucionar “a questão social” pela ampliação do ensino técnico-profissional e medidas de melhoria dos centros urbanos (transporte, saneamento e habitação), mobilizando também a iniciativa privada para tal empreitada.

A participação dos industriais gaúchos na instituição, segundo Luderitz, era fundamental para o sucesso da instituição, pois estes confirmavam a eficiência do método e seus resultados nas suas indústrias. Era um processo de aprendizagem pela produção.

Luderitz e seus colaboradores provavelmente não eram alheios às tendências que se firmavam no plano nacional, principalmente nas regiões economicamente mais ativas, pois lentamente a intervenção do governo federal no sistema produtivo via ensino técnico ia se firmando²². Diante disso sua resposta aos seus superiores no Estado Rio-grandense era fazer o Instituto Técnico-Profissional por ele dirigido o promotor de uma

²¹ PESA VENTO, Sandra J., op. cit., (p.132).

²² Serviço de Remodelação do Ensino Profissional-Técnico, 1920; Departamento Nacional do Trabalho, 1921.

concepção de produção e sociedade fundamentada na indústria moderna. O instituto tornar-se-ia um microcosmo desta concepção de ensino profissional²³.

O apoio a tal projeto educativo jamais teria ocorrido se no plano governamental não houvesse uma afinidade ideológica e certos objetivos que convergissem para sua efetivação. Borges de Medeiros e, depois o seu sucessor, Getúlio Vargas, como influentes líderes políticos de marcada formação positivista não podiam ver de outra forma o papel do Estado com relação à educação, isto é, o Estado com a incumbência de proporcionar um ensino leigo que garantisse aos educandos conhecimentos para viver o mundo moderno e uma cultura cívica que, também, promovesse o progresso econômico²⁴.

A década de 1920 na história política do Rio Grande do Sul, em especial na sua segunda metade, teve fortes conseqüências para o papel do Estado na economia e política local. Um símbolo disto foi dezembro de 1922 com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, marcando o fim da hegemonia de Borges de Medeiros e dos castilhistas históricos nos destinos do estado. O enfraquecimento deste líder e o fortalecimento da oposição permitiram uma nova composição de forças que entronizou Getúlio Vargas e aliados no centro do poder político gaúcho.

Vargas tornou-se líder da bancada gaúcha na Câmara Federal em 1924. Participou da Reforma da Constituição Federal em 1925 e foi nomeado em novembro de 1926 Ministro das Finanças do Governo de Washington Luís. Neste período, provavelmente, tomou contato mais aprofundado com as grandes questões nacionais relacionadas à economia e aos problemas sociais que se avolumavam em todo o país.

No seu curto governo estadual no Rio Grande do Sul²⁵ buscou logo imprimir certo dinamismo financeiro, apoiar a pequena, porém, importante indústria têxtil e manufatureira local.

Por meio de um governo de conciliação das diferentes facções da política gaúcha buscou implementar um aparelho de estado mais eficiente e intervencionista além de reformas tributárias e administrativas que possibilitassem materializar seu ambicioso

²³ QUELUZ, G.L. *Concepções de Ensino Técnico na República Velha (1909-1930)*. Curitiba: PPGTE/CEFET-Pr, 2000 (p.140)

²⁴ LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (p.208-209).

²⁵ 1928 a 1930.

projeto político de lançar o Rio Grande do Sul no centro do cenário político nacional, naturalmente sob sua liderança.

Todo este quadro político mais a adaptação dos princípios positivistas e da pedagogia de Luderitz a frente do Instituto Técnico Profissional em Porto Alegre, nos possibilita reconstruir parte do espírito que orientou as prioridades educacionais da geração de políticos gaúchos que ascendeu ao grau máximo do poder nacional.

Somado às outras contribuições estaduais importantes no campo da educação profissional, a experiência gaúcha também influenciou decisivamente as principais linhas estruturantes da educação brasileira no processo de formação do que seria o ensino industrial após a revolução de 1930.

O caso de Santa Catarina é um bom exemplo de como em outras regiões, no seu processo de industrialização, estava disposta a mão-de-obra operária qualificada para manter em funcionamento suas indústrias. Isso num estado intermediário entre o maior centro econômico do país, São Paulo, e, mais ao sul, outra economia em busca de diversificação e expansão como era a do Rio Grande do Sul, que contava com uma orientação governamental estimuladora de certo industrialismo e ensino profissional.

Segundo Maria L.R. Hering²⁶ é possível considerar o desenvolvimento econômico e o surgimento de uma importante indústria regional no Vale do Itajaí catarinense sendo muito mais o fruto de uma economia estimulada por fatores internos de certa dinâmica própria do que uma simples área periférica de São Paulo e seu importante centro consumidor.

Para os objetivos deste capítulo do trabalho, o estudo do caso catarinense se torna relevante pois a autora desenvolve na sua tese que nesta área marcada por um modelo de colonização estrangeira a partir do século XIX, semelhante ao seu vizinho gaúcho mais ao sul, guardada as devidas proporções, desenvolveu-se sem apoio governamental e sem um sistema de crédito formal, uma indústria têxtil composta no seu início por pequenas e médias empresas formadas com recursos próprios dos seus fundadores e pelas possibilidades de ligações dos imigrantes locais com o capitalismo alemão, país de onde a maioria se originou.

²⁶ HERING, Maria L. R. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.

As fábricas catarinenses situadas num contexto de pequenas propriedades e proprietários e sem grandes somas de capitais contava principalmente com o mercado local para o consumo, mão-de-obra e empreendedores adequados para o seu desenvolvimento econômico inicial.

Assim, diante da inexistência de um governo intervencionista como no Rio Grande, a falta de uma política social oficial e baixa organização sindical, os operários dependiam das relações pessoais e paternais que possuíam com os empresários para o seu bem-estar. Por sua vez, os industriais locais podiam dispor de um quadro de empregados qualificados e adestrados para a produção, pois contavam com as suas boas relações pessoais com os imigrantes das comunidades e das suas ligações com a pátria-mãe original, constatando-se daí a importância do elemento estrangeiro para a expansão daquela indústria.

Na ausência de um sistema de ensino profissional patrocinado pelos governantes locais, ou de associações destes com o empresariado das regiões industrializadas, a solução mais barata e que não demandava rigoroso planejamento e grandes somas de recursos oficiais e privados era simplesmente contar com mestres estrangeiros temporários (contratados) ou permanentes para a instalação de máquinas mais complexas e/ou de manutenção mais complicada. O ensino era praticado empiricamente, sendo que os “técnicos” poderiam ensinar no próprio ambiente de fábrica alguns poucos colegas escolhidos ou indicados pelo patrão²⁷.

Podemos arriscar que, diferentemente, no Rio Grande do Sul e em outras poucas regiões mais industrializadas, gradativamente foi se firmando ao fim da década de 20, no plano das políticas sociais e trabalhistas, a substituição do antigo modelo configurado nas relações pessoais ou paternais dos industriais com os seus empregados pela atuação do Estado como poder intermediador e regulador nas relações capital/trabalho. Tendência também verificada nos planos governamentais para a educação profissional dos filhos das classes populares e qualificação dos trabalhadores já existentes.

²⁷ HERING, Maria L. R. op. cit., (p.102).

1.3 A influência mineira para o futuro ensino industrial.

Dos três grandes (SP, MG e RS) Minas Gerais era o Estado que politicamente mais apoio e sustento deu às oligarquias que dirigiam o sistema político da Primeira República. Tradicionalmente ficava ao lado da situação, quando porém pressionado, ou prejudicado naquele jogo político, as forças políticas majoritárias de Minas viam-se obrigadas a compor a contragosto com a oposição. Assim novos abalos e um novo rearranjo no sistema político mineiro não se faziam por esperar.

Se tal situação acontecia em termos mais gerais na dimensão política, isso teria tido algum efeito na esfera das políticas da educação republicana dado o peso deste Estado, possuidor do maior colégio eleitoral do início da República? É isso o que tentaremos responder nas linhas seguintes.

No início dos anos 1920 Minas Gerais ocupava a segunda posição na produção industrial bruta e agrícola brasileira, seguida de perto do Rio Grande do Sul. Mas conforme John Wirth²⁸, Minas era uma economia de “declínio relativo” devido a baixa renda per capita, baixa produtividade, transporte deficitário entre outros fatores.

Parte da liderança política mineira e de sua sociedade tinham consciência deste fato econômico e nutriam certo mal estar face o contraste do seu Estado ante o dinamismo capitalista da economia do vizinho paulista e do crescimento econômico do distante Rio Grande do Sul.

Desde o início do século XX o PRM havia obtido relativa paz interna entre as suas facções políticas rivais possibilitando à bancada de deputados mineiros credenciais para aliar-se com São Paulo no comando do Governo Federal da República Velha.

Porém tal privilégio político aliado às limitações da economia mineira que contava com uma população numerosa, altas taxas de analfabetismo e dificuldades dos seus governantes em impor o fisco sobre a classe dos proprietários, tornava evidente a dependência crônica de Minas da ajuda econômica federal quando se tratava de projetos de maior envergadura para dinamizar sua economia.

²⁸ WIRTH, J. Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937 In: CARDOSO, F.H. (et. al.) *O Brasil republicano*, V. 8 (1889-1930). 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (p.84-111).

O grande iniciador da uma ideia mineira de desenvolvimento foi sem dúvida seu líder político do início da Primeira República, João Pinheiro²⁹. A frente do seu tempo tinha a clara percepção de que era falsa a polêmica entre indústrias “artificiais” e “naturais”, algo ainda tão comum nos debates a respeito da indústria brasileira no início do século passado. Percebia que o desenvolvimento industrial e econômico em geral dependia não somente de matérias-primas, mas da mão-de-obra qualificada e preparada para exercer o seu papel no mundo moderno. Para tanto via o Estado com a tarefa suprema de educar todas as parcelas da população para o progresso³⁰.

Para Otávio Dulci³¹, por mais católico e liberal que fosse João Pinheiro no plano do debate político, ele tinha clara influência positivista no que dizia respeito às questões econômicas e sobre qual classe social deveria estar a frente para recuperar economicamente o seu Estado: “as classes conservadoras”.

Sua experiência antes da presidência do Estado, como empresário e arguto observador das mazelas econômico-sociais da sua terra permitiu-lhe, em sua maturidade política, perceber as armadilhas das teses liberais dominantes entre seus pares ao afirmar que: “*Na Inglaterra eu seria livre-cambista. No dia em que estivermos aparelhados para lutar, sim; até aí a proteção não é ao industrial, é a nossa independência econômica, é o nosso trabalho.*”³²

Ao organizar e liderar o 1º Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 e, mais tarde, como Presidente de Minas Gerais, implementar a expansão do ensino primário, assim como valorizar o ensino agrícola médio e superior, provava sua crença na educação profissional e na tecnologia como fatores principais de desenvolvimento econômico.

²⁹ Liderou a organização do primeiro Partido Republicano Mineiro, passando a dirigir o seu jornal *O Movimento*. Em 1903, presidiu o Primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de M. G.. No ano de 1904, foi eleito para o Senado Federal, cargo que exerceu por pouco tempo, pois em 1906, tornou-se Presidente de Minas Gerais até falecer em 1908 em Belo Horizonte.

³⁰ “*Abrir escolas que iluminem a inteligência das crianças; ensinar o trabalho aos adultos; guiar e aconselhar, nas dúvidas, aos produtores; cuidar das questões materiais, sem o abandono da parte espiritual e moral [...] – é, senhores representantes de Minas Gerais, operários efêmeros que somos do serviço permanente da Pátria, [...] É a realização do lema que se inscreve no pavilhão brasileiro, pela perfeita conciliação da “Ordem e Progresso”.*” (2ª Mensagem ao Congresso Mineiro – 15/07/1908). BARBOSA, F. de A. (org.) *João Pinheiro: Documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1966. (p.324-325).

³¹ DULCI, O. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, A. de C. (org.) *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005 (cap.3)

³² BARBOSA, F. de A., op. cit., (p.170)

Aplicando sua interpretação positivista de compreensão e transformação da realidade num contexto de fundas raízes católicas como a mineira, João Pinheiro ajudou a introduzir naquela cultura política conservadora e autoritária a importância da educação formadora de cidadãos dóceis e aptos para o trabalho, base de uma modernização tutelada por um Estado nacionalista que também estruturaria sua classe dirigente no plano empresarial e no plano corporativo.

Sua concepção de desenvolvimento para Minas Gerais e para o país tinha claramente uma influência positivista e pragmática na qual eram imprescindíveis ao Estado a racionalização e a modernização da vida econômica e do sistema político. Isso através do Governo como coordenador das forças produtivas e grupos sociais no sentido de criar e expandir uma base capitalista moderna num ambiente de liberdade profissional, proteção à indústria nacional³³, estímulos aos empresários³⁴ e uma política educacional também voltada para a instrução e o aperfeiçoamento da força de trabalho³⁵.

João Pinheiro e as forças políticas que o apoiavam viam a possibilidade de Minas Gerais superar o seu relativo atraso econômico por meio da união das principais forças políticas do Estado. O líder político mineiro pôs em prática uma estratégia de modernização econômica que incluía a diversificação e a potencialização da agricultura, substituição de importações estaduais, protecionismo pragmático para a indústria local e novas oportunidades de ascensão social às classes populares via difusão da educação

³³ “*Eu sou partidário da absoluta liberdade em suas diversas formas, inclusive a liberdade econômica; afirmo a liberdade de trabalho, como uma necessidade de aperfeiçoamento e um propulsor de progresso; mas no nosso caso atual, a ausência da proteção não seria a liberdade, seria um delito; é como se dessem a uma criança a liberdade de ir lutar com um atleta. A liberdade industrial só se pode praticar em relatividade de condições; aqui a proteção é uma necessidade de defesa, ainda que temporária*” (Entrevista concedida a *O País*, e publicada no *Minas Gerais* de 20-9-1906). BARBOSA, F. de A. (org.) Op. cit. p.169-170.

³⁴ “*considerando que as exposições de indústrias, conforme as lições de experiência e o exemplo de outros, constituem um grande meio de adiantamento na vida econômica, por facilitar aos produtores a oferta, aos consumidores a procura, sendo para o comércio uma base de largo desenvolvimento;*
[...] Art. 1º. - Fica criada na capital deste Estado uma Exposição Permanente, que será instalada no dia 1º de novembro do corrente ano, em que figurarão os produtos naturais, agrícolas e industriais deste mesmo Estado.

Art. 2º. - Aos expositores, que melhores e mais aperfeiçoados produtos apresentarem nesta exposição, serão conferidos prêmios, cuja distribuição terá lugar no dia 15 de novembro de cada ano.” (Prêmios à Agricultura e Indústria - Ouro Preto, 28/04/1890). BARBOSA, F. de A. (org.) Op. cit. p. 92-93.

³⁵ “*Assim João Pinheiro sanciona, em 18 de setembro de 1906, a Lei n. 439, autorizando o governo a proceder à reforma do ensino primário, normal e superior do Estado. E daí por diante não abandonará mais o problema, apesar de sua complexidade e das dificuldades de equacioná-lo, mas procurará antes abordá-lo em todos os seus ângulos e trazer-lhe ainda um aporte direto e objetivo: o do ensino profissional.*

Já em seu primeiro artigo, a Lei n. 463, de 12 de setembro de 1907, cuida de afirmar que:

‘Art. 1º. - O ensino secundário do Estado de Minas Gerais tem por objetivo cultivar e desenvolver a inteligência, não só para os cursos superiores, mas também para as artes, agricultura e demais indústrias.’
Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social. *João Pinheiro e o Ensino Profissional em Minas*. Belo Horizonte: Bibl. Pública de MG “Prof. Luís Bessa”, 1970. p. 14.

básica e do ensino profissional, especialmente o agrotécnico, ao invés do tradicional modelo educacional de cunho bacharelesco.

Para João Pinheiro:

“E’ uma illusão dos paes, como é uma miragem dos moços, procurar a independencia positiva da vida nestas carreiras de brilhante exterioridade, mas de fragil consistencia, por mais que ao longo tirocinio exigido se decretem privilegiadas garantias officiaes. E’ que a vida das classes liberaes repousa sobre a prosperidade material da sociedade; descurada esta e dado o desequilibrio pelo excesso daquellas, terão de soffrer a fatal repercussão, surgindo o proletariado intellectual, cujo aspecto doloroso já se desenha entre nós.”³⁶

A morte precoce de João Pinheiro no meio do seu mandato provavelmente levou a fortalecer a tendência do PRM de estabelecer uma política de alinhamento oligárquico com São Paulo para partilharem do poder central nos vários governos federais seguintes. Porém estava plantada na cultura política da classe dirigente mineira a necessidade de um sistema educacional equilibrado e moderno, caso o Estado quisesse superar suas limitações econômicas.

Nas décadas seguintes, segundo Cláudia M.R. Viscardi³⁷, o PRM conseguiu um relativo desempenho unificado da bancada mineira para credenciá-la a boa parcela do comando da União na Primeira República, não significando isso que houvesse uma real conciliação que superasse o antigo regionalismo interno de sua oligarquia.

A ascensão de Arthur Bernardes³⁸ à presidência do Estado de Minas marcará uma efetiva revalorização do ensino agrícola médio e superior que será ampliado na década de 20. Bernardes era oriundo da facção política do PRM ligada à região mineira da Zona da Mata. Durante o final da presidência federal de Washington Luís, o mesmo PRM que o havia apoiado antes, fará uma forte oposição que será capitaneada pelo seu presidente estadual do período, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada³⁹, cujo governo será

³⁶ PINHEIRO, João. *João Pinheiro e sua doutrina: 1889-1908*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984. (p.89)

³⁷ VISCARDI, Claudia M.R. – Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, p. 39-56, 1995.

³⁸ Presidente eleito do Estado de Minas Gerais em 1918. Entre 1922 e 1926, foi eleito Presidente da República e assegurou alguns direitos trabalhistas, como férias anuais de 15 dias para empregados do comércio, da indústria e de bancos. Seu governo foi marcado pelas revoltas tenentistas e repressão.

³⁹ Em março de 1926, foi eleito para a presidência de Minas, sem concorrentes. Sua vaga no Senado foi preenchida, no ano seguinte, por Artur Bernardes. Liberal e tendendo ao congraçamento das várias correntes do PRM, tinha o controle da bancada mineira na Câmara dos Deputados, a qual, obedecendo ao seu comando (e sob a liderança de seu irmão José Bonifácio), apoiou integralmente a ação do presidente da República, até a eclosão da crise sucessória, na segunda metade de 1929.

não somente um marco na histórica política de Minas, mas também dos rumos do que viria a ser a educação e seu ramo profissional após a Revolução de 1930.

Antonio Carlos como governante e político experiente, provavelmente tinha a intenção de fazer de Minas Gerais uma vitrine para as suas pretensões políticas futuras no plano federal e, ao mesmo tempo, retomar alguns princípios desenvolvimentistas herdados da antiga e popular administração de João Pinheiro.

Maurilane S. Biccas⁴⁰ acrescenta que no plano interno a política educacional do Presidente Antonio Carlos, sendo o seu Secretário do Interior Francisco Campos, tendo Mário Casassanta como Inspetor da Instrução Pública, pretendia persuadir e controlar socialmente boa parte dos excluídos da população mineira e consolidar o apoio dos setores médios desejosos de novas oportunidades de ascensão social num Estado em relativo declínio econômico e culturalmente conservador.

Cabe aqui chamar a atenção para um fenômeno que ocorreu na política educacional mineira deste período, reflexo também do embate das forças político-sociais durante a gestão de Antonio Carlos. Concomitantemente à reforma política e administrativa da sua gestão ele, também, dá início, com o “Regulamento do Ensino Primário” de 15/10/1927, à chamada “Reforma Francisco Campos”, influenciada pelas ideias escolanovistas de John Dewey, filósofo e pedagogo estadunidense que defendia a reconstrução da sociedade industrial em crise através da escola. Para evitar conflitos com a Igreja Católica decorrentes da expansão da rede pública que passou a alcançar a população pobre do Estado, fortaleceu-se uma parceria política entre a classe dirigente mineira e a liderança católica em Minas. Modelo de aliança que, posteriormente, será levada para o plano federal.

Na análise de Maurilane Biccas, Igreja e Estado em Minas Gerais desenvolveram uma espécie de relação simbiótica que beneficiou ambas as instituições tanto no campo político como educacional⁴¹. Selecionaram-se convenientemente alguns dos elementos mais adaptáveis da pedagogia escolanovista ao *modus operandi* de uma educação de fundo católico tradicional e politicamente conservadora e autoritária.

⁴⁰ BICCAS, M. S. *O Impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2008.

⁴¹ BICCAS, M. S. op. cit. (p.65)

Mais tarde, em pleno Estado Novo, num importante periódico do regime em artigo assinado por Venâncio Filho⁴², este educador destacava a importância da criação da Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais para a formação do magistério mineiro, em sua opinião fruto de um movimento renovador iniciado no Distrito Federal em 1927, antevisto em 1924 e, em 1928, com Francisco Campos, a remodelação de todo o sistema educacional de Minas Gerais, com ênfase na formação e aperfeiçoamento do professorado⁴³.

De certa forma alguns dos principais pressupostos políticos e pedagógicos da aliança entre o grupo católico e o Estado mineiro foram exportados mais tarde ao governo federal na pessoa e na atuação política do seu Ministro da Educação Francisco Campos: centralização burocrática e desmobilizadora do social legitimada pelo discurso de ênfase da técnica e na eficácia do seu projeto sócio-econômico e controle social das massas:

*“A escola primária é o objetivo primordial para a formação do caráter da mocidade não apenas no tocante à inteireza moral, [...] dotar o indivíduo das qualidades ativas capazes de o transformarem em vigorosa unidade econômica [...] Para que o escolar de hoje atue amanhã como força econômica tornar-se mister se lhe facilite o acesso ao ensino técnico, objetivando primeiramente a agricultura e a pecuária, nossas indústrias fundamentais e o comércio”.*⁴⁴

O Presidente Antonio Carlos e seu Secretário Francisco Campos dividiram o ensino em Fundamental e Complementar. Este último voltado mais para o ensino técnico-profissional, adquiriu uma orientação ideológica não mais marcada somente pela visão filantrópica ou assistencialista da maioria dos liceus e escolas profissionais do início do século XX. A administração carlista planejou escolas profissionais para o preparo técnico e para o controle social⁴⁵ dos trabalhadores inseridos no mercado interno que se desenvolvia

⁴² Participou ativamente do movimento capitaneado pela Associação Brasileira de Educação (ABE) da qual foi presidente, sendo ainda um dos signatários destacados do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932).

⁴³ Venâncio Filho. A Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. *Cultura Política*: Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, Ano II, n. 22, p.130-131, dez. 1942.

⁴⁴ PEREIRA, L.M.L. *Presidente Antônio Carlos: Um Andrada da República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (p. 308: Entrevista de A. Carlos ao jornal “O Diário de Minas”).

⁴⁵ “A escola, na concepção contemporânea, e considerada as imposições do meio social dos tempos presentes, não pode cogitar apenas em termos sumários da cultura intelectual; tem de caber-lhe, em grande parte, a eficiente missão de revigorar o caráter da juventude, proporcionar-lhe robustez física e formar o homem para os embates da vida, ensinando-lhe a confiar mais no próprio valor que no amparo do Estado e da coletividade, afeiçoando-o à disciplina do trabalho, inculcando-lhe amor à ordem, o respeito às leis, os

num ambiente político-ideológico no qual cada vez mais as elites ouviam o atemorizante barulho das classes populares urbanas que aos poucos eram mobilizadas à direita ou à esquerda.

1.4 O projeto de lei do deputado médico e sanitarista Azevedo Sodré e o projeto do deputado mineiro e simpatizante do positivismo Fidelis Reis: prenúncios do que viria a ser a aprendizagem industrial nacional?

Se nas linhas anteriores procuramos enfatizar a atuação e influência dos governantes e do poder executivo em geral, cabe agora chamarmos a atenção também para a contribuição e repercussões que a atuação do legislativo federal teve para o ensino industrial como um todo chamando nossa atenção para dois projetos de lei emblemáticos sobre o assunto.

No exterior, na maioria dos países mais industrializados como a Alemanha e Inglaterra, os novos métodos de ensino técnico-industrial estavam adiantados e recebiam importante apoio político das suas autoridades e apoio econômico de setores organizados do empresariado capitalista local. Podemos arriscar que naquelas sociedades industriais e altamente urbanizadas a parceria entre Estado e empresas capitalistas para difundir e manter o ensino profissional voltado às necessidades da indústria era algo corriqueiro e oferecido à classe operária.

Na primeira metade do XX, num país capitalista periférico como o Brasil, com uma população predominantemente rural, sendo parte dela recém saída do escravismo, cuja industrialização era tardia, ainda não era consenso entre a classe política e nem senso comum entre as classes populares a necessidade da expansão de um eficiente sistema educativo profissional, isso para ao menos atender as necessidades básicas de mão-de-obra qualificada numa economia como a nossa.

princípios de honra, de dignidade e de patriotismo.” PEREIRA, L.M.L. op. cit. (p.309: Trecho do discurso proferido no 1º Congresso de Instrução Primária em 05/1927).

Um bom exemplo de como os novos modelos de educação profissional no exterior passaram a chamar a atenção dos nossos legisladores, foi o Projeto de Lei de Azevedo Sodré⁴⁶ de 1915, cuja inspiração vinha do Código Industrial do Império Alemão.

O projeto de lei defendia entre outras coisas, a criação de um fundo escolar para possibilitar autonomia financeira à administração escolar de ensino profissional, obrigatoriedade de que menores de 18 anos freqüentassem escolas profissionalizantes caso existissem a pelo menos 600 m da empresa em que trabalhavam, proibição do trabalho de menores de 12 anos obrigados a freqüentar as escolas, fiscalização por meio de guardas escolares sobre os estabelecimentos e empresas os quais eram obrigados a fornecer o número de menores que trabalhavam neles, além de investimentos em parceria com o governo federal para a construção de escolas e oficinas equipadas, sendo tais escolas subordinadas e organizadas pela Diretoria-Geral de Instrução Pública.

Outro projeto cujo teor indicava a preocupação de parte da classe política sobre o tema, foi o projeto de lei do deputado mineiro Fidelis Reis de 1922. Sua proposta inicial tornava obrigatório o ensino profissional para todos os estudantes (de famílias ricas ou pobres), sendo pré-condição obrigatória para o ingresso em cursos superiores civis, militares e nomeação para cargos públicos.

Não deixamos de notar no projeto de lei de Fidelis Reis uma clara influência positivista, com o seu autor justificando estar combatendo o crônico bacharelismo ibérico da sociedade brasileira e a desvalorização dos ofícios e do trabalho técnico causados pela herança de séculos de vigência do escravismo.

O que chama nossa atenção nas considerações de Fidelis Reis ao defender seu projeto nos debates da Câmara e nas entrevistas é a semelhança de suas posições com a de outro ilustre positivista mineiro, João Pinheiro. Também para Fidelis Reis, ao se referir ao progresso econômico dos Estados Unidos e sua liderança nas Américas, mais do que o processo de colonização das antigas Treze Colônias ou a influência das correntes imigratórias que lá desembarcaram, o que teria feito a diferença era o seu “ensino

⁴⁶ Antônio Augusto de Azevedo Sodré, médico fluminense que ocupou a Diretoria de Instrução Pública do D.F. Depois se tornou prefeito e, mais tarde, deputado federal pelo D.F. Este projeto foi apresentado na época ao prefeito do D.F. pelo legislador.

moderno”, ensino que aproximaria os jovens da vida prática, valorizando a sua individualidade com o objetivo de fazê-los “triumpharem na vida”⁴⁷.

Um dos pontos essenciais do seu projeto de lei conforme defendia o deputado nos debates na Câmara era a obrigatoriedade do ensino profissional para todos os jovens, independentemente da sua origem social. Isso mobilizaria as autoridades públicas para a necessidade de se criarem mais escolas e liceus, promoveria a exploração racional das riquezas nacionais com o conseqüente aumento da produção e progressão econômica.

A grande crítica do deputado sobre a sociedade brasileira do seu tempo era a de que no país, apesar da variedade de riquezas naturais, ainda subsistia uma “velha indústria colonial” e não se criavam indústrias modernas que demandariam técnicos e operários qualificados.

Citando A. Comte, Fidelis Reis atribuiu a pouca disseminação do ensino profissional e técnico, causando não somente o atraso da nossa economia e o despreparo da nossa mão-de-obra, mas também “falhas e deficiências da nossa formação mental” que atingiriam o empresariado e a classe política impossibilitando o surgimento de bons administradores e estadistas, pois nosso país não acompanhava o

*“Momento de transição social e de profundas transformações para o advento da humanidade nova, que se está caldeando – sem castas e privilégios [...] E assim, ao envez de uma larga disseminação de escolas técnicas e profissionaes, para ensinar o homem a trabalhar, em cada cidade e povoado do Brasil, o de que cogitamos é da criação de academias e mais academias...”*⁴⁸

O referido projeto de lei chamou a atenção e sensibilizou de setores da sociedade no eixo Rio - São Paulo - Minas que, por meio da imprensa escrita, externalizaram suas opiniões sobre o mesmo, possibilitando para nós um razoável quadro de como eram percebidos este e outros esforços para expandir e priorizar o ensino profissional no contexto educacional ainda da Primeira República.

⁴⁷ REIS, Fidelis. *O ensino profissional: Em torno de um projecto*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1923.

⁴⁸ REIS, Fidelis. op. cit. (p.21)

Os comentários de Heitor Lyra da Silva⁴⁹ da ABE e Victor Viana⁵⁰ do *Jornal do Commercio* nos dão uma boa noção de como influentes porta-vozes das classes dirigentes letradas, que também representavam duas formas distintas de ver a polêmica, percebiam a obrigatoriedade do ensino profissional para os filhos de todas as classes sociais brasileiras.

Ambos os comentaristas destacam a importância da iniciativa de Fidelis Reis na Câmara Federal para a sensibilização das elites nacionais para a questão do ensino profissional e uma reformulação de suas diretrizes para o país, mas param por aí. Victor Viana destaca em pelo menos dois artigos no *Jornal do Commercio*⁵¹ a incompatibilidade do caráter obrigatório do projeto do deputado em virtude inutilidade de se ensinar as “artes mecânicas” a todos os cidadãos, em especial àqueles que “*se destinam aos cursos secundários e superiores*”. Alega o jornalista que “*essa exceção é lógica*”, em outras palavras, dever-se-ia manter o dualismo da educação brasileira, pois a destinação do ensino técnico-profissional era a continuação natural do ensino primário para a massa da população, enquanto os privilegiados iriam se aplicar nos “*altos estudos*” ou nas “*profissões liberais*”. Portanto seria desnecessário o ensino profissionalizante para estes últimos.

O redator do *Jornal do Commercio* fundamenta seus argumentos citando o modelo de ensino profissional na Inglaterra e na Prússia (Alemanha), pois nestes países industriais já no ensino primário conhecimentos básicos científicos e técnicos eram dados, tornando-se desnecessários repeti-los aos alunos destinados aos cursos superiores. Caberia ao sistema educacional brasileiro encontrar uma fórmula transitória que contivesse os princípios maiores do Trabalho nas escolas primárias.

⁴⁹ **Heitor Lyra da Silva** e seus companheiros da ABE, por acreditarem nas virtudes do processo educacional, pretenderam utilizar a Associação Brasileira de Educação na difusão da idéia da educação como redentora da sociedade brasileira. Admirados da ignorância e problemas de saúde da população comum, criticaram veementemente o caráter dualístico da educação brasileira e o papel apenas normativo do governo federal.

⁵⁰ **Víctor Viana**, jornalista, professor, crítico literário e ensaísta. Eleito em 11 de abril de 1935 para a Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Augusto de Lima. Dedicou-se aos problemas nacionais constitucionais, tornando-se articulista de assuntos econômicos e financeiros. Colaborou nos jornais *O século*, *Cidade do Rio*, *Imprensa* (de Alcindo Guanabara), passando para *O Paiz* e, finalmente, para o *Jornal do Commercio*, do qual chegou a ser o redator principal e diretor.

⁵¹ REIS, Fidelis. Op. cit. (p.62-73)

Por fim, Victor Viana elogia o substitutivo ao projeto de Fidelis Reis, proposto pelo Deputado Tavares Cavalcante, que retirava a obrigatoriedade da futura lei do ensino profissional para todos, pois *“as profissões liberaes só dão para alguns privilegiados; e, por isso, convém encaminhar os outros para os trabalhos technicos.”*⁵²

Na outra maneira de ver a polêmica da obrigatoriedade do ensino profissional, Heitor Lyra da Silva também elogia as vantagens econômicas e o efeito “moral” do impacto da aplicação desta lei, porém denuncia o caráter conservador e dualista da escola profissional contida no projeto de lei do deputado. Afirma Heitor Lyra que a questão central não está na obrigatoriedade ou não do ensino profissional e sim *“a de preparar para a escolha de uma profissão e não a de forçar essa escolha, prematuramente”*⁵³.

Heitor Lyra, adepto do movimento escolanovista, apóia-se muito mais no sistema liberal americano de ensino do que no determinismo profissional das escolas profissionais européias. Nos EUA as oportunidades estariam abertas a todos (meritocracia), cabendo ao ensino profissional desenvolver as habilidades manuais bem como a *“cultura mental”* para que todos possam escolher sua futura profissão com adequado discernimento intelectual.

Nas opiniões favoráveis ao formato original do projeto⁵⁴, percebem-se algumas raízes do pensamento autoritário através numa crença absoluta da função moralizadora da educação sobre a sociedade e do papel do Estado brasileiro enquanto instituição garantidora do ordenamento social, ordenamento esse mais adequado ao mundo moderno caso supere o chamado o anacronismo bacharelesco que predominava no sistema educacional e seduzia as classes dirigentes.⁵⁵

Finalmente, após intensos debates e emendas na Câmara que durou boa parte dos anos 20, foi sancionado pelo presidente Washington Luis como Decreto-lei n.

⁵² REIS, Fidelis. Op. cit. (p.71)

⁵³ REIS, Fidelis. Op. cit. (p.83)

⁵⁴ REIS, Fidelis. Op. cit. (p.84-105) Sociedade Paulista de Agricultura; jornal *Centro de Minas*; revista *Progreddior* de São Paulo, etc.

⁵⁵ *“O de que precisamos, pois, senhores, é de ensinar a trabalhar. Chega de parolice. Toda nossa obra repousa na reorganização da nossa cultura, que não póde limitar-se apenas á formação de letrados, senão, principalmente, ao preparo tecnico do brasileiro, para a exploração das nossas immensas riquezas.”* REIS, Fidelis. Op. cit. (p.105)

5241 em 22/08/1927, mas perdeu o seu caráter original de obrigatoriedade na maioria de suas aplicações.

Apesar da perda da obrigatoriedade do seu projeto original, Fidelis Reis e uma parte da liderança política da república oligárquica projetavam no ensino profissionalizante uma das saídas para o crescente problema social das grandes cidades e a potencial ameaça que o proletariado politizado representaria para a velha ordem político-social.

O Decreto-lei n.5241 não teve tempo suficiente para ser posto em prática no final da década de 1920, pois os tempos eram outros e a Revolução de 1930 chegou modificando completamente o panorama da educação brasileira e do seu ensino técnico-profissional.

2 FORÇAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS INSERIDAS NO DEBATE E NA EFETIVAÇÃO DO ENSINO INDUSTRIAL NOS ANOS QUE ANTECEDERAM A CRIAÇÃO DO SENAI.

Nos anos de 1930-1945, quando o Governo Central comandado por Getúlio adotou toda uma gama de inovações institucionais e de medidas econômicas de impacto, o Estado brasileiro assumia uma nova fase nas suas relações com a sociedade, de caráter predominantemente econômico e com novo direcionamento político. Esta nova relação estado-sociedade não era algo pré-estabelecido, mas também não podia ser resumida a uma mera reação aos problemas econômicos e políticos conforme eles apareciam.

A forma como o Governo passou a considerar como questão de Estado a regulamentação das políticas relativas ao trabalho criando instituições para mediar a relação capital/trabalho e a explícita preocupação com a educação e preparação da mão-de-obra para a atividade industrial, demonstravam que o Presidente e o seu Ministro da Educação - Francisco Campos e, posteriormente, Gustavo Capanema - não tinham dúvidas quanto à necessidade do desenvolvimento econômico da nação e alguns dos possíveis caminhos para isso se tornar realidade como, por exemplo, o ensino profissional.

Paradoxalmente, ao realizar novas condições de desenvolvimento das forças produtivas estabelecendo e reafirmando o nacional-autoritarismo do regime, o Governo Federal daquele período deu início a um lento movimento de maior oferta de variados e novos níveis educacionais mais avançados para setores mais amplos da população, indo além do tradicional.

O processo de expansão da escola pública nos seus vários ramos para atender as crescentes expectativas de ascensão social das classes urbanas foi tornando-se realidade, reformulando completamente dali em diante a orientação governamental no que tange ao ramo educacional e seu segmento profissionalizante.

Nos anos 1930 e 1940 saltava-se a etapa marcada pela tradicional escola ilustrada cujo ápice era uma formação retórica e humanística das antigas elites agrárias e rentistas, para um sistema dual e seletivo visando a preparação das “futuras elites condutoras” do país e aquele voltado para moldar o povo no seu ramo elementar-profissionalizante. Simultaneamente, junto a esta nova etapa e das transformações sócio-

econômicas do período, germinava-se a futura escola pública aberta a setores mais amplos da sociedade civil.

A seguir discutiremos como algumas das principais forças e grupos político-ideológicos do período contribuíram e interagiram, cada qual a sua maneira, para a consolidação do ensino industrial voltado aos trabalhadores do país, em especial, a aprendizagem industrial.

2.1 Católicos

A importância histórica da influência católica sobre a constituição do sistema educacional brasileiro é consenso entre os mais diferentes historiadores da educação, mas para os objetivos deste trabalho cabe agora examinarmos o grau e o tipo de influência que a Igreja Católica através do seu clero e sua militância leiga tiveram sobre os rumos que a aprendizagem industrial tomou até a criação do SENAI.

Desde a chegada na América Latina das novas ideologias políticas e outras alternativas de justiça social em fins do século XIX e início do XX, a Igreja Católica confrontava-se com essas concepções e novos atores políticos que ameaçavam substituir sua tradicional influência cultural e educacional em alguns países da região.

No Brasil este processo se acentuou com o fim do centralismo monárquico do regime imperial e o advento do federalismo republicano cujo regime político oficializou a separação entre a Igreja Católica Apostólica Romana e o Estado laico republicano brasileiro.⁵⁶

Esta separação, ao contrário do que se pensa sobre o assunto, foi mais benéfica para a instituição católica brasileira do que o contrário. Mesmo sob as duras críticas das correntes racionalistas laicas que passavam a comandar as principais instituições republicanas, a Igreja brasileira pôde reorganizar-se enquanto instituição independente e reforçar seus quadros religiosos e seus laços com a Santa Sé romana.

⁵⁶ Era o fim da *Constituição de 1824* que definia o catolicismo como religião oficial do Império e este tinha o direito de negar ou conceder validade aos decretos eclesiásticos e o imperador interferir nas questões da Igreja através da instituição do Padroado, o monarca sugeria nomes para os cargos eclesiásticos mais importantes dependendo apenas da confirmação do Papa, e do Beneplácito, todas as Bulas Papais deveriam ser submetidas ao imperador e, só após sua aprovação, seriam colocadas em vigor.

Roberto Romano defende a tese de que houve certa convergência de interesses e objetivos entre a instituição católica e boa parte dos positivistas republicanos⁵⁷ para fazer frente aos liberais e o seu receituário de não inclusão social de parcelas da população que não se adequassem às relações contratuais que oficializam a exploração da força de trabalho e a hegemonia do mercado.

A força da militância católica na política nacional que vinha numa curva ascendente desde a “reação católica” dos anos 20, pode ser medida também pela introdução do ensino religioso no horário escolar das escolas públicas de Minas adotada pelo presidente daquele Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada em 1928⁵⁸, e mais tarde em todo o país pela Constituição de 1934.

Mas até a crise de 1929 a Igreja católica brasileira e a anterior “reação católica” que empreendeu para garantir os princípios básicos cristãos no regime republicano, sob a liderança de Dom Sebastião Leme⁵⁹, alcançará somente vitórias parciais em alguns estados, como em Minas Gerais sob a presidência de Antônio Carlos de Andrada, portando limitadas no plano nacional.

Porém, após a Revolução de 1930, apesar da inicial divisão interna da instituição católica em apoiar ou não o novo regime varguista, Dom Leme e importantes lideranças católicas viram na ocasião uma grande oportunidade para que os seus “princípios básicos” cristãos marcassem de vez a sociedade brasileira, mantendo uma grande influência católica sobre a mesma.

O projeto nacionalista-autoritário do regime varguista foi ganhando força no decorrer dos anos 30 e a liderança católica viu muito mais afinidades entre suas propostas sociais e políticas e as do Estado Varguista, baseadas em concepções anticomunistas,

⁵⁷ “No pano de fundo das concepções contra-revolucionárias do final do século passado, nota-se que a coalizão dos discursos positivista e católico não foi superficial: em ambos está presente a afirmação da infabilidade do poder e de seu caráter vertical.[...] A instituição eclesiástica terá apoio positivista em todos os pontos capitais de sua doutrina: direito à propriedade, proteção da família, estímulo da moralidade e, finalmente, em coincidência com os primeiros passos do catolicismo social, a “regeneração do proletariado”, fruto de uma legalidade que imporia limites à exploração do trabalho. Esta tarefa, nos dois ideários, seria da competência do Estado.” ROMANO, Roberto Brasil: *Igreja contra Estado (Crítica ao Populismo Católico)*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979 (p.126/127).

⁵⁸ Lei Estadual (MG) nº 1092, de 12/10/1929.

⁵⁹ D. Sebastião Leme foi o terceiro Arcebispo do Rio de Janeiro e o segundo cardeal brasileiro. Nasceu em 20/01/1882 (Espírito Santo do Pinhal - SP) e faleceu em 17/10/1942 (Rio de Janeiro - RJ). “notável estrategista, criador de formas de convivência com o novo regime e de apoio mútuo entre Igreja e Estado.” DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996 (p.54).

corporativismo assistencialista e controle das classes operárias urbanas. Tudo isso, aplicado na educação brasileira via Ministério da Educação, recebeu influência direta da militância católica de Minas Gerais através do comando ministerial de Francisco Campos e, posteriormente, Gustavo Capanema, ambos com fortes ligações políticas com o clero católico.

O trabalho de Francisco Campos no Ministério da Educação confirmou a aliança entre o Governo Vargas e a Igreja Católica por meio do apoio político de seus ativistas. Esse ministro utilizava-se do apoio católico e da religião como parte do mecanismo ideológico para reforçar a doutrina do Estado Nacional.

A aliança política Estado/Igreja foi importantíssima nos anos que antecedem o Estado Novo em 1937, quando a luta política nos centros urbanos brasileiros foi se radicalizando, especialmente entre a Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento articulado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), e a Ação Integralista Brasileira (AIB), de inspiração fascista e liderada por Plínio Salgado, culminando com o fechamento e perseguição dos militantes de ambas as organizações respectivamente em 1935 e 1938.

Ao mesmo tempo, o Ministério da Educação e Saúde formalizava o rompimento com os aspectos mais liberais e democráticos do projeto pedagógico escolanovista⁶⁰ buscando reforçar sua atuação centralizadora e nacionalista bem como fortalecer o apoio político-social do grupo católico e demais conservadores na esfera educacional, criando um fato de fundamental importância.

Vale lembrar que mesmo mantendo o ensino religioso nas escolas, embora com alcance diminuído, e o livre exercício da religião no Estado Novo, a imposição do controle da classe operária e dos sindicatos, a proibição das pregações e ensino em línguas estrangeiras, especialmente o alemão e o italiano, e a repressão aos padres e religiosos simpatizantes da Ação Integralista do Brasil em 1938, gerou considerável atrito que obrigou ambas as partes a um novo rearranjo político. Portanto, esta aliança não aconteceu sem consideráveis atritos e desentendimentos entre a liderança católica do Cardeal D. Leme e o Presidente Getúlio Vargas⁶¹

⁶⁰ Discurso de Gustavo Capanema (12/1937), em comemoração ao centenário do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro.

⁶¹ “É sabido que o integralismo tomou vulto nos confessionários e agora após o decreto de fechamento dos Partidos, acentuei ao Padre Dainese, se já não é nos confessionários que se prega o integralismo e portanto

No Concílio Plenário Brasileiro de julho de 1939, Vargas é homenageado pela liderança da Igreja Católica do país e responde num discurso a expectativa e o apoio que o Governo esperava da instituição. Em 10/11/1940, nas comemorações do 3º aniversário do regime, o arcebispo Dom Aquino Correa verbaliza o novo tipo de acordo que havia entre a Igreja e o Governo Federal numa “Concordata Moral entre Estado e Igreja”, acordo officioso aceito pelas duas partes com aval do Núncio Apostólico, mas que não foi oficializado devido a oposição do Cardeal Leme, temeroso do controle que a Igreja brasileira sofreria da Santa Sé e do Governo federal.

A Igreja no contexto autoritário do Estado Novo terá que se adequar a esta nova situação, contentando-se com a liberdade de culto e das atividades puramente religiosas, submetendo-se às Leis Orgânicas do Ensino, onde predominará uma visão laica da educação, apesar de mantido o ensino religioso na educação como um todo. Situação bem diferente daquela durante a vigência da Constituição de 1934 quando, contrariando Vargas e seu grupo, os católicos haviam apoiado a lei da pluralidade e autonomia sindicais (art. 120), garantindo uma vitória temporária da Igreja e de setores do patronato contra o Ministério do Trabalho que defendia a unidade sindical sob tutela do Estado.

Com a Constituição de 1937 e, posteriormente com as Leis Orgânicas editadas pelo governo, ainda se considerava o ensino da religião católica como fator de elevação ético-espiritual do poder nacional apesar do alcance menor do ensino da religião católica nas escolas públicas, já que sua inclusão no horário escolar passava a ser facultativa. Mas a Igreja já não mais se preocupava tanto com outras modalidades de ensino como o ensino industrial no qual seus princípios éticos e religiosos não cabiam ou eram vistos como anacrônicos e sem serventia para um mercado de trabalho marcado pela grande indústria e os grandes projetos econômicos capitaneados naquele momento pelo Estado brasileiro, o qual passou a encarar o ensino industrial como questão primordial para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional.

a desobediência á autoridade constituída, é nas sacristias que muitos integralistas padres ou seculares fazem sua propaganda. Após a minha longa, pormenorizada e documentado exposição que o Padre Dainese ouviu sem contestar, referi-me ao Cardeal D. Sebastião Leme, dizendo saber com absoluta certeza que sua Eminencia fazia referencias pouco elogiosas ao Presidente da Republica, dizendo entre outras coisas ser o Exmo. Snr. Dr. Getulio Vargas um homem sem principios. Afirmei estar o Governo informado de que o Cardeal D. Leme antes de sua partida para a Europa e dentro da orientação que havia traçado ao clero recordando mais uma vez que todos mantivessem em atitude de não cooperação com o Governo.” Nota reservada de Felinto S. Müller a Getúlio Vargas datada em 26/11/1938. Arquivo Getúlio Vargas, GV c1938.11.26. FGV/CPDOC.

O ensino secundário privado e o ensino superior voltados para as classes com capacidade de matricular os seus filhos nos estabelecimentos educacionais-confessionais, eram sim a grande preocupação da Igreja naquele momento. Ao mesmo tempo ela aprovava as muitas medidas tomadas pelo governo na área social tais como a implementação das leis trabalhistas e o ensino profissional direcionados preferencialmente para as classes populares, pois acreditavam no poder neutralizador destas medidas frente a influência de ideias subversivas ou anticristãs.

No que tange especificamente ao ensino industrial, a influência católica no Ministério da Educação na figura do seu ministro mais longo, Gustavo Capanema, provavelmente deu-se no sentido de tentar subordinar a natureza essencialmente técnica e laica deste ramo da educação a uma convicção ética que comprometesse o trabalhador-estudante com os objetivos maiores de formar uma família cristã e amar a Pátria, nivelando todos os cidadãos do regime estadonovista segundo estes valores.

Mas, como veremos mais adiante, o pragmatismo de Vargas, a força política do Ministério do Trabalho e o conjunto do empresariado industrial mais organizado, diante da inevitável necessidade de implantação de um eficiente sistema de ensino industrial optarão por um sistema de aprendizagem industrial mais diretamente ligado à grande indústria e suas necessidades imediatas e por ela controlado. Portanto ficava evidente a ênfase em se priorizar um ensino mais laico e puramente técnico, diferentemente dos planos de uma formação ética e integral do trabalhador brasileiro proposta pelo católico Ministro da Educação Gustavo Capanema e seus apoiadores.

2.2 Ideólogos e pragmáticos do regime varguista.

Depois de 1930 o Núcleo Revolucionário do Poder imediatamente buscou reagir a grave crise econômica daqueles anos iniciais com medidas emergenciais ortodoxas e outras, cada vez mais inovadoras, levando o país para um modelo de diversificação da produção e modernização da economia. Concomitantemente refazia radicalmente a legislação atendendo parte das demandas sociais represadas das décadas anteriores bem como inaugurava novos institutos e órgãos para possibilitarem políticas públicas de planejamento da produção e sua distribuição.

Neste ambiente político e econômico a necessidade de quadros qualificados e competentes para gerir o Estado em expansão era grande. O Governo foi obrigado a tentar formar a partir dos velhos quadros da administração pública e dos setores médios com formação superior, os escalões de uma administração pública mais racional e eficiente para auxiliá-lo na tarefa de impulsionar o país num sentido mais nacional-desenvolvimentista. Outra tarefa deste funcionalismo qualificado seria a de criar os meios materiais e ideológicos para convencer a classe trabalhadora a contribuir com este esforço econômico nacionalista sem rupturas profundas na estrutura social, somente o suficiente para permitir o progresso e uma limitada redistribuição da riqueza nacional.

De fato a tarefa era gigantesca e o ensino profissional, na visão de Vargas e dos seus colaboradores mais íntimos, era de fundamental importância para tentar harmonizar a classe trabalhadora, secularmente espoliada dos seus direitos, e a classe dos empresários e proprietários que na sua maioria eram reacionários e temerosos da modernidade que o progresso poderia trazer junto de si.⁶²

Uma das primeiras medidas dos Revolucionários de 1930 diz respeito à defesa da nacionalização da força de trabalho e a diferenciação que fazem entre “nacionais”, “natos” e “estrangeiros”. O Governo Provisório através do Ministro gaúcho Lindolfo Collor e seus colaboradores do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, decretaram em dezembro de 1930 a Lei nº 19.482 que, entre outras coisas, passava a controlar e limitar o fluxo de imigrantes estrangeiros e obrigava as empresas estabelecidas no país a ocuparem com 2/3 das suas vagas com brasileiros *natos*⁶³.

A lei sofreu uma constante e forte resistência tanto da parte de alguns sindicatos operários como do patronato em geral. A fraca fiscalização governamental nos anos 30 e a resistência mais efetiva dos empresários obrigaram o Governo a revisá-la tanto nos seus prazos de execução como em outros detalhes de seu funcionamento. Também a Lei 20.303 que nacionalizava o trabalho na frota da Marinha Mercante, vai completar uma tendência do regime em controlar o movimento operário e, ao mesmo tempo, defender seus

⁶² “a modificação da mentalidade da classe patronal, transformando a sua atitude tradicional de desinteresse e distancia em face do operário, no sentido de fazê-la melhor sentir os seus deveres de solidariedade e de fraternidade para com as classes trabalhadoras;” FREITAS, Bezerra de. A valorização do trabalhador brasileiro. *Cultura Política*: Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Ano I, nº 9, 10/11/1941. p. 109.

⁶³ ARAÚJO, Rosa M. B. de. *O Batismo do Trabalho: A experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

direitos sob a tutela do Estado nacional, mesmo que contrariando consideráveis setores das chamadas “classes conservadoras”.

A importância das leis de nacionalização e controle da mão-de-obra do Governo Provisório que desembocarão no texto constitucional de 1937, a nosso ver serão importantíssimos para o modelo de ensino profissional que os homens fortes do regime e seus ideólogos estavam dispostos a defender, como bem nos esclarece em seu discurso por ocasião da implantação do Estado Novo, Francisco Campos considerando-a “*o instrumento adequado para a efectivação do nosso desejo de unidade e de poder.*”⁶⁴

O apelo nacionalista do Governo seduzia e quebrava algumas resistências de muitos setores do operariado. Garantia-se uma reserva de possíveis vagas de emprego para a mão-de-obra nacional e demonstrava ao conjunto dos trabalhadores urbanos o empenho do Governo Vargas em atender, mesmo que parcialmente, muitas das suas antigas demandas.

Na outra ponta do edifício social, o nacionalismo pragmático de Vargas aos poucos, durante os anos 30, foi convencendo e quebrando a resistência das classes mais elevadas principalmente das cidades, muitas delas adeptas ou simpatizantes de versões nacionalistas à direita, de facções políticas conservadoras, ou simplesmente, liberal-democráticos.

Portanto, tendo aberto essa possibilidade de uma pequena ascensão social para massas de trabalhadores rurais migrantes ou grupos nacionais marginalizados nas próprias grandes cidades. O passo seguinte para que os empresários absorvessem esses contingentes, recém incluídos no nascente capitalismo brasileiro, seria aplicar um novo modelo de ensino profissional para qualificá-los e adestrá-los aos ditames da produção manufatureiro-industrial.

Os anos que vão do Governo Provisório de Vargas até o fim do Governo Constitucional em 1937, explicitaram um processo de rearranjo das forças sociais e de novos protagonistas político-ideológicos que marcaram o formato e os rumos das principais instituições do poder brasileiro. Uma extensa burocracia se formava a sombra do Estado brasileiro, imune a qualquer controle político e jurídico convencional da época, absorvendo e compondo os seus quadros com elementos regionais ou de grupos de

⁶⁴ CAMPOS, F. *O Estado Nacional*. Op. cit. (p 144).

interesses específicos. Iam ficando para trás as antigas disputas nos ministérios entre o grupo tenentista e as antigas oligarquias regionais, cujo ápice havia sido o movimento constitucionalista e anti-Vargas promovido pela Frente Única Paulista em 1932.

Em linhas gerais para os ideólogos do regime varguista a função da escola voltada para as classes populares era integrá-las enquanto massa de estudantes ao mundo do trabalho produtivo liberando as energias da população que estavam esterilizadas pelo antigo modelo escolar humanista e clássico da Velha República e pela não disponibilidade de vagas e outras opções de estudo para os jovens trabalhadores pobres.

O recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública, sob o comando de Francisco Campos, passava a preocupar-se com a integração dos futuros jovens trabalhadores levando em consideração a importância de um maior equilíbrio do ultrapassado sistema escolar da época com as novas necessidades econômicas de um mercado interno em expansão e de uma população que se urbanizava⁶⁵ Também, em função das forças políticas que passariam a apoiar dali em diante a presidência de Getúlio Vargas, o Ministério preocupar-se-á com o ensino da Educação Moral e Cívica e a manutenção das tradições católicas no sistema escolar, objetivando como anteriormente foi dito o importante apoio dos conservadores católicos para a estabilidade do regime.

É importante frisarmos o amadurecimento do pensamento nacional-desenvolvimentista desde o início da Era Vargas. Este processo influenciará a percepção do Ministério acerca do ensino industrial no carregado ambiente político-ideológico do Entreguerras, no qual as ameaças possíveis e fantasiosas à soberania nacional e, de certa forma, aos interesses da classe dirigente, eram sentidos e temidos⁶⁶.

O Ministério da Educação do Governo Provisório, influenciado por algumas das ideias dos reformadores escolanovistas, realizou uma reforma da educação brasileira estabelecendo uma efetiva estrutura orgânica de âmbito nacional para a educação em todo

⁶⁵ “Quando chamado a ocupar a pasta da Educação no Governo Provisório, impressionou-me desde logo o facto do desequilíbrio existente entre a nossa já intensa vida economica e a ausencia de uma educação adequada ás novas fórmulas de actividade commercial e industrial, para as quaes, em todo o mundo, haviam sido creadas categorias especiaes de escolas, destinadas á racionalização do trabalho intellectual na industria e no commercio, ainda entregue a nós ao acaso das vocações e ao empirismo do aprendizado rotineiro.” Discurso pronunciado na posse do Ministério de Educação e Saúde Pública em 18/11/1930. CAMPOS, Francisco. *Educação e Cultura*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940 (p.125).

⁶⁶ “O que é certo é que mudou o clima espiritual do mundo. Hoje os nós da vida nacional são as bolsas de mercadorias, os bancos, as empresas de produção e de transporte, os institutos de fomento e de amparo á produção...” CAMPOS, F. Op. cit. (p.130)

o território nacional. Mas esta primeira reforma, provavelmente em função da luta pela conquista de espaço político dos diversos grupos que compunham o Governo Provisório, ficou limitada no plano do ensino profissional. Mais atenção foi dada à organização do sistema educacional secundário e superior das tradicionais classes dirigentes do que ao ramo profissional, com exceção do ensino comercial⁶⁷.

Francisco Campos, homem da política conservadora de Minas e aliado dos interesses da Igreja Católica no Governo Vargas, apesar da influência recebida de algumas das ideias dos reformistas escolanovistas e da retórica favorável à modernidade, no seu curto período no ministério centrou seus esforços muito mais na educação das classes privilegiadas do que na oportunidade de transformar por completo a educação brasileira no contexto do clima revolucionário de 1930.

Campos atribui grande importância a três componentes que fariam parte do modelo educacional no novo regime para a “*formação physica, intellectual e moral da infância e juventude*”⁶⁸, formação essa que no seu entendimento seriam fundamentais para formar uma população produtiva já que também estaria moralmente disciplinada. Neste ponto, todo o sistema educacional estaria subordinado aos interesses maiores do Estado Nacional o qual, por sua vez, teria a responsabilidade de proporcionar “*o ensino prevocacional e profissional, destinado às classes menos favorecidas, cabendo-lhe ainda promover a disciplina moral e o adestramento da juventude*”⁶⁹.

Percebemos em Campos ainda a tradicional influência da concepção que destinava ensino profissional aos “desafortunados”, mas somada a novos elementos como a preparação dessas “classes desfavorecidas” para o dever maior do engrandecimento da economia nacional, possibilitando a defesa da nação frente aos seus potenciais inimigos.

A importância e o grau da influência que os funcionários e intelectuais do aparato burocrático-militar ligados ao Regime passam a ter ao longo dos anos 1930, conferem a esse grupo a capacidade de se tornar uma importante base social para apoiar e

⁶⁷ Decreto n. 19851 de 11/04/1931; Decreto nº 19852 de 11/04/1931; Decreto nº 19890 de 18/04/1931; Decreto n. 21241 de 14/04/1932; Decreto nº 20158 de 30/06/1931 (organização do ensino comercial e da profissão de contador).

⁶⁸ CAMPOS, F. *O Estado Nacional: Sua estrutura e Seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940 (p.65)

⁶⁹ CAMPOS, F. *O Estado Nacional*. Op. cit. (p.65)

interferir política e administrativamente nos rumos das decisões governamentais sobre o sistema educacional no seu ramo do ensino profissional.

Fazendo um balanço da situação política brasileira anterior ao golpe de 1937⁷⁰ Campos, entre várias críticas a democracia liberal, defende claramente a necessidade de uma intervenção estatal nas esferas econômica, política e educacional, pois segundo ele, só o Estado forte pode exercer a arbitragem justa, assegurando a todos o gozo da herança comum da civilização e da cultura, devendo portanto o Estado brasileiro propiciar que as classes populares dominem o conhecimento das técnicas e o desenvolvimento de vocações úteis e produtivas.

Analisando e comparando o papel do Estado brasileiro em relação à Educação, nas cartas constitucionais de 1934 e 1937, Otaíza de O. Romanelli⁷¹ afirma que houve avanços quando se pensa somente na criação de uma organicidade e alcance nacional do sistema educacional brasileiro, mas, quando observados a responsabilidade e o papel do Estado nacional quanto aos diversos ramos do ensino, especialmente para as classes populares, ocorreu um retrocesso pois o Estado passou a ter somente uma ação complementar e não obrigatória de garantir o ensino público e gratuito em todos os ramos de ensino para o conjunto da população.⁷²

Também o texto constitucional de 1937, tendo em vista o contexto sócio-econômico e político do período, passa a orientar explicitamente as demandas sociais pelos ramos da educação de acordo com a posição social dos membros da sociedade reforçando o dualismo no sistema educacional brasileiro. Para as classes de maior poder aquisitivo, cujos filhos podiam se dar ao luxo de não trabalhar imediatamente, lá estava o secundário regular clássico e de caráter propedêutico, visando os cursos superiores e a universidade. Para os filhos das camadas populares ficavam destinados o curso primário e as várias

⁷⁰ Directrizes do Estado Nacional (entrevista concedida á Imprensa, em novembro de 1937) In CAMPOS, F. *O Estado Nacional*. Op. cit.

⁷¹ ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 8ª ed., Petrópolis: Vozes, 1986. (p.142-169).

⁷² No Capítulo II da Constituição de 16/07/1934 (*Da Educação e Cultura*), no Artigo 149, a Educação é apresentada como direito de todos e tanto a família como o *Estado (Poderes Públicos)* deveriam *ministrar* (efetuar, dar) educação aos brasileiros e estrangeiros aqui domiciliados. No mesmo Capítulo *Da Educação e da Cultura* da Constituição de 10/11/1937, consta no seu Artigo 128 que somente é dever do Estado *contribuir*, direta e indiretamente, para o ensino. Em seguida, no Artigo 129, quando trata da educação da infância e juventude das classes populares, o Estado possibilitaria o ensino em todos os seus graus mediante a fundação de escolas públicas ou subsidiando instituições estaduais, municipais e particulares.

modalidades de cursos profissionalizantes e de aprendizagem que possibilitassem o rápido ingresso dos formandos no mercado de trabalho.

Francisco Campos e outros ideólogos do regime, com a imposição da Carta de 1937, buscavam não somente garantir a governabilidade⁷³ do regime frente a radicalização política e o crescente aumento das forças políticas regionais, mas também aplinar os caminhos de alguns setores-chaves do projeto político-econômico do grupo varguista, tal como o do ensino profissional em relação ao fornecimento e a reposição de mão-de-obra qualificada para a indústria brasileira numa época que a importação deste tipo de trabalhador era dificultada pela legislação nacionalista dentro e fora do país e a aproximação da Segunda Guerra na Europa.

Com a chegada de Gustavo Capanema⁷⁴ na chefia do Ministério da Educação e Saúde Pública e, pouco depois, a implantação do Estado Novo, a pressão do primeiro escalão do governo Vargas somado aos militares, amadurecerá uma linha de atuação do Ministério junto aos empresários para a implantação do ensino profissional diferente das pressões governamentais até então praticadas.

Num discurso pronunciado praticamente ao fim do Estado Novo⁷⁵, Capanema faz uma retrospectiva do trabalho do Ministério e, de forma extremamente otimista, enumera as realizações da sua gestão lembrando a criação de uma rede escolar voltada para a indústria, uma filosofia de ensino para este setor da economia e resume a grande obra do seu Ministério: a Lei Orgânica de 1942.

⁷³ Discurso do Ministro da Justiça Francisco Campos no microfone do Departamento Nacional de Propaganda em 10/05/1938 transcrito para os membros diretores da FIESP/CIESP. Circular FIESP/CIESP Jan/Dez. 1938, V. 1.

⁷⁴ Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG) no dia 10 de agosto de 1900. Capanema formava o grupo conhecido como “os intelectuais da rua da Bahia”, integrado também por Carlos Drummond de Andrade, Milton Campos, João Alphonsus e João Pinheiro Filho. Bacharelou-se em direito e advogou até 1929. Ao longo desse período, travou contato com a reforma educacional iniciada por Francisco Campos em Minas. Em 26 de julho de 1934, dez dias após a eleição de Vargas para a presidência da República pela Constituinte, Capanema foi efetivamente nomeado para a pasta da Educação e Saúde Pública. Uma vez no cargo, deu andamento à reorganização do ministério iniciada por seu antecessor, Washington Pires, com vistas ao aparelhamento do órgão. Ao mesmo tempo, Capanema não permaneceu alheio ao grande debate travado em 1935, nos meios culturais e políticos do país, sobre o sentido e a orientação do sistema educacional brasileiro. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 10 de março de 1985. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Em 01/06/2011.

⁷⁵ “Discurso pronunciado pelo Ministro Gustavo Capanema na solenidade de inauguração da Escola Técnica Nacional, a 7 de Outubro de 1944”. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. II, n. 5, 179-182, nov. 1944.

Membros técnicos da burocracia governamental ligados à Educação, identificavam na gestão de Capanema e na sua Lei Orgânica uma continuidade dos princípios político-pedagógicos da anterior gestão de Francisco Campos⁷⁶, isto é, um esforço de unificar as conflitantes visões pedagógicas do início dos anos 30 em prol da educação nacional. O trabalho de Capanema continuaria a “obra de ampliação das diretrizes que o decreto de 1931 impôs vitoriosamente aos educadores brasileiros.”⁷⁷. Porém as diferenças políticas entre os dois grandes nomes do Ministério da Educação no Governo Vargas podem ser percebidas, por exemplo, na forma como cada um concebe o papel do ensino profissional-industrial no sistema educacional e na sociedade brasileira como um todo.

Getúlio Vargas e Francisco Campos compartilhavam a ideia de que para a construção de um Estado Nacional forte e bem constituído era necessário o ensino profissional e técnico, capaz de gerar quadros humanos capacitados a comandar o futuro desenvolvimento nacional, pois não mais caberia no mundo moderno da maquinofatura o velho sentido clássico da educação. Desta forma caberia ao Governo um papel de liderança sobre a sociedade civil e suas forças produtivas para transformar a educação e a sociedade brasileira.

*“O processo educativo mais adequado às nossas condições sociais, é o que consiste na preparação equilibrada o espírito e do corpo, transformando cada brasileiro em fator conciente e entusiasta do engrandecimento pátrio [...] O preparo profissional constitui outro aspecto urgente do problema, e foi igualmente considerado nas responsabilidades do novo regime. Cabe aos elementos do trabalho e da produção, agrupados corporativamente, colaborar com o Governo para formar os técnicos de que tanto carecemos.”*⁷⁸

Como o ensino profissional, antes visto como um ramo de segunda categoria da educação, algo destinado aos pobres, poderia ser considerado pelo Chefe da Nação algo positivo e formador dos futuros quadros dirigentes para a nova economia do país? Francisco Campos, mais tarde nomeado ministro da Justiça e considerado principal artífice da Constituição de 1937, convergindo com o pensamento do Presidente sobre a questão do ensino profissional, nos esclarece com suas próprias palavras que:

⁷⁶ LIMA, José Augusto de (Técnico de Educação - Ex-Assistente do Ensino Secundário e do Ensino Primário - Membro Titular do Instituto Brasileiro de Cultura) “A Reforma Gustavo Capanema” *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano II, n. 16, p.274-277, junho, 1942.

⁷⁷ *Revista Mensal de Estudos Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano II, n. 16, p.276, junho, 1942.

⁷⁸ VARGAS, G. 1938, p.105-106

*“É função do ensino profissional preparar elites para o mercado assim como o ensino clássico preparava no século passado as elites para a vida pública. A função das primeiras nada fica a dever em importância à função das segundas. Ambas colaboram, cada qual na sua esfera, na grande obra colectiva de formação e de emancipação nacionais.”*⁷⁹

Ou seja, representantes de uma significativa corrente ideológica no interior do Governo, Campos e Vargas concordavam que era tempo da sociedade brasileira ser comandada e composta por outro tipo de elite, mais capacitada a liderar um futuro projeto de grandeza nacional para o país e solidária com a classe trabalhadora, pois compartilharia com esta os valores morais do trabalho e da importância do conhecimento técnico-científico⁸⁰.

Vargas e outros que compartilhavam o seu ponto de vista não poupam críticas a velha ordem social produtora de uma classe de profissionais parasitários que buscavam nos grandes centros urbanos somente conforto e satisfação pessoal, desequilibrando o conjunto da economia. A crítica também se dirige aos reacionários que atribuem ao progresso tecnológico as perturbações sócio-políticas do período, e Vargas continua

*“Prega-se uma regressão, condenando o que se chama domínio da criatura sobre o criador - da máquina sobre o homem. Amaldiçoa-se o braço mecânico que proporciona à humanidade lazes para pensar e meios de fazer-se poderosa e feliz.”*⁸¹

Outra postura intelectual frente ao desafio da montagem de um sistema educacional profissional para todo o país, pode ser identificada no próprio Ministro da Educação Gustavo Capanema e nos seus apoiadores leigos e religiosos ligados à Igreja.

Aliado aos grupos católicos conservadores, o Ministro Capanema também foi um fator de freio às tendências de uso da Educação como instrumento de doutrinação das massas ao estilo fascista, devido ao seu comprometimento com outro tipo de doutrina

⁷⁹ CAMPOS, F. 1940, p.130

⁸⁰ Discurso pronunciado em São Paulo, ao paraninfar a turma dos diplomados de 1939 no Instituto Profissional Masculino em 05/01/1940. “[O homem brasileiro] É um excelente operário, um bom contra-mestre, um engenheiro eficiente” VARGAS, G. *Ideário Político de Getúlio Vargas*. São Paulo: 1943 (p.142)

⁸¹ VARGAS, G. 1943, p.172

da ordem, mais condizente com o grupo católico do qual ele fazia parte, que objetivava uma recristianização do país, em especial das suas “elites condutoras” e operários urbanos, crédulos dos benefícios que o “senso cristão” teria sobre a perturbada sociedade brasileira.

Vale a pena reproduzir abaixo um trecho significativo das considerações de certo ideólogo⁸² ligado ao Ministério Capanema sobre o tema do trabalho na Educação para nos inteirarmos com mais profundidade sobre esta outra vertente ideológica na Burocracia estatal varguista:

“Não é pois divinizando a máquina e deshumanizando o homem que solucionaremos o problemas. Nem divinizar a máquina, nem desprezá-la. Como criação do cérebro do trabalhador, ela deve ocupar lugar de valor no trabalho produtivo, deve estar sempre a serviço do homem, mas jamais absorvê-lo a ponto de se tornar o coração da civilização, degradando o espírito.”⁸³

A preocupação deste graduado funcionário do Ministério da Educação em relação ao ensino profissional é bem diferente daquela expressada antes por Vargas e Francisco Campos. O sentido humanístico e cristão no ensino do homem brasileiro expressado autor é o que dá o verdadeiro sentido do trabalho produtivo sendo mais importante que a tecnologia e a eficiência competitiva do capitalismo moderno.

Também em seu argumento o trabalho humano e a máquina, última criação do homem, devem ser compreendidos e vivenciados sob o princípio da solidariedade cristã, pois sem isso se tornam fatores de desvirtuamento e bestialização do trabalhador, suscetível de ser influenciado por doutrinas materialistas.⁸⁴

O Ministério Capanema, nesta mesma linha de pensamento, tenta contemplar nos planos governamentais sobre o assunto, isto é, o provimento de trabalhadores qualificados necessários à vida econômica do país, mas mantém a tradicional

⁸² Deodato de Moraes: funcionário do Instituto Brasileiro de Cultura, técnico de educação, Chefe do 10º Distrito Educacional da Prefeitura do Distrito Federal (1943)

⁸³ MORAIS, Deodato. Escola do trabalho, escola nacionalizadora. *Cultura Política: Revista*. Ano III, nº 49, fevereiro de 1943, p.98-99.

⁸⁴ MORAIS, Deodato. Escola do trabalho, escola nacionalizadora. *Cultura Política: Revista*. Ano III, nº 49, fevereiro de 1943, p.100-103.

matriz clássica para o secundário, mesmo nas escolas secundárias técnicas sob sua responsabilidade.⁸⁵

Humberto Grande, procurador da Justiça do Trabalho (1940) e um dos ideólogos colaboradores do regime varguista, a pedido do Departamento de Imprensa e Propaganda, buscou fundamentar teoricamente uma pedagogia para o Regime do Estado Novo.⁸⁶ Nesta pedagogia a educação tem um potencial ilimitado para preparar um novo homem o qual constituiria um novo tipo de trabalhador, fosse ele da classe mais elevada ou um operário, mais preparado para os novos desafios pelos quais a Nação teria que enfrentar para cumprir seu destino histórico de potência, pois essa pedagogia estaria sensível à cultura nacional.

Para este autor a educação tem um primordial papel de construir a nação e a nacionalidade e, para isso, deve enfrentar problemas práticos e urgentes, tais como eliminar o analfabetismo, oferecer instrução profissional para as populações do campo, ensino profissional e técnico para os habitantes das cidades e conferir às elites uma educação universitária comprometida com a solução dos grandes problemas nacionais, “competente e valorosa”.

Este autor, muito influenciado pelo positivismo (manter a ordem e garantir o progresso) e o nacional-autoritarismo do regime varguista, enfatiza o ideal trabalhista por meio de uma pedagogia do trabalho. A instituição central para a difusão e o aprimoramento desta ideologia começando nas elites até atingir todo o povo seria a Universidade do Trabalho, principal instituição fomentadora do mundo novo brasileiro.

É importante notar que muitos desses pensadores e funcionários do Estado Novo vêem o Regime e a própria Constituição outorgada de 1937 como expressões da cultura nacional e da riqueza da sua tradição que espontaneamente já existiam entre a população brasileira, mas que não era respeitada pelas velhas elites e negada pelos modelos ideológicos importados.

Portanto, para os defensores da Constituição de 1937 e do Regime do Estado Novo, a educação também estava contaminada pela desagregação e crise presentes

⁸⁵ “[No ensino secundário] se cuida da formação técnica, mas também da cultura geral, com respeito à personalidade dos alunos, aos seus desejos, preferências e possibilidades.” *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. II, nº 5, novembro, 1944, p.177-182

⁸⁶ GRANDE, Humberto. *A Pedagogia no Estado Novo*. Rio de Janeiro, Gráfica Guarany Ltda. 1941

na sociedade brasileira, e os seus efeitos longe de serem benéficos para a coletividade, somente reproduziam o atraso sócio-econômico e a instabilidade política para o país. Por isso o Estado Novo e as suas leis, liberto das crises políticas típicas da democracia liberal e da fraqueza do seu Estado, teria capacidade de formar homens verdadeiramente úteis para a coletividade nacional por meio dessa nova educação⁸⁷.

E qual seria esta nova educação? Conforme nos diz o próprio professor H. Grande, o *“nosso país necessita de uma educação suficientemente enérgica para disciplinar a raça, e proporcionar ao nosso povo métodos de trabalho e bons hábitos ativos.”*⁸⁸

Posteriormente, este pensador estadonovista, já nos anos cinquenta e sessenta, em outras reflexões, prega uma pedagogia do trabalho a ser promovida pelos poderes públicos. Mas uma pedagogia que ultrapasse a uma cultura educacional que tradicionalmente desvaloriza o ensino profissional e técnico no nosso país e superestima o ensino superior bacharelesco, reforçando a tradicional divisão trabalho intelectual X trabalho manual da sociedade capitalista brasileira.

Finalmente a solução proposta por este típico intelectual orgânico do regime estadonovista, mesmo décadas após o fim do Regime, tinha a originalidade de, a partir de uma política educacional mais sensível à demanda por ascensão social das classes médias e populares urbanas, reunir numa única instituição de caráter superior as qualidades e conteúdos do ensino técnico e profissional a fim de produzir trabalhadores que comandariam a sociedade. Isso seria possível virtude da cultura científica aprendida e executada com eficiência, pois estes trabalhadores passaram a dominar a técnica.⁸⁹

A instituição formadora de trabalhadores conforme perfil descrito acima seria a Universidade do Trabalho, projeto acalentado desde os tempos do Estado Novo, mas que não chegou a vingar no nosso sistema educacional⁹⁰. Ela seria uma tentativa de

⁸⁷ *“É verdade tal educação formará menos poetas e literatos, menos bacharéis e doutores, mas preparará homens úteis e prestimosos, técnicos e especialistas de primeira ordem de que tanto o país necessita [...] Não nutramos dúvidas. Esta é a única educação, educação para o trabalho, que garantirá risonho futuro”* GRANDE, H.op.cit.,(p.81).

⁸⁸ GRANDE, H. 1941,(p.60)

⁸⁹ *“O trabalho de direção requer cultura, e o trabalho de execução exige técnica; é que o trabalho organizado, de um lado, implica competência e valor, e de outro, ordem e disciplina”* GRANDE, Humberto. *Trabalho e Nação*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1962. (p.107)

⁹⁰ GRANDE, H. *Trabalho e Nação*. op. cit. (p.128-129, 134);

suprir a curto e médio prazos a carência por técnicos e mão-de-obra qualificada requeridos pela economia nacional e, em longo prazo, transformar a mentalidade da classe trabalhadora e das classes médias numa tentativa de demovê-las do sonho bacharelesco ainda valorizado na educação brasileira.

Assim, em linhas gerais podemos identificar na máquina burocrática que ia se firmando, principalmente na capital federal e nas interventorias estaduais, alguns funcionários, intelectuais e militantes das mais diferentes origens que, no campo do ensino profissional, divergiam principalmente sobre que tipo de formação deveria o Estado brasileiro propiciar ao jovem trabalhador.

A ênfase ia da ciência e da técnica voltada para as necessidades do mundo moderno à uma formação profissional mais integral que levasse com igual consideração a formação humanística-moral para transformar o homem brasileiro num trabalhador ordeiro e produtivo.

2.3 O empresariado industrialista de São Paulo e seus aliados

Desde os anos 1920 os chamados liberal-reformadores paulistas buscavam imprimir uma nova orientação político-pedagógica à qual sociedade o país deveria ser dirigido e organizado por uma elite bem-pensante, dominadora do saber científico e técnico cujo método seria capaz de ordenar a sociedade mais adequadamente para os novos tempos.

Maria Helena Capelato identificou⁹¹ o epicentro deste movimento na capital paulista, tendo como seus principais patrocinadores político-culturais o grupo OESP de Júlio de Mesquita Filho, o qual divulgou e defendeu o Inquérito⁹² de Fernando de Azevedo, marco ideológico do pensamento de uma importante fração da burguesia paulista, que enxergava na esfera cultural e política e não nas contradições econômicas e sociais, as causas da crise pela qual passava o país na segunda metade da década de 1920.

TELLES, Sarah S. Um projeto para o ensino: A Universidade do Trabalho. *Revista Educação e Sociedade*, nº 03, p. 95-110, maio 1979.

⁹¹ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: Imprensa paulista 1920-1945*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

⁹² Fernando de Azevedo, professor da Escola Normal de São Paulo entre 1920 e 1930, elaborou e coordenou o Inquérito da Instrução Pública para o Estado de São Paulo em 1926. Realizado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, este estudo visava fazer um diagnóstico sobre a educação pública em São Paulo nos anos 1920.

A crença numa educação ordenadora das massas e reformadora das suas futuras elites condutoras era o cerne do seu projeto político-pedagógico.

Com a Revolução de 1930 e a substituição do grupo político dominante no Estado de São Paulo, outros grupos sociais e tendências políticas que até então estavam em segundo plano no jogo do poder em São Paulo, poderiam ter a chance de suas demandas ou projetos serem incorporados no espaço político-administrativo que o novo governo revolucionário criara.

Não é o objetivo deste trabalho refutar ou corroborar a existência ou não de cursos ou até mesmo instituições em São Paulo ou em outras regiões do país que treinavam sistematicamente o trabalhador nacional visando o seu emprego nas indústrias em expansão durante a Primeira República. A importância de estabelecer certa caracterização político-ideológica e a existência (ou não) de um projeto político pedagógico desta classe dirigente do ramo econômico industrial, marcada durante os anos 1920 e 1930 por muitos conflitos internos e fracionamentos, é relevante para podermos entender a contribuição destes grupos no que seria a aprendizagem industrial concretizada na futura instituição do SENAI.

No conhecido estudo da história econômica do complexo cafeeiro e sua relação com a formação industrial de São Paulo, Wilson Cano⁹³ afirma que, devido a maior quantidade de pequenas e médias empresas manufatureiras no Estado houve uma maior contratação de mão-de-obra, geralmente com salários mais baixos do que os praticados pelas empresas maiores. Conseqüentemente houve uma pressão para baixo na taxa de salários praticada pela maioria das empresas (predominantemente pequenas e médias). Esta baixa da taxa salarial também teria sido possível pelo fato das empresas menores agirem como verdadeiras escolas formadoras e qualificadoras de trabalhadores para a atividade industrial. Isso beneficiaria as grandes firmas quando estas necessitavam ampliar a sua produção e contratar um maior contingente de trabalhadores qualificados, pois poderiam encontrá-los disponíveis nas empresas menores bastando oferecer pouca coisa a mais do que os operários já recebiam, com isso as empresas maiores poupavam tempo e custo com o treinamento de trabalhadores que contrataria.⁹⁴

⁹³ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, 4ª ed, Campinas: UNICAMP / IE, 1998.

⁹⁴ CANO, W. op. cit. p. 243.

Posto isto, podemos concluir precipitadamente que a maioria do empresariado industrial brasileiro pouco se importava com a reprodução ampliada do seu capital e, conseqüentemente, com a qualificação da força de trabalho nacional. Ainda, apelavam para expedientes mais práticos tais como os descritos acima ou simplesmente importavam da Europa trabalhadores qualificados e técnicos para as suas necessidades imediatas na produção.

A afirmação política do operariado urbano enquanto classe autônoma ocorria através de entidades que lideravam as lutas contra as péssimas condições de trabalho e baixos salários. As classes patronais, conforme buscavam fazer frente ao movimento operário e aumentar sua influência política nas esferas do poder, gradativamente foram se conscientizando da necessidade de um novo relacionamento interclasses, dentro de uma perspectiva reformista-modernizadora que fosse além do tradicional paternalismo benévolo de alguns poucos empresários, aliando conhecimentos científicos e administrativos emprestados dos grandes centros capitalistas europeus e estadunidenses para disciplinar a massa trabalhadora urbana brasileira, incorporando-a na modernidade capitalista que se firmava no Brasil.

Segundo Paulo Miceli⁹⁵ a rápida e intensa industrialização de São Paulo, mesmo antes da Grande Guerra, foi o que possibilitou a emergência do projeto industrialista que se pretendia capaz de transformar os tradicionais padrões produção da existência econômica e social do país.

Num primeiro momento, o grupo de empresários industriais, portadores do projeto industrialista, ainda por necessidade e presos a condição histórica e econômica do seu surgimento, estavam ligados aos interesses da velha oligarquia republicana paulista, fato que explicaria sua inicial crítica ao movimento revolucionário de 1930 e a posterior participação na rebelião paulista de 1932 contra a centralização política do governo provisório de Getúlio e suas reformas sociais.

Mas, transformações econômicas e políticas no plano interno e externo, aos poucos fizeram do empresariado industrial paulista valioso colaborador do regime varguista em áreas de crucial importância para a economia nacional e, portanto, para a

⁹⁵ MICELI, Paulo C. *Além da fábrica: o projeto industrialista em São Paulo, 1928-1948*. São Paulo: FIESP, 1992.

própria sobrevivência política do regime. Mas como tal mudança de postura política se deu?

No plano internacional, as ideias de F.W. Taylor (1911) e H. Ford (1922) já haviam seduzido uma importante parcela de novos dirigentes e porta-vozes da nascente grande indústria brasileira, admirados com os resultados do desenvolvimento industrial estadunidense. Entre eles, nomes que iriam marcar os rumos futuros da industrialização e da educação em São Paulo e no Brasil: Roberto Simonsen, Roberto Mange, Armando Sales de Oliveira, Euvaldo Lodi entre outros.

A professora Carmem S.V. Moraes⁹⁶ inclui estes pensadores e líderes políticos num grupo liberal-reformador. No interior desta vertente, o grupo industrialista contaria com figuras do porte de Roberto Simonsen e, pouco depois, o educador suíço Roberto Mange, defensores de uma educação “racional-científica” no ramo profissional-industrial e, mais precisamente, a aplicação de princípios fordistas-tayloristas e da psicotecnia adaptados à realidade social brasileira e de suas fábricas.

Em contraposição, outra vertente existente em São Paulo, defendida por outras lideranças, como o educador Aprígio Gonzaga, criticava a ênfase no ensino voltado para a formação de especialistas e o alinhamento da educação profissional com o mercado de trabalho voltado principalmente para a grande indústria. Este outro grupo defendia uma formação mais completa para o cidadão-operário

Para a citada autora parece ter havido certa convergência entre a liderança industrial paulista e a importantes setores da sua classe política, ainda na Primeira República no que diz respeito ao ensino profissional, materializando-se num projeto político-pedagógico que complementaria um processo mais amplo de socialização e adestramento da mão-de-obra urbana frente as necessidade de expansão do capitalismo industrial-financeiro no país.

Diferentemente, o professor Luiz A. Cunha⁹⁷ demonstra não ter havido uma efetiva identidade de propósitos e ações conjuntas planejadas entre autoridades públicas e

⁹⁶ MORAES, Carmem S.V. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica in HILSDORF, Maria L.S. (org.) *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001 (p.169-204).

⁹⁷ CUNHA, Luiz A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2ªed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

empresariado industrial durante a Velha República. Teria prevalecido iniciativas pontuais e limitadas na forma de algumas escolas profissionais e cursos de aprendizagem industrial. O que teria chamado mais a atenção neste período anterior a 1930 era o debate travado entre o grupo que defendia o modelo de ensino da especialização profissional (Liceu de Artes e Ofícios) e o modelo defendido por Aprígio Gonzaga, aplicado nas poucas escolas profissionais da rede de ensino estadual paulista.

Outros pesquisadores⁹⁸ põem em dúvida as interpretações que identificam o taylorismo transplantado por algumas instituições de ensino profissional de São Paulo como parte essencial de um arcabouço ideológico para o exercício hegemônico da classe dirigente industrial sobre a classe trabalhadora paulista, uma espécie de projeto político-pedagógico de disciplinarização da classe operária como um todo, visando barrar o seu potencial revolucionário.

Para uma melhor caracterização desta convergência de interesses entre dirigentes industriais e autoridades públicas, o exemplo da trajetória histórica do grupo industrial Votorantim neste período focalizado pelo nosso estudo pode ser de grande valia para compreendermos um pouco do processo político-econômico que resultou na aliança entre o grande empresariado paulista e o Governo Federal comandado por Getúlio Vargas, principalmente após a implantação do novo regime a partir da década de 1930.

O complexo industrial Votorantim⁹⁹ nasceu no contexto da criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo pelo empresariado industrial, ao separarem-se da Associação Comercial de São Paulo e dos interesses do comércio com o intuito de defender as pretensões da indústria que se via naquele momento como fator de progresso econômico.

José Ermírio de Moraes, patriarca do grupo, participou como diretor do CIESP e, ainda em 1930, apoiou a candidatura de Júlio Prestes do PRP contra a Aliança Liberal de Getúlio Vargas e João Pessoa.

Mais tarde, em 1932, quando as principais forças políticas paulistas se opuseram a Getúlio e ao Governo Federal, José Ermírio de Moraes e outros nomes como

⁹⁸ ZANETTI, Augusto e VARGAS, João T. *Taylorismo e fordismo na indústria paulista: O empresariado e os projetos de organização racional do trabalho (1920-1940)*. São Paulo: Humanitas, 2007.

⁹⁹ CALDEIRA, Jorge. *Votorantim 90 anos: uma história de trabalho e superação*. São Paulo: Ed. Mameuco, 2007.

Roberto Simonsen e Roberto Mange, todos ligados a grande indústria, apoiaram material e logisticamente a Revolução Constitucionalista de 1932. Após a derrota dos constitucionalistas paulistas, o industrial José Ermírio apóia o candidato classista Horácio Lafer nas eleições para deputado constituinte de 1933, concorrente do outro candidato Roberto Simonsen, sendo este último eleito para a vaga.

Apesar dos equívocos políticos do líder empresarial, economicamente a Votorantim crescia e, devido a ausência de uma infra-estrutura adequada para a expansão industrial nos anos 30 e 40, passou a diversificar suas atividades para se manter em funcionamento e dinamizar sua produção industrial. Por isso, além da produção do óleo de algodão e de produtos têxteis, tradicionalmente o carro chefe das suas vendas, a Votorantim havia investido no transporte ferroviário e estradas, pequenas usinas hidrelétricas, unidades descaroadoras, serrarias, fábricas de gesso, construção de vilas operárias, fornos de cal e cimento¹⁰⁰, entre outras atividades.

No início dos anos 1930, o grupo empresarial decide investir pesadamente numa atividade até então secundária, a produção de cimento. A empresa Votorantim experimenta então uma intensa reorientação nos rumos dos seus objetivos econômicos ao concentrar o grosso dos seus investimentos na indústria de base, a produção de cimento em grande escala, em vez de continuar somente na indústria de bens de consumo.

O estudo deste caso histórico pode nos esclarecer um pouco da forma como ocorreu a transformação de algumas empresas do período, de especializadas na produção de bens de consumo não-duráveis para tornarem-se indústrias de bens de capital, algo muito bem visto pelo Governo Varguista e seus ministros militares em fins dos anos 1930 e no contexto da Segunda Grande Guerra, isto é, a metamorfose do parque industrial brasileiro para uma etapa mais avançada e autônoma de industrialização.

Ainda o caso da Votorantim, a necessidade de atualização tecnológica e necessidade de mão-de-obra qualificada, fez sua liderança empresarial apelar naquele contexto histórico para a importação de maquinário necessário a uma indústria de bens de

¹⁰⁰ Estas unidades eram supridas convenientemente por ricas jazidas de calcário de propriedade do grupo Votorantim no Município de Alumínio - SP, que antes pertencia ao Cel. Antônio Proost Rodovalho onde se localizava a fazenda Santo Antônio com uma unidade produtora de aglomerantes hidráulicos e uma das primeiras fábricas de cimento do Estado que já em 1892 produzia a marca de cimento “Rodovalho”.

capital e o transplante de técnicos e especialistas estrangeiros¹⁰¹ para implementar toda uma cadeia de gerentes e trabalhadores qualificados sem os quais tal indústria não poderia sequer dar início as suas atividades produtivas.

A partir do que foi dito acima, mais a falta de uma infra-estrutura pública necessária à grande indústria de base somada a quase completa ausência de pessoal técnico qualificado para comandar e a igual carência de operários qualificados para uma produção industrial deste porte, tais fatores podem nos dar uma dimensão aproximada das grandes dificuldades que a indústria mais complexa teve para se firmar no nosso país daqueles tempos.

Outro complicador era o de muitos empresários industriais, enquanto fração da burguesia nacional, estarem impregnados pelos dogmas do liberalismo importado e do ideal do *self-made man*, crenças essas que podem explicar em parte o imediatismo econômico de muitos capitães da indústria e a sua demora ou recusa em apoiar políticas econômicas e parte da legislação social que o Estado nacional-autoritário decretava, mesmo quando este tinha em vista os interesses dos próprios industriais no médio e longo prazo.

No caso específico do empresariado paulista industrialista, instituições como o IDORT¹⁰² e a Escola de Sociologia e Política¹⁰³, atuaram junto ao empresariado local e nos altos escalões da administração pública para divulgar o seu projeto de organização racional do trabalho nas fábricas e na própria sociedade urbana, obtendo ao

¹⁰¹ “Jose Ermírio de Moraes conseguiu convencer o engenheiro dinamarquês Jorgen Dalsborg a permanecer no país após ter concluído a montagem do forno de cimento - o que ele fez com prazer, trocando o prenome para Jorge. Encarregado de organizar uma diretoria técnica para a Votorantim, o engenheiro logo estava trazendo da Escandinávia outros colegas para dar conta de uma série de tarefas.” CALDEIRA, Jorge, op. cit., (p.82).

¹⁰² Em 23 de junho de 1931, após os trabalhos de uma comissão organizadora do futuro instituto composta por nomes como Aldo Mario Azevedo (industrial), Armando de Salles Oliveira (presidente do O Estado de S.Paulo em 1930), Henrique Dumont Villares, Luiz Tavares Alves Pereira, Geraldo de Paula Souza (professor), Monteiro de Camargo (professor), Lourenço Filho (professor) e Roberto Mange (professor), em assembléia presidida pelo engenheiro Gaspar Ricardo Junior, fundava-se, em São Paulo, o Instituto de Organização Racional do Trabalho, com a finalidade de MELHORAR O PADRÃO DE VIDA DOS QUE TRABALHAM EM SÃO PAULO E NO BRASIL, por meio da difusão e introdução de processos de organização científica do trabalho e da produção. Disponível em:

<<http://www.idort.com/History.aspx?subjectId=743F81AF-E4BE-DC11-9D7D-0014220BC504&langId=1&fatherId=1>>. Acesso em: 20/02/2011.

¹⁰³ Criada em 27 de abril de 1933 por iniciativa de importantes nomes da sociedade paulista ligados às principais instituições do ensino superior na cidade, bem como a OAB e FIESP. Orientada desde o início para o estudo da realidade brasileira e para a formação de quadros técnicos e dirigentes capazes de atuar no processo de modernização da sociedade.

longo dos anos 1930 certo prestígio, chamando a atenção de algumas autoridades federais preocupadas com o aumento da eficiência produtiva da economia nacional.

Novos embates políticos na segunda metade da década de 1930 até o início do Estado Novo, e a reação da liderança empresarial tais como do grupo Votorantim, nos auxiliam na compreensão do complexo jogo político-econômico que levou a maioria do grande empresariado a não oferecer objeções mais sérias ao Regime antiliberal do Estado Novo, foi implantado no país em 1937.

No curto espaço de tempo que vai do dia 14/08/1935, momento da reunião de uma assembléia de incorporadores da futura Companhia Nitro Química Brasileira, até a inauguração do complexo industrial em 26/04/1940, com a presença do presidente Getúlio Vargas, os percalços atravessados para a materialização deste projeto do grupo Votorantim são novamente exemplares no que se refere ao processo de aproximação da grande indústria paulista e seus dirigentes do Governo Federal.

Muitos foram os obstáculos neste caso como por exemplo os relacionados a captação de capitais privados, passando pela importação e acondicionamento de 18.000 toneladas de equipamentos vindos dos E.U.A., transporte e escolha do local para o grande empreendimento - decisão que passava pelos canais políticos da interventoria estadual até os ministérios federais - além do desafio de formar milhares de trabalhadores com pouca educação formal para poderem trabalhar na cadeia produtiva de insumos químicos, alguns dos quais extremamente perigosos.¹⁰⁴

Os desafios políticos para o início das operações da Nitro Química iam desde a ferrenha oposição dos importadores de fios artificiais no país, críticas pesadas do jornal Correio da Manhã e acusações do ainda existente Partido Integralista denunciando o projeto do complexo químico como parte de um plano de desnacionalização da economia brasileira.

¹⁰⁴ Para a materialização do grande projeto foi necessária a importação do maquinário e equipamentos da fábrica de fibra têxtil artificial da empresa norte-americana Tubize Chatillon Corporation que dominava todo o ciclo da produção de fibras artificiais, pouco antes do início da Segunda Guerra. Sobre a gerência e o treinamento da mão-de-obra local lembramos que: *“Com os equipamentos vieram cerca de cinquenta técnicos, antes responsáveis pela produção na Virgínia, os quais sem demora iniciaram o treinamento dos brasileiros numa atividade inteiramente nova [...] A formação de mil pessoas sem experiência prévia no setor, a maioria das quais com pouca educação formal, exigiu um cruzamento cultural peculiar [...] [Os técnicos norte-americanos] se assustaram com as lacunas na educação formal dos brasileiros, chegando a duvidar de sua capacidade, sobretudo quando passaram a ser incorporados aos grupos técnicos”* CALDEIRA, Jorge, op. cit., (p.89/90).

A intermediação de empresários aliados ligados a FIESP como Horácio Lafer junto à presidência da república, foi fundamental para obter o apoio governamental ao grande empreendimento inclusive contando com o apoio da imprensa aliada ao governo comanda por Assis Chateaubriand.

Portando era fundamental, aos olhos do empresariado para alicerçar e desenvolver qualquer projeto mais ambicioso e garantir o retorno dos seus investimentos, a manutenção da normalidade na produção, sem surpresas de ordem política ou jurídica que viessem interromper as atividades econômicas, mesmo que momentaneamente, pois do contrário os prejuízos comprometeriam a própria estabilidade do ainda iniciante capitalismo industrial da época. Daí a essencial aproximação, via entidade de classe e contatos político-empresariais, junto ao núcleo do regime varguista.

2.4 Ainda o empresariado industrialista: da resistência ativa e relutância desconfiada à cooperação crítica com o Regime do Estado Novo.

Em fins de 1931, o empresariado paulista acompanhou a tendência antivarguista majoritária entre os antigos donos do poder no Estado e os desapontados aliados políticos paulistas da época do movimento de 1930. No ano seguinte passaram a colaborar ativamente com as forças estaduais contrárias ao Governo Federal.

Assim que se iniciou o movimento paulista de 1932, a FIESP sob a presidência de Roberto Simonsen passou a organizar junto com a Escola Politécnica e várias instituições de ensino profissional, um cadastro industrial para otimizar recursos destinados às forças militares paulistas e fornecer armas, munições e outros insumos militares necessários para a sustentação de uma luta que logo de início mostrou-se favorável para as forças federais, com mais apoio político e capacidade militar.

A FIESP convocou técnicos e professores da área industrial além de mobilizar algumas das instituições de ensino profissional do Estado para converterem em pouco tempo algumas indústrias e máquinas num conjunto industrial-militar para dar continuidade a luta armada dos insurgentes paulistas. Roberto Mange, Ítalo Bologna e outros engenheiros e docentes participaram ativamente deste esforço bélico chefiando turmas, criando projetos de novas máquinas, supervisionando a usinagem de peças,

arregimentando gente especializada e requisitando algumas fábricas para produzir em escala.¹⁰⁵

Mas os fatos se impuseram sobre o entusiasmo e o imprevisto das forças paulistas. Já em setembro de 1932, a derrota paulista era iminente diante do isolamento político e militar do Estado frente as superiores forças federais. Entretanto o fracasso militar propiciou um novo rearranjo na ordem política nacional e nos grupos políticos do Estado mais industrializado da federação.

Roberto Simonsen e Armando de Sales Oliveira destacam-se como protagonistas nas futuras relações entre a burguesia paulista e o Governo Federal nos anos seguintes ao levante de 1932. O primeiro pelo importante papel junto ao empresariado industrialista a frente das entidades de representação dos industriais e, o outro, pela importância política que assume aos olhos do Governo Provisório, como principal interlocutor político junto aos derrotados. Armando de Sales, paulista e civil, nomeado Interventor do Estado, era a possibilidade de integração econômica e conciliação política do importante Estado de São Paulo para a superação da crise dos anos trinta que ainda assolava o país e o mundo.

O comportamento político de ambos, de certa forma, representará em boa medida os dois rumos que geralmente a classe dirigente paulista tomará entre os anos que vão do fim da rebelião de 1932 até o golpe do Estado Novo, em 1937.

Ambos farão parte do projeto político que criará a chamada Chapa Única por São Paulo Unido, ao mesmo tempo herdeira do movimento de 32 e defensora de uma nova estratégia política para com o Governo Vargas, contrariando o antigo PRP. Consagra-se vitoriosa nas eleições de 1933 elegendo a maioria dos deputados pelo Estado, inclusive o próprio Roberto Simonsen, deputado classista ligado aos industriais.

Apesar deste início comum, ao longo do ano de 1933 e, principalmente, 1934, Simonsen distancia-se lenta e progressivamente do projeto político da Chapa Única e

¹⁰⁵ Existe alguns interessantes depoimentos e relatos sobre esta participação dos industriais paulistas e seus colaboradores na revolução constitucionalista de 1932 produzidos pelo Centro de Estudos Roberto Mange, vide: Centro de Estudos Roberto Mange *A Revolução constitucionalista (09 de julho - 28 de setembro de 1932)*. Subsídio organizado pelo professor Antonio d'Ávila – Divisão de Ensino. 1965 e Centro de Estudos Roberto Mange *Roberto Mange e a Revolução Constitucionalista de 1932*. Depoimento de Faustino Costa Júnior – Divisão de Ensino. 1965 (Biblioteca Central do SENAI de São Paulo).

passa a integrar diversas comissões econômicas nomeadas pelo Governo e entrar no círculo de tecnocratas e líderes empresariais em contato direto com o Presidente.¹⁰⁶

Já na sua atuação no Congresso Nacional como deputado classista, Simonsen, mesmo defendendo algumas teses liberais e a favor da manutenção do tradicional federalismo republicano e dos estados como principais executores e garantidores da legislação social, foi a favor do intervencionismo federal principalmente para promover e sustentar o desenvolvimento de um capitalismo nacional e autônomo.

Possivelmente para Simonsen a necessária paz social que garantiria o desenvolvimento econômico e social do país, naquele contexto de acirramento das disputas político-ideológicas entre ANL e AIB, só viria mediante uma solução autoritária da qual Vargas e os militares já compartilhavam e ofereciam a uma assustada burguesia e classe média conservadoras, temerosas de novos conflitos que um regime liberal-democrático e suas instituições não poderiam impedir.¹⁰⁷

Esta leitura da situação política converge com outras possíveis num espectro político que ia dos grupos políticos herdeiros do tenentismo, da Ação Social Católica e outros diversos grupos conservadores católicos e dos chefes militares temerosos do grande conflito que começava a se desenhar no plano internacional. Também a ameaça latente de novos conflitos internos promovidos por elites regionais descontentes com a centralização político-administrativa levada a cabo pela União era uma constante, justificando assim na mentalidade destes grupos uma ação mais enérgica e autoritária do Governo Central.

Armando de Sales Oliveira, diferentemente de Simonsen, após uma interventoria e um governo estadual de certo sucesso político e administrativo, no qual enfraqueceu as forças do velho PRP a pedido do próprio Presidente e com isso num primeiro momento angariou certa confiança do Governo. Mais tarde, fez uma escolha estratégica que definiu seu destino no período político subsequente. Em 1936, após consolidar sua base de apoio político no Estado de São Paulo, candidatou-se para concorrer nas eleições presidenciais de 1938 contra a vontade de Getúlio Vargas. Aglutinando uma considerável parte das forças liberais e grupos políticos das oposições estaduais ao governo

¹⁰⁶ Roberto Simonsen integrará como representante da indústria o CNPIC (Conselho Nacional de Política Industrial), criado em 1934.

¹⁰⁷ Lembremos que as soluções autoritárias e ditatoriais são plenamente aceitáveis aos olhos de muitos sujeitos e grupos políticos daquele período histórico.

federal, obrigou os militares e o Palácio do Catete a antecipar a decretação do Estado Novo em novembro de 1937, o qual efetivava a implantação do regime nacional-autoritário e centralizador. No ano seguinte, Armando Sales e outros colaboradores são presos e depois exilados.

A paz social imposta pelo regime estadonovista em 1937, com o enquadramento dos mais combativos sindicatos e organizações de trabalhadores, fechamento do Congresso e dos partidos políticos, trouxe de vez uma parte significativa do grande empresariado para a esfera do governo federal, mas ao mesmo tempo, obrigou o regime a cumprir sua contrapartida ao conjunto dos trabalhadores urbanos, isto é, efetivar a legislação social e implementar definitivamente o ensino profissional apesar da resistência de muitos empresários ligados a FIESP.

Um exemplo desta resistência à legislação social era o cumprimento da *Lei dos Dois Terços*. Nessa questão a liderança empresarial propôs o caminho da importação de mão-de-obra qualificada e técnica, algo que ainda era parcialmente possível nos anos 1937 e 1938, vésperas da Grande Guerra.

Sobre este assunto, ainda em fins de 1936, num relato sobre as possibilidades da expansão industrial brasileira, Roberto Simonsen como porta-voz de boa parte do empresariado paulista expressou sua contrariedade com a Lei dos 2/3 alegando razões de necessidade econômica da indústria paulista.¹⁰⁸

Mas de fato o grande divisor de águas no que diz respeito a resistência inicial do patronato à legislação social, e a sua posterior mudança de atitude, foi o Decreto-lei 1.238 de 02/05/1939 assinado pelos Ministros Gustavo Capanema da Educação e Waldemar Falcão do Trabalho, além do próprio Presidente Vargas, que determinava as indústrias com mais de 500 empregados a construírem refeitórios e a criarem cursos de aperfeiçoamento profissional para os seus trabalhadores menores e adultos.

Novamente, Simonsen como legítimo representante do chamado pensamento progressista e industrialista, ainda em 1937, insiste na mesma tecla ao propor que o governo facilitasse a entrada de operários estrangeiros, pois “a entrada de operário

¹⁰⁸ “reforma da lei dos dois terços e de algumas restrições à imigração, no sentido de ficar assegurada a utilização de operários especializados em determinadas indústrias.” SIMONSEN, R. C. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia Ed. Nacional / EDUSP, 1973 (p.89)

de indústrias especializadas, que constituirão verdadeiras fontes de enriquecimento, quer pelo seu trabalho, quer pelos seus ensinamentos ao operário nacional.”¹⁰⁹

A FIESP, ainda sob a presidência de Roberto Simonsen poucos anos depois, em 1940, registra nas circulares destinadas aos seus membros uma nova prorrogação para que as indústrias com mais de 500 empregados que não haviam apresentado as plantas dos refeitórios requeridos pela Lei 1.238 o fizessem o mais rápido possível.¹¹⁰ E poucos meses depois, novamente outra circular da FIESP, vem chamar a atenção para que seus sindicatos insistam no cumprimento da mesma lei em suas empresas filiadas que estivessem ainda “em débito com essa importante medida de alto alcance social”.¹¹¹

Nota-se nestes documentos a aparente preocupação da entidade classista patronal para com os prazos e prorrogações estabelecidos pela burocracia estatal, mas percebe-se que algumas grandes empresas paulistas de certa visibilidade e que se enquadravam na referida Lei 1.238, a ignoravam e não haviam sequer entregue os projetos para construção de refeitórios para os operários.

Neste contexto, numa espécie de tentativa formal para inglês ver junto ao Governo Federal, a Federação anuncia duas conferências organizadas pelo IDORT voltadas para os seus associados e cujos temas são “*Restaurantes para os operários*” e “*Alimentação e salário*”¹¹², que foram apresentadas por especialistas do 2º escalão do Governo, numa espécie de tentativa de sensibilização dos empresários para a importância do cumprimento daquela lei.

Mesmo após a criação da FIESP e durante a sua presidência, Simonsen teve que lidar com uma burguesia paulista fracionada e desconfiada, não afeita ao Governo centralizador e intervencionista de Getúlio Vargas e também não acostumada com a sua entidade representativa cada vez mais participante de algumas das principais decisões econômicas da União.

¹⁰⁹ SIMONSEN, R. C. Op. cit. (p.97)

¹¹⁰ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1, Circular Nº 73/40 “Instalação de Refeitórios Nas Indústrias Empregadoras de 500 ou Mais Operários”, 16 de julho de 1940 (Antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP).

¹¹¹ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº 94/40 , 02/09/1940 (Antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP).

¹¹² *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº 98/40 , 23/09/1940 (Antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP).

É notável que para Simonsen sua adesão ao regime varguista não o fez abandonar alguns dos princípios econômicos que norteavam a sua atuação enquanto líder empresarial e ideólogo do grupo industrialista. Já no início da sua vida empresarial, segundo o interessante trabalho de Helena Fanganiello¹¹³, ele defendia a assistência social e o preparo industrial dentro de uma visão pragmática onde a racionalização do processo de trabalho e produção e a valorização do fator humano fossem conduzidas pela classe empresarial, ficando o Estado somente com a incumbência de oferecer a infra-estrutura e os serviços necessários ao livre desenvolvimento da indústria nacional e não interferir na dinâmica do mercado de trabalho capitalista.¹¹⁴

Apesar de algumas teses liberais presentes no seu pensamento, existem muitas convergências do pensamento de Roberto Simonsen com o pensamento getulista de matriz castilhistá-positivista. Ambos enxergam no trabalho humano e nos seus frutos econômicos e sociais a forma mais eficaz para se evitar o conflito de classes e, mais explícito em Simonsen, via o trabalho como *“fator eficiente de cooperação no progresso moral freio e meio de combate aos elementos dissolventes da sociedade e ao controle do uso das forças física e mecânicas, em favor do homem e da sociedade”*.¹¹⁵

Também é de chamar a nossa atenção a influência que o pensamento católico e algumas de suas entidades militantes exerciam sobre o porta-voz maior dos industrialistas na FIESP, pois geralmente a maioria dos estudos deste período concentra o seu foco na influência católica nos Ministérios do Governo e em seus principais titulares e funcionários¹¹⁶.

Em uma circular da FIESP de 1941¹¹⁷, é comunicada a visita do Arcebispo a entidade patronal para anunciar e encorajar os empresários a participarem do Congresso

¹¹³ “As principais finalidades nos Estatutos do Centro eram: organizar um cadastro do operariado; implantar um serviço de assistência e de seguro aos operários, e fundar escolas de aprendizagem profissional” FANGANIELLO, H. *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*. São Paulo: FEA-USP (p.17).

¹¹⁴ “Tais restrições provocaram reclamações por parte dos industriais, os quais se insurgiram contra a falta de crédito, contra as medidas contrárias a emigração de mão-de-obra qualificada e a aplicação da lei dos 2/3, face à inexistência de escolas profissionais no Brasil. Assim agiram, por considerarem os operários especializados fatores ponderáveis da produção e úteis à transmissão do aprendizado e treinamento dos artifices nacionais”. FANGANIELLO, H. Op. cit. (p.165)..

¹¹⁵ FANGANIELLO, H. Op. cit. (p.187).

¹¹⁶ Por exemplo, o fato do Ministro Capanema da Educação ser um representante dos interesses da Igreja no Governo Vargas, assim como seu colega, o Ministro Valdemar Falcão do Trabalho, ser um católico fervoroso e anticomunista radical.

¹¹⁷ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular N°71/41, 29/08/1941 (Antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP).

Eucarístico Nacional de 1942 e da cerimônia de entronização do símbolo cristão da cruz nos ambientes de fábrica (escritórios e produção). Lembremos que apesar do Catolicismo e suas variantes populares serem a religião mais praticada no Brasil daqueles tempos, ainda assim é de se admirar o consentimento das lideranças empresariais frente o grau de influência que a Igreja pretendia também exercer no mundo fabril brasileiro.

Mesmo após o fim do Estado Novo, vemos Simonsen a frente da FIESP nos trabalhos do 1º Conselho Consultivo do SESI em julho de 1946, contando com a cooperação dos católicos dos Círculos Operários Católicos, da Juventude Operária Católica e de outras entidades para a preparação de assistentes sociais e outros funcionários para o funcionamento do SESI, entidade criada também em 1946 nos moldes do SENAI, com o objetivo de contribuir para a paz social através de serviços de lazer, saúde e alimentação oferecidos ao trabalhador, bem como afastá-lo da influência e da propaganda comunista nas suas associações de classe e sociedade em geral.¹¹⁸

Na realidade esta comunhão de interesses entre os empresários da FIESP e a Igreja era também outra forma de atuação político-social do clero católico no período do Estado Novo. Explica frei Oscar de Figueiredo Lustosa, historiador dedicado ao estudo da Igreja Católica no Brasil, que enquanto oficialmente a Igreja se calava sobre o Regime e a Constituição de 1937¹¹⁹, no início dos anos 1940 consolidava-se a expansão dos Círculos Operários Católicos, movimento trabalhista incentivado pelo clero e pelas classes dirigentes católicas que viam nos mesmos um freio para a penetração comunista no meio operário e sindical brasileiro. Sem dúvida, Governo e o empresariado mais organizado rapidamente souberam aproveitar o apoio deste movimento católico no seio do movimento operário vinculando-o à política sindical oficial através de assessorias e colaboração dos trabalhos do Ministério do Trabalho e parte significativa do operariado.

Assistência social, educação na fé católica, exaltação da Pátria e defesa da ordem social e política para anular qualquer tipo de influência subversiva ou contestação mais efetiva do Regime Estadonovista tornavam conveniente uma aproximação entre o poder econômico do patronato industrial, o poder político de Getúlio Vargas e a influência religiosa e cultural da Igreja Católica, como bem atesta o documento abaixo que anunciava um grande Congresso Nacional Eucarístico na cidade de São Paulo para o ano de 1942.

¹¹⁸ SIMONSEN, R. C. Op. cit. (p.447)

¹¹⁹ LUSTOSA, Oscar de F. *A Igreja Católica no Brasil-República: cem anos de compromisso (1889-1989)*, São Paulo: Edições Paulinas, 1991 (p.57)

“Trata-se não apenas de uma festa religiosa, da mais alta significação, como, também, de um acontecimento cívico, cujo valor não é de mistér por em relevo. Acorrerão, à nossa metropole, brasileiros de todos os Estados, que, guiados pelo sentimento religioso da maioria do Brasil, realizarão, aqui, uma das maiores, senão a maior, das concentrações nacionalistas de que o país tem notícia. Serão 300, 400 mil pessoas que virão à Capital piratiningana [...]

Os industriais poderão, facilmente, avaliar os resultados de ordem moral e pratica que advirão, desse Congresso, cuja organização está entregue às mãos hábeis do eminente sr. D. José Gaspar de Affonseca e Silva, Arcebispo Metropolitano de São Paulo. A indústria, indiretamente, será beneficiada com a a memorável demonstração de setembro, que servirá, sem dúvida, para aumentar o prestígio de nossa culta e progressista cidade -cimentando, ainda mais, na alma do povo, o sentimento nacionalista.”¹²⁰

A década de 1930 também representou para Simonsen e outras lideranças intelectuais do chamado grupo industrialista uma maior elaboração das suas teses para o desenvolvimento industrial do país e uma maior racionalidade no campo das relações de trabalho e da eficiência produtiva ao perceberem as limitações de aplicabilidade do taylorismo às condições e ao contexto da indústria nacional.¹²¹

Simonsen admite resistências culturais e sociais ao taylorismo que vão desde ações equivocadas e “não científicas” dos patrões ao engano das classes operárias em buscarem soluções políticas para os seus problemas. A solução deveria ser buscada num amplo e bem elaborado diagnóstico científico levando em consideração também os fatores humanos e a realidade nacional muitas vezes ignorados pelas teorias importadas.

Ainda no início da década de 1930, Simonsen era favorável a algum tipo de ensino profissionalizante, mas sempre dentro dos propósitos e necessidades da indústria, já que a função social maior da educação deveria ficar a cargo do Estado. Só no final daquela década, sob pressão do Governo Federal, a atuação das comissões interministeriais, o debate e luta política envolvendo os participantes na definição do modelo da aprendizagem industrial é que um novo modelo de ensino industrial surgiu.

¹²⁰ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº 46/42, 17/03/1942 (Antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP).

¹²¹ “O systema Taylor especializa em excesso a produção do operário e procura adaptá-lo à máquina, destrói a iniciativa própria e de alguma forma o sentimento de camaradagem e de alegria no trabalho, estimulando a ambição individual. Atomizando em extremo o trabalho não exige aptidões especiais dos operários, que se tornam, assim, autômatos, nas mãos dos administradores.” SIMONSEN, R. C. *As Finanças e a Indústria* (Conferência realizada no Mackenzie College, em São Paulo, a 8 de Abril de 1931). São Paulo: São Paulo Editora Ltda (p.17).

O professor Fábio Maza¹²² nos chama a atenção para uma importante característica do pensamento e da prática política da FIESP presidida por Simonsen no que diz respeito aos limites do discurso em defesa da paz social e de melhorias do padrão de vida das classes operárias, bem como ao colaboracionismo para com o Governo Vargas.

Além dos industriais justificarem sua dominação no ambiente de fábrica e com argumentos científicos, de higiene e profilaxia social que constituíam um projeto para sociedade como um todo, a educação profissional racional e pragmática esboçada nas comissões interministeriais para a definição da aprendizagem industrial revela, a nosso ver, os limites do conteúdo social do discurso dos industriais da FIESP e da CNI. Mesmo a defesa da melhoria material das condições de vida, educação e trabalho das classes populares não significava de forma alguma concepções políticas que implicassem numa reforma mais profunda da ordem social e econômica do país, ou seja, maior participação democrática da classe trabalhadora.

A capacitação profissional, a aplicação e a obediência da legislação trabalhista, o aumento da produtividade industrial, a expansão da riqueza nacional e finalmente, uma “adequada repartição da riqueza real”¹²³ significavam para Simonsen os objetivos maiores da Nação, algo acima das transitórias formas de governo. Portanto era necessária a subordinação do desenvolvimento econômico ao planejamento científico e tino administrativo dos grandes industriais¹²⁴ e não aos humores das disputas políticas¹²⁵ ou do mercado internacional controlado pelos países mais desenvolvidos.

Segundo Paulo Miceli, muitos pontos em comum e semelhança de certas ideias¹²⁶ contribuíram para aproximar o grupo industrialista da FIESP/CNI do governo nacional-autoritário de Vargas. Mas devemos sempre lembrar que esta aproximação e efetiva colaboração política mútua ocorreram em meio a atritos que definiram os campos de forças e respectivos graus de influência de importantes grupos político-sociais envolvidos nos rumos que o Estado brasileiro seguiria ao longo da década de 1940 e,

¹²² MAZA, F. *O idealismo Prático de Roberto Simonsen: Ciência, Tecnologia e Indústria na Construção da Nação*. São Paulo: FIESP/CIESP/IRS, 2004 (p.140)

¹²³ FANGANIELLO, H. Op. cit. (p.424)

¹²⁴ É interessante notar que esta crença de Roberto Simonsen na ciência e na capacidade dos industriais em direcionar os rumos da sociedade para o bem comum faz-nos lembrar uma tese cara ao positivismo de Comte que afirmava a primazia dos cientistas e industriais na 3ª fase da evolução da sociedade humana rumo a Idade Positiva.

¹²⁵ “a nossa indústria é chamada a corrigir, automaticamente, os erros de orientação dos nossos homens públicos.” SIMONSEN, R.C. *A Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo: FIESP, 1939 (p.71).

¹²⁶ MICELI, P.C. Op. cit. (p.126).

portanto, no contexto imediato no qual se definiam a educação profissional e a aprendizagem industrial brasileira.

A polêmica em torno do debate relativo à implantação do Decreto-Lei 1.402, de 05/07/1939, em especial o seu artigo 24, que pretendia modificar a organização sindical das entidades patronais, nos revela não somente as muitas dificuldades da relação Governo e grupo industrialista como também as muitas limitações da Ditadura de Vargas que nesta e em outras questões era obrigada a contemporizar, modificar ou retroceder como bem nos sintetiza o professor Benedicto Heloiz Nascimento.¹²⁷

Parte desse debate, ocorrido no mês de junho de 1940, quando da implementação do projeto de reforma sindical encabeçado por Oliveira Vianna, tentava efetivar uma estrutura corporativa nas leis trabalhistas brasileiras. O projeto de Vianna previa critérios de sindicalização baseados na homogeneidade dos grupos profissionais (sindicatos por categoria similar, afim ou conexas) os quais deveriam prevalecer nas Federações regionais, e não os critérios territoriais ou por empresas até então válidos.¹²⁸

Assim, a própria existência da FIESP, uma entidade sindical regional forte e nacionalmente influente, estaria ameaçada pelo projeto que a princípio só legalizaria federações por atividades econômicas específicas (ex. federação das indústrias de artefatos de borracha).

O que se seguiu foi um ríspido debate entre Oliveira Vianna, importante consultor jurídico do Governo, e Euvaldo Lodi, presidente da CNI, em que ambos partem para desqualificar um ao outro como conhecedores da realidade do mundo do trabalho e das reais necessidades econômicas da sociedade brasileira.

A aspereza do diálogo publicado na imprensa daqueles anos e as críticas contundentes que se aproximam da esfera dos ataques pessoais entre os protagonistas é evidente. Neste caso a troca de artigos entre Oliveira Vianna, defendendo o Decreto-lei

¹²⁷ “O Regime da Carta de 1937, como o resto da década de 1930, permaneceu, à sua maneira, um Estado de compromisso. Aí não existiam facções realmente vencidas, mas apenas facções momentaneamente fora do poder. O Ditador era bastante limitado em suas margens de manobra, lutando mais pela própria sobrevivência no poder, pela manutenção do status quo e momentânea defesa nacional, que por reformas mais profundas e duradouras na economia e sociedade brasileira.” NASCIMENTO, B.H., op.cit., (p.69).

¹²⁸ Decreto-Lei n. 1402 de 1939.

1.402, e Euvaldo Lodi¹²⁹, criticando abertamente esta reforma sindical em nome das Federações patronais da indústria, chama a nossa atenção pelo fato destas críticas dos industriais ocorrerem num pesado ambiente de censura que marcou o período, em especial no momento em que grupos germanófilos e pró aliados tentavam demover Vargas da neutralidade do Brasil em relação a Segunda Grande Guerra.

A importância desta polêmica no início da duradoura e a lucrativa aliança entre os grupos industriais do Eixo Rio - São Paulo e a Ditadura, mostra como aqueles resistiram de forma contundente e contra-argumentaram criticamente as investidas dos setores da burocracia estatal e dos ideólogos corporativistas. Esta polêmica nos abre os olhos para a real dimensão do choque de interesses e de visões ideológicas conflitantes que disputavam terreno tanto na economia nacional como no grau de influência das políticas públicas do Estado brasileiro da época.

Também, neste debate de 1940 sobre a lei sindical, observamos alguns dos mesmos protagonistas que participarão diretamente da discussão e da definição do modelo institucional da futura aprendizagem industrial que será implantada no país, nomes como o do próprio Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Waldemar Falcão, Oliveira Vianna representante do pensamento nacionalista-autoritário do Estado e as diversas Federações patronais do país.¹³⁰ Chamamos a atenção para estes

¹²⁹ “O facto, porém, de não ter encontrado contradictores para as coisas que escreve, talvez tenha dado ao illustre Consultor a convicção de ser “tabu”, intangível e indiscutível. Só isso explica o azedume com que voltou, a 26 de Maio, pelas mesmas columnas, para me desfechar um “ligeiro contra-ataque”, de modo a fazer-me recuar para dentro das linhas que me são proprias - “metallurgia do ferro e industrias annexas [...] Não gostou o honrado Consultor Jurídico que lhe mencionasse esse titulo e chegou a achar deselegante que o fizesse. Ignorava eu que o Sr. Oliveira Vianna tanto se envergonhasse da sua qualidade de funcionario publico, a ponto de julgar deselegancia mencional-a, como se fosse a allusão a defeito de alguém. Se soubesse, acredite que não o teria feito, dando preferencia a qualquer dos outros títulos que, com tanto prazer declina, como os de publicista, escriptor, intelligencia aberta, etc. [...] A representação subscrita pelas maiores associações de classe do Brasil mostra que não estou só nesta questão, que, pelos seus assombrosos aspectos, está apaixonando as entidades representativas da produção brasileira, como posso provar pelas dezenas de cartas e telegrammas, que diariamente recebo, das mais expressivas associações de classe, de todos os recantos do paiz, que não desejam a “proteção” do Sr. Oliveira Vianna.” Mensário do Jornal do Commercio. Rio de Janeiro: Tomo X, v. III, junho de 1940. p.506.

¹³⁰ “ Dou, a seguir, conhecimento dos termos mediante os quaes se vêm manifestando, sobre a controvérsia, as classes directamente visadas, não só perante o Sr. Ministro do Trabalho, Industria e Commercio, como em telegrammas á Confederação Nacional da Industria. - S Paulo, 23 de Maio de 1940.

Exmo Sr. Dr. Ministro Waldemar Falcão, D.D. Ministro do Trabalho, Industria e Commercio. Sr. Ministro.

As entidades abaixo assignadas, legitimas representantes das classes e forças conservadoras de S.Paulo, tiveram a honra de se dirigir a V. Exa., solicitando audiência especial, em que pudessem apresentar nova exposição e argumentos, sobre as modificações que pleiteiam, na reforma da lei syndical, em face de um artigo, de autoria do illustre Dr. Oliveira Vianna, publicado no “Jornal do Commercio”, do Rio de Janeiro, de 12 do corrente. [...]

nomes e a situação, pois também neste processo a força política coordenada dos empresários industriais e o pragmatismo político do Governo cederá às Federações e aos seus líderes mantendo a essência do seu modelo federativo e organizacional, escapando assim das limitações corporativistas do Regime, ao contrário do que aconteceu nos sindicatos da classe trabalhadora.

Assim também, a necessidade urgente de ser dirimida a controvérsia, pois a situação de instabilidade actual, a simples possibilidade de ser levada a cabo a desagregação das forças da produção traz um sentimento de intranquilidade, uma diminuição da sua eficiência e poderá ter as mais deploráveis e irremediáveis consequências para todo o país.

Desnecessário insistirem sobre este ponto e a urgência da solução. Nada mais precisarão dizer para serem perfeitamente entendidas pela clara inteligência do Sr. Waldemar Falcão, em cujas mãos depositam confiantes o seu futuro e um dos mais graves problemas do Brasil.

Aproveitem a oportunidade para reiterar a V. Ex. os seus protestos da mais alta estima e consideração. - Federação das Industrias do Estado de S. Paulo. Roberto Simonsen, presidente; Associação Commercial de São Paulo, Argemiro Couto de Barros, presidente..." Mensário do Jornal do Commercio. Rio de Janeiro: Tomo X, v. III, junho de 1940. (p.506-512). Assinam também presidentes, vices e secretários das Federações industriais de PE, RS, MG e RJ, as Associações Comerciais pelos mesmos estados e diversos sindicatos patronais da indústria e comercio espalhados pelo país.

3 O COMPLEXO CONTEXTO POLÍTICO DO NASCIMENTO DO SENAI

Já em 1931 Roberto Simonsen, como porta-voz da indústria paulista, expressava uma série de críticas ao ambiente econômico contrário ou restritivo à indústria prevalecente desde a Primeira República e ainda presente durante o início do novo Governo Revolucionário.

Clamava Simonsen,

*“Dêem á indústria o que ella necessita : aparelhamentos financeiros de que dispõem as nações civilisadas, leis harmonicas de defesa da producção, liberdade de actuação dentro do mercado brasileiro pela suppressão das barreiras inter-estadaes e a industria poderá concorrer poderosamente para o enriquecimento do Brasil [...] E porque não procurarmos solver todos esses problemas, conjuntamente, pela razão e pela technica, esforçando-nos para racionalisar o trabalho no Brasil sob todos os seus aspectos? Deveríamos , a exemplo do que faz a Allemanha, cobrir o paiz de commissões technicas que estudassem a fundo a racionalisação do seu trabalho, de acordo com as condições locaes, para que os brasileiros augmentassem o seu bem-estar pelo argumento racional do rendimento economico do paiz. Nunca nos esqueçamos que systemas administrativos e politicos são meros apoios sobre os quaes temos que actuar, crescer e produzir pelo trabalho nacional. Leis e decretos não criam productividades e riquezas. Racionalisemos o trabalho abrangendo em seu programma desde o estudo systematico de nossos problemas financeiros até a melhoria do nosso homem pelo saneamento e pela cultura; desde a racionalisação agricola até a racionalisação do nosso mercado interno. [...] E’ nesse caminho que as nossas instituições technicas e os nossos estabelecimentos scientificos podem fazer a obra patriotica e efficiente ”.*¹³¹

Neste discurso podemos encontrar muitos princípios norteadores que, após dez anos de um tumultuado processo político de implementação do ensino industrial, convergiram com o pragmatismo de influentes setores do Governo sobre este tema, assunto de especial interesse para o próprio Presidente.

Da sua participação inicial como representantes classistas na constituinte de 1933 e como deputados no Congresso Nacional entre 1934 e 1937, as lideranças dos setores industriais mais organizados daquele período, em meio ao imediatismo corporativista e posturas reativas que ainda predominavam na sua relação com o Estado

¹³¹ SIMONSEN, R.C. As Finanças e a Industria (Conferencia realisada no Mackenzie College, em São Paulo, a 8 de Abril de 1931). São Paulo: São Paulo Editora Ltda, (p.51-52)

brasileiro ¹³², foram aumentando conscientemente sua participação em setores chaves da economia por meio de comissões, conselhos ou diretamente junto aos círculos mais íntimos do primeiro escalão do Governo.

A complexidade que envolve os principais interesses e seus grupos no jogo de força e nos debates referentes ao estabelecimento de um sistema nacional de aprendizagem industrial é acrescida por uma conjuntura histórica *sui generis* dos anos marcados pela Segunda Grande Guerra Mundial. A plena consciência deste emaranhado quadro torna-se antes para nós um poderoso norteador da interpretação histórica dos acontecimentos relativos ao objeto de estudo deste trabalho do que um complicador, ajudando-nos a evitar as armadilhas do anacronismo ou versões “vencedoras” sobre a criação desta importante instituição da educação profissional brasileira chamada SENAI.

Desde a Constituição de 1937, quando o seu Artigo 129 definiu como dever das indústrias e seus sindicatos a criação de escolas de aprendizes, duas formas predominantes de interpretar e propor soluções ao problema da efetivação da matéria constitucional se destacam. A liderança empresarial da FIESP/CNI expressará seus reclamos e críticas à intromissão dos funcionários “técnicos-bacharéis” do Governo. Encarados como incapazes de possuir uma visão *racional e técnica* para um tema a eles desconhecido, ou seja, o ambiente da fábrica e do trabalho técnico e produtivo, campo de atuação e conhecimento exclusivo dos industriais. No entanto, para importantes funcionários da burocracia estatal, embalados pelos bons resultados políticos do controle social proporcionado pela legislação social imposta desde a Revolução de 1930, era perfeitamente válida a ingerência governamental no cotidiano dos empresários e operários em nome dos interesses nacionais, pois no seu entender, a nossa burguesia industrial ainda estava presa ao imediatismo dos seus interesses e não perceberia a importância da educação profissional e da aprendizagem industrial como fatores de inserção presente e futura da juventude e da classe trabalhadora num projeto ideal de nação e de desenvolvimento econômico.

Do embate destes modos de conceber ou reagir frente a determinação governamental de suprir a economia brasileira com um sistema de qualificação profissional mais sistemático e em escala nacional, podemos também perceber uma via mais

¹³² GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979 (p.308-311)

pragmática do ponto de vista dos interesses políticos que naquele momento estavam a frente do Estado nacional-autoritário brasileiro, principalmente a partir de março de 1938¹³³, e que se intensifica quando da publicação do Decreto-Lei 1.238 de 02 de maio de 1939, assinado pelo Presidente da República, pelo Ministro da Educação e o Ministro do Trabalho, o qual obrigava as empresas com mais de quinhentos empregados a construir refeitórios e a criarem cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e menores aprendizes.

No plano internacional, sendo membro da Organização Internacional do Trabalho, o Brasil envia seus representantes na 24ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho que se realizou em Genebra no ano de 1938. Segundo relatório assinado por Dulphe Pinheiro Machado também eleito presidente desta Sessão, a importância deste evento às vésperas da Guerra decorria do maior número de ministros participantes desde o início da OIT e dos importantes temas que estavam sendo debatidos, tais como a redução da semana de 40 horas de trabalho, questões relativas a Imigração e a necessidade do desenvolvimento do ensino técnico e profissional no conjunto dos países membros.¹³⁴

Sobre a questão da imigração, a política nacionalizante do Regime Vargas já dava o tom da posição brasileira no cenário internacional: o Governo pós 1930 impusera a aculturação dos chamados “quistos”¹³⁵ estrangeiros no território nacional, tornando obrigatório o ensino da língua portuguesa neles, a nacionalização do trabalho através da “Lei dos 2/3” e restringia a entrada desordenada de imigrantes, selecionando-os de acordo com as necessidades econômicas do país.

No tocante a Semana de 40 horas, apesar do apoio retórico do Governo brasileiro ao tema, em Relatório Reservado¹³⁶ ao Presidente, Dulphe Pinheiro Machado não compromete o Governo com a assinatura desse item alegando que o Brasil já desenvolvia e aplicava toda uma legislação social de amparo e proteção ao trabalhador e, do ponto de vista econômico, não haveria ainda necessidade da adoção das 40 horas já que

¹³³ O Anteprojeto de regulamento para a criação de escolas de aprendizes (escolas sindicais) de responsabilidade das empresas e sindicatos, para cumprimento do Artigo 129 da Constituição de 1937.

¹³⁴ CPDOC/FGV VFc 1937.11.12 (Pasta VI)

¹³⁵ Colônias alemãs e outras concentradas no sul e em outros pontos do país na qual a população imigrante pouco interagiu com a população nativa brasileira, inclusive mantendo um sistema educacional próprio onde cultivava-se somente a língua e a cultura das nações de origem daquelas colônias.

¹³⁶ CPDOC/FGV VFc 1937.11.12 (Pasta VI)

o país não sofria com altas taxas de desemprego tal como ocorria em muitos dos países desenvolvidos.

Dulpe Machado ao comentar a situação do ensino técnico e profissional brasileiro na 24ª Conferência Internacional do Trabalho, mesmo elogiando as diversas instituições públicas e privadas existentes em algumas das cidades maiores, admite a lentidão e a falta de uma sistematização para que este tipo de ensino alcançasse toda a população trabalhadora.

Não é coincidência que no ano seguinte, buscando implementar o artigo 129 da Constituição de 1937, Vargas emite o Decreto-Lei n. 1.238 de 1939 que dispõe sobre a instalação de refeitórios e a criação de cursos profissionais sob responsabilidade das empresas com mais de 500 empregados. Tal ação governamental gera um fato político novo na sua relação com o empresariado urbano, pressionando este último a posicionar-se num contexto social e econômico interno sob um regime nacional-autoritário.

Neste ponto da nossa argumentação vale a pena destacar o importante papel das diversas Comissões e Conselhos que existiram antes e durante o Estado Novo, e algumas de suas características enquanto órgãos de estudo e implementação de medidas pretendidas pelo Governo da União. Pois da análise deste tipo de intervenção governamental na qual o Regime aparentemente compartilhava decisões sobre políticas públicas ou projetos econômico-sociais com setores específicos da sociedade civil, podemos também deduzir parte do processo de gestação da aprendizagem industrial tal como ela foi criada. O depoimento de Edmundo de Macedo Soares e Silva¹³⁷ sobre o trabalho e o significado das comissões na Era Vargas é singular por nos mostrar um pouco da dinâmica política do período por nós estudado:

¹³⁷ Edmundo de Macedo Soares e Silva nasceu no Rio de Janeiro, no dia 9 de junho de 1901. Em janeiro de 1931, Macedo Soares foi nomeado para integrar a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos, destinada a avaliar a capacidade de mobilização da indústria metalúrgica nacional e, ao longo do período varguista, participou de diversas outras comissões e grupos de trabalho ligados a temática da autonomia siderúrgica para o Brasil. A participação de Macedo Soares na Comissão Nacional de Siderurgia permitiu-lhe um contato maior com o problema siderúrgico brasileiro e um aprofundamento em seu estudo, o que o levaria mais tarde à defesa da construção de uma grande usina siderúrgica, tida como fundamental para o desenvolvimento nacional. Texto resumido. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busc.asp>>. Acesso em 12 de abril de 2011.

*“Por que Getúlio constituiu um número tão grande de comissões, se podia organizar arbitrariamente uma comissão de siderurgia com pessoas de gabarito, capazes de defender aquilo que ele desejava? Porque, e isso é curioso, o Getúlio raramente decidia de forma ditatorial. Não costumava agir por intermédio de decretos-lei; era um político. Quando uma comissão não servia, nomeava outra, até chegar a uma que aprovasse o que ele queria. Ele era assim. É claro que o funcionamento dessas comissões implicava algumas despesas com viagens, diárias, mas seus membros não ganhavam nada, além de muito trabalho. Participei de várias delas e nunca recebi salário.”*¹³⁸

A criação dessas comissões pelo Governo e a forma como este lidava com os resultados ou recomendações ali gerados, era marcada por alguma ambigüidade decorrente de que nestes órgãos muitas vezes se acomodavam os mais diversos interesses político-econômicos, por vezes conflitantes, dentro de uma lógica política administrativa¹³⁹ que marcou o Estado Vargas. Mas a decisão final que quebrava o impasse e desimpedia o desfecho para a execução de uma determinada lei ou projeto de interesse para a economia nacional vinha do Ditador conforme o próprio já havia dito sobre o tema da Educação, antes do regime do Estado Novo: *“É dever do Governo Provisório interessar toda a Nação, obrigando-a cooperar, nas múltiplas esferas em que o seu poder se manifesta, para a solução desse problema.”*¹⁴⁰

Determinações e interesses eram habilmente expostos e demarcados nestas comissões ou grupos de trabalho propostos pelo Presidente. Muitas comissões se tornavam em verdadeiros laboratórios políticos para que o Governo definisse o ‘como’ e o papel que cada grupo interessado teria no projeto até se chegar ao objetivo final pretendido. Na maioria das vezes o objetivo já estaria esboçado pelo Presidente e o seu círculo mais íntimo, entretanto, estes projetos e/ou objetivos não eram herméticos, havia certa flexibilidade para alcançá-los manobrando o Governo onde houvesse a menor resistência para a consecução deles.¹⁴¹

¹³⁸ SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC*. Lucia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias (organizadoras). Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998 p.77-78.

¹³⁹ *“Quem nomeou essa comissão? O próprio Getúlio. Ele costumava dizer: “Quando você quiser que uma coisa não aconteça, nomeie uma comissão.” Mas, ainda assim, não posso negar; o presidente prestigiou os trabalhos da Comissão Nacional de Siderurgia e quase sempre atendia aos meus pedidos.”* SILVA, E. M. S. e. Op. cit. p.70.

¹⁴⁰ Mensagem apresentada á Assembléia Constituinte pelo Chefe do Governo Provisório, Getúlio Dornelles Vargas, no ato da sua instalação. (1933). MEC/INEP. *A educação nas mensagens presidenciais* (1890-1986) Vol. 1. Brasília: 1987. p.124.

¹⁴¹ *“Em abril de 1938, em discurso sobre as metas econômicas do Estado Novo, o Getúlio destacou a importância da grande siderurgia no novo programa de governo. Para ele, havia três possibilidades para a implantação da usina: totalmente financiada pelo Estado; com capital misto, isto é, uma associação entre o*

A partir do que foi exposto acima podemos melhor compreender o sentido de o Governo ter criado em 1939, quinze dias após a publicação do Decreto-Lei nº 1.238 de 1939, uma comissão interministerial envolvendo as pastas da Educação e do Trabalho, para regulamentar os cursos previstos na referida lei. Alguns dos nomes participantes desta comissão terão uma participação destacada nos debates e na disputa política envolvendo os ministérios do Governo e as entidades patronais da indústria (FIESP/CNI).

Os trabalhos e os bastidores da Comissão Interministerial de maio de 1939 foram muito importantes no desenrolar dos acontecimentos relativos à definição da aprendizagem industrial até 1942.

Após cinco meses de estudos dos representantes da área da Educação federal, do Ministério do Trabalho e as recomendações de empresários, sindicalistas operários vinculados ao Governo e do IDORT na pessoa de Roberto Mange. Um anteprojeto¹⁴² é lançado em 26/07/1940 e novamente não satisfaz o conjunto dos empresários representados por suas entidades (em especial a FIESP e a CNI).

Nas comissões e grupos de trabalho relacionados à questão da aprendizagem o empresariado foi constrangido, conforme o artigo 129 da Constituição de 1937, a criar e manter escolas de aprendizes fardo que, na visão do Governo, beneficiaria a médio e longo prazo as próprias empresas e o conjunto da classe trabalhadora. Mas este processo, segundo Luiz Antonio Cunha¹⁴³, teria sido demorado e conflituoso ao ponto de obrigar Vargas ameaçar as partes interessadas com uma participação inédita dos sindicatos operários¹⁴⁴ nas deliberações e futura gestão do sistema de aprendizagem que o Governo estava determinado a montar no contexto de carência de mão-de-obra qualificada para o país naquele contexto de Segunda Guerra Mundial.

Estado e a iniciativa privada brasileira, e exclusivamente com capitais privados nacionais, mas sob controle do Estado.” SILVA, E. M. S. e. Op. cit. p.78 .

¹⁴² Decreto n. 6.029 de 1940, que definia a instalação de cursos profissionais autônomos nos estabelecimentos industriais e mantidos pelas próprias indústrias.

¹⁴³ CUNHA, L. A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2ª ed., São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: FLACSO, 2005. p. 5 e 47.

¹⁴⁴ Celso Suckow afirma que os sindicatos operários concordaram em se unir ao governo e aos patrões nesta questão, mas reivindicavam que o benefício da lei que instalaria a aprendizagem industrial se estendesse também para as indústrias com menos de 500 trabalhadores. FONSECA, Celso Suckow *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961. 1º vol., p. 485-500.

Para Angela Maria de Castro Gomes¹⁴⁵ a atuação dos sindicatos durante o Estado Novo, inclusive os patronais, era marcada pela cooperação com o Regime e por ele tutelado, porém, no caso das federações e da confederação dos industriais, estas entidades vieram a “oxigenar” a política de industrialização em escala nacional imposta pelo Governo Vargas. Isso levou a menos concessões aos trabalhadores, alterações na legislação social no contexto da Segunda Guerra¹⁴⁶, novas ideias administrativas e um sentido mais racional e menos centralizador de alguns projetos caros ao Governo, onde um dos exemplos será o formato institucional que o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários terá, conforme mostraremos mais a frente.

A pressão e intervenção governamental varguista no processo inicial de criação a aprendizagem industrial foi intensa. Podemos conjecturar que parte disso se devia a urgência da situação econômica e política do Brasil e do mundo, assim como vencer as resistências internas impostas pelos industriais e seus representantes que não queriam de forma alguma mais um item para onerar suas receitas. Porém estes, diante da determinação de Vargas para obter a cooperação dos industriais neste projeto, sabiam que poderiam negociar dentro de uma margem de manobra suas reivindicações ao Chefe da nação via FIESP, com chances relativas de sucesso, como bem exemplifica o documento abaixo:

“Aproveitando a presença de Sua Excelência nesta Capital, pretendemos oferecer ao seu exame um memorial, contendo as reivindicações que, no momento, devem ser pleiteadas pela Indústria. Nessa representação, indicaremos, ao Chefe da Nação, os pontos principais que, presentemente, preocupam a nossa classe, pelo que solicitamos a cooperação de nossos associados, nos sentido de, até 3 de novembro próximo, enviar suas sugestões à Secretária-Geral.”¹⁴⁷,

Mas o momento seguinte após essa intensa ação governamental, resultou na organização e direção de uma instituição que seria a responsável pela aprendizagem em todo o país, segundo o interesse das entidades representativas dos empresários industriais e, ao mesmo tempo, desvencilhada das tentativas de centralização e controle do novo sistema do ensino industrial por parte do Ministério da Educação. Órgão que ficou inconformado com a perda de um importante ramo da educação profissional e a autonomia

¹⁴⁵ GOMES, A. M. de C. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005 p. 208-09.

¹⁴⁶ FIESP, Relatório, 1939, pp.163-165 *apud* CARONE, E. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976. p.71.

¹⁴⁷ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular n.18/41, 05/03/1941 (Antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP).

do novo órgão, assim como o predomínio das concepções de aprendizagem desenvolvidas em São Paulo, experimentadas e algumas praticadas desde a criação do curso de mecânica no Liceu de Artes e Ofícios por Roberto Mange.

Portanto, foram de suma importância para os trabalhos da Comissão Interministerial de maio de 1939 as sugestões dos estudos do IDORT e a atuação da FIESP para dimensionar aprendizagem industrial num projeto “racional” e mais “modesto” defendido por Roberto Mange, estudioso do assunto e homem mais afinado com os interesses da indústria, ao contrário do projeto profissionalizante centralizador e mais abrangente visando qualificar a maior parte da juventude da classe trabalhadora pretendido por Gustavo Capanema e muitos dos seus assessores e técnicos no Ministério da Educação.

3.1 Debates e choques de interesses que marcaram a criação do SENAI até o início de 1942.

Além das prioridades econômicas e, em especial, a necessidade de mão-de-obra qualificada, que norteariam a pressão governamental sobre os empresários e sindicatos urbanos em se comprometerem com o dispositivo da Constituição de 1937, em seu artigo 129, para assumirem a educação profissional da classe trabalhadora, ao mesmo tempo, motivos de ordem política e ideológica moviam o Governo e os grupos sociais que apoiaram o Regime estadonovista.

Uma visão de mundo conservadora e certo anticomunismo ferrenho também orientaram as classes médias urbanas e outros grupos sociais que apoiaram o regime autoritário e suas propostas de educação profissional como meio de integrar as classes operárias na ordem social existente. Algumas propostas de profissionalização da mão-de-obra das classes populares sempre vinham acompanhadas de ações assistencialistas e inculcação de valores nacionalistas para “levantamento do nível moral, cultural e social do povo”, a fim de anular as reais ou imaginárias ações políticas subversivas que contestassem a ordem social e econômica reinante no país.

Numa petição escrita ao Interventor Federal do Estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães, quinze dias após a implantação do Estado Novo, Milton Pontes¹⁴⁸

¹⁴⁸ Dr. José Milton de Pontes, Chefe da Diretoria de Reeducação e Assistência da Prefeitura de Recife (DRAS), católico fervoroso, antiliberal e anticomunista convicto. Um dos criadores e incentivadores dos

apela ao Interventor de Pernambuco naquela ocasião a apoiar uma ação de ampla envergadura que envolvesse não somente a Diretoria de Reeducação e Assistência Social de Recife e a Secretaria do Interior e Justiça do Estado apoiados pelos órgãos de classe, sindicatos profissionais, sociedades beneficentes, Centros Educativos Operários, Cooperativas e Imprensa e Radio Club, para orientarem e organizarem

*“todos os serviços sociais que beneficiem ou venham beneficiar as classes trabalhadoras de Pernambuco, estabelecendo um plano geral, intensivo e extensivo de reeducação e assistência, de modo a defender os operários e suas famílias de situações extremas, em períodos normais de trabalho ou em épocas de crises econômicas, dando-lhes a verdadeira compreensão de deveres e direitos e fazendo-os cooperar com o Poder Público, na repressão do comunismo.”*¹⁴⁹

Milton de Pontes elogia o caráter nacionalista e assistencialista da Constituição de 1937 e de como a legislação chama à responsabilidade social tanto as instituições públicas como as privadas, exigindo uma nova postura e ações por parte das elites políticas e autoridades, já que

*“o analfabetismo, a falta de preparação técnico-profissional, insuficiência de meios, que bem se reflete na alimentação, habitação e vestimenta dos trabalhadores, a corrupção de costumes, a instabilidade da família operária, - são outros tantos factores de desagregação social, campo de fácil expansão comunista e onde as medidas repressoras se apresentam com o carácter de perseguições pessoais e mesquinhas, aumentando os odios e as resistências.”*¹⁵⁰

Enfim, o autor desta proposta de articulação entre os órgãos públicos e setores privados propõe medidas educativas, culturais, sociais e de ajuda econômica, inclusive numa ação conjunta com a Igreja Católica¹⁵¹ para prevenir futuras ameaças político-sociais ao Regime e a ordem social.

Centros Educativos Operários em Recife-PE desde 1935. *Cadernos de História*, Uberlândia, v.15, n.1, p 67-81, set.2006/set.2007, 2007.

¹⁴⁹ CPDOC/FGV. AGMc 1937.12.00/5 (rolo 1, fot. 420--423)..

¹⁵⁰ CPDOC/FGV. AGMc 1937.12.00/5 (rolo 1, fot. 420--423)..

¹⁵¹ Milton de Pontes junta nesta sua petição ao Interventor pareceres favoráveis sobre a atuação social dos Centros Educativos Operários feitas pelo Departamento Nacional de Ensino, pelo intelectual católico Tristão de Ataíde e o General Newton Cavalcanti. Fica evidente que a doutrina social da Igreja em muito inspirava a atuação dos Centros para a doutrinação dos trabalhadores pernambucanos.

Voltando para o contexto urbano e de expansão da indústria no Sudeste, especificamente no seu grande centro industrial em 1939, a Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo comandada por Horácio da Silveira, publicou uma *“Contribuição do Ensino Profissional à exposição industrial comemorativa do cincoentenário da Proclamação a República Brasileira”*.¹⁵² Mesmo sendo uma publicação governamental e, portanto, ligada em São Paulo ao Ministério da Educação. Nela estão expostos alguns dos caros princípios dos industrialistas paulistas da chamada educação racional profissional desenvolvida por Roberto Mange, desde quando este criou o “Curso de Mecânica Prática” em 1923 nas dependências do Liceu de Artes e Ofícios e aplicou seus estudos da Psicotécnica na seleção de candidatos para os seus cursos.

No ano seguinte, outro número da mesma publicação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo¹⁵³ resumia as teses apresentadas pelo Superintendente do Ensino Profissional de São Paulo num congresso de interventores no Rio de Janeiro em 1940, buscando implantar um plano de organização do ensino industrial em todo o país.

A importância do documento vem do fato de que, mesmo se tratando de uma publicação do governo estadual e também ligada ao Ministério da Educação sob o comando de Gustavo Capanema, percebe-se nele alguns dos princípios do modelo do ensino profissional defendido pelo grupo industrialista paulista.

O documento elogia a “educação técnica racional” adotada nas escolas profissionais paulistas a partir de 1931 cujos resultados comprovavam a capacidade do operariado nacional frente ao estrangeiro, desde que ele tivesse acesso a este tipo de aprendizagem profissional.

A Secretaria continua justificando o investimento e a importância do ensino técnico racional como o único possível de defender os interesses econômicos nacionais já que era de conhecimento das potências mundiais o grande potencial brasileiro em termos de minérios e outras riquezas naturais, pois

¹⁵². Secretaria da Educação e Saúde Pública (Serviço Técnico da Superintendência do Ensino Profissional) Publicação Nº. 20. *A Racionalização do Ensino Técnico Profissional no Estado de São Paulo*. São Paulo:, Revista dos Tribunais, 1939.

¹⁵³ Secretaria da Educação e Saúde Pública, Publicação Nº. 23. *O Ensino Profissional no Brasil (Teses apresentadas pela Superintendência do Ensino Profissional)* Santos: Curso de Artes Gráficas Instituto D. Escolástica Rosa, 1940.

*“dentro de pouco tempo o nosso país poderá ser invadido por gigantesca onda de capitais, de técnicos e operários estrangeiros. Êsse movimento, para o qual não estamos preparados, poderá criar um delicado problema para a nossa nacionalidade. Urge que nos preparemos para sermos nós mesmos os exploradores de nossas riquezas naturais, afim de não sermos esmagados por essa alude de dinheiro e competência e ganharmos um século talvez, na nossa evolução social e econômica. Para isso precisamos improvisar recursos e acautelar-nos de todos os modos.”*¹⁵⁴

Mais adiante conclui que as escolas profissionais em seu conjunto “serão o fator essencial para proteger os interesses econômicos nacionais e daí a necessidade de montagem de uma rede de alcance nacional de escolas profissionais variadas em cada canto do país”¹⁵⁵

Continua o documento enfatizando a cooperação urgente entre os industriais e o Governo na educação técnico-profissional dos jovens já que a demanda por operários “racional e tecnicamente preparados” não para de crescer na indústria nacional, pois a tradicional solução via importação de técnicos estrangeiros não era mais possível já que os altos salários pagos pela indústria bélica retinha-os em seus países.

Também é proposta a criação do “Serviço de Ensino e Aperfeiçoamento Industrial” encarregado da administração e orientação das escolas profissionais. Este órgão deveria instalar suas unidades escolares em locais próximos às concentrações industriais e seria mantido pela colaboração entre os industriais, Governos Estaduais e a União. Seu raio de ação seria todo o país e sua atividade “dirigida por pessoal técnico habilitado, com capacidade moral e profissional comprovadas”, sendo este plano subordinado às diretrizes e necessidades das indústrias.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Secretaria da Educação e Saúde Pública, Publicação N°. 23.Op. cit. p. 27

¹⁵⁵ Secretaria da Educação e Saúde Pública, Publicação N°. 23. Op. cit. p.28.

¹⁵⁶ Secretaria da Educação e Saúde Pública, Publicação N°. 23.Op. cit. p. 32

Figura 1 - Esquema para o *Ensino Profissional Nacional* proposto pela Superintendência de Ensino Profissional – SP (1940)

Fonte: Secretaria da Educação e Saúde Pública, Publicação n.23. O Ensino Profissional no Brasil. Santos: Curso de Artes Gráficas Inst. D.Escolástica Rosa, 1940.(gráfico 9)

Pelo projeto haveria o “Conselho Nacional do Ensino Profissional”, órgão de caráter federal “orientador e fixador das diretrizes básicas do ensino profissional, tanto na parte entregue ao Estado, que seria a de preparação dos novos obreiros quanto no que respeita à formação e aperfeiçoamento dos operários já em serviço nos estabelecimentos fabris de todo o Brasil.”¹⁵⁷

¹⁵⁷ Secretaria da Educação e Saúde Pública, Publicação n.. 23.Op. cit. p.33

Segundo este plano, baseando-se em estatística da indústria paulista de 1937, bastaria lecionar anualmente o ensino técnico-industrial a 8,5 % do número do total de trabalhadores e, em 10 anos, o País teria uma população operária adequada para satisfazer todas as demandas do seu parque industrial.

O financiamento das escolas profissionais neste plano seria compartilhado pela contribuição de 2/5 do custo total pelas indústrias, 1/5 do total pela União, 1/5 pelo Estado e, igualmente, pelo município (1/5).

Curiosamente, nos cálculos desta proposta, as despesas maiores ocorreriam principalmente nos anos iniciais da instalação da estrutura física do sistema, que posteriormente seria ampliada e mantida. Como São Paulo possuía o maior conjunto de unidades escolares, as sobras das verbas arrecadadas do total iriam para este Estado no primeiro ano. Ao fim deste investimento inicial, as contribuições diminuiriam proporcionalmente e a renda arrecadada seria aplicada totalmente no próprio Estado arrecadador.¹⁵⁸

Muitas das teses deste documento da Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo se inspiravam no relatório do representante brasileiro do Ministério da Educação, Rodolfo Fuchs, quando da sua participação em 1938 do Congresso Internacional do Ensino Profissional em Berlim e da sua observação direta do sistema alemão de ensino profissional naquela ocasião. Fuchs, admirador da eficiência do sistema de ensino alemão sob o regime nazista, chega a incluir nas suas sugestões que a inserção da mulher trabalhadora na divisão do trabalho deveria ter um caráter provisório tanto na cadeia produtiva ou em outros setores profissionais, já que

*Na Alemanha, a vida profissional da mulher é considerada como fase de transição. O destino indica-lhe o papel de esposa, mãe e dona de casa. Isto é o que a nação alemã espera e dela exige. A escola alemã educa a mulher para ser apenas mulher.*¹⁵⁹

Ainda, sobre o admirado modelo alemão, também é citada a fala do Ministro Capanema ao relatar os resultados de um estudo sobre o ensino profissional

¹⁵⁸ Secretaria da Educação e Saúde Pública, Publicação n.. 23.Op. cit. p.38

¹⁵⁹ Rodolfo Fuchs *apud* Secretaria da Educação e Saúde Pública, Publicação n.. 23 Op. cit. p.46.

naquele país, no qual o Ministro explicita algumas das suas diretrizes para a aprendizagem industrial, em especial quando comenta a formação de professores na Alemanha. Lá

*“A situação do aprendiz é, antes, a de um educando do que a de um operário, e nêsse sentido é que deve agir o mestre a quem o mesmo fôr entregue. É, pois, essencialmente, uma função social e não de interesse econômico imediato que incumbe ao mestre.”*¹⁶⁰

Porém, junto destas concepções sobre o ensino profissional, percebemos na Secretaria de Educação de São Paulo uma clara influência do grupo industrialista sobre o assunto tendo seu suporte teórico-ideológico composto pelo pensamento do engenheiro e técnico em educação profissional Roberto Mange do IDORT em São Paulo.¹⁶¹

Finalmente o documento conclui com a urgência e viabilidade de se estabelecer uma rede nacional de ensino profissional nos moldes do que foi explicitado anteriormente, ou seja, um “Conselho Nacional” para o ensino profissional que superintenda em todo o país a instalação e organização desta modalidade de ensino.

Convém também destacar que uma das principais justificativas do plano quando defende a expansão das chamadas escolas profissionais agrícola-industriais seria “desviar os nossos jovens da cidade para o campo, combatendo o urbanismo exagerado, cujos malefícios já se vão fazendo sentir em nossa Pátria”.¹⁶² Percebe-se que a questão social, o controle político e a imprevisibilidade das massas urbanas também constituíam fontes de preocupação para os técnicos da educação do Governo em São Paulo, não se limitando às questões de ordem prática e econômica tal como queria a liderança industrial da FIESP.

Em setembro de 1939 Saul de Gusmão, presidente da Comissão Interministerial que estudava a regulamentação do Decreto-Lei n. 1238 de 02 de maio de 1939, apresentou em relatório dirigido aos Ministérios da Educação e Saúde ao do

¹⁶⁰ Gustavo Capanema *apud* Secretaria da Educação e Saúde Pública, Publicação n.. 23.Op. cit. p.22

¹⁶¹ “bem compreendendo, por isso, a magnitude dos temas que nos couberam, recorremos à experiência acumulada em quasi trinta anos de labor contínuo, nas lides do ensino técnico, tentando estabelecer as bases do que, nos parece, possa vir a ser uma das maiores realizações do Estado Novo.” Secretaria da Educação e Saúde Pública, Publicação n.. 23.Op. cit. p.55.

¹⁶² Secretaria da Educação e Saúde Pública, Publicação n.. 23 Op. cit. p.13.

Trabalho, Indústria e Comércio uma exposição resumida dos resultados das investigações e dos debates com os representantes da indústria paulista e especialistas da educação profissional no Estado.

Além de relatar os passos seguidos pelos trabalhos da Comissão, Saul de Gusmão, membro indicado na Comissão pelo Ministro do Trabalho Valdemar Falcão, se dirigiu aos relutantes e críticos membros da FIESP em relação às medidas tomadas pelo Governo Federal tais como a instituição do Salário Mínimo nacional e o Decreto-Lei n. 1.238 de 1939. Os empresários paulistas estavam irritados com a promulgação deste Decreto sem a consulta das entidades representativas dos industriais apesar de não se oporem em princípio as “boas leis trabalhistas”, garantidoras da paz política e social.

Sobre esta polêmica vale lembrar o testemunho de Francisco Montojos¹⁶³ na exposição feita à Comissão Interministerial em 1939, quando afirmou que até 1937

“Todos os estabelecimentos existentes de ensino industrial e doméstico, públicos e particulares, contam, porém, apenas conforme se disse, 55.301 alunos matriculados, de ambos os sexos.

A insignificância desse número pode ser perfeitamente avaliada ante as estatísticas que permitem calcular em cerca de 400.000 os menores de 14 a 17 anos que se destinam às indústrias.

Impunha-se, assim, uma solução de maior amplitude [...] Considerando a importância e o grande alcance social desse dispositivo constitucional, a Divisão do Ensino Industrial resolveu organizar, em princípios de 1938, um ante-projeto de regulamento de escolas sindicais.

*Este ante-projeto atribuía às indústrias o dever de ministrar, em oficinas de aprendizagem, anexas aos seus estabelecimentos, o ensino prático dos ofícios que lhes diziam respeito, sendo os ensinamentos teóricos e práticos ministrados em Escolas de Aprendizes de Industriais mantidas, quer pelos estabelecimentos fabris, quer pelos sindicatos de empregadores [...]*¹⁶⁴

¹⁶³ Dr. Francisco Montojos, diretor da Divisão do Ensino Industrial do Departamento Nacional da Educação, órgão criado pela lei nº 378 de 12/01/1937. Após o fim do Estado Novo, Montojos ainda ocupava postos de relevância no Governo Federal. Foi o chefe da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e, no acordo bilateral entre Brasil e Estados Unidos conhecido por CBAI (Comissão Brasileiro Americana de Ensino Industrial) que durou de setembro de 1946 a 30 de julho de 1948, sendo sido prorrogado em 1948 pela primeira vez e diversas vezes até 1963. Francisco Montojos foi o superintendente brasileiro deste programa bilateral de aperfeiçoamento da educação profissional no País. OLIVEIRA, Diene E. M. B. de *O Ensino Profissionalizante no Brasil: Questões Históricas e Ideológicas* - UEL/ UNOPAR. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada5/TRABALHOS/GT4_E_PROFISSIONAL/26/426.PDF> Acesso em 10 de abril de 2011.

¹⁶⁴ MONTOJOS, Francisco. *Ensino Industrial*. v.5.: Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Saúde / CBAI, 1949, p.40.

E continuava Montojos,

“Tal era, em linhas gerais, o ante-projeto que a Divisão do Ensino Industrial apresentou, em março de 1938, ao Diretor Geral do Departamento Nacional da Educação, que o aprovou, resolvendo ouvir, a respeito, a Federação Brasileira dos Industriários, a qual, infelizmente, não deu o necessário apoio à iniciativa, silenciando sobre a consulta que lhe fora dirigida pelo Departamento.

*O Presidente Getúlio Vargas, porém, obediente às diretrizes traçadas pela Constituição, instituiu pelo decreto-lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939, os cursos de aperfeiçoamento profissional nos estabelecimentos de mais de 500 operários.”*¹⁶⁵

A pressão sobre o empresariado e as suas entidades de classe por parte do Governo Federal para que se definisse o modelo de ensino profissional para a juventude das classes trabalhadoras, em especial para a aprendizagem industrial, ia além da tradicional retórica das autoridades.

Saul de Gusmão tinha a difícil missão de desarmar as resistências dos industriais congregados na FIESP. Aparentemente acatava as críticas ao dizer que o Governo estava sensível às dificuldades da indústria brasileira¹⁶⁶, mas mesmo assim ainda havia tensão o ar.

Na sequência dos debates alguns industriais, entre eles, Morvan Dias de Figueiredo, se dirigiram aos representantes dos Ministérios. O discurso nos revela em parte uma das razões da resistência da burguesia industrial paulista à proposta de aprendizagem industrial apresentada pelo Governo, ou seja, parte dos dirigentes industriais não via com bons olhos sua classe industrial como um todo assumir a gestão e a administração deste ramo da educação profissional. Morvan Dias,

*“declarou não ter a indústria nenhum motivo para se opor à execução do decreto 1.238, na parte de melhorar a instrução e o nível cultural dos seus operários. Achava, porém, que a execução da lei como prevê o decreto é inconveniente aos interesses da indústria e não traz os resultados desejados pelo governo. Na sua opinião, a Escola não deve estar subordinada ao industrial. Deve ter a sua organização subordinada aos órgãos competentes e especializados.”*¹⁶⁷

¹⁶⁵ MONTIJOS, Francisco. Op. cit., p.40.

¹⁶⁶ “Um sentimento de realidade brasileira domina a Comissão, cujos trabalhos vêm desenvolvendo em ambiente sereno reinando a maior cordialidade entre os seus membros” Relatório da Comissão Interministerial aos Ministérios da Educação e Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio. CPDOC/FGV GCg 1942.01.06 (III)

¹⁶⁷ Op. cit. CPDOC/FGV GCg 1942.01.06 (III).

Pode ser que para muitos dirigentes industriais a fórmula adotada pelas estradas de ferro de São Paulo desde os anos 30, associando-se ao poder público estadual para suprir sua carência de operários qualificados e pessoal técnico, fosse entendida como o modelo ideal a ser adotado¹⁶⁸. A iniciativa dos gastos e a implantação dos cursos profissionais além de serem divididos com o Estado também mobilizariam somente os setores da produção industrial realmente interessados e dispostos a tal iniciativa.

Além da manifestação de Morvan Dias e de outros empresários, os professores Horácio da Silveira e Roberto Mange expuseram suas opiniões sobre os trabalhos da Comissão e a questão da aprendizagem industrial.

Faria Góes Filho, relator da Comissão Interministerial concluiu o debate com um indicativo do Governo Federal no qual este admitia aceitar uma profunda revisão do decreto 1.238 de 1939 dependendo da conclusão dos trabalhos da Comissão e ouvido o setor produtivo industrial, visto

*“que esse ato do governo federal é apenas um alvo a ser atingido. Declara estar de pleno acordo com o pensamento do professor Roberto Mange, que classifica os operários em artífices, manipuladores ou operário ensinado e operários inteligentes, que são os mestres e contra-mestres”*¹⁶⁹

Assim admitia o Governo, por meio da Comissão, seguir a fórmula que o sindicato patronal indicasse ou julgasse mais adequada aos seus interesses, desde que o objetivo central do decreto fosse alcançado e seguido pelo conjunto da indústria nacional.

Convém para o propósito deste trabalho esclarecer ao leitor o que vem a ser esse “pensamento do professor Roberto Mange”, cujas considerações e conclusões são explicitamente assumidas pelo relator da Comissão Interministerial.

¹⁶⁸ “em 1930, na E.F. Sorocabana, sob a administração de Gaspar Ricardo, uma organização destinada à formação do pessoal artífice para as oficinas de Sorocaba. O ‘Curso de Ferroviários’ da E.F.S., anexo à Escola Profissional “Cel. Fernando Prestes” de Sorocaba, constitui, pois, o marco inicial dos empreendimentos de formação sistemática do pessoal ferroviário e veio demonstrar a praticabilidade da cooperação dos poderes públicos na solução de um problema cuja importância vai além da estrada de ferro, pois é de interesse do coletivo.” ÁVILA, Antônio d’. Engº Ítalo Bologna: Depositário da Ação e do Pensamento de Roberto Mange. São Paulo: Centro de Estudos “Roberto Mange”/SENAI, 1971. p.1.

¹⁶⁹ Op. cit. CPDOC/FGV GCg 1942.01.06 (III).

Mange, que também participava dos debates relativos ao decreto 1.238 de 1939, apresentou algumas sugestões às autoridades federais¹⁷⁰ sobre os cursos de aperfeiçoamento junto às indústrias na qualidade de membro-diretor do IDORT e como homem de confiança de Roberto Simonsen, já que era o especialista sobre o tema em questão.

Neste documento Roberto Mange esclarece ser a maioria da mão-de-obra industrial, mais de 80% do operariado, composta de trabalhadores não qualificados e que não necessitariam de uma formação completa já que são *“apenas manipuladores ou simplesmente braçais [...] cujo adestramento, na maioria dos casos, se consegue em dias ou semanas”*.¹⁷¹

Conseqüentemente na instrução geral básica que estes trabalhadores deveriam receber bastaria ensinar-lhes noções de conhecimentos relacionados ao seu ramo de atividade na indústria.

Também para Mange obrigatoriamente prevaleceria o “critério qualitativo” para a organização das escolas profissionais, levando-se em conta o tipo de indústria - mecanizadas, grande porte, médias, etc. - e o tipo de operário a elas destinado.

Nas indústrias que requeressem elevado número de operários qualificados seria necessária a Escola Profissional com aprendizagem metódica e integral, embora *“o grupo de operários realmente habilitados - os chamados artífices - [fosse] apenas da ordem de 30% a 40%”*.¹⁷²

O autor critica propostas baseadas no modelo de ensino profissional da França ou Alemanha no qual o ensino profissional era obrigatório para todos os jovens de 14 a 16 anos¹⁷³. Afirmava Mange ser tal medida *“utópica no Brasil, onde, infelizmente, ainda existem cerca de 70% de analfabetos.”*

Roberto Mange, a exemplo de diversos outros líderes industriais, temia ter a indústria brasileira o ônus de assumir parte considerável das responsabilidades relativas à

¹⁷⁰ Sugestões do Prof. Roberto Mange à tese apresentada pelo Ministro da Educação. CPDOC/FGV VFc 1937.11.12 (pasta XX).

¹⁷¹ Op. cit. CPDOC/FGV VFc 1937.11.12 (pasta XX).

¹⁷² Op. cit. CPDOC/FGV VFc 1937.11.12 (pasta XX).

¹⁷³ Modelo semelhante com o proposto pelo deputado Reis ainda nos anos 1920 e defendido por Rodolfo Fuchs, representante do Ministro da Educação e seu assessor para assuntos relacionados à Educação profissional.

educação básica e pública nacional que não ou mal alfabetizava considerável parcela das classes populares nacionais. Para este legítimo intelectual orgânico da burguesia industrial brasileira o paradigma da seleção e destinação das vagas para o ensino profissional deveria ser totalmente modificado, adotando critérios “racionais” que atendessem a demanda econômica da indústria.¹⁷⁴

Para os operários semi-qualificados (“meio artífices”), seria necessário um sistema de preparo técnico reduzido, de acordo com as necessidades da indústria em sua expansão.

Em Roberto Mange, conforme já citamos anteriormente, a grande preocupação é a formação do “técnico”, do “*peçoal dirigente subalterno, encarregados e mestres, bem como dos técnicos industriais*”¹⁷⁵, pois faltavam instituições de ensino e aperfeiçoamento técnico adequados a este nível de formação profissional, obrigando a indústria a importar técnicos do exterior.

As sugestões do engenheiro e professor Mange estavam baseadas em estudos nos quais o educador buscava implantar no ensino industrial do nosso país os métodos da organização racional do trabalho e da psicotécnica. Estes estudos começaram desde seu trabalho desenvolvido no Curso de Mecânica Prática no Liceu de Artes e Ofícios, em 1922, passando pela Escola Profissional Mecânica no mesmo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo a partir de 1925, culminando na sua experiência adquirida com a implantação do ensino técnico-profissional segundo seus métodos, no início da década de 1930, no Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana que mais tarde deu origem ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), por ele organizado e dirigido a partir de 1934.¹⁷⁶

E por fim, para os operários qualificados (artífices), seria utilizada uma formação profissional sistemática com “*aquisição metódica da técnica do trabalho em Oficina de Aprendizagem, com orientação essencialmente monotécnica*”. Para os operários braçais um aperfeiçoamento geral com noções de tecnologia da sua atividade de trabalho,

¹⁷⁴ Na ‘Observação Geral’ do Quadro do anexo B das sugestões de Mange à Comissão Interministerial, o autor afirma: “*É altamente aconselhável a instituir e generalizar quanto antes o processo de “seleção profissional” na indústria, como garantia do futuro êxito do operário na atividade industrial e como uma condição de sua estabilidade profissional.*”

¹⁷⁵ Op. cit. CPDOC/FGV VFc 1937.11.12 (pasta XX).

¹⁷⁶ SENAI. *De homens e máquinas: V.1 Roberto Mange e a formação profissional*. São Paulo: 1991.

porém estariam excluídos os operários analfabetos. O aperfeiçoamento técnico iria para dirigentes subalternos, encarregados e mestres e, concluindo, o ensino técnico-industrial especializado para os técnicos industriais.

Num quadro em que Mange em nome do IDORT faz algumas sugestões para a criação de cursos de aperfeiçoamento industrial ao Ministério da Educação (Anexo B, é apresentado um esquema resumido dos cursos de aperfeiçoamento para as indústrias, os detalhes das modalidades de cursos, o tipo de preparação em cada um, diretrizes gerais segundo a legislação vigente, modelo administrativo, critério de admissão dos candidatos e a manutenção e forma de sustento do sistema por ele proposto, o qual nomeia de “Serviços Industriais de Aperfeiçoamento Profissional”, com plena autonomia e mantido, organizado e dirigido pelos próprios industriais.

Era o protótipo da futura aprendizagem industrial claramente exposto e endereçado ao Governo, pouco mais de dois anos antes da criação do futuro SENAI em janeiro de 1942.

Entretanto, veremos que a Comissão Interministerial mesmo após buscar assimilar certas críticas do empresariado industrial paulista ao decreto-lei 1.238 de 1939 e demonstrar nas declarações de alguns dos seus membros, certa sensibilidade a realidade dos industriais, poucos meses depois apresentou um anteprojeto de regulamentação do decreto que se configurou numa lei de fato e, mais uma vez, era adiada a materialização do sistema nacional de aprendizagem que ansiosamente o Governo Federal tentava implantar.

Segundo Stenio Lopes¹⁷⁷ e Celso Suckow da Fonseca¹⁷⁸ este anteprojeto apresentado pela Comissão ao Governo Federal, mesmo não se tornando a lei que implantasse o tão almejado sistema nacional de qualificação da mão-de-obra industrial, foi de grande valia para inspirar o importante capítulo relativo ao trabalho de menores que constará na Consolidação das Leis do Trabalho (1943) e em muitos relevantes itens que comporão a legislação que criará o SENAI (1942).

No **Anexo A** (Quadro comparativo do Anteprojeto produzido pela Comissão Interministerial de outubro de 1939 e o Decreto Nº 6.029 de 26/07/1940)

¹⁷⁷ LOPES, Stenio. *Uma saga da criatividade brasileira*. Rio de Janeiro: SENAI-DN, 1982, pp.7-15.

¹⁷⁸ FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961, V.1, pp. 484-490.

destacamos e relacionamos alguns dos seus principais pontos para podermos em seguida analisar a repercussão que tiveram entre os empresários em seus órgãos de classe, assim como no interior da própria burocracia federal

Com o início da Segunda Grande Guerra Mundial em setembro de 1939, a pressão dos militares e de Vargas para uma definição viável da aprendizagem industrial em todo o país era agora irresistível. Os modelos que se apresentavam aos líderes industriais, conforme vimos acima, eram motivo de preocupação para os empresários pois possuíam caráter explicitamente intervencionista e totalmente atrelado à burocracia dos ministérios, limitando qualquer interferência dos empresários e seus interesses tanto na gestão dos recursos ou nos rumos técnicos e pedagógicos que o novo sistema viria a ter.

Curiosamente¹⁷⁹ o Anteprojeto atribui ao Presidente da República a responsabilidade de indicar o nome do presidente deste novo sistema de qualificação profissional e, ao mesmo tempo, não delimitava claramente as atribuições exatas do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, mas deixa claro o papel secundário dos empresários industriais quanto a gestão do novo sistema e atribui ao representante dos empregados um papel meramente simbólico e minoritário.

Já na 2ª metade do ano de 1940, com o avanço do conflito mundial e suas conseqüências econômicas e de segurança para o Brasil, ficava evidente a inevitabilidade da implantação do sistema de ensino e aprendizagem industrial bancado pela indústria brasileira. Concomitantemente a classe dirigente política naquele complicado contexto político-econômico externo não abria mão do seu intento de fortalecer o mercado interno nacional, diversificar as exportações e tornar o país uma potência regional emergente no mundo pós-guerra que viesse a surgir.

Em 07/06/1940, Simonsen apresenta em nome da FIESP um substitutivo ao anteprojeto de regulamento do ensino profissional. Propõe o líder empresarial uma maior *“responsabilidade da classe dos empregadores na organização do ensino profissional”*, já

¹⁷⁹ Poderíamos até conjecturar que os representantes dos ministérios, sabedores que o Presidente Vargas tinha especial interesse na resolução do problema da aprendizagem industrial, quisessem atrair a simpatia do “líder” da nação para o seu projeto em detrimento dos interesses da iniciativa privada.

que seria sobre a indústria que recairia o “*novo e pesado ônus com que virá a ser sobrecarregada*”.¹⁸⁰

Continua Roberto Simonsen, em meio a afirmações de comprometimento da classe industrial com o esforço do Governo em organizar o ensino profissional e ampliá-lo, de que o Ministro e o Governo Federal deveriam “*aumentar a representação e, portanto, a responsabilidade da classe dos empregadores na organização do ensino profissional*” ou “*diminuir onus que, porventura, pudessem pesar sobre a arrecadação dos fundos*”.¹⁸¹

Diante da inevitável implantação da aprendizagem industrial nacional a ser mantida pela indústria nacional, conforme lemos acima, as negociações entre os Ministérios e a Indústria avançaram para uma nova etapa na qual o impasse girava em torno do peso da contribuição fiscal das empresas para a criação e manutenção do projeto de aprendizagem industrial e se os industriais assumiriam a execução de tamanho projeto.

Quase um ano após os trabalhos da Comissão Interministerial de 1939, Roberto Mange, entrevistado pela Folha da Manhã em 1940¹⁸², discorre sobre o problema da formação de técnicos para a indústria brasileira. Nas suas considerações sobre a definição do “*técnico*”, o entrevistado usa o sinônimo “*profissional*” para afirmar que era “*aquele que possui capacidade teórica e prática para os misteres da profissão*”.

Partindo desta concepção mais geral, Mange desenvolve suas ideias sobre o papel do técnico no trabalho industrial destacando, nas suas palavras, “*3 grandes classes de profissionais na indústria, tendo ainda cada uma delas suas subdivisões*”:

¹⁸⁰ Carta de Roberto Simonsen, presidente da FIESP, endereçada ao Ministro da Educação e Saúde Pública, sua Ex^a. Doutor Gustavo Capanema (07/06/1940). CPDOC/FGV GCg 38.04.30 - A.

¹⁸¹ Op. cit. CPDOC/FGV GCg 38.04.30 - A.

¹⁸² SENAI - DR- SP A formação de técnicos para a Indústria (entrevista concedida á “Folha da Manhã” de 08/08/1940). Biblioteca Central do SENAI-SP. Nº Chamada 99.

Tabela 1 - Classes profissionais, segundo Roberto Mange.

OPERÁRIO	TÉCNICO	ENGENHEIRO
Braçal	De produção (Ex.: Mestre)	De produção
Manipulador (Ensinado, Semi-qualificado).	De estudos (Ex.: Desenhista)	De estudos e pesquisa
Artífice (Formado, Qualificado)	De controle	De direção

Fonte: SENAI - DR- SP A formação de técnicos para a Indústria (entrevista concedida á “Folha da Manhã” de 08/08/1940). Biblioteca Central do SENAI-SP. N° Chamada 99, p. 2.

A partir dessa classificação, Roberto Mange condiciona todo e qualquer plano de educação profissional de aperfeiçoamento da mão-de-obra industrial: Escolas Profissionais para formar operários qualificados e semi-qualificados; Escolas Técnicas ou Industriais para formar os técnicos e Escolas de Engenharia, Politécnicas ou Técnicas Superiores para formar as várias categorias de engenheiros.

A questão do modelo de qualificação profissional e técnica a ser sistematizada no país deveria levar em consideração esta classificação tríplice da realidade industrial, voltada para um *“equilíbrio harmônico na formação de profissionais”*.

O entrevistado chama a atenção para a necessidade de duas ações de grande alcance por parte das autoridades: 1) uma integração da instrução primária destinada à classe trabalhadora¹⁸³ e, 2) estudos governamentais que dimensionem as necessidades dos setores da indústria que mais crescem no país para uma *“manutenção eficiente dos empreendimentos nas indústrias extrativa, manufatureira, de construção e de transportes”*¹⁸⁴. Estas duas ações, as quais Mange claramente atribui ao Governo a iniciativa, seriam medidas essenciais para a realização de um *“plano equilibrado da formação de profissionais”*. Ele ainda acrescenta,

¹⁸³ “A situação se agrava consideravelmente, tendo-se em vista a deficiência, de instrução primária básica que está ainda longe de se achar completamente difundida nos que exercem sua atividade no campo da indústria” SENAI - DR- SP A formação de técnicos para a Indústria (entrevista concedida á “Folha da Manhã” de 08/08/1940). Biblioteca Central do SENAI-SP. N° Chamada 99, p.3.

¹⁸⁴ Op. cit. Biblioteca Central do SENAI-SP. N° Chamada 99, p.3.

*“Todavia, não se poderá dispensar, no estudo dessas questões, a cooperação direta de elementos ligados á indústria e profundamente conhecedores de suas responsabilidades, sob pena de se crear obra de gabinete, fadada a uma vida efêmera ou ao fracasso.”*¹⁸⁵

O recado para as autoridades federais estava dado, da parte de um especialista do grupo industrialista que participava das complexas negociações num momento de incerteza econômica no plano internacional, quando a Guerra cada vez mais se intensificava e arrastava a economia brasileira e mundial para tempos difíceis.

Das três classes profissionais citadas por Mange, conforme expomos acima, ele via na formação e qualificação de pessoal técnico para a atividade industrial como o obstáculo mais grave para o desenvolvimento da indústria nacional.¹⁸⁶

Anos depois, em outro texto de 1944, já no início da implantação da aprendizagem industrial pelo SENAI, novamente Roberto Mange reafirma que o desafio maior para a qualificação da mão-de-obra industrial situava-se na carência de “técnicos.

Dizia ele que *“apresenta-se como requisito de maior urgência, a preparação de técnicos, em quantidade e em qualidade requeridas pelo parque industrial do país”*¹⁸⁷

Vê-se que as lideranças industriais ao mesmo tempo em que resistiam as determinações contidas no Decreto nº 1.238 de 1939, também esperavam mais do Governo Federal, ou seja, uma compreensão maior sobre *“as condições reais da indústria e as suas verdadeiras necessidades”*.

Na suas considerações ao jornal Folha da Manhã da imprensa paulista, Roberto Mange parece emitir em nome da grande indústria, mobilizada por causa da pressão federal pela implantação do sistema de aprendizagem, alguns marcos delimitadores para o avanço das negociações entre industriais representados pela FIESP/CNI e os Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e Ministério da Educação e Saúde Pública.

¹⁸⁵ Op. cit. Biblioteca Central do SENAI-SP. Nº Chamada 99, p.3.

¹⁸⁶ *“A falta de formação de técnicos no país, foi remediada, recorrendo-se a profissionais estrangeiros que, em grande número, cooperam para o progresso da nossa indústria. É freqüente também a improvisação de técnicos, com elementos egressos do quadro dos operários qualificados.”* Op. cit. Biblioteca Central do SENAI-SP. Nº Chamada 99, p.5.

¹⁸⁷ MANGE, Roberto. *A preparação do fator humano para a indústria*. (Comunicação de 07/12/1944) São Paulo: Centro de Estudos 'Roberto Mange'/SENAI, 1956. p.4.

Continuava ele,

“Deixar a tarefa da formação dos profissionais exclusivamente a cargo dos industriais é, a nosso ver, tão errado quanto manter tais organizações unicamente em dependência dos poderes públicos, como compartimentos estanques, dissociados da realidade industrial”.¹⁸⁸

Estavam postos os limites pelos quais o debate deveria seguir e, mesmo diante da determinação de Vargas no tocante a materialização do sistema de aprendizagem industrial, a conversa não avançaria se estes marcos por eles expressados não fossem respeitados. Vargas e seus colaboradores mais pragmáticos já sabiam disso.

Mais adiante, Mange reafirma a legitimidade do modelo por ele defendido tendo em vista a experiência que vigorou em São Paulo com o regime de cooperação entre o setor de transporte ferroviário e as escolas profissionais estaduais, cujos resultados eram motivo de orgulho para os técnico-educadores do setor e industriais da FIESP.

Roberto Mange conclui a entrevista afirmando que para a massa de operários - na maioria braçais e manipuladores - seria suficiente uma formação reduzida, com aperfeiçoamento de alguns conhecimentos básicos da tecnologia úteis para a indústria que os empregasse, em vez de se adotar um modelo universal de qualificação de quase toda mão-de-obra industrial, sem dar “diretrizes seguras”, subordinadas às necessidades de produção da indústria e com metodologia racional baseada na “organização científica do trabalho”¹⁸⁹

O ano de 1940 foi sem dúvida importantíssimo para os debates em torno da criação da futura instituição de formação e aperfeiçoamento profissional dos industriários. Um exemplo disso era que neste ano enquanto ocorria no Rio de Janeiro o Congresso de Interventores no qual um dos assuntos da pauta era um projeto para a organização do ensino industrial em escala nacional, em setembro a FIESP organizava a 1ª Feira Nacional das Indústrias, com pavilhões representativos das principais empresas industriais paulistas na Avenida Água Branca em São Paulo.¹⁹⁰

Ainda, a partir de novembro daquele ano, a direção da FIESP já enviava aos seus associados circulares divulgando uma relação nominal das firmas industriais paulistas

¹⁸⁸ SENAI - DR- SP A formação de técnicos para a Indústria (entrevista concedida á “Folha da Manhã” de 08/08/1940). Biblioteca Central do SENAI-SP. Nº Chamada 99, p.7.

¹⁸⁹ Op. cit. Biblioteca Central do SENAI-SP. Nº Chamada 99, p.9.

¹⁹⁰ SENAI-SP. 65 anos de um sistema educacional conseqüente. São Paulo: SENAI, 2007. pp.38-39.

com mais de 500 operários¹⁹¹ e portarias do Ministério do Trabalho, com anexo de modelo para preenchimento de relações nominais de menores, de 14 a 18 anos, empregados nas suas indústrias.¹⁹²

Enquanto isso, sucedia uma luta de bastidores no interior da burocracia federal: o Ministério do Trabalho, (chefiado por Waldemar Falcão) e o Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema, tentavam aprovar cada um o seu modelo de aprendizagem industrial para o país. Vários autores¹⁹⁴ que abordaram em seus trabalhos a trama política que gerou o SENAI concordam que houve uma intensa disputa entre estes Ministérios e, ao final do processo, Getúlio Vargas se posicionou favorável ao projeto mais próximo com aquele defendido pela FIESP, simpático também ao Ministério do Trabalho, o qual era sensível aos apelos das grandes federações industriais.

A seguir analisaremos alguns dos documentos reveladores desta disputa interministerial para melhor avaliarmos os principais argumentos que levaram o Governo Federal a optar pela fórmula proposta pela FIESP, com o apoio do Ministério do Trabalho, culminando no Decreto-Lei nº 4.048 de 22/01/1942 que cria oficialmente o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários.

Waldemar Falcão, numa carta endereçada a Getúlio Vargas¹⁹⁵ narra os acontecimentos que envolveram a Comissão Interministerial de 1939, suas atividades e iniciativas tomadas pelo Ministro da Educação, que no entender de Falcão, após sete meses da entrega dos resultados do trabalho realizado “in loco” pela Comissão, havia organizado unilateralmente um Decreto-Lei sobre a questão da aprendizagem industrial.

Nesta carta, Waldemar Falcão, na defesa do seu projeto, aponta duas principais razões para o Presidente optar pelo seu modelo. Dada a emergência e necessidade da implantação da aprendizagem e do ensino profissional na indústria, a sua fórmula era mais *singela* e os custos criados junto às fábricas e aos centros industriais seriam “*mantidos à custa dos próprios empregadores [...] o que não trará ônus financeiro para a União*”, enquanto que o projeto do Ministério da Educação estava “*dentro dos moldes amplos e grandiosos [...] com os conseqüentes gastos orçamentários que passará a exigir*”¹⁹⁶

Concurso de Inventos e os Leilões de Matérias-Primas, outorgando ainda às Feiras as prerrogativas de certame pan-americano”. SENAI-SP. op. cit.. pp.38-39.

¹⁹⁴ Destacamos Celso Suckow da Fonseca, Paulo Miceli, Barbara Weinstein, Simon Schwartzman, Luiz Antonio Cunha, entre outros.

¹⁹⁵ Carta de Waldemar Falcão ao Presidente (03/07/1940). CPDOC/FGV VFc 1937.11.12 - A3 (XX)

¹⁹⁶ Op. cit. CPDOC/FGV VFc 1937.11.12 - A3 (XX).

O Ministro do Trabalho deixava claro que o projeto defendido por ele estava consubstanciado nos “*dados e dispositivos ministrados pelo relatório e anteprojeto da Comissão Interministerial*”, ou seja, estava mais afinado com os interesses práticos da economia e das classes industriais.

No mesmo mês, em carta, Gustavo Capanema critica a proposta do Ministério do Trabalho e lembra Vargas que o ensino profissional é também um dever constitucional do Estado brasileiro de acordo com a Constituição de 1937. Na sua proposta¹⁹⁷ Capanema argumenta que o gasto com a educação dos aprendizes deveria ser dividido com o Estado, pois tendo terminado o período da aprendizagem do empregado este teria o direito de livremente escolher outra empresa ou ocupação não ficando preso àquela responsável pela sua matrícula na aprendizagem. Desta forma o gasto não seria de todo perdido pela empresa já que o Estado também teria ajudado na despesa com a aprendizagem, e a educação popular seria beneficiada. Portanto, para Capanema, mesmo que de forma minoritária, a cooperação financeira do Estado seria imprescindível.

Também o Ministro da Educação atribui à proposta do Ministério do Trabalho falhas técnicas no referido projeto do Decreto-Lei sobre o ensino dos aprendizes, quanto aos papéis dos Ministérios (Trabalho e Saúde).

No ano seguinte, o Ministro da Educação volta à carga e comenta um parecer do Ministério da Justiça sobre a sua proposta para o ensino industrial. Na sua réplica, Capanema afirma que o seu intento de criar um “*aparelho especial que passe a administrar e orientar o ensino profissional nos estabelecimentos industriais*”¹⁹⁸, não seria um “*exagero*”.

O plano proposto por Capanema envolveria a criação deste aparelho especial para garantir o ensino profissional e o aperfeiçoamento dos operários e aprendizes com uma conveniente disciplina pedagógica e orientação técnica de apurado estilo não somente nas indústrias com mais de 500 operários, mas também para as demais empresas de pequeno e médio porte.

¹⁹⁷ Carta de 25/07/1940 do Ministro Capanema ao Presidente Vargas. CPDOC/FGV GCg 1941.09.13 (rolo 56).

¹⁹⁸ Carta de 19/05/1941 do Ministro Capanema ao Presidente Vargas. CPDOC/FGV GCg 1941.09.13 (rolo 56).

Sobre os gastos governamentais que poderiam surgir com a montagem do seu sistema nas indústrias, o Ministro contra-argumenta “*que uma conveniente organização do ensino profissional nos estabelecimentos industriais viria tornar menor a necessidade de escolas profissionais oficiais, o que se traduzia em redução das despesas públicas com a educação.*”¹⁹⁹

Ainda defendendo seu projeto, Capanema afirma ser ele “*mais amplo, mais metódico, mais seguro*”, razões que o tornariam superior às críticas dos demais Ministérios. Porém, percebendo que o seu Ministério corria sério risco de perder o controle sobre a aprendizagem industrial no país, o Ministro admite ao final do documento manter na essência o Decreto-Lei 6.029 de 26/07/1940, adaptado em algumas das suas propostas.

Segundo nos relata Celso Suckow²⁰⁰, Vargas não estava satisfeito com a morosidade dos trabalhos da implantação da aprendizagem industrial e teria passado a Euvaldo Lodi da Confederação Nacional da Indústria, Roberto Simonsen da FIESP e Valentim Bouças a responsabilidade de encontrarem uma solução melhor para a aprendizagem do que a proposta pelo decreto-lei 6.029.

Assim, em 1941, a liderança empresarial nacional e paulista, por meio de seus órgãos sindicais patronais, percebendo a inevitabilidade da decisão governamental em criar um sistema de ensino nacional de aprendizagem e qualificação da mão-de-obra industrial, resolve assumir a responsabilidade em executar a aprendizagem industrial.

Para tamanho empreendimento os líderes empresariais designados por Vargas para criarem uma solução melhor que o Decreto Lei 6.029²⁰¹, o qual não havia encontrado apoio no meio empresarial industrial, chamam para auxiliá-los Roberto Mange, João Luderitz e Joaquim Faria Góes Filho num novo projeto de lei que previsse além do custeio por parte da indústria também a administração direta do novo sistema pelas entidades de classe representativas dos industriais.

Um dos primeiros resultados relacionado aos acontecimentos acima descritos, aparecem em outra correspondência de setembro de 1941, desta vez de Euvaldo

¹⁹⁹ Op. cit. CPDOC/FGV GCg 1941.09.13 (rolo 56).

²⁰⁰ FONSECA, C.S. da Op. cit. p.491.

²⁰¹ Decreto proposto pelo Ministro da Educação, acusado de não ter se baseado nas conclusões da Comissão Interministerial de 1939. Esse Decreto (n. 6029 de 1940) foi ignorado ou rejeitado pela maior parte da liderança industrial.

Lodi da CNI ao Ministro Capanema. O líder empresarial apresenta algumas recomendações propostas para o Governo “reorganizar e fortalecer o aparelhamento do ensino especializado do país”²⁰². Estas recomendações se inspiravam não mais somente nos trabalhos e resultados da extinta Comissão Interministerial de 1939, mas era acrescida de conclusões geradas na II Convenção Nacional de Engenheiros, ocorrida na cidade de São Paulo em agosto de 1940, evento que provavelmente pode ter contado com as presenças de Roberto Mange e Roberto Simonsen.

De início Euvaldo Lodi sustenta que no parque industrial brasileiro predominavam empresas médias e pequenas, e poucas grandes indústrias com mais de 500 operários, dados esses confirmados por levantamentos do IAPI. Até aqui, parece que as opiniões da CNI coincidem com as do Ministério da Educação, mas na sequência Euvaldo Lodi apresenta em números as necessidades anuais brasileiras em termos de mão-de-obra qualificada, sem contar os operários em atividade que necessitavam também de aperfeiçoamento, que totalizavam 13.500 técnicos e mestres; 30.000 operários artífices; 105.000 operários manipuladores.

O agravamento do conflito mundial impedindo a vinda de novos técnicos e artífices para atender as necessidades da indústria nacional, além dos obstáculos para o reaparelhamento das forças armadas brasileiras, são vistos por Lodi como fatores que reforçavam a criação de um modelo de ensino profissional para a indústria onde, de fato, o “fator humano” fosse mobilizado em todo o país.

É aqui que surge a proposta imediatamente anterior a criação do SENAI, o “SENAFI”. Citando o exemplo europeu de cooperação das fábricas através do sistema de aprendizagem obrigatória, Euvaldo Lodi propõe que *“a indústria, pelos seus órgãos sindicalizados, patronais, poderia tomar a si importante parte dessa tarefa, desde que o Governo lhe desse a necessária autonomia, lhe facilitasse os convenientes meios de coordenação e decretasse uma série de medidas complementares.”*²⁰³

O SENAFI (Serviço Nacional de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação dos Industriários) seria uma “organização autônoma”, dirigida pelas Federações patronais da indústria e o sistema todo ficaria sob o comando da Confederação Nacional da Indústria. Também estava prevista nesta proposta do novo decreto que as empresas com mais de 500

²⁰² “Técnicos e operários para a indústria do Brasil” CPDOC/FGV GCg 1941.09.13-A.

²⁰³ “Técnicos e operários para a indústria do Brasil” CPDOC/FGV GCg 1941.09.13-A.

operários não seriam mais obrigadas a montarem cursos profissionais próprios conforme previa o Decreto-Lei n. 1.238 de 1939 e os seus quadros profissionais de técnicos e professores seriam formados e fornecidos pelos liceus industriais oficiais.

O custeio viria de uma taxa mensal paga pelo empregador sobre cada operário empregado a ser recolhida pelo IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) e repassado para as federações manterem e gerirem o novo sistema de ensino profissional.

Nesta nova proposta Euvaldo Lodi chega a citar também um possível papel que os sindicatos operários teriam no novo sistema: organizarem o ensino pré-vocacional e pós-primário dos jovens entre 11 a 14 anos incompletos, com “*cursos de adestramento para manipulação, desenhos e educação física.*”

Chegava-se ao fim do ano de 1941 e agora só faltava acertar os detalhes da oficialização desta complexa e inusitada criação das forças políticas e econômicas do período, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários). No seu modelo institucional e pedagógico podemos perceber contribuições surgidas dos próprios embates do ensino profissional brasileiro assim como ideias já aplicadas nos sistemas de aprendizagem e ensino profissional nos países industrialmente mais adiantados²⁰⁴ até a primeira metade do século XX.

Tendo o apoio do líder do Estado Novo e de importantes membros do Governo simpáticos aos industriais, apressadamente o novo Decreto-lei nº 4.048 de 22/01/1942 foi publicado e, em vez de chamar a nova instituição de SENAFI (Serviço Nacional de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação dos Industriários), foi decidido chamá-la de SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários)²⁰⁵. Ficava assegurada

²⁰⁴ Sobre esse assunto, em entrevista realizada em 10/12/1999 pela pesquisadora Márcia D'Angelo na sua dissertação de mestrado, a autora narra a fala do Sr. Luiz Gonzaga Ferreira, antigo assessor da diretoria regional do SENAI de São Paulo, o qual afirmava: “O SENAI foi montado à imagem e semelhança do sistema francês, com uma grande diferença: como o número de empresas que tivesse 400 operários era na ocasião muito pequeno, e quase todos eram do ramo têxtil [...] propuseram o seguinte: que se criasse uma instituição dirigida e comandada pela Federação Nacional da Indústria, pela Confederação e toda empresa devia pagar. Ou seja, há aí uma grande diferença: criou-se basicamente para o SENAI uma solução cooperativa: todas as empresas tinham que pagar 1% sobre o total da folha de pagamento e com isso montou-se o SENAI...” Apud D'ANGELO, Márcia. *Caminhos para o advento da escola de aprendizes artífices de São Paulo (1910 - 1930)*: Um projeto das elites para uma sociedade assalariada. 2000. Dissertação. (Mestrado em História Econômica) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Anexo V, p. 6.

²⁰⁵ Cujo nome será novamente alterado no artigo 1º do Decreto-Lei n. 4.936 de 07/11/1942, para Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

a obrigatoriedade das empresas pagarem mensalmente pela montagem e manutenção das escolas de aprendizagem e a Confederação Nacional da Indústria oficialmente organizar e dirigir nacionalmente o SENAI. As Federações estaduais que congregavam os sindicatos patronais da indústria iriam gerir os departamentos regionais da nova instituição de ensino profissional.

Poucos meses após a publicação do Decreto-Lei que criou o SENAI, Capanema consulta um dos seus assessores de confiança no Ministério da Educação, Rodolfo Fuchs, para que este emita seu julgamento sobre o Decreto-lei que estabeleceu a aprendizagem industrial subordinada a Confederação Nacional das Indústrias.

Na correspondência de Rodolfo Fuchs ao Ministro Capanema, o assessor do ministério critica o alcance limitado do SENAI, tanto em termos de número de matrículas limitado, como por possuir uma orientação puramente econômica submetida aos interesses dos industriais. Acusava ele que

*“Não se tornou, desse modo, a aprendizagem, dos industriários a grande couraça protetora do adolescente brasileiro que trabalha mas somente o instituto de aperfeiçoamento técnico da mão-de-obra requerida pela indústria[...] não exige a admissão de determinado número de aprendizes para cada indústria e, por outro, condiciona o funcionamento das escolas de aprendizagem às necessidades e conveniências da economia nacional”*²⁰⁶

Continuava Fuchs afirmando que as normas limitadoras do número e dos critérios para a escolha dos futuros aprendizes passavam por cima do princípio constitucional da Lei Orgânica que previa o ensino a todos os aprendizes *“cujo ofício exige formação profissional, as Normas limitam o número destes a 5% do total dos operários empregados nos referidos ofícios”*.

Finalmente ele conclui criticando o alcance limitado das “normas” de aprendizagem do SENAI, que deixava boa parte dos operários de fora além de só priorizar o aperfeiçoamento e deixar de lado a educação “integral” do jovem brasileiro.

²⁰⁶ Carta de Rodolfo Fuchs ao Ministro Gustavo Capanema (21/06/1942) CPDOC/FGV GCg 1941.09.13 (rolo 56).

Poucos meses após a publicação dos Decretos-Lei n. 4.048 (22/01/1942), que instituiu o SENAI, e o n.4.073 (30/01/1942), da Lei Orgânica do Ensino Industrial, Gustavo Capanema insistia em atribuir a criação do SENAI aos esforços do seu Ministério em reorganizar o antigo ensino industrial, pois, segundo ele, tanto a lei que criava o SENAI como a lei orgânica do ensino secundário estariam “em harmonia uma com a outra”²⁰⁷, tendo uma mesma concepção sobre os problemas educacionais da nação e um mesmo sentido pedagógico. Mas será que essa visão do Ministro Capanema coincidia com o pensamento dos industriais e do seu colega do Ministério do Trabalho?

O Ministro da Educação na realidade inseria a criação do SENAI como parte de um conjunto de textos que compunham a legislação sobre o ensino industrial, dando a impressão que a nova instituição de aprendizagem industrial estaria completamente subordinada ao seu Ministério e integrada harmoniosamente com o restante do ensino industrial e secundário. No entanto, os fatos históricos seguintes mostrariam que o SENAI com o passar dos anos além de firmar sua autonomia em relação a burocracia federal do Ministério da Educação, conseguiria monopolizar não só a aprendizagem mas a maior parte do ensino industrial do país, enquanto a lei orgânica de Capanema não sobreviveria além de poucas décadas.

Cabe agora relacionarmos alguns autores e algumas de reflexões sobre o nascimento do SENAI em janeiro de 1942, fato que também envolve o debate político-ideológico e as forças econômicas e sociais que cercaram o acontecimento naqueles anos críticos, para em seguida colocarmos também algumas das nossas reflexões sobre o referido tema.

Celso Suckow²⁰⁸ assim como Joaquim Faria Góes Filho²⁰⁹ atribuem a criação do SENAI a iniciativa de Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen junto ao presidente Vargas, após muitos impasses e adiamentos e, em troca do apoio político e viabilização da aprendizagem industrial no país, propuseram a entrega da responsabilidade sobre o sistema às federações patronais da indústria. Porém, estes autores minimizam a longa resistência do empresariado e suas associações aos decretos governamentais anteriores ao SENAI que tentavam viabilizar o sistema de educação profissional nas fábricas.

²⁰⁷ ANAIS do Ministerio da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, Março de 1942 pp.85 -86.

²⁰⁸ FONSECA, C.S.da. op. cit.

²⁰⁹ GÓES FILHO, Joaquim Faria. *O SENAI: Traços do seu passado e perspectivas emergentes*. Rio de Janeiro: FGV/IRH, 1981.

Simon Schwartzman²¹⁰ defende a tese de que na realidade setores da burocracia federal, especialmente no Ministério do Trabalho e o próprio Presidente, mais pragmáticos e sensíveis aos temas econômicos, teriam apoiado a reivindicação da FIESP e criado o SENAI como um sistema de qualificação profissional para os operários e aprendizes, mais ajustado aos interesses econômicos e de autonomia em relação a burocracia dos ministérios, principalmente em detrimento do Ministério da Educação liderado por Gustavo Capanema, que propunha uma educação profissional de formação integral para o aprendiz e demais operários.

Em outra visão acerca do assunto, Carmen Sylvia V. Moraes²¹¹ imputa a um projeto político longamente acalentado, desde o início do século XX na cidade de São Paulo, pelo grupo liberal-reformador da burguesia paulista, a definição do projeto de educação profissional que se materializou no SENAI. Este projeto liberal-reformador da burguesia paulista teria causado um disciplinarização *racional* da maior parte da mão-de-obra paulista mesmo antes do surgimento do SENAI. E, quando da criação desta instituição, o método racional de trabalho, de acordo com as propostas idortianas e do educador-engenheiro Roberto Mange, alcançou uma dimensão nacional através das escolas profissionais do SENAI.

Para Paulo Miceli²¹² o SENAI foi principalmente o resultado vitorioso da manobra do grupo industrialista da FIESP que transformou a pressão governamental para o envolvimento dos industriais e suas associações na resolução do problema econômico gerado pela falta de mão-de-obra qualificada, numa instituição sob o controle das entidades patronais da indústria.

Sobre o tema da educação profissional brasileira, em Luiz Antônio Cunha, a criação do SENAI foi o exemplo mais emblemático de como um Estado, no caso o Estado Novo de Vargas, pôde compreender *antes* da burguesia industrial brasileira a necessidade de uma força de trabalho mais qualificada para que no capitalismo nacional fosse possível a reprodução ampliada do próprio capital. Ou seja, o Estado Varguista agiu de forma autoritária de acordo com o contexto político interno e externo da época para o

²¹⁰ SCHWARTZMAN, S. et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.

²¹¹ MORAES, C. S. V. *A relação Trabalho e Educação em perspectiva histórica e sociológica*. Vol. 1 São Paulo, 2005. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Educação-USP.

²¹² MICELI, P. C. *Além da fábrica: o projeto industrialista em São Paulo. 1928-1948*. São Paulo: FIESP, 1992.

desenvolvimento a longo prazo das suas forças produtivas, possibilitando certa acumulação de capitais, ao invés de ceder aos interesses imediatistas da sua burguesia que, por sua vez, resistiu enquanto pôde de forma passiva, se omitindo sobre a questão da aprendizagem, ou ativamente, negando-se a cumprir o novo encargo que lhe era imposto pelo governo. Mas este mesmo Estado garantiu a não participação direta dos trabalhadores por meio dos seus sindicatos na definição dos rumos da educação profissional, atendendo aos interesses do patronato industrial.

Na pesquisa de Barbara Weinstein²¹³ o SENAI foi o resultado concreto do embate político e da necessidade econômica que o Governo Vargas enxergava no contexto da Segunda Guerra e seus efeitos sobre o país. Roberto Simonsen e parte da liderança industrial percebendo como iminente a obrigatoriedade do novo sistema de ensino profissional que seria imposto, escolhem assumir o controle sobre a aprendizagem industrial que estava sendo gestada antes que outros o fizessem. Conduzi-la segundo os interesses dos empresários e, concomitantemente, transformar este fato - projeto pedagógico-social e econômico - numa vitória política da FIESP e da CNI sobre a mentalidade bacharelesca e “irracional” dos tecnocratas do Ministério da Educação. Para Weinstein “o SENAI fora organizado para combinar os melhores elementos dos dois campos: a capacidade de coerção do Estado e a tendência do setor privado a valorizar a autonomia”²¹⁴

Na nossa interpretação sobre o significado da criação da instituição SENAI, precisamos considerar que o Estado Novo, implantado em 1937 com amplo apoio dos militares, se notabilizou por uma agressiva política econômica industrialista e nacionalista, características que remontavam aos ideais da Revolução de 1930.

Neste sentido, o regime estadonovista, reconhecia as deficiências da Educação básica brasileira e, para os seus servidores mais realistas, sabendo que a melhora dos resultados nesta área demandaria tempo, mais investimentos e negociação política, o Governo Central, na figura de Vargas, procurou atender as necessidades imediatas do nascente parque industrial brasileiro no contexto da 2ª Grande Guerra com um sistema de ensino profissional que beneficiasse o capitalismo nacional rapidamente. Desta forma o Governo ditatorial, no seu pragmatismo político, ao invés de transformar profundamente a

²¹³ WEINSTEIN, B. *(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez / CDAPH-IFAN / Universidade São Francisco, 2000.

²¹⁴ WEINSTEIN, B. op. cit. p.120

educação brasileira como um todo, fazendo uma verdadeira “revolução” educacional pelo alto, preferiu contemporizar e não ter que enfrentar forças políticas e sociais conservadoras que inclusive faziam parte da base de apoio do próprio Regime, e que também estavam encasteladas nas várias instituições públicas e privadas da educação básica e superior brasileira.

Nesta altura queremos destacar que a própria natureza autoritária e centralista do regime estadonovista foi imprescindível para pressionar e mobilizar as forças produtivas internas a fim de que assumirem um papel fundamental na busca da solução para a carência de quadros qualificados de trabalhadores para os diversos ramos da indústria.

O Estado nacional-autoritário brasileiro criou uma espécie de poupança forçada para o conjunto das forças produtivas nacionais, pois o conjunto dos empresários e a classe trabalhadora tiveram de contribuir financeiramente para a execução e futura manutenção do sistema de aprendizagem e qualificação profissional, um verdadeiro investimento econômico-social, mas que ao final do processo era vantajoso principalmente para a burguesia industrial nacional que passaria a contar com a disponibilidade de toda uma infra-estrutura fornecedora de contingentes de operários e aprendizes mais qualificados e em quantidade, fato esse que ocasionaria também uma diminuição dos custos com a pouca mão-de-obra qualificada existente no mercado. Além disso, os volumosos recursos para o investimento na criação deste sistema iriam ser divididos com o conjunto da sociedade, as empresas pequenas, médias e grandes empresas, e o operariado.

Luiz Antônio Cunha chega a destacar fatores conjunturais do contexto da Segunda Guerra que mobilizaram alguns setores do Governo e diminuíram a resistência do empresariado para a instalação da aprendizagem industrial mantida e financiada pela indústria²¹⁵. Mas isso não teria sido possível sem as características próprias do regime estadonovista de Vargas que pressionou até o limite os empresários industriais, por meio das suas associações de classe, para participarem do processo de criação e estabelecimento de um sistema nacional de aprendizagem industrial. Foi um modelo institucional no qual a transigência mútua do Governo Federal e das lideranças empresariais industriais possibilitou estas a estenderem o seu formato federativo e descentralizado no SENAI a

²¹⁵ Cunha, L.A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005. (pp.27-35)

partir de 1942 para todo o território nacional, excluindo do processo as representações sindicais dos trabalhadores.

A intencionalidade da política industrialista de Vargas, uma política econômica com efeitos de longo prazo no desenvolvimento nacional, na qual se inclui a implementação de grandes projetos como a Usina de Volta Redonda, a Companhia Vale do Rio Doce, a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, a proteção do setor externo da economia e a diversificação da produção econômica do país, eram forças irresistíveis sobre o mercado de trabalho no sentido de formar-se um novo tipo de operário mais adequado para os padrões de exigência das forças produtivas modernas que emergiam no país.

Daí julgamos ser precipitado e com carência de argumentos históricos afirmar que, naquele contexto político-econômico de avanço da urbanização e da industrialização, foi a criação do SENAI a vitória de algum projeto político prévio²¹⁶ deste ou daquele grupo ou elite regional²¹⁷. Podemos adiantar que a definição do ensino técnico-industrial ocorrido com a fundação do SENAI e na Lei Orgânica do Ensino Industrial do Ministério da Educação, foram resultados do que poderíamos chamar “sociedade política”, gerida por Vargas e seus colaboradores dentro dos limites possibilitados pelas condições econômicas e sociais objetivas daquele tempo, e não a vitória incontestada de algum segmento social e político.

²¹⁶ Sobre este polêmico assunto vale a pena reproduzir o seguinte trecho do trabalho de Augusto Zanetti e João T. Vargas: *“Assim, cabe colocarmos em aguda perspectiva crítica estimativas como a de que a escolarização de cunho técnico profissionalizante tivesse assumido, na década de 1920, e até meados da trinta, um raio de atuação de tal magnitude que lhe facultaria abarcar o conjunto da classe trabalhadora. Trata-se, porventura de mais uma ilusão de ótica provocada por uma intenção desmistificadora: Carmen Moraes, autora da mencionada avaliação [MORAES, Carmen S. Vidigal. A socialização da força de trabalho: instituição e qualificação profissional no Estado de São Paulo, 1873 a 1934.1990 Tese (Doutorado em Sociologia). FFLCH-USP], vincula o ensino profissional daquele tempo a uma suposta disciplinarização operária em larga escala. Sem dúvida, a propaganda patronal de então afirmava aquela abrangência com todas as letras. [...] Uma mitologia acabou sendo recoberta por outra; uma fé foi substituída por outra, de linguagem contemporânea.*

O projeto que almejava uma formação anual, para o ingresso imediato no mercado de trabalho, da ordem de 330 a 500 novos oficiais (ajustadores, operadores, caldeiros, soldadores e eletricitas), foi em grande parte frustrado e nunca chegou a concretizar-se...” ZANETTI, A. e VARGAS, J. T. *Taylorismo e fordismo na indústria paulista: o empresariado e os projetos de organização racional do trabalho, 1920-1940*. São Paulo: Ass. Ed. Humanitas, 2007. p.53

²¹⁷ *“Pode-se dizer que a assinatura do Decreto-Lei nº 4.048, que criou o SENAI, foi uma vitória do Governo, mas foi uma vitória também dos líderes industriais do Rio e São Paulo, aos quais já estavam associados, nos mesmos pensamentos, destacados empresários de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e de Pernambuco.”* O professor José Stênio Lopes teve destacado papel na fundação e na história do Departamento Regional do SENAI da Paraíba. Foi Diretor do SENAI nos anos 1950/60 e também professor da Escola Politécnica de Campina Grande. Lopes, J. Stênio. *Uma saga da criatividade brasileira*. Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1982, p. 34

O SENAI foi o resultado da fusão possível de diversas ideias, projetos e interesses de grupos no Governo e de industriais, todos aproveitando-se de experiências anteriores em escolas técnicas da rede oficial e particulares, do IDORT em São Paulo, de Estados economicamente fortes como Rio Grande do Sul e Minas Gerais e do próprio Governo Federal, tudo isso num ambiente político nacionalista e autoritário e no contexto econômico marcado pela Segunda Grande Guerra Mundial.

Valdir Picheli, em sua tese ²¹⁸ defende que o modelo da educação profissional posto em prática pelo Estado Novo foi basicamente o idortiano, instrumento pedagógico da hegemonia da burguesia paulista “industrialista”. Temos grandes dúvidas a respeito disso, pois além do ideário burguês-industrialista construído desde os anos 20 e 30 no Liceu de Artes e Ofícios, CFESP e IDORT, também ideólogos e técnicos do Estado Novo, como Rodolfo Fuchs, contribuíram com algumas de suas ideias e tecerem muitas críticas a metodologia de origem idortiana. Fuchs, por exemplo, considerava a metodologia de Mange e do Idort limitada e utilitarista. Outro dado importante que comprova a complexidade do assunto foi a nomeação do primeiro Diretor do Departamento Nacional do SENAI, o engenheiro João Luderitz, do Rio Grande do Sul, indicação pessoal do Presidente Getúlio Vargas. De certa forma o grupo industrialista da FIESP, apesar da importância da nomeação de Roberto Mange como Diretor do Departamento Regional de São Paulo, teria limitada sua influência sobre a instituição como um todo, equilibrando-se com outras forças regionais do próprio empresariado industrial.

Por fim, podemos até conjecturar que caso a iniciativa para a criação de um sistema nacional de aprendizagem industrial obrigatória não partisse do governo nacionalista e autoritário do período, provavelmente poderíamos ver repetir o que já existia antes, isto é, projetos de lei do legislativo federal ou estadual, como o de Fidelis Reis já visto anteriormente, que não teriam força para se impor sobre a resistência de poderosos interesses político-econômicos, ou iniciativas dos Estados da União, ações cujo alcance estariam circunscritas ao âmbito regional.

A pressão e as seguidas negociações entre o centro político do Governo Vargas e as Comissões e Forças-tarefas de setores do empresariado naquela complexa arena política do Estado Novo, foram fundamentais para a criação e o formato da

²¹⁸ PICHELI, Valdir. *O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil: 1930-1944*. Campinas, 1997. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, SP, 1997.

aprendizagem industrial, fazendo do SENAI, uma entidade paraestatal, de características públicas, mas sob controle privado.

Sobre essa natureza paraestatal do SENAI, Ítalo Bologna antigo dirigente da instituição, enfatizava seu lado privado, caracterizando o SENAI como uma entidade de direito privado, organizado e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria e mantido por uma contribuição mensal das empresas industriais, segundo sua interpretação²¹⁹.

Por sua vez, Luiz Antônio Cunha²²⁰, aprofunda a análise sobre este ponto ao relacionar essa característica paraestatal do SENAI com a própria ambigüidade do corporativismo praticado pelo Estado Novo, onde as esferas pública e privada se articulavam no mundo político e econômico e eram direcionadas pelo Governo para o incremento da atividade econômica no país. Neste contexto o Estado Novo teria tomado as rédeas ao decidir criar um sistema de aprendizagem industrial passando por cima dos interesses mais imediatistas dos empresários que não queriam arcar com os custos do projeto e nem administrá-lo. Portanto a intervenção do Estado teria se dado na criação da entidade e ao induzir os industriais a adotar, administrar e fazer funcionar o SENAI sob a responsabilidade da CNI e das demais Federações Estaduais que agregavam o patronato industrial do país, algo difícil de realizar até o fim dos anos 1930.

Portanto, L.A. Cunha conclui ser o SENAI do ponto de vista da sua constituição uma instituição pública, por ter o respaldo da lei e o poder coercitivo do Estado brasileiro que obriga as empresas a contribuírem para a sua existência. Porém em relação a gestão dos recursos, funcionamento e sua dimensão institucional, seria o SENAI uma entidade privada dirigida pela Confederação Nacional das Indústrias.

No **Anexo C** deste trabalho disponibilizamos um parecer de março de 1944 da Divisão Jurídica do IAPI sobre uma dúvida relativa a capacidade ou não do SENAI de poder hipotecar imóvel de sua propriedade a fim de contrair empréstimo junto ao IAPI para construção de escola. A conclusão a que chegam os consultores jurídicos do IAPI nos fornece um bom referencial para caracterizarmos esta natureza paraestatal única do SENAI

²¹⁹ Bologna, Ítalo. *Formação Profissional na Indústria: O Senai*. Rio de Janeiro: MEC/Diretoria do Ensino Industrial. 1969 (p.42).

²²⁰ Cunha, L.A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. Op.cit. (pp.45-49).

Segundo a Divisão Jurídica do IAPI, após análise dos Decretos-lei da criação e de alteração na denominação do SENAI (4.048 de 22/01/1942 e 4.936 de 07/11/1942) e do que estabelece o seu regimento interno (10.009 de 16/07/1942), concluiu-se que,

*“O SENAI apresenta-se, pois, com todos os característicos de uma entidade autárquica, tal como vem sendo conceituados e denominados no Brasil os órgãos autônomos que exercitam a administração delegada, pois o SENAI: a) foi criado pelo Estado; b) tem personificação jurídica e patrimonial, se bem que implícita; c) atende a uma finalidade ou especialização, expressa na lei; d) finalmente, está sujeito a um leve controle administrativo e jurisdicional do Estado.”*²²¹

Apesar dos autores identificarem características de autarquia no SENAI, o que segundo o Direito Civil em princípio impossibilitaria o SENAI de hipotecar seus bens já que somente pessoas jurídicas capazes de alienar podem hipotecar ou empenhar os seus bens, na seqüência do documento afirmam:

*“tal não acontece com referência ao SENAI; donde a conclusão, no que respeita à operação em vista, de que ao órgão máximo do SENAI, não é vedado, em princípio, hipotecar ao IAPI o imóvel que lhe foi doado pela escritura [...] operação esta que procura inequivocamente aperfeiçoar a consecução das finalidades para que foi criado o SENAI.”*²²²

Portanto, apesar da ambigüidade do regimento do SENAI em que este era subordinado ao Ministério da Educação e, ao mesmo tempo, dirigido pela Confederação Nacional da Indústria, segundo o IAPI é o seu órgão máximo, o Conselho Nacional da entidade presidido pelo dirigente máximo da CNI, quem o representa e, portanto, seria capaz de efetuar um tipo de operação financeira comum a entidades privadas.

3.2 Sobre o pragmatismo de Roberto Mange para iniciarmos a caracterização do SENAI nos anos 1940.

O SENAI foi criado num contexto econômico não somente afetado pela conjuntura da Grande Guerra de 1939-1945, mas também marcado por problemas estruturais crônicos que desde o início da República eram fatores limitantes para qualquer tipo de desenvolvimento espontâneo, problemas que não levaram as oligarquias regionais

²²¹ CPDOC/FGV GCg 1941.09.13 (rolo 56) 170 III-2 IAPI-Divisão Jurídica parecer nº 40-20. de 21/03/1944.

²²² CPDOC/FGV GCg 1941.09.13 (rolo 56) 170 III-2 IAPI-Divisão Jurídica parecer nº 40-20. de 21/03/1944

pré-1930 a qualquer tipo de política ou planejamento econômico mais profundo e de longo alcance para todo o país para resolvê-los.

Com os surtos industriais do início do século XX no Brasil, tais problemas se agravam e impedem a expansão capitalista industrial nacional numa escala que ultrapassasse a tradicional produção de bens de consumo não-duráveis.

Uma escassa produção de aço e de energia elétrica, dependência total da importação de insumos químicos e de derivados do petróleo, bem como uma precária rede de transportes e comunicações completava parcialmente o quadro de desafios para os dirigentes políticos e agentes econômicos brasileiros. Neste sentido, a qualificação do fator humano para a indústria em expansão era mais um elemento complicador daquela economia, mas algo que deveria ser urgentemente solucionado na visão do Governo que assumiu após a Revolução de 1930.

Roberto Mange, engenheiro suíço e experiente educador profissional, atento aos problemas da educação profissional no país e que a vivenciava desde o início do século passado, percebeu que o simples transplante de uma metodologia de ensino importada ou a criação de um modelo institucional de ensino-aprendizagem baseada nos moldes dos países capitalistas avançados, não seria cabível para a realidade do empresário e do trabalhador brasileiro típico. Nosso padrão predominante entre os trabalhadores eram os baixíssimos salários totalmente gastos com habitação, vestuário e alimentação. Outros itens básicos para a reprodução desta força de trabalho tais como saúde, lazer e educação dependiam da boa vontade de chefes políticos locais ou empresários paternalistas.

O baixo padrão alimentar, doenças e acidentes afetavam profundamente a grande maioria das famílias de trabalhadores urbanos do período, em especial o operariado. Essas famílias proletárias, com um padrão de vida próximo da subsistência, não tinham outra opção para aumentar a renda familiar que não fosse mandar seus filhos menores disputarem as vagas que porventura surgissem nas indústrias, prática essa aceita com naturalidade pela maioria dos pais e adultos da classe trabalhadora, situação que comprometia fatalmente o nível educacional da população trabalhadora jovem, muitas vezes privada de possuir o nível mais elementar de ensino da época.

No ambiente empresarial, por sua vez, predominavam pequenas e médias indústrias cujos empresários estavam pouco propensos para investimentos de maior vulto

na qualificação da sua mão-de-obra, e nas grandes, predominava as tradicionais soluções conservadoras de importar trabalhadores qualificados, ou na falta destes, ensinar-se o aprendiz trabalhando no próprio ambiente da empresa.

Figura 3 - Quadro das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo em 1940, segundo o tipo de ensino e o regime de manutenção.

<i>Tipos de escolas</i>	<i>Estaduais oficiais</i>	<i>Equiparadas ou subvencionadas</i>	<i>Cooperação com os municípios</i>	<i>Cooperação com particulares</i>	<i>Escolas particulares</i>	<i>Totais</i>
<i>Para formação de mestres.</i>	2	1	—	—	—	3
<i>Industriais secundárias</i>	15	4	2	—	—	21
<i>Industriais primárias</i>	1	—	3	—	—	4
<i>Agrícolas industriais</i>	4	—	—	—	—	4
<i>Escola técnica para operários.</i>	—	—	—	1	—	1
<i>Escolas monotécnicas</i>	—	—	—	—	550	550
<i>Escolas p/operários espec. em atividades portuárias.</i>	—	—	—	1	—	1
<i>Cursos ferroviários</i>	—	—	—	8	—	8
<i>Totais</i>	22	5	5	10	550	592

Fonte: Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. *O ensino profissional no Brasil* (Teses apresentadas pela Superintendência de Ensino Profissional) Publicação nº23, Santos: Instituto D. Escolástica, 1940.

Tendo em vista o que acima foi exposto além de outros fatores como a acanhada rede de escolas profissionais (figura 3), ainda em 1940, naquele que era o Estado mais industrializado da União, concordamos com a análise de Zanetti & Vargas que relativizam a importância de Roberto Mange para a história do ensino profissional brasileiro e do próprio SENAI, dentro dos seguintes termos,

“Em conclusão, podemos dizer que, se de fato Mange ocupa inequívoco lugar central na história do ensino profissional no Brasil, o resultado de sua intensa dedicação ao propósito de organização racional do trabalho por essa via não teve as titânicas proporções que com frequência a bibliografia lhe atribui, pois atuou num meio cuja dinâmica só parcialmente era compatível com suas iniciativas. [...] Arriscaríamos dizer que, se Mange de fato orientasse suas ações pelo taylorismo, seu

*nome não teria tido registro na História, pois suas iniciativas não teriam obtido nem mesmo o limitado, posto que ponderável, sucesso que tiveram. O fato de hoje ser reconhecida sua presença nos campos do ensino profissional e da organização do trabalho se deve justamente a sua capacidade de identificar corretamente necessidades e tendências no âmbito das atividades econômicas no Brasil e de oferecer-lhes respostas com elas compatíveis.*²²³

Justamente o formato e alcance destas “repostas compatíveis” para com a realidade social e econômica brasileira que Mange e líderes industriais materializaram na criação do SENAI, é o que pretendemos discutir a seguir.

3.3 Uma aprendizagem metódica e racional voltada para o operário nacional do SENAI.

A ideia de coordenação para a formação de ferroviários já havia sido esboçada em 1924, quando Mange ainda supervisionava o Curso de Mecânica para a formação de ferroviários na Escola de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios. O IDORT, segundo o educador, teve um papel fundamental no projeto de congregar uma solução global no que dizia respeito ao preparo e seleção do pessoal nas estradas de ferro de São Paulo em associação com os poderes públicos deste Estado²²⁴.

Foi no cenário criado pela organização do Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana em 1930, uma empresa particular sob o controle do Estado, que Roberto Mange pôde aplicar em seus cursos princípios da psicotecnia e da fisiologia do corpo do trabalhador operário, numa visão de “todo orgânico”, buscando uma “verdadeira” formação profissional integral para o operário brasileiro.

Ainda em 1935, ao apresentar algumas teses no Congresso de Engenharia e Legislação Ferroviária em Campinas, Roberto Mange, então Diretor do CFESP, expõe

²²³ ZANETTI, A. e VARGAS, J. T. op. cit. p. 59.

²²⁴ Segundo Ítalo Bologna o IDORT, “após entendimentos com as principais Estradas, apresentou ao Governo Estadual um plano geral de preparo e seleção do pessoal ferroviário, com a cooperação do Governo Estadual. Tornava-se, porém, mister instituir um órgão coordenador, o que ocorreu em 1934, por Ato do Governo de São Paulo, criando o “Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional” (CFESP) como entidade central, mantida pelas empresas ferroviárias em colaboração com as competentes Secretarias do Estado: Educação e Viação. O CFESP era, pois, uma entidade nitidamente ferroviária, a que o Estado prestava apoio e concurso material.” BOLOGNA, I. SENAI 30º Aniversário (1942-1972): Origens, Evolução, Organização. Centro de Estudos ‘Roberto Mange’. SENAI-SP, São Paulo: 1972.

alguns dos princípios que guiariam sua atuação a frente do Departamento Regional do SENAI-SP, principalmente na fase inicial da implantação e organização desta instituição a partir de 1942.

De fato, quando assume oficialmente o maior departamento regional do SENAI, já estava amadurecido para Mange o modelo de aprendizagem metódica e racional que iria ser a marca registrada do SENAI sob seu comando.

Segundo Roberto Mange, foi o modelo²²⁵ alemão²²⁶ de formação e seleção de pessoal ferroviário da Reichsbahn²²⁷ que inspirou muitos dos princípios do método racional²²⁸ que foram aplicados no SENAI sob sua direção, entre eles:

1- Cursos de formação (praticantes e candidatos aos primeiros cargos da carreira).

Durante semanas ou meses;

²²⁵ Uma suposta polêmica entre os que advogam que o modelo institucional que inspirou Roberto Mange e outros a aplicarem tanto na CFESP como mais tarde no SENAI teria sido o da educação profissional francesa e não o modelo alemão, sobre isso reproduzimos o seguinte testemunho do próprio Mange sobre o assunto que, ao comparar o sistema francês com o alemão, vê no primeiro a desvantagem de não aplicar a psicotecnia nos seus processos educativos: “*Quanto às organizações existentes na França, destaca-se a Escola de Aprendizagem de E.F. Paris-Orléans, em Tours, bastante conhecida através de publicações, e que foi apontada como exemplo a ser seguido em um dos últimos congressos ferroviários da Europa. Quando visitamos essa instituição em 1929, observamos que não havia interesse pelos processos de seleção pela Psychotechnica, porém, nestes últimos anos, esses métodos se impuseram em algumas empresas ferroviárias da França.*” Arquivo Edgard Levenroth (AEL) UNICAMP-SP / Pasta 18 – Roberto Mange - Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional – S.Paulo - Publicação nº 1 - 1936, p.14

²²⁶ “*Em nenhum outro país encontramos hoje organização igual, quer em amplitude, quer quanto à uniformização e precisão de métodos para o preparo e a seleção profissional do pessoal ferroviário.*” “*O exemplo da Alemanha é seguido na Europa, por muitas empresas ferroviárias, estaduais e particulares, principalmente nos Estados Centrais e nos do Norte*” Arquivo Edgard Levenroth (AEL) UNICAMP-SP / Pasta 18 – Roberto Mange - Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional – S.Paulo - Publicação nº 1 - 1936, p.9e 14.

²²⁷ A Deutsche Reichsbahn (Ferrovia Imperial Alemã 1875) foi o nome da companhia ferroviária alemã criada a partir das estradas de ferro de cada um dos estados alemães que foram absorvidas após a unificação do Império Alemão (1871). Em 1920, foi refundada como Companhia Ferroviária do Estado Alemão quando a República de Weimar assumiu o controle nacional das ferrovias alemãs após o fim da 1ª Guerra.

²²⁸ “*As comissões exercem rigorosa fiscalização e acham-se continuamente orientadas sobre o desenvolvimento e eficiência das instituições de formação e preparação do pessoal. Assim a Reichsbahn possui um aparelhamento de ensino perfeitamente padronizado mas, ao mesmo tempo, susceptível de se adaptar às contingências do desenvolvimento da técnica ferroviária.*”

“*justifica-se a cooperação do Governo nas instituições de ensino profissional ferroviário [...] Não cabe, todavia, aos poderes públicos organizar, de moto próprio, a formação dos ferroviários, como, não o faz, de modo particular, para qualquer outro empreendimento industrial. É a Estrada de Ferro que compete instituir o ensino ferroviário e fiscalizá-lo. A função do Governo é de cooperar, prestando auxílio material e concorrendo com suas instituições de ensino que se acharem difundidas ao longo da rede para a realização do preparo ferroviário*” Arquivo Edgard Levenroth (AEL) UNICAMP-SP / Pasta 18 – Roberto Mange - Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional – S.Paulo - Publicação nº 1 - 1936, p.7 e 12

- 2- Cursos de administração (preparo de funcionários de cargos médios), com duração de alguns meses;
- 3- Escolas de Aprendizagem (para as oficinas), com aulas teóricas e práticas, de 3 a 4 anos;
- 4- Instrução e cursos de aperfeiçoamento – periódicos e ministrados no local do trabalho ou em locais centrais para grupos por instrutores experientes;
- 5- Escolas centrais para cursos especiais, de formação, administração e aperfeiçoamento; internatos para funcionários e escolares com certo conforto e “organização didática”, podendo durar dias, semanas ou meses;

Ítalo Bologna²²⁹, em 1945 como Diretor do Centro Ferroviário, emitiu o último relatório da instituição antes de ser absorvida pela Divisão de Transportes do SENAI em 21 de fevereiro daquele ano. No referido relatório Bologna reafirma a importância do CFESP, que iniciou suas atividades em julho de 1934 e por ser responsável pela *“difusão de conhecimentos sobre os principais problemas ligados à eficiência do fator humano em geral, notadamente sobre os métodos psicotécnicos de educação profissional da mão de obra industrial.”*²³⁰

O antigo diretor do CFESP também reafirmava que o Centro Ferroviário havia utilizado os *“eficientes”* métodos de aprendizagem adotados nas estradas de ferro alemãs os quais foram adaptados às ferrovias brasileiras por Roberto Mange. Um dos componentes destes eficientes métodos eram as *“séries metódicas”* dos cursos ferroviários que foram mais tarde o ponto de partida do ensino aplicado no SENAI.²³¹

A importância de Roberto Mange para o início da organização dos cursos do SENAI dava-se em função de ter adaptado com sucesso a racionalização de ofícios para a aprendizagem industrial ao valorizar na seleção de candidatos e nos procedimentos pedagógicos à capacidade fisiológica e as características psicológicas do trabalhador no momento de sua capacitação e posterior inserção no ambiente moderno de produção fabril.

²²⁹ Engenheiro Italo Bologna também foi Diretor do SENAI Nacional entre os anos de 1964-1975.

²³⁰ Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional – S.Paulo - Relatório (1944/1945) apresentado à Comissão Superior do CFESP pelo Eng. Italo Bologna, Diretor. Abril de 1945.

²³¹ BOLOGNA, I. *A formação profissional na indústria: O SENAI*. Rio de Janeiro: MEC/Diretoria do Ensino Industrial. 1969.

Figura 4 - Um quadro-mural adaptado pelo CFESP (coleção “Técnica de Trabalho”)

Um dos quadros murais da coleção “TÉCNICA DE TRABALHO”, adaptada pelo CFESP para uso das oficinas de aprendizagem

Fonte: Secretaria da Educação e Saúde Pública. *A Racionalização do ensino técnico profissional no Estado de São Paulo* (Serviço Técnico da Superintendência do Ensino Profissional). Publicação n. 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

Neste sentido a antiga seriação metódica do ensino racional, inspirada nos princípios do método russo elaborado por Victor Della Vos²³² é reformulada por Mange para as novas condições da mão-de-obra de um país periférico de industrialização tardia, com uma população operária de baixa escolaridade básica e ainda não acostumada a rígida disciplina taylorista ou fordista do setor industrial moderno daquele período.²³³

A justificativa da aplicação do método de ensino racional que Mange e seus auxiliares rapidamente introduzem nas primeiras turmas ao iniciar os trabalhos do SENAI em 1943, estava relacionada com uma maior “eficiência” e um resultado final (produto,

²³² Método russo de ensino técnico aplicado na Escola Técnica Imperial de Moscou (aprox. 1868) e rapidamente difundido na educação profissional dos países capitalistas avançados (Alemanha, EUA). Tinha como base a graduação continuada do ensino, seguindo os princípios de: menor período de tempo para a aquisição de conhecimentos; aquisição sistemática de conhecimento; facilitar a demonstração de evolução de cada aprendiz; aumentar a facilidade do emprego gradativo dos aprendizes nas oficinas. QUELUZ, G.L. *Concepções do Ensino Técnico na República Velha (1909-1930)*. Curitiba: PPGTE/CEFET-PR, 2000. pp.137-138.

²³³ “No aprendizado racional, procurou-se organizar uma série metódica em que todas as operações de determinado ramo de ofício sejam executadas na ordem crescente da dificuldade, isto é, dos mais fáceis para os mais difíceis, gradativamente, intercalando-se trabalhos de natureza diversa entre cada operação fundamental, de maneira a evitar-se a monotonia do serviço...” Secretaria da Educação e Saúde Pública *A Racionalização do ensino técnico profissional no Estado de São Paulo* (Serviço Técnico da Superintendência do Ensino Profissional). Publicação n° 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939. p.15

mercadoria, máquina ou serviço) que fazia referência com todo o trabalho coletivo de uma determinada turma, acrescido de valor estético e funcional. Seria uma espécie de recuperação simbólica da posse dos meios de produção pelo trabalho coletivo dos aprendizes cujo resultado final revelava a capacidade e criatividade do esforço conjunto de uma determinada turma.

*“Após árduo e difícil trabalho - certo dia surge aos olhos de todos a peça acabada e bonita, funcionando com grande precisão e tão perfeita como as melhores importadas. Está pronta para o batismo simbólico, que se realiza com a presença de todo o pessoal da escola, num ambiente festivo, em que confraternizam os alunos e funcionários do estabelecimento. A beleza moral que um tal espetáculo encerra na eloqüência de sua simplicidade, só a compreenderá, inteiramente, quem tenha tido a felicidade de passar algum tempo sob o teto agazalhado de uma dessas oficinas de trabalhos.”*²³⁴

²³⁴ Secretaria da Educação e Saúde Pública *A Racionalização do ensino técnico profissional no Estado de São Paulo* (Serviço Técnico da Superintendência do Ensino Profissional). Publicação nº 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939, pp.28-29

4 A CONSOLIDAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EM TEMPOS DE GUERRA (1942-1945): ENFRENTANDO AS RESISTÊNCIAS E CORRENDO CONTRA O TEMPO.

Como vimos anteriormente o processo e as negociações políticas que engendraram a moderna aprendizagem industrial no Brasil foram extremamente complexas e começaram na metade dos anos 1930, até chegar à criação do SENAI no início do ano de 1942.

Mas isso era apenas o princípio dos trabalhos e desafios, cabia agora aos líderes da indústria nacional e aos seus assessores estruturar, organizar e dirigir o novo sistema de aprendizagem industrial de âmbito nacional num contexto de crescentes dificuldades externas advindas da tomada de posição do Brasil no contexto da Guerra Mundial, crescimento econômico interno, diversificação da economia nacional e o conseqüente aumento do consumo de bens e serviços.

Somado a isso tudo havia a resistência de grupos de empresários refratários a qualquer ingerência externa nos seus negócios fossem da parte do Governo ou das suas próprias entidades de classe, vistas com desconfiança em virtude do apoio político que davam a Vargas.

Documentos, atas e comunicações da FIESP/CIESP e órgãos do Governo revelam o esforço da entidade de classe dos industriais paulistas e das autoridades públicas para vencer as resistências e, em alguns casos, a quase desobediência civil de algumas empresas em cumprir leis federais ou recomendações da FIESP relativas ao início dos trabalhos do SENAI e a instalação de refeitórios para os operários.

Ata do CIESP de setembro de 1942²³⁵ além de comunicar a localização da primeira sede do SENAI²³⁶, também, anunciava a necessidade de uma intensa propaganda para levar os operários para a nova entidade²³⁷.

A mobilização no interior da entidade era intensa principalmente na coleta de dados quantitativos para o planejamento e estruturação da nova entidade e na criação

²³⁵ FIESP/CIESP - Ata da 32ª Reunião Semanal Ordinária da Diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, realizada no dia 30 de Setembro de 1942. (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP).

²³⁶ Viaduto Boa Vista, nº 68 - 4º andar, Centro, São Paulo.

²³⁷ FIESP/CIESP - Ata da 32ª Reunião Semanal Ordinária da Diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP), p.8.

dos “Cursos de Emergência” para o início dos seus trabalhos em tempos de Guerra. Tinha no comando o prestigiado Diretor do SENAI paulista, Roberto Mange, o qual autenticava a pressa da parte líderes patronais em sensibilizar o conjunto do empresariado e da sociedade urbana por meio desta “intensa propaganda”.

“Dentro de algum tempo, devem estar instalados os primeiros cursos de emergência. [Roberto Mange] Fez uma demonstração da utilidade desse Serviço, o qual necessita, para a sua maior eficiência, da colaboração direta de todos os diretores da Federação. [...] para a presidência do Conselho Regional do “SENAI” foi indicado o nome do Dr. Oscar Rodrigues Alves. S.excia. vai fazer um apelo aos estudantes de direito e de engenharia, para uma intensa propaganda dos serviços do “SENAI”. Sua excia. solicitou ainda uma inscrição dos membros da Diretoria para dar um dia por mês ao “SENAI”, mostrando, aos interessados, que é esse um trabalho de enorme eficiência para o país.”²³⁸

Concomitantemente, comunicados dos Ministérios da Educação e Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio, reafirmavam a necessidade da instalação de refeitórios para os operários nos bairros industriais, medida que constava na legislação vigente mas que até então não havia sido cumprida por parte do empresariado industrial. O Governo novamente instalava uma outra comissão interministerial para estudar a viabilidade do funcionamento de restaurantes operários e das escolas profissionais nos mesmos prédios. Os componentes desta “força-tarefa” seriam alguns dos protagonistas que participaram do processo e dos debates relativos à criação do SENAI.²³⁹

Quase um ano depois, em fevereiro de 1944, mais uma vez em ata do CIESP, apesar de afirmar que “muitos industriais” já haviam atendido a exigência legal da construção de restaurantes operários para as indústrias

²³⁸ FIESP/CIESP - Ata da 32ª Reunião Semanal Ordinária da Diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Biblioteca Roberto Simonsen), p.8.

²³⁹ “OS MINISTROS DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE e do TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, [...] CONSIDERANDO que a fundação de escolas e restaurantes para aprendizes e operários é medida cuja urgência é reconhecida pelo governo, não só pelas altas finalidades sociais que a inspiram, como pela contribuição que representa à eficiência do trabalhador; [...] RESOLVEM nomear uma comissão composta dos Srs. Rodolfo Fuchs, representante dos Ministérios da Educação e Saúde; Edison Cavalcanti, representante do Serviço de Alimentação e Previdência Social; Joaquim de Faria Góis Filho, representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; e Plínio Castanhede, presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, para, dentro do prazo de trinta dias, apresentar um plano de organização das escolas de aprendizagem e de restaurantes para operários, estudar a possibilidade legal e técnica da sua reunião num só edifício, em cada bairro designado, e, bem assim, o processo de sua construção e financiamento e o regime da sua administração.” CPDOC/FGV GCg 1941.09.13 (rolo 56) III.ii Portaria inter-ministerial de 26 de abril de 1943.

com mais de 300 trabalhadores, Roberto Simonsen informava aos seus pares,

“Tem havido uma série de entendimentos entre os SAPS²⁴⁰ e a Federação no sentido de tornar prática ou de criar uma fórmula prática pela qual conciliando os interesses da indústria e do Ministério, se possa resolver esse assunto dentro do menor prazo possível. Todos reconhecemos que a outorga de boa alimentação ao operariado é um dos fatores essenciais para sua melhor eficiência.”²⁴¹

Outra vez, neste caso relacionado com a construção de refeitórios para os operários das fábricas, a FIESP era o principal intermediário entre a pressão governamental pela manutenção das condições mínimas de subsistência e reprodução da mão-de-obra das fábricas e a relutância de segmentos do empresariado industrial em obedecer a legislação social proposta pelo Governo. A tendência seria chegar a uma fórmula que garantisse minimamente o objetivo das autoridades federais do Ministério do Trabalho, mas que fosse plausível aos olhos da maioria da liderança empresarial e suas bases sindicais.

Apesar do discurso de apoio às medidas governamentais que garantissem os “*fatores essenciais*” para uma melhor eficiência do operário nacional, a cultura empresarial brasileira era atrasada e conservadora. Além disso, as limitações técnicas²⁴² e humanas e até de ordem nutricional da população trabalhadora eram a regra com a qual se debatiam muitos dos industrialistas reformadores e lideranças políticas pró industrialização nacional. Somente a ação conjunta destes dois grupos num contexto externo excepcional possibilitou transformações profundas na economia e no campo da educação profissional que marcariam o País por décadas.²⁴³

²⁴⁰ Serviço de Alimentação da Previdência Social

²⁴¹ FIESP/CIESP - Ata da 6ª Reunião Semanal Ordinária da Diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, realizada no dia 9 de fevereiro de 1944 (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP), pp. 4 e 5.

²⁴² “O atual sistema industrial ainda é o de pequenas oficinas, sob direção pessoal do proprietário. Em 1928, um senso de 8.000 fábricas, em São Paulo, mostrou que somente 29% empregavam mais de 12 trabalhadores. [...] Além disso, a vida econômica do Brasil moderno ainda é fortemente influenciada pelas tradições herdadas de sua economia colonial. As origens de muitas dessas tradições estão ligadas aos surtos de certos produtos de exportação.” COOKE, Morris L. *A Missão Cooke no Brasil: relatório dirigido ao Presidente do Estados Unidos da América pela Missão Técnica Americana enviada ao Brasil*. Rio de Janeiro: s.n., 1949. (tradução CEPB da FGV) p. 85.

²⁴³ “As idéias formuladas naquele tempo por Roberto Simonsen a respeito da necessidade da industrialização e do desenvolvimento, bem como do planejamento como instrumento de ação, caracterizam uma mentalidade. Mas não devem ser esquecidos outros, como Euvaldo Lodi, Francisco Matarazzo, Alexandre Siciliano. A constituição da Confederação Nacional da Indústria em 1943 ilustra a evolução.

Com a chegada das hostilidades da Segunda Grande Guerra e seus intensos efeitos sobre a economia internacional e nacional, o fato da atividade industrial ser vista como um fator estratégico para o desenvolvimento nacional torna-se senso comum no círculo do poder governamental e civil, reforçando e divulgando uma nova mentalidade desenvolvimentista em dirigentes civis até então arredios, inclusive à aceitação da qualificação urgente da mão-de-obra e o estabelecimento de novos critérios de exploração da mão-de-obra operária pelo capital industrial nacional.

Ainda havia a resistência dos industriais em relação a contribuição paga ao IAPI por empregado e a disponibilização de aprendizes para frequentarem o recém-criado SENAI. Numa circular do CIESP dirigida aos seus associados²⁴⁴ é transcrito o depoimento do industrial Octávio Pupo Nogueira²⁴⁵, utilizada como propaganda do SENAI aos industriais com o objetivo de obter apoio às iniciativas da nova entidade, pois possivelmente Roberto Mange e sua equipe ainda encontravam grandes dificuldades para obter a plena aceitação do SENAI no meio empresarial.

Assim propagandeava o CIESP,

“Desejamos chamar a atenção de Vv.Ss. para os termos dessa comunicação, que segue abaixo, na qual o orador fez uma brilhante síntese do trabalho que está realizando o Departamento Regional do SENAI: “Em companhia do Professor Roberto Mange visitei as instalações do SENAI e devo confessar, com a alma alevantada, que não sei se em nosso país se fez obra maior e mais bem feita. Percorremos as suas instalações, é verdade que rapidamente, mas o Dr. Mange tem espírito de síntese e ele mostrou o que o SENAI está fazendo é grandioso. Eu creio que a taxa paga pelas indústrias é muitíssimo bem paga. Graças ao SENAI teremos ensino técnico lançado me bases tais que abrange a própria alma do trabalhador. Vejo, depois dessa visita, que as críticas feitas ao SENAI são absolutamente insubsistentes. O trabalho realizado pelo SENAI será profícuo e grandioso e graças a ele, repito, o Brasil terá mão de obra eficiente, como convem. Acho que todos devem ir em peso conhecer o SENAI e prestar todo concurso preciso. Não é excesso de entusiasmo, é a pura verdade. O Dr. Mange é um alto e claro espírito que já tinha em seu o trabalho realizado nos Centros de Seleção das estradas de ferro. Em, São Paulo, nenhum industrial pôde negar seu concurso moral e material a esta obra.”

Foi principalmente nas medidas governamentais que se manifesta o novo espírito – industrialização, auto-suficiência, intervencionismo, planejamento.” BUESCU, Mircea. *Guerra e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Apec, 1976. p.132.

²⁴⁴ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: V.1 Circular Nº 76/43, 12/05/1943 (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP).

²⁴⁵ Secretário-Geral do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem naquele ano (1943).

*Levando ao conhecimento de Vv.Ss. os termos desse depoimento, tão honroso como confortador para os dirigentes do SENAI, confiamos que todos nossos associados procurarão, na medida de suas forças, contribuir para que as atividades desse organismo sejam cada vez mais, conhecidas entre os operários e industriais, pois que ambos procura beneficiar.*²⁴⁶

O depoimento revela sem sombra de dúvida o ainda desconhecimento e desconfiança dos industriais sobre a natureza e os objetivos SENAI, normal para uma instituição que se iniciava e organizava, além das muitas críticas centradas na questão da nova taxa que incidia sobre a folha de pagamentos das indústrias.

Os obstáculos iniciais enfrentados pelos técnicos do SENAI eram consideráveis e não eram poucos, obrigando novamente o CIESP a fazer uso da figura e da envergadura profissional do suíço Roberto Mange, não por acaso diretor regional do SENAI-SP, o mais importante do país.

Em outro documento da Superintendência do Ensino Profissional dos anos da Guerra, as autoridades estaduais anunciavam que os tempos eram excepcionais e, portanto, caberia ao ensino profissional se adaptar a esta “situação essencialmente anormal” causada pela entrada do Brasil na 2ª Grande Guerra.

A Superintendência justificava e descrevia a mobilização que atingia as Escolas Profissionais,

*“O que importa é apenas vencer. Subvertem-se normas de trabalho, convulsiona-se o sistema econômico-financeiro, as próprias instituições públicas norteiam seus serviços para novos rumos, sem outro intuito senão o da defesa nacional”.*²⁴⁷

Para as autoridades estadonovistas não havia tempo a perder e, se as escolas profissionais oficiais estavam engajadas no esforço de guerra, não era de se esperar outra coisa que não fosse também a voluntária adesão das entidades patronais e dos trabalhadores que deveriam estar dispostos a abrir mão dos seus direitos trabalhistas, além

²⁴⁶ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: V.1 Circular Nº 76/43, 12/05/1943 (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP)

²⁴⁷ CPDOC/FGV OAcP 1931.09 25/1 - “Plano de Mobilização das Escolas Profissionais para Colaboração no esforço de Guerra Nacional” -Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

do engajamento do recém criado SENAI. Esta conjuntura acelerava mais ainda a estruturação da instituição de aprendizagem industrial naqueles anos de crise.

Por sua vez a FIESP, no calor da hora, anunciava em comunicado aos seus associados e para a grande imprensa em geral os Cursos de Preparo da Mão-de-obra e os Cursos de Emergência (também chamados *Extraordinários*)²⁴⁸ para a indústria de Guerra no SENAI de São Paulo.

O autor do comunicado destaca o moderno processo de seleção profissional e o tipo de formação profissional que seria adotado pela nova entidade, para

*“dar maior eficiencia aos cursos, pois, elementos bem selecionados, de acordo com suas aptidões, mais facil e mais rapidamente atingirão boa eficiência no trabalho. A formação sistemática de aprendizes de oficio garantirá a recompensa e a ampliação dos quadros de operários qualificados.”*²⁴⁹

Também, sobre o esforço de guerra, o documento da FIESP afirmava que o plano de emergência não afetaria o rumo original traçado pelos dirigentes do SENAI, principalmente a execução do seu programa normal de aprendizagem e aperfeiçoamento dos industriários.

Porém, verificamos que esta adaptação do SENAI à situação de Guerra obrigou a um adiamento nos seus objetivos maiores para com a aprendizagem industrial. Portanto, o SENAI foi afetado no cumprimento da razão de ser da sua existência institucional por algum tempo naqueles seus primeiros anos excepcionais.

O comunicado reafirmava a parceria do SENAI com a rede oficial de ensino profissional, com o objetivo de otimizar toda a capacidade do ensino profissional existente naquele momento para o plano de mobilização econômica durante a Guerra.

Poucos dias antes do Brasil declarar o Estado de Guerra às potências do Eixo, a FIESP se manifestava oficialmente sobre o tema nos seguintes termos,

²⁴⁸ “O plano de emergencia caracteriza-se pela organização imediata de cursos de preparo monotecnico, de curta duração, a serem realizados nas diversas escolas profissionais, oficiais ou particulares, existentes no Estado, sendo que o governo do ilustre sr. dr. Fernando Costa já prestou valiosa colaboração, permitindo que as escolas profissionais estaduais sejam utilizadas para esse fim, nas horas em que seu equipamento se acha disponível.” CPDOC/FGV GCg 41.09.13 I-10 FIESP/SENAI22/09/1942.

²⁴⁹ CPDOC/FGV GCg 41.09.13 I-10 FIESP/SENAI 22/09/1942.

*“Produzir o máximo para a guerra! Assim, no Brasil, é visível a tendência de exportar, principalmente artigos vitais, tais como os minerais, os óleos, e as fibras vegetais para os Estados Unidos [...] O povo americano está fazendo sacrifícios! A situação geral nos Estados Unidos cria problemas sérios para a indústria e o comércio da América Latina. Grandes sacrifícios serão impostos à nossa economia ainda tão frágil [...] Entretanto, esses sacrifícios não serão impostos unicamente no Brasil, porquanto os Estados Unidos os estão sofrendo numa medida ainda maior.”*²⁵⁰

Com o discurso “entusiástico” da FIESP lançando o grito de ordem “produzir o máximo para a guerra” e de citar o “sacrifício” do povo americano, implicitamente a entidade patronal da indústria paulista preparava o terreno para justificar a sobre exploração que estava por vir ao conjunto da classe trabalhadora brasileira, com a anuência do Governo Federal. Mas, tanto Governo como FIESP, omitiam o fato da classe operária nacional já experimentar um permanente “sacrifício” antes e durante as leis trabalhistas outorgadas pelo Regime Vargas. Aliás, uma simples comparação entre o padrão de vida do operariado norte-americano e do brasileiro, mesmo no contexto da guerra, já demonstraria a fragilidade econômica e penúria social deste último.

Mas eram tempos de Guerra. E a demanda por alguns insumos agrícolas, minerais e outras matérias-primas produzidas no Brasil passa a contar para o esforço de guerra Aliado, assim como alguns produtos manufaturados já produzidos pela incipiente indústria nacional para suprir a ausência dos tradicionais fornecedores americanos e europeus envolvidos na produção bélica. Destaca-se neste item a produção têxtil brasileira para os mercados da América Latina, África e outros.

Neste quadro econômico de crescente demanda externa e interna por produtos industrializados, nossas médias e poucas grandes indústrias eram marcadas por equipamentos obsoletos e operavam no limite da sua capacidade. Ficava evidente que os acordos internacionais firmados pelo Brasil com os Aliados iriam na realidade sacrificar muito mais o nosso mercado interno e a capacidade de consumo da maioria da nossa população, aumentando o preço da cesta básica e dos produtos populares, bem como, nossos industriais com o apoio das autoridades e subserviência dos sindicatos operários controlados pelo Ministério do Trabalho forçaram o máximo de esforço do operariado

²⁵⁰ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 2 Circular nº 157/42, 27/08/1942 (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP).

urbano nacional utilizando o expediente de longas jornadas de trabalho nas indústrias consideradas estratégicas, gerando altíssimos lucros para os empresários do ramo, principalmente os do setor têxtil²⁵¹, para compensar a baixa produtividade e desperdício gerado por uma maquinofatura ultrapassada.

Tabela 2 - Crescimento do Produto Industrial Brasileiro (1929 e 1940 a 1949)

ANO	INDICE (1939=100)	TAXA ANUAL(%)	TAXAS MÉDIAS DECENAIS. (%)
1929	53,6	-2,4	
1940	102,3	2,3	
1941	112,5	10	
1942	112,2	-0,3	
1943	127,1	13,3	
1944	140,7	10,7	7,2 (Guerra)
1945	146,9	4,4	
1946	170,7	16,2	
1947	177,2	3,8	
1948	194,6	9,8	
1949	213,8	9,9	8,00

Fonte: Adaptado de Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Figura 5 - Gráfico do crescimento do Produto Industrial Brasileiro (1929 e 1940 a 1949)

Fonte: Adaptado de Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

Apesar dos bons resultados do setor industrial e da economia brasileira como um todo desde a década de 1930, e do relativo crescimento do produto industrial

²⁵¹ STEIN, S.J. *Origens e evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

mesmo nos anos da Segunda Guerra, o esforço de guerra expôs as limitações da nossa economia, principalmente o grande atraso tecnológico e a fragilidade financeira, obrigando os EUA a estabelecer uma parceria com o Governo brasileiro com o intuito de aumentar nossa capacidade produtiva via “organização racional da produção”.

Neste contexto da declaração de guerra do Brasil chegava ao país a Missão Técnica Industrial Norte-Americana, chefiada por Morris L. Cooke, no 2º semestre de 1942, para estudar o potencial de desenvolvimento industrial e de outros setores da economia do país. Tal iniciativa assumia grande importância principalmente pela divulgação da ideia de planejamento econômico de longo prazo visando o desenvolvimento econômico do Brasil, influenciando inclusive futuras políticas econômicas e modelos de planejamento governamental dali para frente.

Sobre os objetivos da “Missão Cooke”, assim anunciava a FIESP:

*“Vem ao nosso país estudar as nossas possibilidades de incrementar a produção industrial, de forma a diminuir nossas importações, incrementar o nosso potencial econômico, e, eventualmente, aumentar nossas exportações de produtos manufaturados.”*²⁵²

Em 1º de dezembro de 1942, em texto de Morris L. Cooke ao Presidente do EUA Franklin D. Roosevelt, além dos já citados objetivos da missão o técnico estadunidense levava ao conhecimento do seu Presidente os principais resultados daquele amplo estudo e expunha o ponto de vista dos técnicos e estudiosos americanos sobre o estado da indústria brasileira e do tipo de mão-de-obra existente no nosso mercado de trabalho naquela ocasião.²⁵³

Sobre o trabalhador nacional, Morris Cooke observou, e era confirmado pelos os próprios técnicos brasileiros envolvidos na Missão, que “parte substancial da população do Brasil é subnutrida e insuficientemente educada”²⁵⁴

O relatório da Missão, fruto do intenso trabalho de análises e diagnóstico da economia brasileira durante a Guerra, realizado por uma equipe de técnicos norte-

²⁵² *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 2 Circular nº175, 22/09/1942 (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP).

²⁵³ COOKE, Morris L. *A Missão Cooke no Brasil*: relatório dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América pela missão técnica americana ao Brasil. Rio de Janeiro: s.n., 1949 (trad. CEPB da FGV) p.15.

²⁵⁴ COOKE, M.L. op. cit. p.15.

americanos liderados pelo já citado M.L. Cooke, e também auxiliado por mais de cem técnicos brasileiros chefiados por João Alberto L. de Barros, em poucos meses examinaram as falhas e falta de maturidade da estrutura industrial do Brasil, assim como formulou recomendações para a sua correção.²⁵⁵

Sobre nossa indústria, afirmou Cooke neste Relatório,

*“Nos seus estabelecimentos industriais a produtividade é baixa, restando, ainda, muito que aprender com relação ao traçado ou planejamento de fábricas, obras de engenharia e desenho de produtos. Há grave escassez de engenheiros e técnicos especializados. Em face da escassez de capital e mão de obra industrial, as atuais leis e formas de organização econômica não são planejadas”*²⁵⁶

Especificamente sobre o ensino industrial, a Missão constatava que no item de *“formação de mão de obra especializada e contra-mestres, em escolas técnico-profissionais”*, já existia o Senai, instituição voltada à aprendizagem e mantida pelos próprios industriais²⁵⁷. Em vista disso, a Missão Cooke voltaria sua atenção para o problema da carência de técnicos especializados e engenheiros necessários para a expansão da indústria e produção nacional.

Um dos técnicos da Missão, Corwin D. Edwards, economista, descreve o quadro econômico brasileiro e, entre os principais problemas básicos para o desenvolvimento do país, identificava no desequilíbrio regional que atraía crescente número de migrantes do norte-nordeste brasileiro para as indústrias do centro-sul o principal problema do nosso mercado de mão de obra, composto por trabalhadores sem a mínima qualificação. Completava o economista estadunidense,

*“Em primeiro lugar, há falta de aperfeiçoamento educacional e de aprendizagem técnico-profissional, necessária às ocupações mecânicas mais difíceis, bem como para contra mestres, capatazes, contadores, engenheiros e outros especialistas [...] Um fator importante que influi na redução da produtividade da mão de obra brasileira é o baixo nível de salários que acarreta um baixo padrão de vida.”*²⁵⁸

²⁵⁵ COOKE, M.L. op. cit. p. 17.

²⁵⁶ COOKE, M.L. op. cit. p. 17-18.

²⁵⁷ “Iniciou-se, este ano [1942] um programa de construção de escolas profissionais, financiado por contribuições dos próprios industriais” COOKE, M.L. op. cit. p. 50.

²⁵⁸ COOKE, M.L. op. cit. p. 92.

Continuava ele,

*“Os baixos níveis de salários vigentes não proporcionam incentivo a uma alta produtividade, porque a mão de obra é tão barata que não há estímulo para economizá-la, nem compensa a adoção de processos mecanizados.”*²⁵⁹

Em artigo de 1945, Jorge Martins Rodrigues²⁶⁰ comentava a repercussão do lançamento do livro *Brazil on the March* (Brasil em Marcha) de Morris L. Cooke, produto das pesquisas e observações de Missão de Mr. Cooke, entre os anos 1942/1943. Propunha o articulista algumas questões que se colocavam sobre a mão-de-obra brasileira. Seria o trabalhador brasileiro *“o caboclo dos sertões, o caçara das praias, o proletário das cidades, o camponês das nossas fazendas e sítios, será o homem médio brasileiro intrinsecamente, irremediavelmente, inferior ao homem médio dos países mais ricos e adiantados?”*²⁶¹

A questão que o jornalista expunha fazia parte do senso comum da época, inclusive da opinião de muitos empresários, por mais estranho que possa parecer para um leitor atual.

Ao relacionar os resultados da pesquisa da Missão Cooke com o desenvolvimento inicial das atividades do SENAI, o articulista chamava a atenção para os fatores que tornavam o trabalhador comum brasileiro improdutivo ou de baixa produtividade. Estes não estariam ligados a falsas premissas de ordem racial ou moral, mas sim às condições objetivas da sua situação como, por exemplo, péssimo sistema educacional básico, má alimentação e condições de higiene, moradia e serviços de Saúde para a maioria da classe trabalhadora brasileira.

Também em decorrência de precárias condições materiais de existência, algumas decorrentes do processo histórico onde a maior parte da sociedade brasileira não usufruiu dos benefícios do capitalismo moderno e da maquinofatura. Um exemplo disso era verificado nos altos índices de analfabetismo da maior parte da população, em especial da classe trabalhadora, e não numa suposta “incapacidade inerente do povo brasileiro para o trabalho mecânico e para o trabalho criador”.

²⁵⁹ COOKE, M.L. op. cit. p.93.

²⁶⁰ Foi jornalista e superintendente da Folha da Manhã em São Paulo (1943).

²⁶¹ *Revista Industrial de S. Paulo*. Ano 1, nº8, julho de 1945, p.50.

Figura 6 - Gráfico da População do Brasil e Estado de São Paulo segundo o grau de instrução e a faixa etária, recenseamento de 1920

Fonte: Adaptado do Anuário estatístico do Brasil 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

Concluiu o autor fazendo uma pesada crítica, possivelmente endereçada às autoridades públicas federais e estaduais ligadas a área da educação profissional, onde ainda insistiam numa formação humanística neste ramo da educação, dificultando teimosamente na opinião do autor o acesso do homem brasileiro comum ao conhecimento técnico e ao contato com o mundo futuro da maquinofatura, em contraposição o recém-criado SENAI ia de encontro a este novo mundo.

Assim concluía o articulista,

*“Com as palavras do sr. Cooke o sentido da obra que o SENAI está levando a cabo ganha relevo aos olhos do leitor brasileiro que esteja a par dos esforços dessa instituição. Mas, ao mesmo tempo, destaca-se a insensatez de programas de educação profissional que, em vez de procurar ministrar instrução rigorosamente técnica, se preocupam em exigir de futuros torneiros, tipógrafos, tecelões, etc., o conhecimento de matérias complicadas, de que devem dar prova em complicados exames vestibulares. O que o nosso homem necessita, para dar mais rendimento ao seu trabalho é, além da assistência sanitária, um treino em moldes práticos, como o da Escola Técnica de Aviação, que me pouco tempo de funcionamento já preparou várias turmas, e não semi-cultura humanística que andam querendo impingir-lhe alguns programas de escolas profissionais.”*²⁶²

²⁶² Revista Industrial de S. Paulo. Ano 1, Nº8, Julho de 1945, p.51.

4.1 O primeiro formato e alguns resultados do SENAI em tempos de Segunda Grande Guerra (1942 - 1945)

Agosto e Setembro de 1942 foram dois meses decisivos que marcaram a história econômica brasileira e, por conseguinte, o início dos trabalhos do SENAI. Em agosto daquele ano Roberto Mange já estava confirmado como Diretor Regional do SENAI mais importante do país e, no mês seguinte, João Luderitz, Diretor do Departamento Nacional do SENAI, e Haroldo de Mello Silveira, recém nomeado Diretor Regional do SENAI gaúcho, eram recebidos pelo presidente da FIESP Roberto Simonsen.

Na sequência João Luderitz, experiente educador gaúcho e homem de confiança do Presidente nos assuntos relacionados ao ensino profissional, reafirmava num discurso oficial a importância do Estado de São Paulo ter sido escolhido como núcleo inicial das atividades do SENAI no Brasil e a grande expectativa do próprio Getúlio Vargas²⁶³ quanto ao início dos trabalhos da nova entidade da aprendizagem industrial.

A princípio tais acontecimentos relatados em ambientes oficiais parecem ocorrer de certa forma dentro do esperado, no entanto revelam o quanto a instituição público-privada SENAI e as nomeações dos seus diretores e conselheiros refletiam a importante aliança político-social estabelecida entre as classes dirigentes do eixo Rio-São Paulo - Minas e o núcleo político do Governo que ali estava simbolicamente representado pelos representantes rio-grandenses da nova instituição, conterrâneos de Getúlio Vargas.

Quando finalmente o Brasil oficializa²⁶⁴ sua adesão à causa aliada após o afundamento de vários dos seus navios mercantes, começam a se materializar efetivamente os cursos do SENAI e dá-se início a alguns serviços educacionais de aperfeiçoamento da mão-de-obra voltada principalmente para o operariado adulto a fim de atender demandas urgentes criadas pela Guerra sobre a economia nacional. Eram os chamados “Cursos de Emergência”, iniciados em janeiro de 1943.

²⁶³ “O dr. João Luderitz agradece, em primeiro lugar, a recepção que muito o anima a prosseguir nos trabalhos do SENAI pelos quais os o Sr. Presidente da República tem verdadeira paixão”. FIESP/CIESP - Ata da 31ª Reunião Semanal Ordinária da Diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, realizada no dia 23 de Setembro de 1942. (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada na Biblioteca do IFCH-UNICAMP), p.13.

²⁶⁴ Em 28/01/1942 o Brasil rompia relações diplomáticas com a Alemanha nazista e a Itália fascista. Meses depois, em 22/08/1942, declarou Estado de Beligerância e, em 31/08/1942, o Estado de Guerra.

Figura 7 - Cursos de Emergência do SENAI-SP (1943)

Área	Ocupação
Mecânica	<ul style="list-style-type: none"> • Limador: lima, talhadeira, serra • Furador: manual e máquina • Torneiro: de obras simples (torno horizontal e revólver) • Aplainador: plaina de mesa e limadora • Fresador: de obras simples
Trabalho em chapa e encanamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Caldeiraria leve: rebiteagem e furação • Caldeiraria leve: trabalho a máquina (corte e dobramento) • Funileiro: corte, dobramento e solda • Encanador
Ferraria	<ul style="list-style-type: none"> • Forjador de obras simples
Solda	<ul style="list-style-type: none"> • Soldador: solda elétrica • Soldador: solda oxiacetilênica • Soldador de chapa fina
Fundição	<ul style="list-style-type: none"> • Moldador • Macheiro • Forneiro
Eletrotécnica	<ul style="list-style-type: none"> • Enrolador • Instalador: luz e força • Instalador: telégrafo e telefone • Instalador: radiocomunicações • Operador: radiocomunicações
Trabalhos de madeira	<ul style="list-style-type: none"> • Carpintaria da ribeira: construção naval
Segeria	<ul style="list-style-type: none"> • Carpinteiro: segeiro • Ferreiro: ferrador (molas e aros) • Pintor
Correaria	<ul style="list-style-type: none"> • Correeiro • Estofador
Reparação de motores de combustão interna (especialização de Mecânicos)	<ul style="list-style-type: none"> • Motores a gasolina • Motores diesel • Motores de aviação • Adaptação de motores para gás pobre • Instalação elétrica para motores de explosão
Reparação de equipamento elétrico (especialização para Mecânicos e Eletricistas)	<ul style="list-style-type: none"> • Máquinas elétricas e aparelhos eletromecânicos • Aparelhos elétricos de medição, controle e uso doméstico • Aparelhos de rádio
Manutenção e condução de gasogênios	

Fonte: LEITE, Elenice M. *45 anos de educação para o trabalho: a indústria em ação*. São Paulo: SENAI-SP, 1987. p.19.

Os Cursos Extraordinários, voltados para o público jovem e adulto, na definição dos dirigentes do SENAI da época, visava atender necessidades imediatas do parque industrial brasileiro no contexto da Segunda Guerra através do aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos dos que já atuavam como operários e o preparo rápido de futuros operários.

Com duração variável ou de cinco meses, os Cursos de Emergência, mais tarde conhecidos como Extraordinários, eram divididos em Cursos Rápidos de Formação (CRF) e Cursos Rápidos de Aperfeiçoamento (CRA).²⁶⁵

²⁶⁵ Os CRFs funcionavam 4 vezes por semana, das 19:30h às 22h, geralmente com 3 horas de aulas práticas e 1 hora de aula teórica, sendo gratuitos. Os candidatos eram submetidos a uma avaliação de conhecimentos básicos para direcioná-lo ao curso mais adequado ao seu perfil. Já os CRAs, objetivavam aperfeiçoar o conhecimento dos operários já empregados, funcionavam também no período noturno e eram gratuitos. Aconteciam somente 3 vezes por semana das 19:30h às 22h. Na admissão para os CRAs a idade mínima era de 18 anos, os alunos passariam por provas de conhecimento mínimo a fim de direcioná-los corretamente à sua especialidade. Seriam ministradas aulas de desenho técnico, tecnologia, português, matemática e

Na tabela abaixo, temos uma visão de alguns dos resultados destes cursos que marcaram os trabalhos iniciais do SENAI-SP. Ali já havia indícios de um dos principais futuros problemas que Roberto Mange e os demais diretores regionais do SENAI se defrontariam nos anos seguintes.

Tabela 3 - CURSOS EXTRAORDINÁRIOS (de 18 de Janeiro a 15 de Dezembro de 1943): MOVIMENTO DOS CURSOS **CRF** (Cursos Rápidos de Formação) & **CRA** (Cursos Rápidos de Aperfeiçoamento)

Curso Rápido de Formação					
ESCOLA(S)	CURSOS	INSCRIÇÕES	MATRICULAS	CONCLUSÕES	APROVAÇÃO
ETGV, IDB, EPJM	LIMADOR	690	258	173	157
ETGV, IDB	TORNEIRO	562	164	112	97
IDB	SOLDA ELÉTRICA	72	26	17	13
ETGV	SOLDA OXIACETILÊNICA	230	67	49	43
ETGV	MOLDADOR	107	30	13	13
SUBTOTAL		1661	545	354	323
Curso Rápido de Aperfeiçoamento					
ETGV, IDB, EPJM	LEITURA DE DESENHO	507	167	101	101
ETGV	DESENHO TECNOLÓGICO	17	13	5	5
ETGV	MECÂNICO DE BANCADA	164	96	50	50
ETGV	OPERADOR MECÂNICO	171	109	46	46
ETGV	ELETRICISTA	53	32	9	9
SUBTOTAL		912	417	211	211
TOTAIS	CRF + CRA	2573	962	565	534

SIGLAS: ETGV (Escola Técnica “Getúlio Vargas”); IDB (Instituto “Dom Bosco”); EPJM (Escola Profissional “Dr. Júlio de Mesquita”).

NOTA: Os candidatos inscritos nos diversos cursos foram submetidos à seleção, a fim de se escolher os que podiam ser matriculados de acordo com seu preparo e atendendo aos lugares disponíveis.

Fonte: Adaptado de SENAI-SP *Relatório do Departamento Regional de São Paulo de Setembro de 1942 a Dezembro de 1943*. Apresentado ao Sr. Dir. do Depto.Nacional do SENAI Eng.João Luderitz pelo Dir. do Depto. Regional Eng.Roberto Mange. (S.Paulo, 14 de fevereiro de 1944).

Podemos notar que do total de 2.573 matrículas de ambos os Cursos Rápidos, após passarem pela seleção segundo os critérios propostos de adequação com seu preparo e atendendo aos lugares disponíveis, somente 37,5% dos candidatos tiveram suas matrículas aceitas e, dos que foram matriculados, aproximadamente 58% concluíram os cursos e 55%, pouco mais da metade, foram aprovados. Se compararmos as porcentagens em relação ao total de matriculados de cada Curso Extraordinário (os CRFs e os CRAs,), podemos observar que os percentuais de operários concluintes e aprovados de cada Curso Rápido são bem próximos aos totais gerais que acabamos de comentar.

Supomos serem estes resultados devidos ao excessivo rigor dos critérios da matrícula, mas mesmo somente isso não explicaria após tamanha “peneira” percentuais tão modestos de concluintes e aprovados. Podemos levantar a hipótese de que fatores educacionais e culturais de ordem externa, como níveis médios de conhecimentos básicos da população trabalhadora e suas condições de acesso a bens culturais interferiram nestes primeiros resultados do início do funcionamento do SENAI-SP. Mas o fato foi que tais números incomodariam Roberto Mange e outros funcionários do SENAI nos anos seguintes da instituição.

Na administração pública e nas entidades de classe dos industriais o clima da Guerra começava a fazer parte não só discursos, mas passava definitivamente a determinar os rumos da economia brasileira e do seu mundo do trabalho²⁶⁶. O Governo cria a Coordenação da Mobilização Econômica que passa a tentar coordenar os recursos materiais e humanos via intervenção estatal, militarizando as relações de produção e permitindo a sobre exploração do operariado²⁶⁷ urbano no auge da chamada “Batalha da Produção”, pois a acumulação de capitais passou a apoiar-se cada vez mais na intensificação da exploração do trabalho humano, já que o aumento da produtividade via aperfeiçoamento e investimento em maquinário e equipamentos importados estava quase impossibilitada com a Guerra.

De fato a CME (Comissão de Mobilização Econômica) visou envolver toda a economia e sociedade brasileira dentro de um ponto de vista de uma economia de guerra tendo em vista garantir no plano externo o apoio econômico aos Aliados e, no interno, garantir o abastecimento de produtos e mercadorias básicas para a sobrevivência da população brasileira durante o conflito através do controle de preços, regulação de estoques, planejamento da produção e meios de transporte, questão energética entre outros tantos assuntos.

²⁶⁶ CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra Sem Guerra: A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000. Cap. 10.

²⁶⁷ Decreto-lei N° 4.750 de 28 de Setembro de 1942. Destacamos principalmente: “Artigo 1º Ficam mobilizados, a serviço do Brasil, tôdas as utilidades e recursos econômicos existentes no território nacional, seja qual for a sua origem, caráter, propriedade ou vínculo de subordinação; Parágrafo único: Inclui-se na mobilização o trabalho humano; Artigo 3º Ao Coordenador da Mobilização Econômica, como delegado do Presidente da República, competem, em geral, as atribuições de coordenação indispensável para: [...] V - intervir no mercado de trabalho, determinando a utilização de mão-de-obra, no tempo e no lugar próprios.” BARROS, João Alberto L. de (Coordenador) *Economia de Guerra no Brasil: O que fez a Coordenação da Mobilização Econômica*. Vol. 1 (Setor Transportes, Combustíveis e Carburantes). C.M.E.[S.l.].

Getúlio Vargas, em discurso proferido durante sua visita à 2ª Feira Nacional das Indústrias em São Paulo ²⁶⁸, reafirmava o objetivo do Regime em consolidar as bases de um desenvolvimento econômico robusto que naquele momento de incertezas geradas pelo conflito internacional, tornando mais urgente e de maior responsabilidade a tarefa dos administradores públicos e do empresariado nacional os quais deveriam se submeter aos desígnios maiores da Nação sob a autoridade do regime do Estado Novo.

Assim discursou Getúlio,

*“Estou falando a homens de iniciativa, habituados a encarar os fatos com espírito prático. Ser-lhes-á fácil alcançar as dificuldades do momento em todos os países civilizados. Os tempos que correm são duros e exigem compreensão e solidariedade. [...] A perigos desta natureza conseguimos, felizmente, forrar-nos, adotando um regime que corresponde às características primordiais da nossa formação histórica e se revela o instrumento mais eficiente de disciplina e de ordem que poderíamos utilizar, numa época de profundas perturbações, quando o mundo civilizado sofre abalos violentos e as conseqüências de uma transformação rápida dos valores estabelecidos.”*²⁶⁹

O operariado nacional também entra nesta equação, mesmo que compulsoriamente, trabalhando em prol da Pátria ameaçada e confiado na liderança do Chefe de Estado e dos seus colaboradores do setor empresarial. Logicamente estamos falando de um momento político no qual os sindicatos e as vozes discordantes do operariado são censurados e vigiados pela polícia política do Regime, mas mesmo neste clima político autoritário, o Governo também está obrigado a tomar certas precauções no setor produtivo para impedir o desabastecimento e/ou carestia da cesta básica e dos bens de consumo essenciais do operariado urbano.

Em São Paulo o Interventor Federal Fernando Costa havia cedido os prédios e equipamentos das escolas profissionais paulistas para que o SENAI desse início aos cursos de Emergência nos horários em que estas escolas não estivessem funcionando e, da parte dos empresários, houve doações de matéria-prima e insumos necessários para tornar possível o ensino naqueles anos iniciais do SENAI.²⁷⁰

²⁶⁸ VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*: Vol. IX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, p.141-146.

²⁶⁹ VARGAS, Getúlio. Op.cit. p.143, 146.

²⁷⁰ FIESP/CIESP - Ata da 28ª Reunião Semanal Ordinária da Diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, realizada no dia 02 de setembro de 1942. (**antiga** Biblioteca Roberto Simonsen depositada no IFCH-UNICAMP), p.8-9.

A dificuldade para se encontrar técnicos e professores no início dos trabalhos dos primeiros SENAIs (SP, RJ, MG e RS), era semelhante para todas as unidades regionais. A crescente demanda proporcionada pelo crescimento da instituição voltada para as regiões mais industrializadas do país naquele momento, obrigou o SENAI nacional a fazer uso de artifícios legais que permitissem que técnicos e professores, já funcionários públicos da esfera federal, exercessem sem caracterizar acúmulo de cargos a sua profissão em horários alternativos no SENAI.

João Luderitz, Diretor do SENAI Nacional em 1945, diante do quadro de completa falta de profissionais qualificados para exercerem cargos de direção na instituição, apela ao Ministro da Educação de Saúde Pública Gustavo Capanema requisitando estes profissionais do Ministério para trabalharem no SENAI sem prejuízo da lei.²⁷¹

Em São Paulo Roberto Mange e seus colaboradores do SENAI regional, ao mesmo tempo em que mantinham em funcionamento os Cursos de Emergência para o esforço econômico de Guerra, se desdobravam para implementar o seu projeto de educação racional e metódica no SENAI tomando decisões práticas como a aquisição de terrenos ação tornada difícil naqueles tempos de guerra em função da grande valorização do metro quadrado na cidade de São Paulo construção de prédios para as novas escolas, compra de equipamentos e recrutamento de novos quadros (instrutores e professores), assim como sua adequação para o modelo de ensino proposto pelo SENAI.²⁷²

Num primeiro relatório do período 1942/43, da Diretoria do SENAI-SP, pode-se ver que Mange iniciava a tarefa de organizar a estrutura administrativa e técnica da instituição em São Paulo e a definir os quatro principais domínios pelos quais se

²⁷¹ “Assim, tendo em vista que o Decreto-lei n. 4.084, de 6 de outubro de 1942, já permite sejam aproveitados servidores do Estado como professores remunerados da Escola de Aprendizagem da Imprensa Nacional, sem que isto constitua acumulação, solução também aplicada à Central do Brasil, tomo a liberdade de consultar a V.Excia. sobre a conveniência de ser, por Decreto-lei, definindo a personalidade jurídica do SENAI, estendida esta regalia ao mesmo, tanto em relação aos professores como aos técnicos, que dedicam parte de suas horas disponíveis a este Serviço, sendo ainda pela mesma lei autorizada, expressamente, esta entidade a requisitar os técnicos de que precisa para os cargos de direção.” CPDOC/FGV GCg 1941.09.13 III-15 (rolo 56) - Carta de João Luderitz, Diretor Nacional do Senai, endereçada ao Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema.

²⁷² Em 1943 era organizado o 1º Curso de Iniciação em Ensino Industrial para os técnicos do SENAI (futuros diretores e chefes). A contratação de professores e técnicos foi através de anúncios nos jornais e concurso público com aula teste. Anos depois, em 1948, aconteceu um Curso de Quadros na Escola Roberto Simonsen de 6 meses de duração para formar professores destinados às unidades do SENAI. Em 1950, num convênio firmado com a OIT, administradores, instrutores e professores foram mandados para cursos de treinamento em instituições de ensino profissional na Europa.

sustentaria uma entidade do porte do SENAI. Eram eles: a Divisão Administrativa, o Serviço de Cadastro e Controle, a Divisão de Seleção, a Divisão de Ensino e Orientação Profissional.²⁷³ Procuraremos a seguir, de forma sucinta, destacar algumas das principais atribuições de cada um destes domínios.

À Divisão Administrativa cabia a esta Divisão além das atividades cotidianas de correspondência, protocolo, arquivo, registro controle e ponto de todo o departamento regional, também os importantes serviços de contabilidade integrados ao SENAI nacional. Nunca é demais salientarmos a importância deste complexo trabalho de uma instituição como o SENAI tendo em vista a necessidade crescente de atender ao veloz crescimento da instituição e suas crescentes atribuições nos anos seguintes.

A Divisão de Seleção se encarregaria da organização de avaliações de conhecimentos e aptidões para selecionar os candidatos dos diversos cursos que seriam oferecidos pelo SENAI-SP, tendo como fonte inspiradora inicial o antigo material acumulado no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional. Análises profissionais com o auxílio da Inspeção Médica do Estado também foram aproveitadas para estudar as profissões e suas muitas funções existentes no ramo industrial, a fim de fornecer parâmetros para as futuras seleções e aprendizagens.

Ainda neste item, constariam pesquisas sociais que abrangeriam a situação econômico-social dos trabalhadores menores, aprendizes e operários matriculados, uma novidade para o contexto educacional da época no Brasil.

Continuava nesta importante Divisão a responsabilidade elaborar e desenvolver provas e avaliações para os candidatos de cursos regulares (trabalhadores menores e aprendizes de ofício), professores e instrutores do próprio SENAI, seleção de operários menores para a importante indústria têxtil da época e seleção de pessoal administrativo.

A Divisão de Ensino foi dividida em duas seções principais, a de Cursos Extraordinários (ou de Emergência) e a de Cursos Regulares. Os primeiros, já abordados anteriormente, eram monotécnicos e de curta duração visando preparar novos operários e

²⁷³MANGE, Roberto. Relatório do Departamento Regional de São Paulo (de Setembro de 1942 a Dezembro de 1943) apresentado ao Sr. Diretor do Departamento Nacional do SENAI, Eng. João Luderitz. São Paulo, SENAI., 14/02/1944.

“aperfeiçoar os já em serviço na indústria, para atender às necessidades urgentes, principalmente, das fábricas trabalhando para a produção de guerra.”²⁷⁴. Ainda sobre estes cursos, acrescentava Roberto Mange,

“Cêrca de 400 desenhos de Séries Metódicas foram elaborados para chegar-se, sucessivamente, às séries adequadas.

A todos os alunos dos cursos de emergência, foram ministradas, pela Inspetoria Médica, aulas de Higiene que compreendiam, também, instruções sobre pronto socorro e dietética apropriada.”²⁷⁵

Figura 8 - Dois desenhos de Séries Metódicas do SENAI

FASE DE AQUISIÇÃO DE TÉCNICAS ELEMENTARES — Peça n.º 2, da série de Metal, 2.º termo. Objetivos: ensinar a dobrar chapas e confeccionar objetos de arte ou de uso caseiro.

FASE DE ESCOLHA LIMITADA — Peça n.º 4-A, do tipo físico, série de Tecelagem, 1.º termo. Objetivos: ensino e estudo das reações do aluno nos trabalhos em que predomina a atividade motriz executiva sobre a atividade mental.

Fonte: SENAI-SP. *Cursos Vocacionais e Orientação Profissional no SENAI* Monografias SENAI N° 6. São Paulo: SENAI Departamento regional-SP, 1947. P.24.

²⁷⁴ MANGE, Roberto. Relatório. Op. cit. p. 17.

²⁷⁵ MANGE, Roberto. Relatório. Op. cit. p. 19.

A seção de “Cursos Regulares”, ainda na Divisão de Ensino, começou seu trabalho em novembro de 1943, em cinco escolas provisórias do SENAI, contando com 1.040 alunos matriculados entre aprendizes de ofício e trabalhadores menores. Suas atividades envolviam o planejamento das aulas e oficinas com detalhamento da grade curricular, didática e confecção das séries metódicas para os diversos cursos.

Uma inovadora “Seção de Desenhos e Projetos” também fazia parte desta Divisão de Ensino, responsável por um Curso de preparo para professores de desenho técnico com noções de pedagogia, fundamental pela quase completa ausência deste tipo de profissional no mercado de trabalho no Brasil dos anos 1940.

Também sob a responsabilidade da mesma Divisão de Ensino estava uma Oficina de Produção com o objetivo de fornecer material e ferramentas necessários aos diversos cursos que se desenvolviam no SENAI. Ou seja,

*“proporcionar elementos para a montagem de máquinas nas Escolas SENAI e construir o respectivo equipamento padronizado de oficina, cuja aquisição vinha se tornando excessivamente onerosa. Assim, foram confeccionados na oficina de produção do Departamento Regional, bancadas, armário para ferramentas, mesas e bancos para desenho e numerosos outros petrechos para montagem das escolas.”*²⁷⁶

Esta importante seção na montagem da estrutura organizacional do SENAI foi igualmente responsável pela manutenção e assistência técnica das instalações e seus equipamentos em cada escola, provisórias e definitivas.

Articulada à Divisão de Ensino ficava a Inspetoria de Ensino. Além de colaborar inicialmente nos trabalhos de estatística industrial, organizando o cadastro com os dados fornecidos pela FIESP e auxiliar naqueles anos iniciais nas atividades de outras Divisões, a Inspetoria ficou encarregada de procurar prédios e terrenos úteis para a instalação provisória e definitiva dos cursos da instituição.

Sua principal função se resumia em visitas de inspeção, observação e esclarecimentos nos estabelecimentos visados para a instalação de cursos provisórios ou nas empresas que requeriam isenção do pagamento ao SENAI por já possuírem cursos

²⁷⁶ MANGE, Roberto. Relatório. Op. cit. p.23.

próprios, mas que precisavam atender os critérios da aprendizagem racional e normas técnicas exigidas pelo SENAI.²⁷⁷

O “Serviço de Cadastro e Controle” pela importância e papel essencial para a própria existência do SENAI, era subdividido por três seções: de Engajamento, Cadastro Industrial e a de Controle.

A Seção de Engajamento tinha as atribuições de encaminhar a mão-de-obra qualificada à indústria; identificar as necessidades de mão-de-obra para as indústrias no que se referia ao preparo rápido dos operários e quanto ao aperfeiçoamento da mão-de-obra já empregada.

O desconhecimento de muitos industriais quanto a este serviço oferecido, talvez gerado pela desconfiança quanto a nova entidade, parece que frustrou as primeiras expectativas dos técnicos do SENAI, dado o baixo número de solicitações para a qualificação de operários.

Na Seção de Cadastro Industrial eram acumuladas todas as informações relativas ao parque industrial e suas empresas de interesse do SENAI. Informações como endereço e localização, número de operários qualificados e não-qualificados, aprendizes, e outras importantes informações fundamentais para o seu fichamento na Seção de Cadastro.

Com base no cruzamento de informações obtidas em 1942, junto a FIESP em colaboração com a Região Militar em São Paulo e dados provenientes do IAPI, esta seção do SENAI identificou várias falhas nas informações sobre os totais de indústrias e números de operários existentes em 1942 no Estado. Com base nesta constatação, a Seção desenvolveu uma série de estudos quantitativos e projeções para obter números mais confiáveis, fundamentais para a identificação das indústrias contribuintes e as necessidades por mão-de-obra qualificada para a indústria paulista.²⁷⁸

Em outubro de 1943, eram definidas as importantes atribuições da Seção de Controle nos seguintes termos:

²⁷⁷ Alguns exemplos de empresas que em 1944 fizeram este tipo de solicitação por já possuírem seus próprios cursos: Cia Nitro Química Brasileira, em S. Miguel; Dante Ramenzoni & Cia. Ltda., Capital; Cia. Nacional de Estamparia, Sorocaba; S/A Indústrias Reunidas F. Matarazzo, Capital; S/A Industrias Votorantim, Sorocaba (Votorantim). MANGE, Roberto. Relatório. Op. cit. p.25.

²⁷⁸ “Assim, o número de operários do Estado de S. Paulo seria da ordem de 530.000, dos quais cerca de 55% na Capital, ou seja, 290.000” Dados de 1942. MANGE, Roberto. Relatório. Op. cit. p.29.

- a- verificação fiscal do pagamento das contribuições devidas ao SENAI;*
 - b- controle, na indústria, do número de operários e respectiva discriminação qualitativa;*
 - c- verificação, em número e especialidade, dos aprendizes e trabalhadores menores existentes;*
 - d- orientação dos industriais quanto à aprendizagem industrial e ao SENAI.*
- [...] Essas verificações, encaminhadas à Seção de Cadastro Industrial, permitem imediata retificação da ficha de cada indústria visitada.²⁷⁹*

Podemos notar que nesta “Seção” se efetivava, numa entidade paraestatal como o SENAI, aquilo que Luiz Antônio Cunha denominou de “coerção legislativa”²⁸⁰, já que as leis federais lhe haviam outorgado o recolhimento da contribuição compulsória junto as empresas e o poder de obrigá-las empregarem certa porcentagem de menores como aprendizes nas suas fábricas.

4.2 A presença do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) nos primeiros passos do SENAI.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) adquire grande importância em qualquer pesquisa que pretenda focalizar a configuração inicial do SENAI e seu posterior desenvolvimento enquanto instituição paraestatal.

Os dados fornecidos pelo IAPI foram fundamentais para que os dirigentes do SENAI-SP pudessem ter uma dimensão da distribuição quantitativa das indústrias paulistas e de uma estimativa do seu total de empregados no nosso Estado, além de conhecer as características do parque industrial paulista e suas necessidades de mão-de-obra qualificada. Tudo isso era uma prioridade que não poderia ser adiada naquele momento inicial de afirmação da nova instituição e diante da pressão governamental sobre o meio empresarial que havia assumido a direção do SENAI.

A participação do IAPI na economia e na vida pública brasileira a partir de 1936 insere-se no contexto da política corporativista praticada pelo governo getulista com o apoio da classe dirigente industrial paulista que a partir da CNI, no plano nacional, e da FIESP em São Paulo, passam a pregar a harmonização entre capital e trabalho, mas com a contrapartida de benefícios sociais para o conjunto da classe trabalhadora urbana.

²⁷⁹ MANGE, Roberto. Relatório. Op. cit. p.30.

²⁸⁰ CUNHA, L.A. op. cit. p.45

Desde o decreto 20.465, reformulando a legislação relativa às Caixas de Aposentadoria e a incorporação destas pelo Ministério do Trabalho, o Governo passou a priorizar a questão relativa à Previdência Social, pela importância que tal questão tinha na sua política social voltada para as classes trabalhadoras. Neste período foram criados os diversos Institutos de Aposentadoria e Pensões²⁸¹ e, para o nosso estudo, o IAPI²⁸², bem organizado para os padrões administrativos da época, com uma rede de agências em diversos Estados da União e funcionários selecionados via concurso público.

O IAPI tinha seu presidente nomeado pelo Presidente da República e os recursos arrecadados e administração subordinados ao Ministério do Trabalho (Conselho Nacional do Trabalho)²⁸³, apesar de se caracterizar com uma autarquia com orçamento próprio porém dentro da lógica de centralização administrativa do Estado Novo.

No começo de 1937 a FIESP anunciava o início dos trabalhos de uma Comissão Organizadora do Instituto dos Industriários para começar um censo dos industriários em todo o Brasil, em conformidade com o artigo 15 da lei federal 367 que havia criado o IAPI. Além de servir de base para os estudos preliminares relativos às contribuições e benefícios para os industriários, serviria para organizar um cadastro nacional de empregados e empregadores da indústria brasileira.²⁸⁴

A importância e a urgência em se fazer este censo industrial pode ser percebida no apelo que a FIESP faz junto aos seus associados para que colaborassem ativamente respondendo a um questionário proposto pelas autoridades ligadas ao Ministério do Trabalho.

Em abril de 1937, novamente a FIESP convocava todos os seus associados a responderem dentro do prazo que havia sido estipulado pelo Governo. Como incentivo um funcionário da própria empresa recenseada poderia contratar ou separar um funcionário exclusivamente para fazer a contagem e organização dos dados coletados dos operários, o

²⁸¹ IAPM (Instituto de Aposentadoria dos Marítimos, 1933); IAPB (Instituto de Aposentadoria dos Bancários, 1934); IAPE (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores, 1934); IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, 1934); IAPETC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas); IAPASE (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado).

²⁸² Criado através da Lei nº 367 de 31/12/1936 abrigava os trabalhadores da indústria “*tendo por fim principal conceder aposentadoria aos seus associados e pensão aos respectivos beneficiados*” (Artigo 1º).

²⁸³ Lei nº 367 de 31/12/1936, Artigos 11º e 12º.

²⁸⁴ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº 807, 01/03/1937 (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada no IFCH-UNICAMP).

qual seria pago pela “*Comissão Organizadora do Instituto de Aposentadorias e Pensões de São Paulo*”.²⁸⁵

Mesmo depois de reiterados avisos e a exposição das vantagens em se ter um funcionário da própria empresa no lugar de um funcionário público “estranho” para fazer o censo nas fábricas, a FIESP, em junho de 1937, assim advertia seus membros para as exigências da lei relativa ao censo industrial promovida pela Comissão Organizadora do Instituto dos Industriários,

“Recebemos, hoje, um comunicado do sr. dr. João Carlos Vital, presidente da Comissão Central Organizadora do Instituto dos Industriários, no Rio de Janeiro, pelo qual soubemos que o Censo está muito atrasado.

*Assim sendo, e para afastar dificuldades, chamamos encarecidamente a atenção dos Srs. Associados, informando-os que incorrerão em uma multa de 100\$ a 10:000\$, aqueles que, por dissídia ou distração, deixarem de levantar o Censo ou de comunicar á Comissão Organizadora em São Paulo que preferem a presença de funcionarios públicos para a realização do trabalho.”*²⁸⁶

Novamente constatamos a esperada resistência do meio empresarial daquele período a qualquer tentativa de intervenção do Estado ou de suas instituições, neste caso uma autarquia, visando mapear e quantificar a atividade industrial brasileira para estabelecer um futuro sistema de previdência social para um possível planejamento da atividade econômica como um todo.

O valor dessa que foi a primeira parceria FIESP-CNI e IAPI, mais tarde revelou-se extremamente útil²⁸⁷, no início dos trabalhos estruturantes do SENAI, já que as informações coletadas pelo Instituto sobre o parque industrial brasileiro, seus números e características das suas empresas componentes, foram utilizados para o dimensionamento dos trabalhos e projetos iniciais do SENAI para a exeqüibilidade da cobrança e fiscalização

²⁸⁵ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº 815, 19/04/1937 (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada no IFCH-UNICAMP).

²⁸⁶ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº 834, 17/06/1937 (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada no IFCH-UNICAMP).

²⁸⁷ “O Censo realizado em 1937, que forneceu os dados para o equacionamento atuarial das atividades do IAPI, constituiu também a primeira tomada de contato do novo Instituto com as classes contribuintes-os empregados e empregadores da indústria. Localizando e cadastrando as empresas industriais, forneceu a Comissão Organizadora objetiva base de operações-arrecadadoras e fiscal.” QUEIROZ, J.H.S. e NÓBREGA Filho, J. L. Aspectos da Fiscalização. *Industriários-Órgão Oficial do IAPI*, Rio de Janeiro, Nº1, p.3, Fev. 1948.

das suas contribuições por meio de sua própria Seção de Cadastro Industrial²⁸⁸, encarregada desta espinhosa tarefa.²⁸⁹

Tabela - 4 - Registro estatístico de 1945 - Seção de Cadastro Industrial (SENAI-SP)

Levantamento da FIESP e do IAPI (1939)	Levantamento do SENAI (1945)
200.000 operários (São Paulo - Capital)	312.428 operários (São Paulo - Capital)
Sem informações	11.313 estabelecimentos visitados (Capital)
153.000 operários (Interior - SP)	121.346 operários (Interior - SP)
Sem informações	3.291 estabelecimentos visitados (Interior)

Fonte: Adaptado do *Informativo - SENAI*. Departamento Regional de São Paulo, Ano I, Nº 2, Dezembro de 1945.

A contribuição incidiria sobre todas as empresas industriais - com exceção daquelas que já possuísem cursos de aprendizagem aprovados segundo os critérios do SENAI - cujo total arrecadado pelo IAPI seria repassado à Confederação Nacional da Indústria que, por sua vez, distribuiria os valores para os SENAIs Regionais montarem e custearem as escolas de aprendizagem nas suas respectivas regiões. Tudo isso passou a funcionar a partir de abril de 1942.²⁹⁰

Os funcionários e órgãos fiscalizadores e arrecadatários do IAPI, os quais já coletavam a contribuição previdenciária dos industriários desde 1937, tiveram naturalmente um acréscimo de responsabilidades e volume de trabalho. Isso pode ter

²⁸⁸ “O Industrial paga ao SENAI, por intermédio do IAPI (ou outras entidades de previdência), a contribuição de Cr\$2,00 por empregado. Esse dinheiro é entregue diretamente ao IAPI. O Industrial remete ao SENAI seus aprendizes que, na Divisão de Seleção, passam por uma peneira (seleção) e, depois, são encaminhados à escola SENAI (Divisão de Ensino). Daí, já formados, voltam para a Fábrica. O Serviço de Cadastro de Controle visita as fábricas, onde presta esclarecimentos, classifica os operários e verifica a arrecadação da contribuição.” MANGE, Roberto. *A Razão de ser do SENAI* (Resumo da Conferência feita pelo Engenheiro Roberto Mange). São Paulo: SENAI-SP, 30/09/1943. p. 6.

²⁸⁹ *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol.1 Circular Nº 63/42, 22/04/1942. (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada no IFCH-UNICAMP).

²⁹⁰ “Levamos ao vosso conhecimento que a Contribuição do Serviço de Aprendizagem dos Industriários, [...] será arrecadada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, a partir de 1º de maio vindouro, de acordo com as normas desta circular. A contribuição incide sobre todos os empregadores que, na forma da legislação vigente, estão sob o regime daquele Instituto.” *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol.1 Circular Nº 63/42, 22/04/1942 (antiga Biblioteca Roberto Simonsen depositada no IFCH-UNICAMP), p.117.

gerado possível descontentamento entre estes funcionários públicos neste primeiro momento dos trabalhos do SENAI.

Figura 9 - Gráfico Funcional do SENAI

GRÁFICO FUNCIONAL DO SENAI (fig. n. 1)

Fonte: Revista Industrial de São Paulo-FIESP. São Paulo, nº 2, p.18, Janeiro/1945.

Até 1943 eram arrecadados Cr\$2,00 (dois cruzeiros) por empregado de cada estabelecimento industrial, pagando um acréscimo de 20% sobre o total as empresas com mais de 500 empregados, receita extra que visava a criação de bolsas de estudo e montagem de modernos laboratórios adequados à aprendizagem industrial. De 1944 em diante, em virtude do processo inflacionário e da defasagem entre a arrecadação do IAPI e os custos para o seu funcionamento e manutenção, o SENAI obteve das autoridades federais a alteração dos valores da sua arrecadação para 1% sobre o montante das folhas de pagamento²⁹¹ das empresas, mantido o adicional de 20% para os estabelecimentos com um número superior a 500 empregados. Os estabelecimentos com escolas próprias de aprendizagem pagariam 1/5 da contribuição a que estariam sujeitos e, novamente, acréscimo de 20% a mais para as firmas com mais de 500 empregados.

²⁹¹ Decreto-lei Nº 6.246 de 05/02/1944.

A estrutura descentralizada do SENAI também se refletia no repasse da receita arrecadada, pois 85% do total da arrecadação de cada Departamento Regional ali permanecia, enquanto 15% era entregue ao Departamento Nacional do SENAI.

No seu início, o SENAI diante da extrema dependência da fiscalização do IAPI e do recebimento dos dados coletados por aquela autarquia, adotou uma postura autônoma e, já em 1943, havia desenvolvido seções como a de *Cadastro Industrial* e a de *Controle* que verificavam e fiscalizavam as contribuições da indústria ao IAPI e o seu correto repasse à aprendizagem industrial, orientação aos industriais no que dizia respeito à aprendizagem dos operários e, o que desenvolveremos a seguir, um controle quantitativo e projeções estatísticas sobre o crescimento e as necessidades de mão-de-obra qualificada e semi-qualificada da indústria brasileira.²⁹²

Desde 1943 o SENAI havia criado uma função específica, o Agente de Cadastro. Inicialmente responsável pelo cadastramento e fiscalização das indústrias para o controle do recolhimento das contribuições para a Aprendizagem Industrial. Posteriormente estes agentes, diante da resistência e desconfiança dos industriais em cederem seus aprendizes aos cursos do SENAI ou simplesmente enviarem os menos aptos para os cursos, fizeram com que o SENAI desenvolvesse outro tipo de corpo de funcionários conhecidos como “visitadores industriais”, uma espécie de relações públicas e responsáveis por divulgar os objetivos e o sentido daquela instituição e de como aproveitar os seus recursos para os projetos industriais privados.

É de grande valia reproduzir abaixo a narrativa acerca do trabalho e resultados destes “visitadores industriais” para compreendermos a importância destas atividades complementares do próprio SENAI ao trabalho institucional do IAPI. Pois por meio de Seções como a de Cadastro e Controle, com atribuições específicas, o SENAI obteve o alcance e legitimidade que adquiriu posteriormente junto ao meio empresarial.

“depois de dizer ao industrial o que é o Senai e de informá-lo a respeito de suas realizações e do que ainda pretende fazer, o Visitador procura esclarecer as dúvidas por ele apresentadas, convidando-o, a seguir, a visitar uma das Escolas Senai, a fim de que o próprio industrial possa constatar a realidade [...]”

²⁹² Um exemplo disso foi o resultado de um levantamento cadastral da indústria em São Paulo no qual o SENAI constatou um decréscimo no número de estabelecimentos industriais, mas também um aumento no número de empregados operários. *Informativo SENAI*, São Paulo: Ano 1, Nº 4, Fevereiro/1946.

Aliás, muitos industriais - segundo eles mesmos confessam vêem o SENAI com certo ceptismo. Mas essa dúvida se desfaz imediatamente logo que são devidamente elucidados [...] Passa, então, a olhar o SENAI como uma entidade criada e mantida por eles, que se destina a atender a seus próprios interesses e que aplica de modo proveitoso o dinheiro que recebe.

*[...] o fato de que muitos dos industriais visitados, e que até então estavam em falta com o SENAI, quer a respeito de contribuições, quer quanto ao encaminhamento de menores à Escola, após a visita, sem que se mencione diretamente nada sobre o assunto, se prontificam, espontaneamente, a satisfazer os seus compromissos legais, pois vêem que estão trabalhando em causa própria.*²⁹³

É revelador para a nossa análise destacarmos que o autor deste artigo de uma publicação oficial da indústria paulista, sutilmente diminui o grau e a importância da desobediência a uma lei federal praticada por parte dos empresários mesmo após 5 anos da criação do SENAI. Muitos industriais permaneciam céticos em relação aos objetivos da sua própria instituição de aprendizagem industrial, sonegavam a contribuição devida e não encaminhavam os menores para os cursos! Mas a revista atenua esta atitude insurgente de vários industriais alegando que, após a vinda dos visitantes industriais, os citados empresários espontaneamente caíam em si após serem convencidos de que o SENAI trabalhava para o progresso da sua empresa como um todo.

Portanto a atividade pedagógica do trabalho do SENAI teria uma dimensão que não se limitaria ao aprendiz e aos operários. Para educadores como Roberto Mange e João Luderitz o SENAI também deveria persuadir boa parte dos conservadores empresários nacionais da necessidade submeter os seus interesses imediatos aos objetivos maiores da classe industrial representada por seus sindicatos e federações que atuavam como interlocutores privilegiados nas decisões econômicas tomadas pelo regime varguista, principalmente durante a década de 1940.

Toda esta coleta de dados e a experiência adquirida naqueles primeiros anos da instituição permitiram, em abril de 1949, pouco mais de sete anos após a criação do SENAI, que Roberto Mange publicasse um estudo²⁹⁴ no qual analisava as necessidades do país quanto à mão de obra qualificada para a indústria e o tipo de ação do SENAI neste quadro, assim como propunha algumas medidas futuras relativas à aprendizagem industrial.

²⁹³ *Informativo SENAI*, São Paulo: Ano II, Nº 21, Julho/1947. p.4.

²⁹⁴ MANGE, Roberto. *Planejamento e Administração Unificada da Aprendizagem Industrial no Brasil*. São Paulo: Departamento Regional SENAI-SP, 1949.

Segundo seus cálculos, para um quadro de aproximadamente 300.000 operários qualificados (dados de 1949), era necessário conservar e ampliar em torno de 6,6% deste total de operários, ou seja, 20.000 jovens artífices deveriam anualmente ingressar no mercado de trabalho. Para 1/4 deste total de jovens artífices, cerca de 25%, haveria uma formação profissional mais eclética e de melhor qualidade (em *extensão e profundidade*). Para a maior parte deste mesmo grupo, em torno de 3/4, teriam uma formação profissional de nível menos elevada, mas com alguma especialização ou uma formação curta e monotécnica.

Por esta conta caberia ao SENAI, segundo Mange, formar cerca de 15.000 aprendizes devidamente preparados que juntos aos 5.000 formados “em profundidade” pela rede de escolas industriais oficiais²⁹⁵, poderiam suprir as necessidades anuais de mão-de-obra qualificada do parque industrial brasileiro.

Figura 10 - Diagrama do Campo de Ação das Escolas Profissionais

Fonte: MANGE, Roberto. *Planejamento e Administração Unificada da Aprendizagem Industrial no Brasil*. São Paulo: Departamento Regional SENAI-SP, 1949. p.9.

A relação do SENAI e as demais escolas profissionais oficiais seria de complemento e não de competição, segundo Mange e os dirigentes do SENAI nacional que

²⁹⁵ Federais e Estaduais e particulares reconhecidas pelo Ministério da Educação.

faziam questão de delimitar e diferenciar a área de atuação de cada organização do sistema educativo profissional. Conforme exposto no diagrama acima (Fig. 10). As escolas de aprendizagem do SENAI formariam a mão-de-obra qualificada para suprir as necessidades técnicas imediatas da indústria, são as duas áreas laterais do diagrama, enquanto à rede de escolas industriais oficiais caberia a tarefa de formação profissional correspondente à área central do diagrama:²⁹⁶

Porém a evolução da atividade econômica e industrial do Brasil pós Segunda Grande Guerra mostraria que, no ambiente de intensas disputas daquele período da nossa história política e de um planejamento econômico ambíguo baseado somente na ideia motora de substituição de importações mostrou que, em vez de complementar, a aprendizagem industrial do SENAI iria adquirir uma autonomia cada vez maior como órgão de ensino profissional das indústrias. Sua flexibilidade e pronto atendimento aos reclamos das necessidades de mão-de-obra da burguesia industrial, tornaram esta instituição paraestatal a hegemônica e referencial no que dizia respeito ao ensino industrial como um todo, inviabilizando os cursos básicos industriais e a sua rede de escolas oficiais²⁹⁷, anteriormente confirmadas na Lei Orgânica do Ensino Industrial, conforme previsto no Decreto-lei nº 4.073 (30/01/1942), editado poucas dias após outro que antes criara o SENAI.

O IAPI e o SENAI, para os padrões administrativos da ditadura do Estado Novo centralizador, esbanjavam autonomia administrativa e liberdade de ação nas suas respectivas áreas de atuação²⁹⁸. Entretanto, não podemos deixar de notar o protagonismo do Estado brasileiro e do seu projeto nacionalista autoritário bem presentes, se mostrando claramente pelo fato de o SENAI estar a mercê da boa vontade do Governo em executar-lhe serviços tão essenciais para o seu funcionamento como o realizado pelo IAPI, uma autarquia da Previdência social sob controle da Presidência.

²⁹⁶ MANGE, Roberto. *Planejamento e Administração Unificada da Aprendizagem Industrial no Brasil*. São Paulo: Departamento Regional SENAI-SP, 1949. p.9.

²⁹⁷ Neste ponto concordamos com a tese do prof. Luiz A. Cunha (CUNHA, L.A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. Op. cit. Cap. 4)

²⁹⁸ “Em 1939, essas organizações abrangiam seis institutos com um milhão e quinhentos e cinquenta mil associados, com o salário de quatro milhões e quinhentos mil contos; noventa caixas com duzentos e noventa mil associados com o salário de um milhão e cem mil contos, que distribuíram cerca de 788 mil contos de benefícios...” FREITAS, Bezerra de. A valorização do trabalhador brasileiro. *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros* (Edição Comemorativa do Regime). Rio de Janeiro, Nº 9 Ano I, p.108-112, 10/11/1941.

4.3 A educação integral do menor no SENAI.

Desde a sua criação o SENAI buscou baratear o processo de formação e reposição da mão-de-obra qualificada e semi-qualificada necessária à indústria, diminuindo com isso o custo da produção com uma oferta maior de trabalhadores mais adestrados e capazes de aumentar a produtividade das empresas.

Formalmente um dos principais objetivos do SENAI, segundo Mange, era *“elevar o nível de cultural geral, com noções de tecnologia, dos trabalhadores menores, destinados a atividades não qualificadas.”*²⁹⁹ Consequentemente a educação profissional dos menores, filhos e parentes dos trabalhadores operários, mesmo quando não empregados como aprendizes, sempre esteve presente nos trabalhos introdutórios da aprendizagem industrial daquela instituição.

O formato e o conteúdo desta educação profissional voltada especialmente para os menores da classe trabalhadora variaram e sofreram algumas experiências principalmente nos primeiros anos do SENAI.

Mas, ao findar o ano de 1947, ainda 63% das conclusões dos cursos SENAI referiam-se a cursos para o público operário adulto, principalmente os chamados Cursos Rápidos de Formação (CRF) e Cursos Rápidos de Aperfeiçoamento (CRA).³⁰⁰ Porém, concomitantemente a estes cursos, a entidade era estruturada por Roberto Mange, Euvaldo Lodi e outros dirigentes para o seu principal objetivo já estabelecido desde o Decreto da sua criação, a educação metódica e racional de menores por meio da aprendizagem industrial.

O SENAI entre 1943 e o fim da Segunda Guerra, criou algumas modalidades de ensino e aprendizagem industrial voltados para o público jovem tanto dentro como fora do mercado de trabalho. Em agosto de 1943 era iniciado o C.A.O. (Curso de Aprendizes de Ofício), para alunos com vínculo empregatício nas fábricas, e o CTM. (Curso de Trabalhadores Menores), para os demais menores com algum vínculo de parentesco com as famílias operárias. Este último constava somente de uma formação teórica das profissões e complementar ao ensino primário, sendo realizado em instalações

²⁹⁹ MANGE, R. *A Razão de ser do SENAI*. Op.cit. p4.

³⁰⁰ LEITE, Elenice M. Op. cit. p.20-21.

provisórias. Durou somente até 1946, quando em função da pressão dos empresários³⁰¹ e do elevado número de desistentes, foram extintos e ampliada a margem de 5 a 15% sobre o número total de aprendizes que deveriam ser encaminhados pelos industriais aos cursos do SENAI.

Contudo ainda predominava no SENAI, mesmo nos cursos voltados para os menores, o caráter temporário e emergencial que havia marcado a instituição nos tempos da Guerra. Em consonância com o projeto industrialista da FIESP e a ideia de uma educação integral proposta por Roberto Mange, no qual o SENAI promoveria uma “*cultura geral e profissional, em torno de uma sadia personalidade*”³⁰², em julho de 1945 eram criados os “Cursos Vocacionais” para a iniciação e orientação profissional dos menores entre 12 e 14 anos. Pouco depois, ainda em 1946, criou-se o Curso de Aspirantes à Indústria (CAI), para menores não vinculados às indústrias.

Roberto Mange e outros educadores funcionários do SENAI, dentro daquela concepção de educação integral, propunham uma formação diferencial para o tipo estudante das escolas SENAI, os quais seriam preparados através de princípios técnicos e profissionais dentro de uma ordem educativa e social adequada para um Brasil moderno e industrial que, na visão destes educadores, se firmava de forma irreversível.

Enquanto os aprendizes-empregados de 14 a 18 anos eram destinados aos Cursos de Aprendizes de Ofício para adquirirem uma formação principalmente profissional em regime de estudos e prática num período variável e horário parcial, os Cursos Vocacionais atendiam uma faixa etária que na visão dos seus idealizadores, principalmente a dos adolescentes das classes populares, era considerada um malefício ou mesmo uma praga social em razão de coincidir com o intervalo ocioso entre a conclusão do Curso Primário (12 anos aproximadamente) e o início do ingresso de muitos menores no mercado de trabalho, aos 14 anos. Seria um período no qual o malefício residiria no fato de os jovens esquecerem conhecimentos, quando os tinham, do Curso Primário público e também ficarem vulneráveis à ociosidade e ocupações inadequadas ou ilegais, deformadoras do seu caráter.³⁰³

³⁰¹ Decreto-lei 9.576 de 12/08/1946, sobre modificações das atividades educacionais do SENAI, alterando o anterior Decreto nº 4.481 de 16/07/1942. FONSECA, Celso S. Op. cit. (1º Vol.), p. 502.

³⁰² *Informativo SENAI*, São Paulo: Ano I, Nº 5, Março/1946. p. 1.

³⁰³ MANGE, R. *Cursos Vocacionais e Orientação Profissional no SENAI*. São Paulo, Departamento Regional SENAI-SP, 1947 (Monografias SENAI Nº 6).

Assim, para a liderança empresarial mais esclarecida do eixo Rio-São Paulo, o oferecimento de uma cultura geral e profissional, com uma sadia personalidade pelos Cursos Vocacionais aos filhos e parentes dos industriários e o adestramento manual básico e orientação profissional, era a uma tentativa de construção de um novo *ethos* da formação industrial na classe operária nacional e seus descendentes, via valorização, idealização e reverência à profissão abraçada pelos trabalhadores e sua valorização enquanto colaborassem para a ordem social e econômica.

O primeiro Curso Vocacional começou na Escola SENAI de Mogi das Cruzes, com duração de 6 meses a 2 anos. As disciplinas básicas como Linguagem, Aritmética, Geografia e História Pátria. Eram ministradas de forma a completar ou reforçar a base recebida no ensino primário. Também eram ministrados trabalhos práticos em oficina e outros exercícios manuais relacionados com diversas modalidades de trabalho. Somado a isso haveria a Orientação Profissional dos alunos baseada em contínuo acompanhamento pelos educadores que observariam características da personalidade, aptidões, comportamento, saúde e condições sociais de cada estudante.

Esta estruturação dos cursos vocacionais baseada neste duplo conceito Ensino / Orientação Profissional, segundo Mange, os vinculariam aos objetivos maiores do SENAI, pois o *“curso profissional constitui assim uma verdadeira fonte de recrutamento de mão de obra para a indústria e proporciona elevada probabilidade de êxito no ajustamento profissional do jovem obreiro”*³⁰⁴

As condições para a matrícula incluíam idade mínima de 12 anos e 9 meses a 13 anos e meio de idade máxima. De preferência o ingresso era para os filhos, netos, irmãos, sobrinhos, órfãos ou tutelados de empregado em estabelecimentos industriais. Outras condições eram o menor estar alfabetizado e em condições físicas e mentais normais, verificados por meio de exames médicos no próprio SENAI e prova de conhecimentos básicos.

O menor período de permanência no curso era de 5 meses para possibilitar um mínimo de preparo geral e realização de pesquisas de orientação profissional para o menor nele matriculado. Também era dividido nas unidades com duas turmas por período, revezando-se em aulas teóricas (manhã) e oficinas (tarde) para cada turma.

³⁰⁴ MANGE, R. *Cursos Vocacionais*. Op. cit. (p.9)

Todos os resultados, medições e observações do desempenho dos menores eram reunidos num “Prontuário de Orientação Profissional” para apoiar o conselho que seria ministrado pelos técnicos e educadores do SENAI relatando as possibilidades profissionais que o menor tinha diante de si na presença dos seus pais ou responsáveis.

O aluno poderia então, de posse deste prontuário, ser inscrito na Seção de Registro de Mão-de-obra Juvenil da Seção de Cadastro e Controle do SENAI, ficando a disposição dos industriais que necessitavam de menores para completar a porcentagem de aprendizes fixados em lei podendo trabalhar em “funções industriais simples”, ou ser encaminhado aos Cursos de Aspirantes à Indústria (C.A.I.) das Escolas SENAI. Outros, eventualmente, seriam orientados para atividades não industriais.

Figura 11 - Gráfico da articulação dos Cursos Vocacionais com o processo subsequente de formação profissional e o trabalho industrial.

Fonte: MANGE, R. *Cursos Vocacionais e Orientação Profissional no SENAI*. São Paulo, Departamento Regional SENAI-SP, 1947, p.8.

O projeto de Mange e seus colaboradores era ambicioso, porém dependia das condições históricas que a conjuntura econômico-social da época permitia. Tinha que equilibrar-se entre as possibilidades permitidas pelos objetivos políticos da liderança industrial e a legislação educacional do Estado Nacional brasileiro.

*“Para o futuro, prevê-se a cessação do recrutamento direto dos aprendizes pela indústria, passando êles a serem fornecidos através dos cursos vocacionais, o que implicará em grande desenvolvimento dos serviços de orientação profissional. Assim o recrutamento imediato de indivíduos já orientados cientificamente, para as várias atividades industriais, contribuirá para maior eficiência da mão de obra industrial.”*³⁰⁵

Mange expressava o que se impôs como a nova realidade do ensino profissional-industrial poucos anos depois, isto é, a hegemonia do SENAI em termos de ensino industrial. Porém isto não se deu da forma como ele desejava, ou seja, através de uma melhora ensino primário público que possibilitasse uma melhor integração com o ensino industrial ministrado aos menores pelo SENAI. Na concepção dos antigos idortianos ainda atuantes no SENAI, a disseminação dos Cursos Vocacionais pelo país teria imediatos efeitos sobre a qualidade da mão-de-obra industrial que seria contratada pelas indústrias brasileiras. Semelhantemente teria um benéfico impacto social para sanar o desperdício de valores humanos, diminuição dos casos problemas existentes entre a juventude das classes populares e contribuiria positivamente para elevar a produtividade nacional dos nossos trabalhadores.

Para Mange os Cursos Vocacionais em nada poderiam deixar a desejar em termos do padrão de qualidade e suporte social que as Escolas do SENAI já estavam construindo nos seus cursos de aprendizagem. Os alunos do Curso Vocacional também participariam de todos os benefícios e atividades oferecidos aos demais alunos do SENAI, tais como assistência médica e odontológica, ajuda alimentar-nutricional, educação física, excursões educacionais e visitas às fábricas e do serviço social por meio dos órgãos do SENAI, encarregados de cada uma destes itens. Porém estes cursos não duraram mais que três anos após a sua morte³⁰⁶, pois a deposição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo eram conseqüências das transformações na dinâmica da política interna brasileira e do

³⁰⁵ MANGE, R. *Cursos Vocacionais e Orientação Profissional no SENAI*. Op. cit. p.44.

³⁰⁶ Os Cursos Vocacionais deixariam de existir a partir de 1958.

novo ambiente internacional do início da Guerra Fria. O SENAI precisaria se adaptar a estes novos tempos de inserção do Brasil no reordenamento da economia mundial sob os princípios liberais do acordo de Bretton Woods e no novo ambiente de conflito político e social até então represado pelo regime do Estado Novo. A grande concentração industrial no Estado de São Paulo consolidada no pós guerra também via crescer a deterioração das relações entre operários e industriais gerando crescentes conflitos de interesses, greves e violentas intervenções do Governo Dutra sobre as manifestações da classe trabalhadora e sobre os sindicatos nas capitais. Esta situação culminou com a ilegalidade do PCB e aumento da influência americana sobre a política econômica posta em prática pelo Governo brasileiro a partir de então.

5 CONCLUSÃO

Em fins dos anos 1980, numa entrevista concedida para um livro institucional sobre o SENAI de Minas Gerais, Dometildes Parreiras Lopes, Conselheira Representante do Ministério do Trabalho no SENAI de Minas Gerais³⁰⁷, fez a seguinte afirmação sobre esta instituição:

*“Eu cheguei ao SENAI e me apaixonei. Vejo estes meninos tocando na fanfarra e fico assim enternecida, controlando-me para as lágrimas não caírem. Fico olhando os meninos do SENAI e pensando como a instituição é importante no atual quadro da realidade brasileira. A situação do País anda tão difícil. E vendo os meninos desfilando felizes, na banda, vou pensando neste mundo novo que se abre para eles: uma janela num universo no qual não teriam acesso não fosse o SENAI. [...] Creio na formação especializada como meio de sobrevivência digna. A qualificação vai gerar um encadeamento positivo, porque ao aprender um ofício e saber realizá-lo bem, a pessoa é capaz de obter um emprego de onde retirar seu sustento, sem precisar ficar fazendo biscates aqui e ali, numa situação precária e indefinida. Até mesmo a tranquilidade interior maior, pois a habilitação específica pode levá-la a pleitear uma condição de vida melhor, diminuindo o fantasma do desemprego que ameaça os trabalhadores: sabendo-se qualificado, sabe também que ao perder o emprego, fica menos difícil arrumar outro. [...] Eu acho mesmo que essa entidade deveria ir crescendo, crescendo até o Brasil inteiro se tornar um grande SENAI.”*³⁰⁸

Esta graduada funcionária pública federal emite uma opinião compartilhada por muitos segmentos das classes mais elevadas brasileiras. Ela repete quase uma espécie de credo e, ao mesmo tempo, uma *mea culpa* dos grupos sociais privilegiados, sabedores que na estrutura sócio-econômica do capitalismo periférico instalado no Brasil sempre os trabalhadores correram o risco de perder seus empregos sob a pouca ou nenhuma proteção governamental e, nossas classes privilegiadas não pretendendo mudar tal estado de coisas, contentam-se em ver no SENAI a possibilidade do trabalhador pobre obter qualificação profissional para que tenha “tranquilidade interior maior” para arranjar outro emprego com menos dificuldade. Ao mesmo tempo, prevalece a visão de um SENAI como abastecedor confiável de mão-de-obra qualificada, escassa no país, para as necessidades mais urgentes da economia.

³⁰⁷ MOURÃO, Eliana. *A mágica das Reuniões. História do Conselho Regional do SENAI de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SENAI-MG/SCD, 1988.

³⁰⁸ MOURÃO, Eliana Op. cit. pp.71-72.

O alívio e compensação sentidos por esta servidora do Ministério do Trabalho são tamanhos que para ela o SENAI poderia ser a chave para a solução da maior parte dos problemas sociais e econômicos do Brasil, bastaria converter ao seu padrão de eficiência todo o sistema educacional e produtivo do país.

Mas será que era este o papel reservado ao SENAI quando da sua criação pelos seus primeiros dirigentes? Homens como Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, João Luderitz, Roberto Mange, Gustavo Capanema e o próprio Presidente Vargas, tendo este último aceito o seu modelo federativo indo contra toda a lógica de administração e controle centralizado estadonovista, provavelmente viam no modelo de aprendizagem industrial proposto pelo SENAI uma importante peça para suprir o país de operários qualificados e treinados capazes de sustentar no quesito mão-de-obra o desenvolvimento capitalista industrial autônomo do país

Não podemos esquecer que os debates ocorridos no final da década de 1930 e a efetiva disputa entre as concepções de grupos no Governo e empresários industriais envolvidos com a implantação da aprendizagem industrial em todo o território nacional não teria se materializado no formato do SENAI sem o amadurecimento anterior das diversas experiências regionais do ensino profissional brasileiro.

Muitos dos educadores, técnicos, operários, empresários e autoridades governamentais que viveram direta ou indiretamente aquelas experiências de ensino-aprendizagem profissional nas suas respectivas regiões de origem, algumas citadas nos capítulos iniciais deste trabalho, estas experiências foram cruciais para a aceitação e a posterior divulgação do modelo SENAI na sociedade brasileira a partir de 1942, principalmente entre os operários e industriais, os maiores interessados.

Divulgado pela qualidade dos serviços prestados através dos seus cursos de aprendizagem e de aperfeiçoamento de operários, a longevidade e o sucesso do SENAI no Brasil contrasta muitas das instituições educacionais brasileiras. O modelo SENAI de aprendizagem industrial foi ao longo das décadas tornando-se hegemônico no ambiente da educação profissional brasileira demonstrando a viabilidade de um modelo flexível de instituição educacional o qual recebe constante aporte financeiro para manter sua expansão e sustentar sua rede de escolas no em todo o país, enquanto tenta acompanhar as contínuas transformações e necessidades do parque industrial brasileiro.

Obviamente muitas mudanças precisam ser operadas no SENAI após quase setenta anos de existência. Diversos são os novos desafios da instituição no século XXI, tais como uma participação maior e mais efetiva do conjunto dos pequenos e médios empresários e da nova classe operária, todos eles fazendo valer os seus interesses na definição dos objetivos e tipos serviços que deveriam ser prestados por este sistema educacional espalhado pelo país.

Outra questão, relacionada com a anterior, diz respeito ao porquê da atual predominância dos cursos industriais de qualificação e aperfeiçoamento, geralmente de curta duração, em lugar da aprendizagem industrial que demanda mais tempo. Caberia neste caso um debate aberto, promovido pelo próprio SENAI, entre empresários, sindicatos e Governos estaduais e federal a fim de adequar a instituição às demandas da sociedade e da nova economia.

Muitos pesquisadores ao analisarem a grande mudança econômica operada durante a Era Vargas, geralmente citam a criação do SENAI quase como consequência daquelas grandes transformações econômicas e dos grandes projetos que se materializavam como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia do Vale do Rio Doce, e a Usina de Paulo Afonso.

Porém, vimos neste trabalho que o SENAI foi o resultado de um longo processo de articulação e rearranjo das forças políticas nacionais, de grandes transformações econômicas e herdeiro de novas concepções sobre o ensino profissional que se digladiavam com o tradicionalismo educacional que resistia à modernização do país e a uma maior participação das camadas populares nos rumos da nação.

De fato, em termos de educação para as massas, o Governo ditatorial de Getúlio Vargas pouca coisa pôde fazer para transformar o quadro que se apresentava na educação nacional. As composições e alianças políticas que fez para se equilibrar no poder e o encastelamento de grupos político-ideológicos reacionários no Ministério da Educação, impediram medidas mais efetivas de ruptura com o modelo academicista de educação por parte daquele Governo, fato que também repercutiu no modelo de ensino profissional adotado pelo regime.

Enquanto a maior parte das camadas populares padecia sob um modelo educacional elitista praticado pelo Ministério da Educação, mais preocupado com os ramos superior e secundário como preparatório para aquele onde predominavam os estudantes das classes médias e altas, o ensino primário freqüentado também pelos filhos das classes baixas chegou a sofrer uma queda razoável no número de matrículas principalmente nos anos de 1941 a 1945 da Segunda Guerra durante o Estado Novo (Fig. 12).

Figura 12 - Gráfico da taxa de matrícula geral no ensino primário em relação à população brasileira (1933-1959).

Fonte: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil, anos **apud** KANG, Thomas H. *Instituições, voz política e atraso educacional no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, 2010. 182 p. Dissertação (Mestrado) FEA -USP. p.56.

A explicação para esta queda nas matrículas representada no gráfico anterior, segundo o trabalho de T. H. Kang³⁰⁹, poderia ter ocorrido em função do Ministério da Educação da época ter priorizado mais o ensino secundário e o ensino profissional. Tal hipótese não nos é estranha pois o próprio Presidente via como mais urgente a capacitação profissional do trabalhador nacional do campo e da cidade, apesar dos reclamos sempre presentes nas antigas reivindicações dos educadores e suas associações por campanhas de alfabetização e a expansão de escolas primárias³¹⁰.

³⁰⁹ KANG, Thomas H. *Instituições, voz política e atraso educacional no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, 2010. 182 p. Dissertação (Mestrado) - FEA-USP (p.56).

³¹⁰ "o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforma o caráter.(...) A instrução que precisamos desenvolver, até ao limite extremo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica." VARGAS, G. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed. 1940.

Em outra hipótese, segundo Kang, estas prioridades do Ministério foram impostas pelo Estado Novo de forma autoritária através dos interventores nos Estados e municípios da União, reduzindo ainda mais a pouca influência política das populações locais incapazes de se opor à negligência das autoridades em relação ao ensino primário, contribuindo também para a queda na taxa de matrículas. Finalmente, pode ter sido a política nacionalizante das autoridades federais que por motivos de segurança nacional levou ao fechamento muitas das escolas das comunidades imigrantes que priorizavam o ensino na sua língua estrangeira de origem, causando possível queda no total das matrículas registradas do ensino primário.

Concomitantemente, o crescimento da taxa de matrículas do ensino industrial em relação à população brasileira é notável neste mesmo período (Fig. 13), principalmente depois de 1940. No ano de 1942 ocorreu a grande reforma na legislação sobre o ensino profissional com os Decretos-lei de criação do SENAI e as Leis Orgânicas do Ministério da Educação.

Figura 13 - Gráfico da taxa de matrícula geral no ensino industrial em relação à população brasileira (1933-1959).

Fonte: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil, vários anos **apud** KANG, Thomas H. *Instituições, voz política e atraso educacional no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, 2010. 182 p. Dissertação (Mestrado) - FEA-USP. p.54.

A convergência dos interesses das classes populares que tinham urgência em aprender um ofício devido a necessidade de começarem a trabalhar mais cedo para sobreviver, somado aos atrativos existentes no sistema SENAI onde o estudante era pago para estudar e recebia assistência na sua saúde e alimentação, tornaram-se importantes

atrativos para muitos jovens proletários buscarem aquela organização educacional paralela às escolas do sistema oficial.

Preso também a concepções conservadoras de transformar pelo alto os destinos da economia e da sociedade brasileira, o Regime nacionalista de Vargas acabou apoiando as concepções educacionais do grupo industrialista de São Paulo e, desta forma, por meio de uma política conciliatória e de recomposição das forças políticas naquele Estado, foi possível criar o SENAI com a participação nem sempre colaborativa dos industriais da FIESP com Governo federal.

Notamos que, se num primeiro momento a pressão governamental foi fundamental para o estabelecimento deste sistema paraestatal de aprendizagem industrial, logo a seguir, segundo o professor Renato P. Colistete, o SENAI foi um eficaz instrumento dos industriais brasileiros para frear as crescentes reivindicações por melhores salários da parte de operários especializados e semi-especializados no mercado de trabalho, já que através do SENAI o empresariado industrial pôde determinar oficialmente quais eram as ocupações especializadas e semi-especializadas da indústria e os conteúdos dos cursos para o aprendizado das mesmas³¹¹. Era o domínio sobre o ramo da aprendizagem industrial efetivamente controlada pelas entidades patronais da indústria, que assim aumentavam a oferta de mão-de-obra mais adequada ao desenvolvimento de suas empresas, dificultando que os ganhos de produtividade fossem repassados aos operários, mantendo os baixos níveis salariais.

Em contrapartida, dirigentes do SENAI como Roberto Mange, percebiam que a realidade social e econômica da classe trabalhadora brasileira neste contexto era um fator de desequilíbrio que se refletia nos altos índices de desistência dos jovens nos diversos cursos das escolas do SENAI e no baixo rendimento do operário brasileiro como um todo. O posterior desenvolvimento de um conceito educativo-social do SENAI³¹², uma aprendizagem industrial inserida na educação integral do jovem trabalhador nacional e a projetada expansão da instituição, utilizariam no limite formidáveis recursos arrecadados pelo Estado junto a indústria brasileira e transferidos para a CNI e as Federações estaduais

³¹¹ COLISTETE, R.P. *labour Relations and Industrial Performance in Brazil: Greater São Paulo, 1945-1960*. 1a. ed. Londres: Macmillan, 2001.

³¹² “a ação do SENAI transcende em muito ao limitado setor do simples ensino, para assumir uma feição nitidamente social. ora, esta orientação implica necessariamente - dentro do âmbito da aprendizagem industrial - na realização de serviços de natureza para-escolar no campo da educação, da higiene e da assistência social” *Informativo SENAI*, São Paulo: Ano I, Nº 3, Janeiro/1946. p.2

dos empresários. Naquele contexto histórico essa instituição gerida pelos órgãos de classe dos empresários industriais era o que de melhor havia em termos de assistência educacional e social³¹³ para os estudantes-trabalhadores de baixa renda, porém atendia uma pequena porcentagem deles, na sua maior parte localizada nos poucos centros industriais do país.

Neste sentido o SENAI insere-se no tipo de modernização imposta de cima para baixo, contraditória na sua essência, pois uma elite antiestatal e liberalizante foi forçada a dotar uma visão de longo prazo e uma ação econômica mais decidida em prol do desenvolvimento econômico pelo Estado Nacionalista Varguista. Com isso foi possível criar uma das mais importantes instituições educacionais brasileiras do século XX cujo objetivo implícito era imprimir numa parcela da classe trabalhadora os pressupostos de uma cultura moderna e racional a fim de torná-la apta a ingressar no mercado de trabalho competitivo do seu setor mais dinâmico, a indústria.

Esta pedagogia industrialista encampada pelo Estado Nacional abarcaria o próprio conjunto da classe industrial, tendo a tarefa de modificar uma mentalidade tradicional e uma recorrente atitude de desinteresse e distanciamento da maioria dos empresários em relação aos problemas vividos cotidianamente pelo operário nacional.

Mais do que resultados em termos de números de operários formados nos seus cursos, o SENAI pode ter contribuído para uma tentativa de criação de um ethos profissional estranho, até então, à realidade sócio-econômica brasileira. O ethos da organização racional do trabalho, da valorização do trabalhador e dos seus descendentes, bases da vida, criatividade e produtividade de qualquer empresa industrial.

Terminamos assim este trabalho com o testemunho de um dos biógrafos de Roberto Mange o qual relata a metamorfose que o pensamento e a ação do primeiro diretor regional do SENAI-SP sofreram antes mesmo do fim da Segunda Guerra. De uma visão de mundo cartesiana e tecnicista, Mange percebeu que necessitaria levar em grande consideração as peculiaridades étnicas e culturais do trabalhador nacional típico e ser sensível a sua precária situação material num ambiente social no qual sua voz política

³¹³ Fornecimento de almoço em diversas escolas da Capital, desjejum e merenda para todos os alunos, festas de encerramento do ano letivo, colônia de férias, serviços médicos e odontológicos, entre outros serviços promovidos pelo Serviço Social da entidade.

pouco era ouvida, situação que agravava o imobilismo das instituições públicas no sentido de promover o bem-estar a que tinha direito.

Mange,

“Assim como desejava para o operário, dentro das lições de psicotécnica, que primeiro divulgou entre nós, o melhor ambiente, a melhor máquina e a melhor ferramenta, teve extremos de cuidados com o aluno menor do SENAI [...]

Nesse mesmo tempo [1945] é dele a criação do pioneiro Serviço Social no SENAI e anteriormente, a do Serviço Médico-Odontológico, com as conhecidas pesquisas da cárie dentária e da infestação vermística dos menores.”³¹⁴

Portanto, foram dentro destas contradições sociais que o SENAI se desenvolveu nos seus primeiros dez anos. Ao mesmo tempo que tentava responder a demanda por mão-de-obra da indústria brasileira segundo os interesses dos grandes empresários no contexto da substituição de importações, também buscava desenvolver uma educação que aliasse humanismo e eficiência, que formasse um *ethos* profissional capaz de se propagar e contribuir para a construção da nação na visão de alguns dos seus funcionários e dirigentes mais idealistas.

O efetivo apoio e grande interesse do Presidente Vargas a tal empreitada, que se materializou no SENAI, pode ser em parte compreendido através do que expõem duas vozes representativas no que diz respeito ao futuro desenvolvimento econômico e social do país. Humberto Grande, um dos ideólogos defensores do Estado Novo, assim resumia os principais objetivos do Regime em se tratando de educação:

“eliminar o analfabetismo, proporcionar instrução agrícola e rural à população do campo e do interior dos Estados, ministrar ensino profissional e técnico aos habitantes das cidades, e conferir às elites do país educação universitária, baseado todo esse sistema escolar em princípios rigorosamente indutivos, colhidos das observações dos fatos e verificação experimental.”³¹⁵

O princípio da racionalidade científica para nortear um eficiente planejamento da educação com um todo sistêmico e a clara diferenciação social em se

³¹⁴ D'ÁVILA, Antônio. Roberto Mange. *Incentivador de Relações Culturais entre os povos*. São Paulo: Centro de Estudos Roberto Mange - SENAI-SP, 1972. p.4.

³¹⁵ GRANDE, Humberto. *A Pedagogia no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany, 1941.(p.61)

tratando de oportunidades e cursos oferecidos para a população de acordo com sua situação social e localização geográfica pode soar estranho para nós hoje. Entretanto, havia um projeto que levava em conta as necessidades da economia e de fortalecimento da sociedade nacional.

Se ainda nos causa estranheza olhar no passado a raríssima ou nenhuma participação política mais organizada e incisiva das classes populares para fazer valer sua vontade nas políticas públicas e na educação, o fato é que estas demandas populares diluídas e silenciadas num contexto autoritário e paternalista foram catalisadas pelo Estado nacional-autoritário e por parte do empresariado nacional³¹⁶ a ele aliado, com o claro objetivo de, num menor tempo possível, impulsionar o país para que ultrapassasse a barreira do subdesenvolvimento econômico e social dali em diante. Mas, para que isso se realizasse, os interesses público e privado teriam que desenvolver uma inédita aliança cujo objetivo maior seria uma base confiável para o desenvolvimento econômico e social da nação. O SENAI foi um dos seus resultados.

³¹⁶ “Os empregadores teem que considerar os problemas da habitação, da alimentação e da assistência aos seus empregados, como parte integrante da política geral das suas próprias emprêsas.” SIMONSEN, R.C. A Carta de Teresópolis. *Revista Industrial de S.Paulo*. Ano 1. 04/1945. Nº 5 (p.13)

Anexo A - Quadro comparativo do Anteprojeto de lei da Comissão Interministerial (07/11/1939) e o Decreto-lei nº 6.029 (26/07/1940)

Anteprojeto da Comissão Interministerial (07/11/1939)³¹⁷		Decreto-lei Nº 6.029 de 26/07/1940	
Artigos	Destaques	Artigos	Destaques
2º e 3º	Empregadores obrigados a encaminhar sobre o número total de seus operários ocupados, de 6 a 10% de aprendizes que estivessem ocupados em atividades que exigissem qualificação profissional; Os empregadores estariam obrigados a ensinar o ofício ao aprendiz, que por sua vez, durante o seu período de aprendizado também era obrigado a trabalhar e a comprometer-se com o aprendizado.	1º	Os cursos profissionais seriam instalados como unidades autônomas - nas fábricas ou nas proximidades delas - podendo ser mantidos em comum por várias empresas
4º, 5º, 6º e 21º	A admissão do aprendiz deveria coincidir com o início do ano letivo; A preferência da matrícula nos cursos de aprendizagem industrial era para os filhos, irmãos e órfãos de empregados ou ex-empregados das empresas; Candidatos com pelo menos o curso básico primário (alfabetizados) ou conhecimentos básicos mínimos para poder exercer a profissão pretendida. Idade entre a mínima de 14 anos e a máxima de 18 anos, além de aptidão física e mental adequada a função. Empresas industriais estariam obrigadas a receber sobre 1% do total de seus empregados o número equivalente de estagiários das escolas profissionais oficiais em suas oficinas. O estágio duraria até 12 meses com direito a uma diária de aprendizado para os estagiários	3º, 4º e 6º	Matrícula gratuita para os próprios empregados iniciarem o curso, seus filhos e, caso houvesse vagas, para seus irmãos. Os órfãos de antigos empregados teriam a mesma preferência dos filhos de empregados. Os candidatos deveriam ter o curso primário ou possuir conhecimentos mínimos essenciais para o ofício; Os cursos para os empregados menores seriam no período diurno; Idade mínima de 14 anos para os candidatos, além de aptidão física e mental para a profissão e não sofrer de doença infecto-contagiosa; Empregados maiores de 18 anos, poderiam frequentar curso de aperfeiçoamento noturno.
7º, 8º e 13º	Aplicação de ensino profissional metódico em pequenas oficinas para os aprendizes matriculados; Os cursos deveriam durar de 2 a 4 anos, sendo ministrados durante o dia; Uma empresa (com capacidade para tal) ou conjunto de empresas manteriam “Centros de Formação Profissional” para a preparação metódica dos operários. Nestes “Centros” os industriais deveriam	2º	Nos cursos de formação e aperfeiçoamento serão estudadas matérias fundamentais para a preparação geral do operário, estudos de tecnologia relacionada com o ofício do trabalhador e execução de todas as operações do futuro trabalho do aluno;

³¹⁷ Segundo carta de Waldemar Falcão ao Presidente, a Comissão Interministerial entregou o relatório do trabalho e das visitas assim como o Anteprojeto sobre o ensino profissional no dia 07 de novembro de 1939. CPDOC/FGV. VFc 1937.11.12-A 3 (XX).

	assegurar uma freqüência de 8 a 24 horas semanais de cada aprendiz; Escolas profissionais oficiais ou reconhecidas como profissionais pelo poder público organizariam cursos complementares para os aprendizes		
10º, 11º, 22º, 23º, 26º e 27º	<p>“Centros de Formação Profissional” custeados por contribuições do Governo, Empregadores e Empregados;</p> <p>Empresas distantes e/ou sem condições de associar-se para formar um “Centro de Formação”, mandaria seus aprendizes para cursos complementares e oficinas de alguma Escola Profissional mais próxima, garantindo que cada aluno tivesse freqüência de 8 a 24 horas semanais;</p> <p>Além das contribuições definidas em lei pelo Governo, Patrões e Empregados, também seria cobrada uma sobretaxa para a manutenção dos “Centros de Formação Profissional” que seria acrescida na contribuição a recolher pelo IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários);</p> <p>A renda da sobretaxa recolhida pelo IAPI, ficaria a disposição das entidades encarregadas da aprendizagem indústria;</p> <p>A renda obtida em cada Estado, nele mesmo seria aplicada;</p> <p>O IAPI financiaria a instalação dos “Centros de Formação” e dos demais cursos complementares mantidos a partir da colaboração de várias empresas industriais;</p> <p>A empresa industrial que não cumprisse sua obrigação quanto aos aprendizes, seria obrigada a recolher ao IAPI a anuidade de quinhentos mil réis por aprendiz a que lhe competia formar, e a sobretaxa correspondente.</p>	14º, 15º, 16º e 9º	<p>Um Fundo Especial receberá as multas das penalidades e infrações previstas na Lei para aplicar no aperfeiçoamento e na formação dos trabalhadores, além de doações de empregadores e da Previdência Social;</p> <p>Incentivos (“prêmios”) para os empregadores que voluntariamente instalarem e organizarem Cursos de Aperfeiçoamento da sua mão-de-obra;</p> <p>As Instituições da Previdência Social emprestariam a juros mais baixos que os do mercado para seus empregadores segurados a fim destes instalarem e iniciarem o funcionamento dos Cursos Profissionais</p> <p>Empregadores que não cumprissem esta lei pagariam de 3 a 10 contos de réis por deixarem de instalar e manter os cursos de formação e aperfeiçoamento, multa de quinhentos mil réis por dia para cada aluno que fosse impedido de frequentar o curso;</p>
14º, 15º e 16º	<p>Os aprendizes devidamente matriculados e com freqüência receberiam uma “diária de aprendizagem”;</p> <p>A freqüência seria obrigatória e a não observância desse dever seria motivo para a dispensa do aprendiz por “justa causa”.</p> <p>Operários já qualificados, Mestres e Contra-mestres, em colaboração com os industriais, teriam cursos de aperfeiçoamento nas Escolas Profissionais oficiais ou naquelas reconhecidas pelo Poder Público.</p>	5º, 10º e 11º	<p>Empregados menores de 18 anos que fizessem o curso profissional e deveriam ter assegurados pelo empregador oito horas semanais de freqüência;</p> <p>O período de estudo do empregado seria remunerado como se fosse dia de trabalho normal;</p> <p>Para cada dia de falta do empregado no Curso, o empregador descontaria metade do seu salário correspondente a aquele dia. Reprovação por freqüência ou por nota ocasionaria a exclusão do empregado do ofício no qual trabalhava.</p>

20º	Para efeito de promoção ou aumento do salário, os empregadores considerariam a frequência e o desempenho nos cursos de aperfeiçoamento, junto de outros critérios tradicionalmente adotados pela empresa.	7º 11º	A conclusão do curso será anotada na carteira profissional do empregado;
28º 29º e 31º	O sistema de aprendizagem e aperfeiçoamento seria mantido pelas empresas, mas gerido por um “Conselho Nacional de Aprendizagem” e por “Comissões” Regionais e Locais de Aprendizagem, subordinados aos Ministérios da Educação e Saúde Pública e pelo Trabalho, Indústria e Comércio; O “Conselho Nacional de Aprendizagem” seria na Capital Federal e teria caráter permanente Composta sua direção por técnicos em ensino profissional nomeados pelo Presidente da República, um representante do Ministério do Trabalho, dois designados pelos empregadores e um pelos empregados. Destes membros, o Presidente da República escolheria um para Presidente do “Conselho”. O Ministério da Educação comandaria a parte técnica e administrativa do “Conselho Nacional”.	8º, 17º e 18º	Os tipos de cursos, sua duração, disciplinas ministradas, organização dos programas, parte didática e questões correlatas às aulas serão definidos por instruções emitidas pelo Ministro da Educação e Saúde, após o “de acordo” do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; Os Cursos seriam instituídos e montados progressivamente, de acordo com as necessidades das maiores indústrias; O Ministério da Educação e Saúde determinará as modalidades de ofícios que necessitem formação técnica, após consultar o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Anexo B - CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PARA AS INDÚSTRIAS. Sugestão do IDORT-SP

CATEGORIAS DE OPERÁRIOS	OPERÁRIO BRAÇAL	OPERÁRIO ENSINADO (manipulador)	OPERÁRIO FORMADO (artífice)	OPERÁRIO DIRIGENTE (mestre)		
% na indústria (estimativa)	15 %	70 %	10 %	5 %		
DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES	Trabalhador de transporte, armazenagem e diversos serviços auxiliares	Operário manufatureiro, da indústria metalúrgica, artefatos de madeira, couro, cerâmica e vidro, têxtil, produtos alimentícios, químicos, vestuário etc.	Operário especializado e qualificado em oficinas de mecânica, carpintaria e marcenaria, fundição, eletricidade - condutores de máquinas e de motores etc.	Condutores de trabalho, mestres, encarregados, chefes de armazém etc.	Técnico industrial	Observações
TIPO DE ENSINO PROFISSIONAL	Não será obrigado a seguir curso de aperfeiçoamento, desde que não intervenha diretamente na manufatura (manipulação) industrial.	Curso de aperfeiçoamento geral com noções de tecnologia - (para grupos de atividades conexas) Treino especializado realizado na própria indústria (1) Cursos adaptados ao nível cultural da zona e ao grau de requisitos das respectivas indústrias - incluindo sempre noções de higiene e de alimentação racional.	Curso de formação profissional, teórico e prático, mono-técnico - principalmente para trabalhos em ferro e madeira. Aprendizado racional realizado em oficina de aprendizagem especial	Curso de aperfeiçoamento técnico-industrial - preparo especializado Demonstrações e experiências em oficinas e laboratórios	Formação de técnicos em Institutos Industriais e Tecnológicos, a serem paulatinamente instalados pelo Governo com a colaboração das indústrias.	(1) Processos psicotécnicos de treino racional seriam introduzidos para encurtar o período de adaptação
DURAÇÃO		1 Ano Aulas: 2 a 4 horas por semana	2 a 3 Anos Aulas: 6 a 12 h/sem Prática: 12 a 24 h/semana	6 meses a 1 Ano		
IDADE	-	18 a 19 Anos	14 e 16 (17) Anos	-		
QUANTIDADE	-	Para uma só classe de idade (18 Anos) - cerca de 5 % dos manipuladores	Para a recomposição anual do quadro e possíveis ampliações - cerca de 6 % dos artífices p. Ano	-		
ORGANIZAÇÃO	-	Os Cursos serão organizados pela própria indústria, ou pelas corporações de classe, operárias e patronais, obedecendo a normas gerais fixadas pelo governo federal. É racional e econômica a instituição, em cada zona industrial, de um "Serviço Central" criado pelas corporações de classe e incumbido da organização, orientação e controle dos diversos cursos que devem servir a todos os estabelecimentos industriais.				
DESPESA	-	Para as despesas de instalação e de manutenção dos cursos as indústrias contribuirão com quotas proporcionais ao número total de operários de cada categoria, sendo que para cada categoria haverá uma taxa unitária determinada, função do custo dos respectivos cursos.				
COOPERAÇÃO GOVERNAMENTAL	-	Realizando a indústria, dessa forma, o aperfeiçoamento e a formação profissional em larga escala, ampliando o Ensino Profissional do país, justo é que os Governos cooperem, contribuindo com uma quota igual a das indústrias. No caso de ser a instituição de aperfeiçoamento profissional da indústria organizada pelo governo (federal, estadual ou municipal), metade da despesa caberá à indústria, sob forma de quotas.				
MEDIDAS LEGISLATIVAS	O operário braçal só poderá exercer funções de manipulador se frequentar o curso de aperfeiçoamento	A indústria só poderá admitir operário manipulador de 18 anos ou mais, caso esteja o mesmo frequentando ou tenha concluído o curso	A indústria só poderá admitir aprendiz que esteja no curso de formação ou que já o tenha concluído ou que apresente diploma de ensino profissional oficial	Os cargos de mestre serão exercidos pelos que tiverem realizado curso técnico-industrial.	Formação de técnicos para a indústria em Institutos Industriais e Tecnológicos, a serem paulatinamente instalados pelo Governo com a colaboração das indústrias.	Observação geral - É altamente aconselhável instituir e generalizar quanto antes o processo de "seleção profissional" na indústria, como garantia do futuro exito do operário na atividade industrial e como uma condição de sua estabilidade profissional.

F. M. M. M.
São Paulo, Agosto 1937.

Fonte: Sugestões do Prof. Roberto Mange a tese apresentada pelo Ministro da Educação. CPDOC/FGV VFc 1937.11.12. Anexo nº 2 (pasta XX).

Anexo C - Parecer no. 40-20 da Divisão Jurídica do IAPI de 21/03/1944.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

DIVISÃO JURÍDICA

D.J. , em 21/3/944. Parecer nº 40-20 NM. 06-D-0122/43

1. A dúvida levantada no parecer de fls. é, em parte, procedente.

2. Para que se possa concretizar a operação autorizada pelo acórdão de fls. 85/88, necessário é que fiquem previamente determinados os seguintes pontos: a) tem o SENAI capacidade legal para hipotecar, em garantia do empréstimo solicitado ao IAPI, o imóvel que lhe foi deado pela escritura de fls. ?; b) a quem compete representar o SENAI, na escritura de mútuo a ser lavrada?

3. Quanto ao primeiro ponto, verifica-se que o decreto lei nº 4.048, de 22.1.1942, limitou-se, a criar o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, depois denominado Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, pelo decreto-lei nº ... 4.936, de 7.11.42. Mas, não lhe definiu ou conceituou expressamente a personalidade jurídica. Estabeleceu, porém, no art. 8, que a organização do SENAI constaria de seu regimento, o qual, mediante projeto apresentado ao Ministro da Educação e Saúde pela Confederação Nacional da Indústria, seria aprovado por decreto do Presidente da República.

Esse regimento, aprovado pelo decreto n. 10.009, de 16 de julho de 1942: a) declara, no art. 1º, que o SENAI é subordinado ao Ministério da Educação e Saúde e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria; b) estabelece a forma da administração do SENAI (arts. 3º, 4º e 5º); c) regula essa administração, definindo as atribuições de seus órgãos (capítulos III e IV); d) dispõe sobre os recursos financeiros do SENAI (capítulo VI); e) contém, finalmente, outros preceitos, atinentes ao funcionamento do SENAI.

5. Decorre dessas disposições regimentais que o SENAI, embora subordinado ao MES e dirigido pela CNI, goza de quasi irrestrita autonomia, porquanto: a) o regimento nada dispõe sobre o modus operandi da direção que lhe deveria imprimir a CNI; ao que se infere do art. 6º, aquela direção acha-se restrita à participação do presidente da Confederação no Conselho Nacional

do SENAI, na qualidade de seu presidente nato; b) não prevalecem limitações substanciais acerca da administração e da gestão dos recursos financeiros do SENAI, as quais competem aos seus diversos órgãos, sem qualquer ingerência direta do MES e da CNI. Esta, na sua essência, não intervém no SENAI; a intervenção da qual se reduz-se ao conhecimento, pelo titular da pasta, do relatório anual, bem como dos recursos interpostos pelo Conselho Nacional da entidade, quando haja necessidade de resolver casos e missos no regimento, ou de interpretá-lo, bem como a legislação sobre a aprendizagem.

6. O SENAI apresenta-se, pois, com todos os característicos de uma entidade autárquica, tal como vem sendo conceituados e denominados no Brasil os órgãos autônomos que exercitam a administração delegada, pois o SENAI: a) foi criado pelo Estado; b) tem personalização jurídica e patrimonial, se bem que implícita; c) atende a uma finalidade ou especialização, expressa na lei; d) finalmente, está sujeito a um leve controle administrativo e jurisdicional do Estado.

7. Ora, se, em relação a certas entidades do mesmo gênero, a lei restringe a capacidade para alienar ou onerar os respectivos bens, tal não acontece com referência ao SENAI; donde a conclusão, no que respeita à operação em vista, de que ao órgão máximo do SENAI, não é vedado, em princípio, hipotecar ao IAPI o imóvel que lhe foi doado pela escritura de fls. , em garantia de um empréstimo que se destina à construção de edifício destinado a um centro de aprendizagem, operação esta que procura inequivocamente aperfeiçoar a consecução das finalidades para que foi criado o SENAI.

8. No que respeita, à representação legal do SENAI, verifica-se que as disposições regimentais são, por igual deficientes, pois apenas cogitam da representação do Departamento Nacional do SENAI (art. 10, alínea n). Quanto ao próprio SENAI, silencia o regimento. Mas, é óbvio que, na falta de disposição expressa, ao Conselho Nacional, como órgão máximo da entidade, é que, em princípio, deve competir a sua representação.

9. Estamos, pois, ao que se nos afigura, em face de casos omissos no regimento. Assim, somos de parecer que a operação autorizada pelo acórdão de fls. poderá ser efetuada, desde que sejam previamente supridas as mencionadas omissões, na forma do art. 7º, alíneas o e p, do regimento aprovado pelo decreto nº 10.009, de 16 de julho de 1942.

(a) GERALDO DE FARIA BAPTISTA - Procurador Geral

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e capítulos de livros

- ARAUJO, Rosa M.B. de. *O Batismo do Trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *A qualidade do ensino na escola pública*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.
- BEISIEGEL, Celso de R.. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira* (III – O Brasil Republicano: Economia e Cultura: 1930-1964), 2ed. São Paulo: Difel, 1986. pp.384-416.
- BEOZZO, José O. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira* (III – O Brasil Republicano: Economia e Cultura: 1930-1964), 2ed. São Paulo: Difel, 1986. pp.273-341.
- BICCAS, M. S. *O Impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte, Argvmentvm, 2008
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 5.ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José H. e - GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. pp. 34-59.
- BOLOGNA, Italo. *Formação profissional na indústria: O SENAI*. de Janeiro: MEC/Diretoria do Ensino Industrial. 1969
- BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. pp. 103-125.
- BORTOLETO, Ana Clara. *A Sociedade de Educação de São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009

- BOSHI, Raul e DINIZ, Eli. *Empresariado Nacional e Estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- BUESCU, Mircea. *Guerra e Desenvolvimento: A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Apec, 1976.
- CALDEIRA, Jorge. *Votorantim 90 anos: uma história de trabalho e superação*. São Paulo: Ed. Mameluco, 2007
- CAMPOS, F. *Educação e Cultura*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.
- CAMPOS, F. *O Estado Nacional: Sua estrutura e Seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4ª ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. p.136.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: Imprensa paulista 1920-1945*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.
- CARONE, Edgard. *A República Liberal – I: Instituições e Classes Sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1984.
- CARVALHO, Marta M. C. de. *Molde Nacional e fôrma cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)* 1ª ed. Bragança Paulista: EDUSF, 1998
- COLISTETE, R.P. *Labour Relations and Industrial Performance in Brazil: Greater São Paulo, 1945-1960*. 1ª ed. Londres: Macmillan, 2001.
- CUNHA, Célio da. *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1981.
- CUNHA, L. A. A política educacional e a formação da força de trabalho industrial na era de Vargas. In: *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1980. pp. 439-469.

- CUNHA, L. A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2.ed. São Paulo: Ed. UNESP, Brasília: FLACSO, 2005.
- CUNHA, L.A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra: A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial/EDUSP, 2000.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. 2ª ed., São Paulo: DIFEL.
- DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1996
- DULCI, O. João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: Gomes, A. de C. (org.) *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005
- FANGANIELLO, H. *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*. São Paulo: FEA-USP
- FONSECA, Celso S. *História do Ensino Industrial no Brasil (1º Volume)*. Rio de Janeiro: s/ed., 1961.
- FONSECA, Celso S. *História do Ensino Industrial no Brasil (2º Volume)*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.
- FONSECA, Celso S. *História do Ensino Industrial no Brasil (3º Volume)*. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.
- FRANCO, Luiz A. C. *O Ensino Técnico Industrial Federal: das escolas de aprendizes artífices às atuais escolas técnicas federais*. São Paulo: CENAFOR, 1985.
- FRANCO, Sergio da C. *Júlio de Castilhos e Sua Época*. Porto Alegre: Editora Globo, 1967.
- FREITAS, Zoraide R. de *História do Ensino Profissional no Brasil*, São Paulo, 1954.

- GÓES FILHO, Joaquim Faria. *O SENAI: Traços do seu passado e perspectivas emergentes*. Rio de Janeiro: FGV/IRH, 1981
- GOMES, Ângela M. de C. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil (1917-1937)*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979
- GOMES, Ângela M. de C. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005
- GRANDE, Humberto. *A Pedagogia no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany, 1941.
- GRANDE, Humberto. *Trabalho e Nação*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Depto Nacional de Educação/Divisão de Educação Extra-Escolar/Campanha de Assistência ao Estudante, 1962.
- HERING, Maria L. R. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.
- HERMES, Gabriel e NUNES, Osório. *Trajetória da Confederação Nacional da Indústria*. São Paulo: CNI/SESI/SENAI/IEL, s/data.
- HORTA, José S. B. A Constituinte de 1934: Comentários. In: FÁVERO, Osmar. (Org.) *A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988*. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, s/dt. pp.139-151.
- HORTA, José S. B. *O Hino, o Sermão e a Ordem do Dia: Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 4.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- LAURINDO, Arnaldo. *50 anos de Ensino Profissional: Estado de São Paulo (1911-1961)*. Vols. I e II. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S/A.
- LEITE, Elenice M. *45 anos de educação para o trabalho: A indústria em ação*. São Paulo: SENAI-SP, 1987.

- LEME, Marisa S. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LEOPOLDI, Maria A.P. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional
- LIMA, Valentina da Rocha (org.). *Getúlio: uma história oral*. 2a ed. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- LOPES, Stenio. *Uma saga da criatividade brasileira*. s/local: SENAI/DN, 1982.
- LOVE, Joseph. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: CARDOSO, F.H. et al. *O Brasil Republicano*, V.8, 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- LUDWIG LAUERHASS, Jr *Getúlio Vargas e o triunfo do Nacionalismo Brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP.
- LUSTOSA, Oscar de F. *A Igreja Católica no Brasil República: Cem anos de compromisso (1889-1989)*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991.
- LUSTOSA, Oscar de F. *A presença da Igreja no Brasil*. São Paulo: Ed. Giro Ltda., 1977.
- LUZ, Nícia V. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MAZA, Fábio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: Ciência, Tecnologia e Indústria na Construção da Nação*. São Paulo: FIESP/CIESP/IRS, 2004.
- MEDEIROS, Ana Lúcia (ed.) *Bibliografia histórica: 1930-1945*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- MEDEIROS, Marluce. *Expansão Capitalista e Ensino Industrial*. Rio de Janeiro: SENAI, 1987.

- MICELI, Paulo C. *Além da fábrica: o projeto industrialista em São Paulo, 1928-1948*. São Paulo: FIESP, 1992.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MORAES, Carmem S.V. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica in HILSDORF, Maria L.S. (org.) *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001 (p.169-204).
- MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência – A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- NASCIMENTO, Benedicto H. *A ordem nacionalista brasileira: o nacionalismo como política de desenvolvimento durante o Governo Vargas, 1930-1945*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP/IEB, 2002.
- PANDOLFI, Dulce. (Org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- PEREIRA, L.M.L. *Presidente Antônio Carlos: Um Andrada da República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- PESAVENTO, Sandra J. *A Burguesia Gaúcha: Dominação do capital e disciplina do trabalho (RS – 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PESAVENTO, Sandra J. Historiografia e Ideologia. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. pp.60-88.
- PIMPÃO, Hirosê. *Getúlio Vargas e o Direito Social Trabalhista*. Rio de Janeiro: Gráfica Guarany Ltda., 1942.
- QUELUZ, G.L. *Concepções de Ensino Técnico na República Velha (1909-1930)*. Curitiba: PPGTE/CEFET-PR, 2000.
- REIS, Fidelis. *O ensino profissional: Em torno de um projecto*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1923.

- ROCHA, Marlos B. M. da. Tradição e Modernidade na Educação: O Processo Constituinte de 1933-34. In: FÁVERO, Osmar. (Org.) *A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988*. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, s/dt. pp.119-137.
- ROMANO, Roberto *Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao Populismo Católico)*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.
- ROMANELLI, O. de O. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 8ª ed., Petrópolis: Vozes, 1986.
- SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FGV, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.) *Estado Novo: Um Auto-Retrato*. Rio de Janeiro: Fund. Roberto Marinho/ Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- SCHWARTZMAN, Simon. O intelectual e o poder: A carreira política de Gustavo Capanema. In: *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília, 1980. pp367-397.
- SENAI/SP *Comemorações do Jubileu de Prata (1942-1967)*. São Paulo: SENAI/ Departamento Regional de São Paulo, 1968.
- SENAI/SP *65 anos de um sistema educacional conseqüente*. São Paulo: SENAI, 2007.
- SENAI/SP. *De Homens e Máquinas: Roberto Mange e a formação profissional*. São Paulo: SENAI-SP, Campinas: Unicamp, 1991. 2 v.
- SENAI/SP *O Giz e a graxa: meio século de educação para o trabalho Projeto Memória*. São Paulo: SENAI, 1992.
- SIMONSEN, R.C. *A Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo: FIESP, 1939.
- SIMONSEN, R. C. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia Ed. Nacional / EDUSP, 1973
- SILVA, Marinete dos S. *A Educação Brasileira no Estado Novo (1937/1945)*. 1ed. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)*. 7ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SODRÉ, Nelson W. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- SOUZA, Maria de C.C. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3 ed., São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1990.
- STEIN, S.J. *Origens e evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- TEIXEIRA, Anísio S. *Educação para a Democracia: Introdução à Administração Educacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, s/dt.
- TORRES, João Camilo de O. *O Positivismo no Brasil*. Petrópolis. Ed. Vozes, 1943.
- WEINSTEIN, Barbara. *(Re)Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez / CDAPH-IFAN / Universidade São Francisco, 2000.
- WEREBE, Maria J. G. *Grandezas e Misérias do Ensino Brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- WIRTH, J. Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937
In: Cardoso, F.H. (et. al.) *O Brasil republicano*, V. 8 (1889-1930). 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (p.84-111)
- ZANETTI, Augusto e VARGAS, João T. *Taylorismo e fordismo na indústria paulista: O empresariado e os projetos de organização racional do trabalho (1920-1940)*. São Paulo: Humanitas, 2007.

Revistas e artigos em revistas

- AMARAL, Azevedo. Evolução da política republicana. *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Ano I, n. 3, p.154-172, dez. 1942.
- *Cadernos de História*, Uberlândia, v.15, n.1, p 67-81, set.2007.
- COELHO, Inocêncio M. Aspectos Positivos da Constituição de 1937. *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, Vol. 21-nº 02, pp. 103-107, abr/jun. 1978.
- COSTA, J. Cruz *Augusto Comte e as Origens do Positivismo* - II (Separata da “Revista de História” nº 4 - Outubro-Dezembro). São Paulo: 1950.
- CUNHA, Luiz A. O Ensino Industrial-Manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, nº14, Ass. Nac. Pós-Graduação Pesquisa em Educação, pp. 89-107, Maio-Ago.
- *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Ano I, Rio de Janeiro, nº 3, maio de 1941
- *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiro*, Ano II, Rio de Janeiro, nº 16, junho de 1942.
- *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiro*, (Edição Comemorativa do Regime), Rio de Janeiro, nº 9, 10/11/1941.
- FREITAS, Bezerra de. A valorização do trabalhador brasileiro. *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Ano I, nº 9, 10/11/1941
- KELLY, Celso. A Educação e a Ordem. *Mensário do Jornal do Comércio* (Artigos), Rio de Janeiro, Vol. I, pp. 149-155, jan./1938.
- LODI, Euvaldo. A Indústria Nacional e a Nova Lei Sindical. *Mensário do Jornal do Comércio* (Artigos), Rio de Janeiro, tomo X, Vol. III, pp. 505-518, jun./1940.
- MENUCCI, Sud. Ensino Industrial. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro: LXXXII, Diretor Valentim F. Bouças, pp. 34-35.

- MORAIS, Deodato Escola do trabalho, escola nacionalizadora. *Cultura Política: Revista*. Ano III, nº 49, fevereiro de 1943, p.98-103
- NASCIMENTO, Benedicto H. A Constituição Estadonovista *Revista do Instituto Estudos Brasileiros*. (26) 1986. p.27-34.
- Preparo de Técnicos (s/autor) *O Observador Econômico e Financeiro*, LXXXIII, Diretor Valentim F. Bouças, Rio de Janeiro, pp. 80-81.
- *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. II, n. 5, nov. 1944.
- *Revista Industrial de São Paulo-FIESP*. Ano 1, São Paulo, nº2, janeiro de 1945.
- *Revista Industrial de São Paulo-FIESP*. Ano 1, São Paulo, nº8, julho de 1945.
- *Revista Mensal de Estudos Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano II, n. 16, junho, 1942
- TEIXEIRA, Anísio S. A administração pública brasileira e a educação. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, Vol. II, nº03, Universidade de Minas Gerais, Janeiro de 1958.
- TELLES, Sarah S. Um projeto Um projeto para o ensino: A Universidade do Trabalho. *Revista Educação e Sociedade*, nº 03, p. 95-110, maio 1979.
- VENANCIO FILHO. A Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte. *Cultura Política: Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 22, p.130-131, dez. 1942.
- VISCARDI, Claudia M.R. – Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, p. 39-56, 1995

Dissertações e teses

- D'ANGELO, Márcia. *Caminhos para o advento da escola de aprendizes artífices de São Paulo (1910 - 1930): Um projeto das elites para uma sociedade assalariada.* 2000. Dissertação. (Mestrado em História Econômica) - FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- KANG, Thomas H. *Instituições, Voz Política e Atraso Educacional no Brasil (1930-1964).* São Paulo, 2010, Dissertação (Mestrado) FEA-USP.
- MORAES, Carmem S.V. *A relação Trabalho e Educação em perspectiva histórica e sociológica.* Vol. 1 São Paulo, 2005. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- PICHELI, Valdir. *O IDORT enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil 1930-1944..* Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 1997.

Documentos

- *Anais do Ministério da Educação da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: Dezembro de 1942. pp. 128-141.
- *Anais do Ministério da Educação da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: março de 1942. pp 82-87.
- Arquivo Edgard Levenroth (AEL) UNICAMP–SP / Pasta 18 – Roberto Mange - Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional – S.Paulo - Publicação nº 1 – 1936
- ÁVILA, Antônio d'. *Engº Ítalo Bologna: Depositário da Ação e do Pensamento de Roberto Mange*. São Paulo: Centro de Estudos “Roberto Mange”/SENAI, 1971
- AZEVEDO, Aldo M. O conceito de Organização científica do Trabalho. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, Rio de Janeiro, nº 94, pp. 112-122, junho de 1942.
- BARBOSA, F. de A. (org.) *João Pinheiro: Documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte: Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1966.
- BARROS, João Alberto L. de (Coordenador) *Economia de Guerra no Brasil: O que fez a Coordenação da Mobilização Econômica. Vol.1 (Setor Transportes, Combustíveis e Carburantes)*. C.M.E.[S.l]
- BREJON, M. *Racionalização do Ensino Industrial* (resultados de uma pesquisa). São Paulo: Boletim nº273, Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, FFCL da USP.
- BOLOGNA, I. *SENAI 30º Aniversário (1942-1972): Origens, Evolução, Organização*. Centro de Estudos “Roberto Mange”. SENAI-SP, São Paulo: 1972
- BOLOGNA, I. *Formação de pessoal para as estradas de ferro - A atuação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional* (Entrevista concedida á “Folha da Manhã” de 14/08/1940). São Paulo: Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (Biblioteca Central SENAI-SP).

- CAMARA, Aristóteles de L. A Nacionalização do Ensino. *Educação* (Órgão da Associação Brasileira de Educação), Rio de Janeiro, nº 06, pp. 1-8, abril/1940.
- CAPANEMA, Gustavo. Discurso pronunciado pelo Ministro G.C. na Solenidade de Inauguração da Escola Técnica Nacional (07/10/1944). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, Vol. II, pp.179-182, Nov. 1944.
- Centro de Estudos “Roberto Mange” *A Revolução constitucionalista (09 de julho - 28 de setembro de 1932)*. Subsídio organizado pelo professor Antonio d’Ávila – Divisão de Ensino. 1965 e Centro de Estudos “Roberto Mange” *Roberto Mange e a Revolução Constitucionalista de 1932*. Depoimento de Faustino Costa Júnior – Divisão de Ensino. 1965 (Biblioteca Central do SENAI-SP).
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº 133/40, 29/11/1940 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº 16/41, 28/02/1941 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº 21/41, 19/03/1941 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº18/41, 05/03/1941 (Biblioteca Roberto Simonsen).
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº71/41, 29/08/1941 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº76/43, 12/05/1943 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- *Circulares FIESP/CIESP*: São Paulo: Vol. 1, Circular Nº 73/40 “Instalação de Refeitórios Nas Indústrias Empregadoras de 500 ou Mais Operários”, 16 de julho de 1940 (Biblioteca Roberto Simonsen).
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular Nº 94/40 , 02/09/1940 (Biblioteca Roberto Simonsen)

- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular N° 807, 01/03/1937 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular N° 815, 19/04/1937 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular N° 834, 17/06/1937 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 1 Circular N°63/42, 22/04/1942 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 2 Circular N° 157/42 , 27/08/1942 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- *Circulares FIESP/CIESP*. São Paulo: Vol. 2 Circular N° 175, 22/09/1942 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- COOKE, Morris L. *A Missão Cooke no Brasil*. (tradução CEPB da FGV). Rio de Janeiro: FGV, 1949.
- CPDOC/FGV, Arq. GCg 38.04.30 – A
- CPDOC/FGV, Arq. GCg 41.09.13 I-10 ‘FIESP/SENAI’ de 22/09/1942.
- CPDOC/FGV, Arq. GCg 1941.09.13 (rolo 56) III.ii Portaria Inter-ministerial de 26 de abril de 1943
- CPDOC/FGV, Arq. GCg 1941.09.13 (rolo 56) III-15.
- CPDOC/FGV, Arq. AGMc 1937.12.00/5 (rolo 1, fot. 420-423)
- CPDOC/FGV, Arq. CPDOC/FGV VFc 1937.11.12 - A3 (XX) Carta de Waldemar Falcão ao Presidente (03/07/1940).
- CPDOC/FGV, Arq. VFc 1937.11.12 (Pasta VI)
- CPDOC/FGV, Arq. VFc 1937.11.12 (Pasta XX)

- CPDOC/FGV, Arq. VFc 1937.11.12 Anexo 2 (Pasta XX) *Sugestões do Prof. Roberto Mange a tese apresentada pelo Ministro da Educação*
- CPDOC/FGV, Arq.GV c1938.11.26. *Nota reservada de Felinto S. Müller a Getúlio Vargas* de 26/11/1938.
- D'ÁVILA, Antônio. *Roberto Mange: Incentivador de Relações Culturais entre os povos*. São Paulo: Centro de Estudos Roberto Mange. SENAI-SP, 1972.(Biblioteca Central do SENAI-SP).
- FETTERMANN, Valdomiro. A evolução das escolas de aprendizes-artífices. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, Rio de Janeiro, nº 93, pp.61-71, maio de 1942.
- FIESP, Relatório, 1939, pp.163-165 *apud* CARONE, E. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976
- FIESP/CIESP – Ata da 6ª Reunião Semanal Ordinária da Diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, realizada dia 9 de fevereiro de 1944 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- FIESP/CIESP – Ata da 28ª Reunião Semanal Ordinária da Diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, realizada dia 02 de setembro de 1942 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- FIESP/CIESP – Ata da 32ª Reunião Semanal Ordinária da Diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, realizada dia 30 de setembro de 1942 (Biblioteca Roberto Simonsen)
- GUASTINI, Raul. *Ideário Político de Getúlio Vargas*. São Paulo: s/ed., 1943.
- <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busc.aspx>. Acesso em 12 de abril de 2011.
- <http://www.idort.com/History.aspx?subjectId=743F81AF-E4BE-DC11-9D7D-0014220BC504&langId=1&fatherId=1>. Acesso em: 20/02/2011
- <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/banespa/banespa2000-historia.shtml>. Acesso em: 20/02/2011

- INFORMATIVO – SENAI. Departamento Regional-SP, Ano I, nº2, Dezembro de 1945.
- INFORMATIVO – SENAI. Departamento Regional-SP, Ano I, nº3, Janeiro de 1946
- INFORMATIVO – SENAI. Departamento Regional-SP, Ano I, nº4, Fevereiro de 1946.
- INFORMATIVO – SENAI. Departamento Regional-SP, Ano I, nº5, Março de 1946
- MANGE, Robert. O fator humano na organização científica do trabalho. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, Rio de Janeiro, nº 93, pp. 47-61, maio de 1942.
- MANGE, Roberto. *A preparação do fator humano para a indústria*. (Comunicação de 07/12/1944) São Paulo: Centro de Estudos “Roberto Mange”/SENAI, 1956
- MANGE, R. *A Razão de ser do SENAI* (Resumo da Conferência feita pelo Engenheiro Roberto Mange). São Paulo: SENAI-SP, 30/09/1943.
- MANGE, R. *Planejamento e Administração Unificada da Aprendizagem Industrial no Brasil*. São Paulo: Departamento Regional SENAI-SP, 1949.
- MANGE, R. *Cursos Vocacionais e Orientação Profissional no SENAI*. (Monografias SENAI Nº6). São Paulo, Departamento Regional SENAI-SP, 1947
- MEC/INEP. *A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)* Vol. 1. Brasília: 1987.
- *Mensário do Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro: Tomo X, v. III, junho de 1940
- Ministério da Educação e Saúde. *Oportunidades de preparação no Ensino Industrial: Informações para orientar a escolha de uma atividade profissional*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), 2ª Tiragem, 1950.
- Ministério da Educação e Saúde. *Organização da Aprendizagem Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação. Folheto nº 13. Imprensa Nacional.
- MONTJOIS, Francisco. *Ensino Industrial*. V.5. Rio de Janeiro :Ministério da Educação e Saúde / CBAI, 1949

- MOURÃO, Eliana. *A mágica das reuniões. História do Conselho Regional do SENAI de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SENAI-MG/SCD, 1988.
- OLIVEIRA, Diene E. M. B. de *O Ensino Profissionalizante no Brasil: Questões Históricas e Ideológicas*. UEL/UNOPAR. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada5/TRABALHOS/GT4_E_PROFISSIONAL/26/426.PDF Acesso em 10 de abril de 2011.
- PINHEIRO, João. *João Pinheiro e sua doutrina: 1889-1908*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984
- QUEIROZ, J.H.S. e NÓBREGA FILHO, J.L. Aspectos da Fiscalização. *Industriários: Órgão Oficial do IAPI*, Rio de Janeiro, nº1, p.3, Fev. 1948.
- SALLES, Joaquim de. Deveres do Governo para com as Juventudes Brasileiras, *Mensário do Jornal do Comércio* (Artigos), Rio de Janeiro, Vol. II, pp. 229-230, fev./1938.
- Secretaria da Educação e Saúde Pública / Superintendência do Ensino Profissional *A Racionalização do Ensino Técnico Profissional no Estado de São Paulo*. Publicação Nº. 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.
- Secretaria da Educação e Saúde Pública / Superintendência do Ensino Profissional. *O Ensino Profissional no Brasil* Publicação Nº 23. Santos: Curso de Artes Gráficas do Instituto D. Escolástica Rosa, 1940.
- Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social. *João Pinheiro e o Ensino Profissional em Minas*. Belo Horizonte: Bibl. Pública de MG “Prof. Luís Bessa”, 1970.
- SENAI-DR-SP *A formação de técnicos para a Indústria* (entrevista concedida à “Folha da Manhã” de 08/08/1940). Nº chamada 99, p. 2, Biblioteca Central SENAI-SP
- SENAI-SP Relatório do Departamento Regional de São Paulo de Setembro de 1942 a Dezembro de 1943. Apresentado pelo Sr. Dir. do Depto Regional do SENAI Eng. João Luderitz pelo Dir. do Depto Regional Eng. Roberto Mange (S. Paulo, 14 de fevereiro de 1944) Biblioteca Central do SENAI-SP.
- SENAI. *Coletânea de Leis*. Rio de Janeiro: SENAI, 1970.

- SENAI-SP *Cursos Vocacionais e Orientação Profissional no SENAI* (Monografias SENAI N°6) São Paulo: SENAI- Depto Regional SP, 1947.
- SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. *Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC*. Lucia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias (organizadoras). Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998.
- SIMONSEN, R.C. A Carta de Teresópolis. *Revista Industrial de S.Paulo*. Ano 1. 04/1945. N° 5
- SIMONSEN, R. C. *As Finanças e a Indústria* (Conferência realizada no Mackenzie College, em São Paulo, a 8 de Abril de 1931). São Paulo: São Paulo Editora Ltda.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Vol. V. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Vol. IX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- VARGAS, G. *Ideário Político de Getulio Vargas*. São Paulo: 1943
- VARGAS, Getúlio. Educação (discursos) In: *As Diretrizes da Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.